

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

HELOÍSA PINHEIRO ROSA DE CASTRO

**Chicago Oldies?**

Um estudo comparativo sobre a institucionalização, socialização e atuação de economistas  
brasileiros e chilenos treinados na Universidade de Chicago

São Paulo

2022

HELOÍSA PINHEIRO ROSA DE CASTRO

**Chicago Oldies?**

Um estudo comparativo sobre a institucionalização, socialização e atuação de economistas brasileiros e chilenos treinados na Universidade de Chicago

**Versão Original**

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Alvaro Augusto Comin

Coorientadora: Dra. Elisa Klüger

São Paulo

2022

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catalogação na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C355c Castro, Heloísa  
Chicago Oldies? Um estudo comparativo sobre a institucionalização, socialização e atuação de economistas brasileiros e chilenos treinados na Universidade de Chicago / Heloísa Castro; orientador Alvaro Comin - São Paulo, 2022.  
206 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Área de concentração: Sociologia.

1. Economistas. 2. Análise de trajetórias. 3. História Econômica. 4. Escola de Chicago. 5. Circulação internacional. I. Comin, Alvaro, orient. II. Título.

Nome: CASTRO, Heloísa Pinheiro Rosa de

Título: Chicago Oldies? Um estudo comparativo sobre a institucionalização, socialização e atuação de economistas brasileiros e chilenos treinados na Universidade de Chicago

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr.

---

Instituição:

---

Julgamento:

---

Profa. Dra.

---

Instituição:

---

Julgamento:

---

Prof. Dr.

---

Instituição:

---

Julgamento

---

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus orientadores, Alvaro Comin e Elisa Klüger. O Alvaro eu conheci ainda durante a minha graduação em Relações Internacionais, quando cursei a disciplina sobre Sociologia do Desenvolvimento por ele ministrada. Foi ele e essa disciplina que me inspiraram a me transferir para a Sociologia na pós-graduação. Sou extremamente grata por toda a sua ajuda e compreensão. A pesquisa que aqui desenvolvo não foi aquela com a qual ingressei no programa de mestrado e eu passei por um longo percurso até chegar em um tema de pesquisa que realmente me animasse e me instigasse. O seu apoio foi fundamental nesses desafiadores primeiros meses de mestrado. Agradeço muito pelo tanto que aprendi e venho aprendendo com você desde meu segundo ano de graduação, em 2014, até hoje. A Elisa eu conheci enquanto cursava a disciplina de “Desenvolvimento em Perspectiva Comparada” no segundo semestre do Mestrado e de cara me encantei pelo seu tema de pesquisa e por sua didática. Tive a sorte de que ela topasse me coorientar e pude, graças a isso, desenvolver esta pesquisa. Agradeço enormemente pela orientação diligente, o aprendizado, apoio e amizade. Você é uma grande inspiração para mim como pesquisadora e como mulher. Muito obrigada aos dois, tenho certeza de que tive muita sorte.

Agradeço profundamente àqueles que concordaram em ser entrevistados e que, com isso, tornaram este trabalho possível: Adroaldo Moura da Silva, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Cláudio Luiz da Silva Haddad, Cláudio Roberto Contador, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Helson Cavalcante Braga, José Alexandre Scheinkman, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Carvalho de Mello, Roberto da Cunha Castello Branco e Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran. Todas as entrevistas foram extremamente ricas. Muito obrigada por confiarem em mim para compartilhar um pouco de suas histórias e trajetórias.

Ao CNPq, agradeço pelo financiamento desta pesquisa, que possibilitou que eu me dedicasse exclusivamente a ela.

Agradeço aos funcionários do Departamento de Sociologia, que sempre foram solícitos e muito me ajudaram quando precisei.

Aos(às) professores(as) Márcia Lima, Murillo Marschner e Bianca Freire-Medeiros, de quem fui monitora durante as disciplinas de Métodos e Técnicas de Pesquisa I e II, agradeço

por todo o aprendizado e por me inspirarem com sua didática e humanidade. Agradeço também aos colegas que compartilharam comigo a monitoria e tornaram o meu ano de 2021 mais leve.

Agradeço aos meus colegas da turma de 2019 do mestrado em Sociologia da USP, com os quais pude compartilhar momentos extremamente agradáveis e alguns importantes momentos de desabafo. Agradeço particularmente à Rafaela Bueno, Vítor Medeiros, Allan Darwich, Lucas Gariani e Julio Bulyovszki, amigos que fiz e que pretendo levar pela vida.

Aos meus amigos de mais longa data, agradeço de todo o coração pelo companheirismo e por tonarem o desafio de realizar um mestrado em meio à pandemia de COVID-19 muito mais leve. Gostaria de agradecer nominalmente à Carolina Takahashi, Yvani Chung, Lucas Barbieri, Phillip Willians, Thaís Parlatore, Manuela Ferraro, Vivian Kawanami, Maria Tereza Cavalheiro, Juliana Galindo e Luanda Jones. Obrigada pelas conversas, risadas e por tanto me inspirarem.

Ao Pedro Grunewald, meu companheiro, agradeço por me acompanhar durante toda essa trajetória do mestrado, sempre me aconselhando da maneira mais sensata possível e me encorajando nos momentos de desânimo. Obrigada por ser um interlocutor tão perspicaz e por ter trazido tanta alegria para a minha vida nesses últimos anos.

Finalmente, aos meus pais, Francisco e Valéria, e à minha irmã, Marília, agradeço pelo incomensurável apoio que sempre me deram e continuam me dando. Esses últimos anos foram desafiadores para todos nós e ter um lar acolhedor e divertido como é o nosso tornou tudo definitivamente mais fácil. Às minhas tias, Ana Elisa e Maria Júlia, e à Tereza, agradeço por todo o carinho, amizade e por terem me acompanhado nessa caminhada.

## RESUMO

CASTRO, Heloísa Pinheiro Rosa de. **Chicago Oldies?** Um estudo comparativo sobre a institucionalização, socialização e atuação de economistas brasileiros e chilenos treinados na Universidade de Chicago. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

A indicação de Paulo Roberto Nunes Guedes, economista egresso da Universidade de Chicago, para o ministério da Economia de Jair Bolsonaro, em 2018, fez emergirem no debate público brasileiro diversos paralelos com o caso dos “Chicago Boys” chilenos – grupo de economistas com visões pró-mercado que chegou ao poder durante a ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990). No caso do Chile, a literatura aponta que a circulação de um número elevado de jovens economistas pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago resultou na formação de um grupo coeso, adepto à tradição intelectual da escola estadunidense e com um projeto político em comum para o país. Esta pesquisa buscou desenvolver uma análise comparativa entre a experiência dos “Chicago Boys” chilenos e aquela de um primeiro grupo de economistas brasileiros que circularam pela instituição, entre 1967 e 1977, com o objetivo de destrinchar os efeitos, em cada caso, da socialização no programa de pós-graduação em Economia de Chicago na formação de grupos com alinhamentos intelectuais e políticos homogêneos e com projetos em comum para seus respectivos países. Para tanto, partiu-se de duas hipóteses. Por um lado, supõe-se que, tanto no caso chileno quanto no brasileiro, a experiência de circulação por Chicago não seria condição suficiente para explicar a formação de grupos coesos e coerentes. Por outro lado, supõe-se que, nos dois casos, o grau de afinidade político-intelectual dos economistas que circularam pela instituição teria sido mediado por fatores relacionados: (1) às condições histórico-institucionais em que se deu a circulação internacional; (2) à partilha prévia de determinadas propriedades sociais; e (3) às modalidades de inserção dos agentes nos respectivos espaços nacionais dos economistas após o retorno do exterior. A coleta de dados foi feita mediante a realização de entrevistas e a revisão de fontes primárias e secundárias.

**Palavras-chave:** Economistas. Análise de trajetórias. História Econômica. Escola de Chicago. Circulação internacional.

## ABSTRACT

CASTRO, Heloísa Pinheiro Rosa de. **Chicago Oldies?** A comparative study on the institutionalization, socialization, and performance of Brazilian and Chilean economists trained at the University of Chicago. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

The appointment of Paulo Roberto Nunes Guedes, economist trained at the University of Chicago, to the Ministry of Economy of Jair Bolsonaro, in 2018, brought out in the Brazilian public debate several parallels with the case of the Chilean “Chicago Boys” – a group of market-oriented economists that came to power during the dictatorship of Augusto Pinochet (1973-1990). In the Chilean case, the literature indicates that the circulation of a large number of young economists through the Department of Economics at the University of Chicago resulted in the formation of a cohesive group, adept to the intellectual tradition of the American school and with a common political project for their country. In this research, we develop a comparative analysis between the experience of the Chilean “Chicago Boys” and that of a first group of Brazilian economists who circulated through the institution, between 1967 and 1977. The main objective is to clarify the effects, in each case, of socialization in the graduate program in Economics in Chicago in the formation of groups with homogeneous intellectual and political alignments and with common projects for their respective countries. To this end, two hypotheses were formulated. On the one hand, it is assumed that, in both the Chilean and Brazilian cases, the experience of studying in Chicago would not be a sufficient condition to explain the formation of cohesive and coherent groups. On the other hand, it is assumed that, in both cases, the degree of political-intellectual affinity of the economists trained at the institution would have been mediated by factors related to: (1) the historical-institutional conditions in which the international circulation took place; (2) the prior sharing of certain social properties; and (3) the modalities of insertion of agents in the respective national spaces of economists after returning from abroad. Data were collected through interviews and review of primary and secondary sources.

**Keywords:** Economists. Trajectory analysis. Economic History. Chicago School. International circulation.



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Resultados obtidos por Colander e Klamer (1987) acerca da opinião de estudantes de pós-graduação sobre o caráter científico da Ciência Econômica.....	45
<b>Tabela 2</b> – Resultados obtidos por Colander e Klamer (1987) acerca da opinião de estudantes de pós-graduação sobre a realidade econômica e políticas.....	46
<b>Tabela 3</b> – Resultados obtidos por Colander e Klamer (1987) acerca da opinião de estudantes de pós-graduação sobre pressupostos da Economia.....	47
<b>Tabela 4</b> – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - percentual de dedicação a diferentes setores.....	150

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Apresentação dos economistas brasileiros que partiram para Chicago entre 1967 e 1977.....	115
<b>Quadro 2</b> – Economistas brasileiros em Chicago - informações sobre as experiências no exterior.....	121
<b>Quadro 3</b> – Trajetórias anteriores à experiência de circulação internacional.....	133
<b>Quadro 4</b> – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - informações detalhadas.....	152

## LISTA DE SIGLAS

ABRAZPE: Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação  
ACI: Administração de Cooperação Internacional dos Estados Unidos  
ANPEC: Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia  
BCB: Banco Central do Brasil  
BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BM&F: Bolsa de Mercadorias Futuras  
BNDE: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico  
BNDES: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social  
CAE-FGV: Centro Aperfeiçoamento de Estudos da FGV  
CAPES: Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  
Cendec: Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico e Social  
CEPAL: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe  
CESEC: Centro de Estudos Sociais e Econômicos  
CIA: Central Intelligence Agency  
CMBEU: Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico  
CNA: Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil  
CNE: Conselho Nacional de Economia  
CNPq: Conselho Nacional de Pesquisa  
Conab: Companhia Nacional de Abastecimento  
COPPEAD-UFRJ: Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração da UFRJ  
CORFO: Corporación de Fomento de la Producción  
CVM: Comissão de Valores Mobiliários  
DASP: Departamento Administrativo do Serviço Público  
ELSP: Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo  
EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENCE: Escola Nacional de Ciências Estatísticas  
Epea: Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada  
EPGE-FGV: Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV  
ESALQ-USP: Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da USP  
Escolatina: Escola Latino-americana de Estudos Pós-Graduados em Economia

EUA: Estados Unidos da América  
FAO: Organização para a Alimentação e Agricultura  
FCEA-USP: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP  
FCEARJ: Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro  
FEA-USP: Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária da USP  
FESPSP: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo  
FGV: Fundação Getúlio Vargas  
FIPE: Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas  
FMI: Fundo Monetário Internacional  
FNCE: Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil  
Funcex: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior  
IA: Instituto Atlântico  
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
Ibmecc: Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais  
IBRE: Instituto Brasileiro de Economia  
IFCS-UFRJ – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ  
IIAA: Institute of Inter-American Affairs  
IL: Instituto Liberal  
IME: Instituto Militar de Engenharia  
IMPA: Instituto de Matemática Pura e Aplicada  
Ipea: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
IPE-USP: Instituto de Pesquisas Econômicas da USP  
MIT: Massachusetts Institute of Technology  
ODEPLAN: Oficina de Planificación Nacional  
OEA: Organização dos Estados Americanos  
ONU: Organização das Nações Unidas  
OPA: Operação Pan-Americana  
PAEG: Programa de Ação Econômica do Governo  
PDC: Partido Democrata Cristão  
PEC: Proposta de Emenda Constitucional  
PL: Partido Liberal  
PREL: Programa en Economía para Estudiantes Latinoamericanos

PSL: Partido Social Liberal  
PT: Partido dos Trabalhados  
PUC: Pontifícia Universidade Católica do Chile  
PUC-Rio: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro  
SEBRAE: Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas  
SNA: Sociedade Nacional da Agricultura  
SOFOFA: Sociedade de Fomento Fabril  
SUDENE: Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste  
SUMOC: Superintendência da Moeda e do Crédito  
SUSEP: Superintendência de Seguros Privados  
UCh: Universidade do Chile  
UERJ: Universidade do Estado do Rio de Janeiro  
UFES: Universidade Federal do Espírito Santo  
UFF: Universidade Federal Fluminense  
UFMA: Universidade Federal do Maranhão  
UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais  
UFPE: Universidade Federal de Pernambuco  
UFRJ: Universidade Federal do Rio de Janeiro  
UFRRJ: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UnB: Universidade de Brasília  
UNESCO: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura  
Unicamp: Universidade Estadual de Campinas  
UniCEUB: Centro Universitário de Brasília  
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas  
USAID: United States Agency for International Development  
USP: Universidade de São Paulo  
ZPE: Zonas de Processamento de Exportação

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>2 A ESTRUTURA E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DE CHICAGO ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1970.....</b>	<b>22</b>
2.1 A ESTRUTURA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DE CHICAGO ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1970.....	24
2.2 VISÕES SOBRE PESQUISA ECONÔMICA PREDOMINANTES EM CHICAGO ENTRE OS ANOS 1950 E 1970 .....	31
2.3 DISCURSOS E ALINHAMENTOS DOS ALUNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DE CHICAGO: ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS .....	45
<b>3 A EXPERIÊNCIA DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DOS “CHICAGO BOYS” CHILENOS .....</b>	<b>51</b>
3.1 A EXPERIÊNCIA DOS “CHICAGO BOYS” CHILENOS: AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL.....	53
<b>3.1.1 Sobre o processo de estabelecimento do convênio Chicago-Católica: principais atores envolvidos e suas motivações .....</b>	<b>53</b>
<b>3.1.2 Os desdobramentos do projeto de cooperação PUC-Chicago e a experiência do grupo no exterior .....</b>	<b>62</b>
3.2 A EXPERIÊNCIA DOS “CHICAGO BOYS” CHILENOS: PROPRIEDADES SOCIAIS PARTILHADAS PELO GRUPO.....	71
3.3 A EXPERIÊNCIA DOS “CHICAGO BOYS” CHILENOS: INSERÇÃO NO ESPAÇO NACIONAL DOS ECONOMISTAS .....	75
<b>3.3.1 Modalidades de inserção no espaço nacional: a conquista da Universidade Católica do Chile .....</b>	<b>79</b>
<b>3.3.2 Modalidades de inserção no espaço nacional: a conquista de influência sobre a classe empresarial e a participação no regime Pinochet.....</b>	<b>86</b>
<b>4 A EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO GRUPO DE BRASILEIROS QUE CIRCULOU PELO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DE CHICAGO .....</b>	<b>95</b>
4.1 A EXPERIÊNCIA DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS POR CHICAGO: CONDIÇÕES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS .....	97
<b>4.1.1 O início da circulação internacional de brasileiros por Chicago: os canais institucionais utilizados em seu contexto histórico .....</b>	<b>98</b>
<b>4.1.2 A experiência dos economistas brasileiros no exterior .....</b>	<b>121</b>

4.2 A EXPERIÊNCIA DE CIRCULAÇÃO DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS POR CHICAGO: PROPRIEDADES SOCIAIS PARTILHADAS PELO GRUPO .....	133
4.3 A EXPERIÊNCIA DE CIRCULAÇÃO DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS POR CHICAGO: INSERÇÃO NO ESPAÇO NACIONAL DOS ECONOMISTAS.....	151
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>189</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>197</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 01 janeiro de 2019, Paulo Roberto Nunes Guedes (1949) assumiu o ministério da Economia do Brasil (antigo ministério da Fazenda), representando a primeira vez em que um economista treinado pela Universidade de Chicago, nos Estados Unidos, ocupava o mais alto cargo da gestão econômica nacional. Guedes convidou outros egressos do programa de pós-graduação em Economia da Universidade para assumir postos no governo e logo passou a se referir a eles como seus “Chicago Oldies”. O termo faz referência aos “Chicago Boys”, um grupo de economistas chilenos egressos da Universidade de Chicago, que, durante o regime militar comandado por Augusto Pinochet (1973-1990), ascendeu ao poder e desenvolveu, em seu país natal, uma experiência pioneira de implementação de um modelo econômico neoliberal (VALDÉS, 1995). Nesta pesquisa, analisamos comparativamente as experiências dos primeiros grupos de economistas chilenos e brasileiros a circularem pela Universidade de Chicago (ao longo das décadas de 1950, 1960 e 1970), com o objetivo de destrinchar se, tal qual no caso do Chile, no Brasil teria se constituído um grupo coeso de “Chicago Boys”, afinado política e intelectualmente e dotado de projetos políticos em comum para o país.

O papel da circulação internacional de experts por escolas de elite localizadas nos países centrais na consolidação de consensos em diferentes categorias profissionais têm sido alvo de particular interesse para a Sociologia das Elites (DEZALAY; GARTH, 2005; FOURCADE, 2009). Pierre Bourdieu, em “Sistemas de Ensino e Sistemas de Pensamento” (2007, p. 206, *tradução minha*<sup>1</sup>), chama atenção para a capacidade do sistema educacional de inculcar nos agentes certas categorias linguísticas e de pensamento que moldam e homogêizam esquemas de percepção, apreciação e ação sobre a realidade. Aqueles que frequentam uma mesma instituição de ensino, ao serem socializados segundo o mesmo modelo, encontrar-se-iam “predispostos a manter com seus pares uma relação de cumplicidade e comunicação imediatas”. Klammer e Colander (1984, p. 95), ao falar especificamente sobre a socialização vivenciada na pós-graduação em Economia, defendem que ela “desempenha um papel importante na determinação do discurso econômico, certifica os economistas como profissionais, estabelece a visão dos economistas sobre a argumentação e os orienta sobre o que é importante estudar e o que não é”.

---

<sup>1</sup> Todas as traduções das citações em língua estrangeira que aparecem no texto são de minha responsabilidade.

Na América Latina, aqueles que ficaram conhecido como “Chicago Boys” constituem o caso emblemático de uma experiência de circulação internacional de economistas que resultou na formação de um grupo alinhado à tradição intelectual da escola frequentada no exterior e na transformação, encabeçada por tal grupo, dos rumos da política econômica nacional.

A origem dos “Chicago Boys” chilenos reside no estabelecimento de um convênio entre o Departamento de Economia da Universidade de Chicago e a Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC), patrocinado pela Administração de Cooperação Internacional dos Estados Unidos (ACI, agência governamental antecessora da USAID – *United States Agency for International Development*). Firmado em março de 1956, o acordo previa a concessão de bolsas de estudos para que alunos chilenos realizassem a pós-graduação em Chicago e o estabelecimento de um Centro de Pesquisa Econômica ligado à Faculdade de Economia da PUC, em Santiago, onde professores de Chicago conduziram pesquisas, assistidos por economistas locais. No total, entre 1956 e 1964, vinte e seis economistas chilenos foram treinados no Departamento de Economia de Chicago. Muitos deles, após retornarem do treinamento no exterior, tornaram-se professores e pesquisadores em tempo integral na PUC, conforme previa o convênio. Lá, eles se esforçaram para implementar a tradição intelectual de Chicago em sua escola de origem, por meio de uma reestruturação do currículo do curso de Economia e do controle sobre órgãos decisórios da Faculdade (VALDÉS, 1995, pp. 126-127, 138-139, 162-163).

Mais do que reestruturar o curso de Economia da PUC, o grupo retornou ao Chile com a ambição de influenciar decisões em matéria de política econômica e subsidiar os posicionamentos dos círculos empresariais locais. Em 1975, após contornarem significativos obstáculos políticos, esses objetivos foram alcançados ao conquistarem, com apoio de setores do empresariado, os postos-chave da gestão econômica do regime autoritário de Augusto Pinochet. Assim, puderam conduzir uma série de reformas voltadas à redução do aparelho estatal e à liberalização da economia alinhadas à tradição intelectual com a qual tiveram contato no exterior (SILVA, 2010, p. 168; VALDÉS, 1995, pp. 21-25, 201). Juan Gabriel Valdés argumenta que a influência adquirida pelos “Chicago Boys”, primeiro no âmbito da PUC e, mais tarde, no governo Pinochet, só foi possível devido à atuação desses economistas como um grupo coeso, permeado por duradouros vínculos, amalgamado ao redor da visão de economia e de sociedade que emanava do Departamento de Economia de Chicago nos anos 1950 e 1960 e dotado de um senso de missão e um projeto político comum para o Chile (VALDÉS, 1995, pp. 158-159).



No Brasil, o termo “Chicago Boy” ganhou projeção no final de 2018, quando Paulo Guedes foi anunciado como o nome a comandar o ministério da Economia no caso da eleição do então candidato à Presidência, Jair Messias Bolsonaro. Logo o termo passou a ser amplamente utilizado, na mídia e no debate público nacional, para qualificar o possível futuro ministro, assim como outros membros de sua equipe que haviam estudado na instituição ao longo dos anos 1970<sup>2</sup>.

A utilização da alcunha pressupõe um alinhamento desses agentes com o modelo de Ciência Econômica praticado e lecionado na instituição estadunidense e sugere a existência de um paralelo entre tais economistas brasileiros e o grupo original de “Chicago Boys” chilenos. De fato, entre 1967 e 1977, vinte e cinco brasileiros frequentaram o Departamento de Economia da Universidade de Chicago (sendo vinte e dois na condição de alunos de pós-graduação e três como pesquisadores de pós-doutorado). O número é elevado para os padrões de circulação internacional de pós-graduandos observados à época e equiparável ao de chilenos que partiram para a instituição entre 1956 e 1964 (vinte e seis). Falta-nos, entretanto, estudos empíricos que deem conta de determinar a fundamentação de tal paralelo e de destrinchar os efeitos da circulação desses vinte e cinco agentes pelo Departamento de Economia de Chicago para o campo acadêmico brasileiro e para os rumos da política econômica nacional. Na presente dissertação, buscamos abordar tais temáticas a partir de uma análise comparativa da experiência brasileira e chilena de circulação por Chicago<sup>3</sup>, cujo propósito último é de determinar se, no caso do Brasil, também teria sido constituído um grupo coeso de “Chicago Boys”, afinado política e intelectualmente e com projetos políticos em comum para o país.

A pesquisa foi impulsionada pela constatação de que a simples passagem pelo Departamento de Economia de Chicago não dá conta de explicar a formação de grupos com determinados alinhamentos teórico-metodológicos ou normativos em comum. Ao contrário, seguindo as linhas de investigação propostas por Yves Dezalay e Bryant Garth (2005) e Juan

---

<sup>2</sup> Ver: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/bolsonaro-tera-sua-turma-de-chicago-boys-mas-quem-eles-eram-de-fato-2o9c0f4qg42j04jl19t16nszy/>; <https://oglobo.globo.com/economia/o-fechado-unido-clube-dos-chicago-boys-23258517>; <https://theintercept.com/2019/10/27/chile-paulo-guedes-chicago-boys-liberalismo-crise-bolsonaro/>; e <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2020/02/ate-quando-chicagadas-de-guedes-vao-ser-argumento-para-conformismo.shtml>. Acesso em: 19/04/2022.

<sup>3</sup> Ao longo desta dissertação, quando falarmos em “experiência chilena” estaremos nos referindo àquela dos vinte e seis chilenos que partiram para realizar a pós-graduação em Chicago entre 1956 e 1964, no âmbito do acordo entre o Departamento de Economia da Universidade e a PUC. Já por “experiência brasileira” entende-se aquela dos vinte e cinco brasileiros que partiram para a instituição entre 1967 e 1977. No caso do Brasil, o recorte temporal estabelecido justifica-se pelo fato de que, durante esse período de onze anos, os canais existentes de acesso à instituição estadunidense mantiveram-se inalterados (*ver subseção 4.1.1*).

Gabriel Valdés (1995), consideramos existirem múltiplos fatores que complexificam a relação causal entre circulação internacional e formação de grupos coesos e alinhados. Neste estudo, enfocaremos *três fatores* que, conforme aventamos, teriam *mediado* os diferentes resultados produzidos por cada experiência de circulação internacional em termos da criação de grupos articulados e alinhados. Esses *três fatores*, ao longo do texto, assumem a forma de *eixos analíticos*, a partir dos quais a experiência chilena e a brasileira serão analisadas e contrastadas.

**O primeiro eixo de comparação diz respeito ao contexto histórico-institucional em que se dá a circulação dos economistas chilenos e brasileiros por Chicago.** São analisados, por um lado, os acordos entre instituições que possibilitaram a circulação desses grupos pelo Departamento, ao garantirem financiamento de bolsas de estudos e facilitarem o acesso a vagas na Universidade. Por outro lado, é focado o momento histórico em que as experiências acontecem, em termos das configurações das relações Estados Unidos-América Latina e dos respectivos espaços nacionais dos economistas. Partindo do quadro analítico proposto por Pierre Bourdieu, que orienta este trabalho, entendemos os espaços nacionais dos economistas como estruturas de posições e de relações de força nas quais diversos agentes e instituições – da esfera acadêmica, governamental e corporativo-financeira – disputam entre si a autoridade por falar e agir sobre a Economia (KLÜGER, 2017, BOURDIEU, 1976). Seguindo tal quadro, sugerimos que as motivações dos agentes e instituições envolvidos nas experiências chilena e brasileira de circulação por Chicago só podem ser devidamente compreendidas à luz das disputas e relações que estruturam tais espaços.

**O segundo eixo de comparação proposto refere-se à proximidade nas propriedades sociais e ideológicas portadas pelos membros de cada grupo previamente à ida para os EUA.** Mais uma vez, partindo do quadro analítico de Bourdieu, entende-se propriedades sociais como atributos carregados pelos agentes – seja como disposições inscritas em seus corpos e mentes (o *habitus*), seja como bens econômicos e culturais sob sua posse – que determinam as posições por eles ocupadas no espaço social e que, a depender da estrutura dos campos dos quais eles participam, podem funcionar como capitais (ou trunfos) nos jogos de poder que neles se desenrolam. Os agentes que ocupam posições próximas no espaço social tendem a apresentar *habitus*, propriedades sociais e práticas objetivamente harmonizados, o que tem o efeito de torná-los mais suscetíveis a estabelecerem vínculos de diferentes ordens entre si (BOURDIEU, 1992, pp. 59-60; BOURDIEU, 2017; BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1978, p. 37). Sugerimos, portanto, que o grau de homogeneidade social – entendida como uma afinidade de *habitus* e estilos de vida – teria influenciado as experiências de circulação internacional analisadas ao

tornar mais ou menos provável a confecção de laços entre os agentes e ao torná-los mais ou menos receptivos às visões acerca da economia emanadas do Departamento.

Por fim, **o terceiro eixo de análise diz respeito às modalidades de inserção dos agentes nos respectivos espaços nacionais dos economistas após a experiência de circulação internacional.** Mais precisamente, buscamos avaliar se os agentes se engajaram, ou não, no desenvolvimento de projetos conjuntos, seja no âmbito acadêmico ou na esfera política. Com isso, visamos destrinchar e contrastar as consequências das experiências para os rumos da Ciência Econômica e da política econômica nacionais. Também nessa etapa a análise é acompanhada de uma reflexão acerca dos contornos assumidos pelos respectivos espaços nacionais dos economistas no momento em que os agentes *retornam* do exterior, uma vez que, segundo o referencial teórico que orienta esta pesquisa, os interesses ou as capacidades dos agentes de agirem de forma coordenada e influenciarem os rumos do ensino e da prática da Economia em seus países só podem compreendidos à luz das relações que estruturam esse espaço.

A pesquisa encontra-se estruturada em torno de *duas hipóteses* principais. Por um lado, supomos que, tanto no caso chileno quanto no brasileiro, a experiência de circulação por Chicago *não seria condição suficiente* para explicar a formação de grupos dotados de alinhamentos intelectuais e políticos homogêneos no campo da Economia e de projetos políticos em comum para seus respectivos países. Por outro lado, supõe-se que, nos dois casos, o grau de afinidade político-intelectual dos economistas que circularam pela instituição *teria sido mediado* por fatores relacionados: (1) às condições histórico-institucionais em que se deu a circulação internacional; (2) à partilha prévia de determinadas propriedades sociais; e (3) às modalidades de inserção dos agentes nos respectivos espaços nacionais dos economistas após o retorno do exterior.

A pertinência deste estudo decorre do fato de que, tal qual identifica Marion Fourcade (2006), a circulação de economistas de diferentes países pelas escolas de elite estadunidenses tem historicamente resultado na transposição, para os respectivos espaços nacionais, de teorias e ferramentas analíticas com potencial para influenciar práticas acadêmicas e de formulação de políticas públicas. No caso da América Latina, o fluxo rumo aos departamentos de Economia estadunidenses acentuou-se na década de 1960, como resultado da política externa dos EUA de conquista de zonas de influência no contexto da Guerra Fria. Muitos desses estudantes, ao retornarem a seus países natais, passaram a ocupar posições na alta administração pública e

protagonizaram reformas voltadas à liberalização e desregulamentação das economias nacionais. Os “Chicago Boys” chilenos são um caso emblemático de importação de teorias e técnicas produzidas no exterior e de sua utilização como fundamentação de uma agenda que rompia radicalmente com o percurso do país em termos de política econômica (FOURCADE, 2006; MONTECINOS *et al.*, 2009). O caso é também ilustrativo do caráter “performativo” da Ciência Econômica, ou seja, da capacidade portada por ideias e ferramentas da disciplina de construir e transformar o modo como a economia real funciona (CALLON, 1998).

Nesta pesquisa, optou-se por partir da bem documentada experiência chilena para investigar os efeitos da circulação de um número expressivo de brasileiros pelo Departamento de Economia de Chicago, entre 1967 e 1977, para os rumos da Economia acadêmica e da política econômica nacional. Tal investigação faz-se particularmente oportuna tendo em vista a atual conjuntura do país, em que, pela primeira vez, um economista treinado em Chicago comanda o ministério da Economia. Além da reconstrução histórica da experiência do primeiro grupo de brasileiros que circularam por Chicago, a pesquisa busca, a partir de um exercício comparativo, contribuir para o campo de estudos sobre circulação internacional de experts a partir da identificação de fatores chave para mediar e influenciar os resultados produzidos por tais experiências. Espera-se que os fatores aqui identificados inspirem outros estudos dedicados a destrinchar os efeitos de experiências de circulação internacional para diferentes dimensões do espaço nacional e categorias profissionais.

Com vistas a testar as hipóteses e cumprir os objetivos acima delimitados, esta dissertação encontra-se estruturada em cinco seções primárias, incluindo esta introdução (*seção 1*) e uma de “Considerações Finais” (*seção 5*). Na segunda seção, analisam-se a estrutura e as orientações acadêmicas do programa de pós-graduação em Economia da Universidade de Chicago nas décadas de 1950, 1960 e 1970, visando, com isso, apreender traços centrais do ambiente institucional e intelectual que os economistas brasileiros e chilenos encontraram em suas passagens pelo Departamento e refletir acerca do processo de socialização que vivenciaram no exterior. Com tal análise, vale notar, não se pretende homogeneizar as experiências dos estudantes latino-americanos que frequentaram o Departamento. Ao contrário, assume-se que as experiências individuais de circulação internacional variaram conforme o período de treinamento no exterior; os cursos, workshops e outros espaços de discussão acadêmica frequentados; os laços tecidos; além das visões de mundo e disposições pré-existentes. Consideramos, no entanto, que uma caracterização geral do programa de pós-graduação, a partir

da revisão de literatura especializada, fornece um substrato importante a partir do qual os relatos fornecidos pelos agentes podem ser criticamente interpretados.

Na terceira seção, uma reconstrução da história de circulação internacional dos “Chicago Boys” chilenos é feita a partir da revisão da bibliografia existente acerca do tema. Na quarta seção, a experiência do primeiro grupo de economistas brasileiros a realizar a pós-graduação ou o pós-doutorado no Departamento de Economia de Chicago, entre os anos 1967 e 1977, é analisada. Para essa última etapa, a coleta de dados foi feita por meio de entrevistas com os agentes de interesse<sup>4</sup> e da consulta a fontes primárias e secundárias (como currículos disponíveis on-line, biografias e entrevistas).

Tanto a terceira quanto a quarta seções foram estruturados conforme os *eixos de comparação* acima delimitados. Assim, buscaremos deslindar, em relação ao caso chileno (*seção 3*) e ao caso brasileiro (*seção 4*): (1) as condições histórico-institucionais em que se deu cada experiência de circulação internacional; (2) o grau de homogeneidade social – afinidade de *habitus* e estilos de vida (BOURDIEU, 2017) – dos grupos previamente à ida para o exterior; e (3) as modalidades de inserção desses agentes nos respectivos espaços nacionais dos economistas após retornarem de Chicago. No caso dos brasileiros, os itens 2 e 3 foram concluídos a partir de uma análise das trajetórias sociais dos agentes antes e depois da experiência de circulação internacional.

As “considerações finais” (*seção 5*) sistematizam os principais resultados obtidos em cada eixo comparativo e discutem os efeitos da experiência brasileira de circulação internacional para o espaço nacional dos economistas. Também são apresentadas algumas reflexões sobre como a análise aqui desenvolvida poderia ser aprofundada ou complementada.

---

<sup>4</sup> Entre agosto e dezembro de 2021, foram entrevistados: Adroaldo Moura da Silva, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Cláudio Luiz da Silva Haddad, Cláudio Roberto Contador, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Helson Cavalcante Braga, José Alexandre Scheinkman, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Carvalho de Mello, Roberto da Cunha Castello Branco e Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran.

## 2 A ESTRUTURA E DIRETRIZES DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DE CHICAGO ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1970

Na presente seção, analisam-se a estrutura e as orientações acadêmicas do programa de pós-graduação em Economia da Universidade de Chicago nas décadas de 1950, 1960 e 1970, visando, com isso, apreender traços centrais do ambiente institucional e intelectual que os economistas brasileiros e chilenos encontraram em suas passagens pelo Departamento e refletir acerca do processo de socialização e de formação de visões acerca da economia que vivenciaram no exterior. As informações que estruturam a seção foram coletadas mediante revisão da literatura existente e, em menor medida, mediante entrevistas realizadas com quinze economistas brasileiros que circularam pelo Departamento no período.

Em sua reflexão acerca da “subcultura” de Chicago entre as décadas de 1930 e 1970, Melvin Reder, na perspectiva de alguém interno ao Departamento, avalia que o processo de aprendizado vivenciado a partir do acompanhamento de disciplinas obrigatórias rigorosas e da preparação para exames de qualificação (*core exams*) extremamente seletivos seria responsável por inculcar nos alunos “hábitos distintos de pensamento”, resultando em um “processo de aculturação” que terminava com a formação de economistas dotados do “estilo de pensamento de Chicago” (REDER, 1982, p. 9). O que distinguiria o “estilo de pensamento de Chicago” da Economia praticada e lecionada em outras instituições? E que aspectos do programa de pós-graduação oferecido pelo Departamento ajudam a explicar a formação de economistas dotados de um modo particular de pensar a realidade econômica? Na presente seção exploramos essas questões, começando por uma discussão acerca da estrutura do programa.

Antes de iniciar a análise proposta, entretanto, faz-se necessário expor algumas ponderações. A primeira diz respeito ao desafio de se trabalhar com um intervalo temporal de quase três décadas<sup>5</sup>. Mostra-se crucial, pois, reconhecer que, entre meados da década de 1950 e final da década de 1970, o Departamento de Economia de Chicago passou por uma série de transformações relacionadas à chegada e partida de docentes, à redistribuição dos responsáveis pelas disciplinas e à incorporação de inovações teóricas, metodológicas e técnicas desenvolvidas no âmbito da Ciência Econômica (Entrevista de José Alexandre Scheinkman à

---

<sup>5</sup> Conforme exposto na introdução que precede esta seção, o longo intervalo temporal foi delimitado em função da cronologia da circulação dos primeiros grupos de economistas chilenos e brasileiros por Chicago. No caso do Chile, esse primeiro grupo compreende os economistas que partiram para a instituição entre 1956 e 1964. No caso do Brasil, dentro do escopo do presente trabalho, entendemos como primeiro grupo aqueles que partiram para a instituição entre 1967 e 1977.

autora, 2021). Também é digno de nota o reposicionamento experimentado pelo Departamento dentro do campo das escolas de Economia estadunidenses ao longo dos anos. Até meados da década de 1960, período em que as escolas de Economia de maior prestígio nos EUA e na Grã-Bretanha estavam sob forte influência do pensamento keynesiano, Chicago vivenciou uma fase de marginalização e baixo reconhecimento acadêmico perante seus pares. A partir da segunda metade dos anos 1960, porém, mudanças nos ânimos e inclinações de membros profissão produziram uma crescente adesão aos argumentos científicos pró-mercado cultivados com particular destaque em Chicago – culminando, inclusive, em sua transformação no *mainstream* econômico da década de 1980 (COLANDER; FREEDMAN, 2019, p. 47, pp. 67-69, pp. 98-99; MIROWSKI *et al.*, 2011, p. xvii; VALDÉS, 1995, pp. 59-60).

A despeito das evidentes transformações – as quais serão retomadas e desenvolvidas no decorrer da seção –, análises acerca da tradição intelectual e inclinações do Departamento desenvolvidas por Melvin Reder (1982), Marion Fourcade (2009), Ross Emmett (2011), Thomas Stapleford (2011), dentre outros autores, demonstram que também são identificáveis significativas continuidades. Conforme demonstrado por Emmett (2011), importantes aspectos relativos à grade curricular, aos objetivos centrais e à estrutura geral do programa de pós-graduação em Economia de Chicago permaneceram constantes durante o período aqui enfocado. As análises apontam, ainda, que, ao longo desse período de quase três décadas, predominou na instituição uma certa abordagem à pesquisa e uma forma de pensar a realidade econômica que a particularizavam em relação a outras escolas de Economia e que tiveram forte influência no treinamento acadêmico oferecido aos alunos de mestrado e doutorado. Assim sendo, nesta segunda seção, debruçamo-nos sobre essa literatura com vistas a refletir acerca do ambiente intelectual e institucional encontrado pelo grupo de chilenos e brasileiros treinados em Chicago e, em seguida, interpretar as narrativas oferecidas nas entrevistas.

Note também que, a partir desse esforço de identificação de traços dominantes do Departamento, não visamos homogeneizar as experiências individuais do conjunto de chilenos e brasileiros que circularam pela instituição no período delimitado. Assume-se aqui que as experiências individuais de circulação internacional variaram conforme o período de treinamento no exterior; os cursos, workshops e outros espaços de discussão acadêmica frequentados; assim como segundo as atividades de pesquisa desenvolvidas e laços tecidos no exterior. O grau de influência do treinamento recebido em Chicago nos alinhamentos acadêmicos e profissionais dos economistas brasileiros também não teria sido uniforme,

variando conforme visões de mundo e disposições pré-existentes (BOURDIEU, 1996; COLANDER; KLAMER, 1987).

Por fim, ressaltamos que não se busca, tampouco, realizar uma descrição exaustiva do treinamento em Economia oferecido em Chicago e das abordagens teórico-metodológicas adotadas pelos diferentes docentes afiliados. Como observa Reder, ao descrever o que denomina “subcultura de Chicago”, as visões dos membros do Departamento acerca da Ciência Econômica lá desenvolvida e lecionada poderia variar substantivamente conforme as áreas de especialidade e espaços de discussão frequentados. O corpo docente do Departamento de Economia de Chicago, durante o período analisado, não era homogêneo e diferenças em afiliações intelectuais e visões de mundo se faziam presentes no dia a dia da instituição (Entrevistas de Adroaldo Moura da Silva e Pedro Mello à autora, 2021; REDER, 1982, p. 1, 33). A existência de uma pluralidade dentro do corpo docente não nos impede, entretanto, de desenvolver uma *caracterização geral* do programa de pós-graduação oferecido pelo Departamento e de refletir sobre as afiliações teórico-metodológicas e posicionamentos normativos dominantes entre seus membros no período.

## 2.1 A ESTRUTURA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DE CHICAGO ENTRE AS DÉCADAS DE 1950 E 1970

Nos anos de 1954 e 1955, foi realizada uma reforma no programa de pós-graduação em Economia de Chicago visando fortalecer o foco e favorecer o direcionamento de recursos à pesquisa e ao treinamento em pesquisa (EMMETT, 2011). Nesta subseção, analisaremos alguns aspectos centrais da estrutura e requisitos do programa implementados a partir de tal reforma, uma vez que eles permaneceram relevantes durante todo o período que interessa ao estudo.

Como observado desde o final da década de 1940, o processo seletivo para a admissão no programa não era rigoroso, sendo admitido quase todo candidato que demonstrasse interesse em pesquisa e aptidão para análises teóricas e quantitativas. A brandura do processo de admissão era, porém, contrabalançada por rigorosos exames intermediários, que selecionavam os alunos que teriam a possibilidade de prosseguir para o doutoramento. Assim, a alta taxa de reprovação nesses exames, durante todo o período entre 1930 e 1980, constituiu o “principal mecanismo de controle acadêmico sobre a população de pós-graduandos” do Departamento (EMMETT, 2011, pp. 96-97).



A partir da reforma de 1954 e 1955, esses exames intermediários assumiram a forma dos chamados *core exams*, avaliações escritas aplicadas ao final do primeiro ano de estudos voltadas a medir o conhecimento dos alunos em teoria dos preços (como era denominada a microeconomia em Chicago) e teoria monetária. Ao longo do primeiro ano do programa, os alunos deveriam cursar disciplinas obrigatórias em teoria dos preços, teoria monetária, estatística e econometria, que, da perspectiva do Departamento, forneceriam aos estudantes as “ferramentas básicas” para a pesquisa econômica que deveriam ser devidamente aplicadas nas teses de doutoramento. O *core exam*, que, a partir de então, passou a representar o principal obstáculo para a conclusão do programa de doutorado no Departamento, era formulado com vistas a averiguar se os estudantes teriam assimilado corretamente tais “ferramentas” – com ênfase para aquelas introduzidas na disciplina de teoria dos preços (EMMETT, 2011, pp. 105-106; REDER, 1982, p. 8).

As entrevistas indicam que, pelo menos no período entre 1967 e 1977, a seleção realizada a partir do *core exam* era feita com base na mediana das notas – apenas a metade com os melhores resultados era aprovada. Os alunos tinham três oportunidades para passar no exame. Aqueles que não passassem, poderiam prestar um segundo exame, específico para a obtenção do título de mestre (Entrevistas de Paulo de Tarso Medeiros e Túlio Duran à autora, 2021). Conforme analisado em maiores detalhes na subseção 4.1.2 da dissertação, tal método de seleção era responsável por instaurar um clima de intensa pressão e competitividade entre o corpo discente. Os alunos, via de regra, adotavam rotinas de estudos exaustivas, que deixavam pouco tempo livre para dedicação à vida social ou familiar (Entrevistas de Cláudio Contador, Cláudio Haddad, Paulo Neuhaus e Pedro Mello à autora, 2021).

Particular importância era dada à sequência de disciplinas em teoria dos preços. Nelas, os alunos eram apresentados a modelos de equilíbrio parcial, inspirados na tradição neoclássica de Alfred Marshall<sup>6</sup>, e orientados a aplicá-los a situações concretas, diante da constatação de que tais modelos e ferramentas teriam um grande poder de explicar o modo como o mercado

---

<sup>6</sup> Alfred Marshall (1842-1924) foi um economista inglês reputado como um dos fundadores da tradição econômica neoclássica e formulador da abordagem do equilíbrio parcial, sistematizada na influente obra *Principles of Economics* (1890). Em Chicago, o enfoque dado à abordagem do equilíbrio parcial (em detrimento da abordagem de equilíbrio geral de tradição walrasiana) decorria da avaliação de que sua relativa simplicidade e ausência de pressupostos restritivos favoreceria a sua aplicação para a análise de problemas econômicos concretos. A inspiração marshalliana naquilo que ficou conhecido como a “abordagem de Chicago” à teoria dos preços também se manifestava no incentivo à associação entre análise teórica e estudos empíricos. Até a década de 1970, o livro *Principles of Economics* se manteve como uma das principais referências bibliográficas das disciplinas obrigatórias de teoria dos preços oferecidas no Departamento (BACKHOUSE *et al.*, 2011; FOURCADE, 2009, p. 266; MEDEMA, 2011, p. 154).

funciona e de prever os efeitos de diferentes políticas e intervenções governamentais na economia (considerações mais detalhadas sobre a abordagem de Chicago à teoria dos preços serão apresentadas na subseção 2.2) (EMMETT, 2010, pp. 1-2; MEDEMA, 2011, pp. 155-156; REDER, 1982, p. 13). Emmett avalia que o programa de pós-graduação em Economia de Chicago, a partir do pós-guerra, transformou-se em um processo de imersão nesses modelos simples, que deveriam se tornar praticamente intuitivos aos novos pesquisadores (EMMETT, 2010, p. 2). Os cursos obrigatórios de teoria dos preços eram, via de regra, reservados aos melhores professores do Departamento – o que, por sua vez, baseava-se em uma percepção de que apenas os mais experientes docentes seriam capazes de ajudar os alunos ingressantes a apreender intuitivamente o poder das ferramentas consideradas básicas para a análise econômica<sup>7</sup> (EMMETT, 2011, p. 107).

A seguinte passagem, retirada de um memorando de 1957 de Theodore Schultz, diretor do Departamento entre 1946 e 1961, evidencia o poder exercido por esse treinamento inicial em teoria dos preços na conformação de uma certa inclinação frente à pesquisa econômica:

Quando perguntei a um aluno que ingressou no programa no final do período que estamos considerando o que os alunos de sua geração faziam para escolher o tema de sua dissertação, ele disse que eles examinariam os livros de teoria dos preços de Stigler (1966), Friedman (1976), e Alchian e Allen (1969) repetidamente tentando fazer do uso das ferramentas quase uma segunda natureza, e então pensar em maneiras de aplicá-las a problemas comuns nos quais não haviam sido usadas antes (Thurman, 2005 apud EMMETT, 2011, pp. 106-107).

Após a conclusão dos cursos obrigatórios e a aprovação no *core exam*, os alunos deveriam frequentar disciplinas voltadas a uma ou duas áreas de especialização de sua preferência e, em seguida, prestar mais um ou dois exames preliminares, dessa vez relacionados às áreas escolhidas. Também deveriam escolher e contatar o professor que gostariam de ter como orientador de tese. Escolhido o orientador principal, outros dois ou, no máximo, três professores seriam convidados para integrar o chamado “comitê de tese”, responsável por acompanhar a pesquisa e, ao final do programa, aprovar ou não o trabalho. O orientador

---

<sup>7</sup> Milton Friedman foi o responsável pelas disciplinas obrigatórias de teoria dos preços entre 1946, ano em que foi contratado pelo Departamento, e 1964; e, depois, novamente, entre 1972 e 1976 – sendo que no intervalo entre 1964 e 1972 dedicou-se a cursos na área da teoria monetária, também considerados centrais. Antes da chegada de Friedman, Jacob Viner e Frank Knight, economistas de grande renome e expressiva influência no Departamento entre os anos 1920 e 1940, eram os responsáveis pela cadeira. Outros professores que se encarregaram do curso, entre os anos 1960 e os anos 1980, foram Arnold Harberger – personagem influente na construção de relações entre Chicago e Chile e Chicago e Brasil, contratado pelo Departamento em 1953 –, Gary Becker – contratado em 1969 – e Deirdre McCloskey – contratada em 1968 (Entrevistas à autora, 2021; EMMETT, 2011, p. 107; HAMMOND, 2010, p. 7, 19).

principal assumia a posição de presidente do comitê de tese e, via de regra, escolhia os colegas que participariam da orientação (Entrevistas à autora, 2021).

Central para o desenvolvimento das pesquisas era o sistema de workshops especializados, que começou a ser implementado no início da década de 1950 e, desde então, constituiu-se como uma das principais marcas do Departamento. Os workshops eram espaços de discussão acadêmica baseados na realização de encontros periódicos, nos quais professores e pós-graduandos do Departamento, e por vezes pesquisadores externos a ele, apresentavam trabalhos em áreas comuns de interesse. Em meados da década de 1960, estavam consolidados os workshops de Econometria, Relações Industriais e Economia do trabalho, Economia Agrícola, Finanças Governamentais, Moeda e Bancos, Desenvolvimento Econômico na América Latina, Organização Industrial, Estudos Urbanos, Economia Internacional e História Econômica (EMMETT, 2010, p. 3; EMMETT, 2011, p. 110).

O fortalecimento do sistema de workshops estava intimamente ligado ao objetivo explícito do Departamento de dedicar uma grande proporção de seus recursos para pesquisa científica e para o treinamento em pesquisa e de promover a articulação entre professores e estudantes em espaços de discussão coletivos. De acordo com Ross Emmett, uma vez que o sistema se disseminou pelo Departamento, nos anos 1950, tornou-se extremamente incomum que pós-graduandos ou professores conduzissem suas pesquisas fora do âmbito de ao menos um deles (EMMETT, 2011, pp. 105-107). Para os alunos, a participação regular em pelo menos um dos workshops, principalmente aqueles dirigidos ou frequentados por seus orientadores, era quase mandatória. Em alguns casos, os encontros eram seguidos de momentos de descontração nos bares próximos à Universidade, o que, segundo um dos entrevistados, “fazia parte do curso”. A pressão relatada por parte dos entrevistados para que participassem tanto dos workshops quanto desses momentos mais informais com seus professores e demais colegas é indicativo da preocupação do corpo docente com a formação de um espírito de corpo entre aqueles frequentavam o Departamento (Entrevistas à autora, 2021).

Parte significativa dos trabalhos dos alunos de doutorado era discutida no âmbito dos workshops, nos quais eles deveriam apresentar os desenvolvimentos de suas pesquisas e submetê-las à sabatina coletiva e às críticas de professores do Departamento (EMMETT, 2011, p. 107). As discussões travadas, entretanto, não se limitavam aos trabalhos de doutorado. Como descreve Reder:

Por mais que os alunos participem deles (aqueles produzindo dissertações são obrigados a apresentar suas pesquisas em uma sessão do workshop relevante), os workshops não são grupos de discussão de alunos. Em vez disso, são lugares onde membros do corpo docente de todas as categorias e visitantes discutem pesquisas atuais e debatem novos resultados. O tom da discussão do workshop é muito influenciado pelo fato de que os membros sêniores do corpo docente comparecem e participam ativamente (REDER, 1982, p. 2).

Os workshops constituíam, assim, um espaço fundamental para que os alunos em treinamento fossem socializados na abordagem à pesquisa econômica privilegiada por seus orientadores, assim como por outros professores do Departamento. Após serem introduzidos, nas disciplinas obrigatórias, às ferramentas consideradas fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa econômica, nos workshops os jovens pesquisadores eram constantemente incentivados e instruídos a utilizá-las em seus trabalhos individuais. A recorrente exposição às perguntas feitas por membros sêniores dos workshops cumpria um papel importante de direcionamento das pesquisas dos membros menos experientes (EMMETT, 2011, pp. 107, p. 111).

Durante a construção de suas teses, os candidatos ao doutorado eram incentivados a utilizar as ferramentas e noções lecionadas nos cursos de teoria dos preços para a construção de modelos a serem aplicados a situações concretas e testados estatisticamente contra evidências empíricas diligentemente coletadas. Os relatos apresentados por aqueles que frequentaram o programa podem ser elucidativos acerca de como tais incentivos eram percebidos pelo corpo discente. José Luiz Carvalho, em seu relato sobre o programa, ressalta tanto a ênfase colocada na teoria neoclássica e em seus postulados quanto a importância dada ao teste empírico cuidadoso de hipóteses:

A essência [de Chicago] é a seguinte: que que é a Economia? Economia é uma ciência que trata do comportamento humano, baseado em alguns postulados. Quais são os postulados? As pessoas reagem a estímulos, positivos e negativos. As pessoas preferem mais a menos a preços positivos. [...] E você constrói aquele corpo teórico em cima do postulado. E isso todos os professores do Departamento de Economia aceitavam. [...] Tem uma expressão que é muito utilizada: o gosto do pudim está em prová-lo. Ou seja, você tem uma teoria, mas ela tem que ser compatível com o mundo real. O objetivo da teoria é tornar o mundo real simples para você entender. Então, não pode se desassociar. E isso é uma marca extremamente forte de Chicago. A evidência empírica, “olha a evidência empírica” (Entrevista de José Luiz Carvalho à autora, 2021).

Cláudio Roberto Contador, por sua vez, tem como uma das principais memórias de seu treinamento em Chicago a ênfase na análise quantitativa:

A ênfase era muito forte em pesquisa. Aliás eu fui pra Chicago com essa visão de que Chicago seria o local para você aprender a fazer pesquisa. E tive grandes professores nesse aspecto. Pesquisas quantitativas. [...] O tempo todinho você estava tendo que preparar trabalhos e você tinha condições de aplicar tudo aquilo que estava sendo

ensinado em econometria, estatística, etc. (Entrevista de Cláudio Roberto Contador à autora, 2021).

Além de serem aplicados nas diferentes subáreas da Economia, a partir dos anos 1960, as ferramentas e modelos da teoria dos preços marshalliana foram utilizados, por pesquisadores Departamento, para a análise de uma gama cada vez mais ampla de fenômenos e comportamentos sociais que, até então, eram considerados como de fora do escopo da Ciência Econômica, como educação, relações íntimas, família, fertilidade, crime, discriminação racial e o processo político (*ver subseção 2.2*). Tal “imperialismo econômico” impactou profundamente o tipo de treinamento em pesquisa oferecido no programa de pós-graduação e a gama de tópicos abordados pelos alunos em suas investigações (ALMEIDA, 2008; EMMETT, 2010, pp. 1-2; FOURCADE, 2009, pp. 166-167; MEDEMA, 2011, pp. 155-156; MIROWSKI *et al.*, 2011, p. xix). Adroaldo Moura da Silva, em entrevista, evidencia a disseminação que tal abordagem adquirira no Departamento no final dos anos 1960 e começo dos anos 1970 ao relatar que, em sua visão, o cerne da Economia praticada em Chicago era “teoria dos preços aplicada ao cotidiano, até exageradamente. Que é o caso do Gary Becker, que aplica para criminalidade, para discriminação racial, para produção de filhos pela mãe de família” (Entrevista de Adroaldo Moura da Silva à autora, 2021).

A discussão apresentada por Juan Gabriel Valdés acerca do treinamento recebido pelos economistas chilenos que realizaram a pós-graduação em Chicago no âmbito do acordo firmado entre a instituição estadunidense e a Pontifícia Universidade Católica do Chile, em 1956, fornece também elementos importantes para refletirmos sobre a estrutura do programa e sobre certas especificidades da socialização vivenciada por estudantes latino-americanos.

A partir da revisão de relatórios enviados por membros do Departamento de Economia de Chicago para a ACI/USAID e para a PUC, entre 1956 e 1964, e de arquivos das fundações Ford e Rockefeller, Valdés observa que, também no caso dos chilenos, professores do Departamento preocupavam-se primariamente em transmitir ao grupo aqueles que eram considerados os “princípios centrais” da teoria dos preços e da teoria monetária, além do treiná-lo em inferência estatística. Essa preocupação que, conforme exposto, constituía um traço central do programa, acentuava-se no caso dos estudantes chilenos, uma vez que, na avaliação de membros do Departamento, o treinamento oferecido pela PUC era particularmente fraco naquelas abordagens e assuntos que constituíam a “Ciência Econômica moderna” (VALDÉS, 1995, pp. 140-141). A seguinte passagem, retirada de um relatório elaborado pela equipe de

Chicago responsável pela cooperação com a PUC, é bastante elucidativa em relação a esse ponto:

A experiência do Departamento de Economia demonstrou que os alunos que vêm de países de renda relativamente baixa, e que se espera que retornem aos seus países para ensinar, ou se envolver em pesquisa acadêmica, ou aconselhar sobre políticas de crescimento econômico, ou para servir em alguma outra capacidade que requeira o uso da Economia, precisam ser treinados para comandar o cerne da Economia. Isso significa que eles devem ter um sólido entendimento da microeconomia - ou teoria dos preços - e da teoria da renda e do emprego. Eles também devem ter alguma proficiência no manuseio de assuntos de ferramentas, como matemática e estatística. [...] O Departamento acredita que os alunos que dominarem esses campos irão comunicar conhecimentos corretos e tomar decisões corretas quando eles retornarem e que aqueles que não os dominarem irão ensinar coisas erradas e tomar decisões erradas (The Chile Project, Ninth Report apud VALDÉS, 1995, pp. 141-142).

A passagem evidencia que o domínio desse conjunto de “princípios centrais da Economia”, conforme lecionados em Chicago, era considerado, de fato, um pré-requisito para o exercício profissional como economista qualquer que seja a área de atuação. Como consequência lógica, aqueles que não dominassem esses princípios e, portanto, não compartilhassem dos pressupostos teóricos e metodológicos a eles relacionados, não poderiam ser considerados economistas profissionais (VALDÉS, 1995, pp. 127-129) – considerações acerca dessa postura de certeza científica adotada por membros do Departamento serão retomadas na próxima subseção.

Esperava-se que, uma vez concluído o treinamento no Departamento, os economistas chilenos desenvolvessem pesquisas e aplicassem os princípios e ferramentas adquiridos a problemas concretos do país, de modo a desenhar potenciais soluções para problemas socioeconômicos locais. Um dos canais privilegiados para a transmissão desses ensinamentos e para a socialização dos chilenos na abordagem à pesquisa econômica que predominava no Departamento foram justamente os workshops (VALDÉS, 1995, p. 143). Nesse sentido, cabe observar que assim que os primeiros estudantes chilenos chegaram à Chicago, em 1956, foi criado, pelo professor Arnold Harberger, o *Chile Workshop*, um espaço de discussões teóricas e metodológicas e de compartilhamento dos resultados das pesquisas realizadas sobre a economia e o desenvolvimento chileno. Em 1959, ele foi transformado no workshop sobre o “Desenvolvimento Econômico da América Latina”, o qual constituiu um espaço de encontro e intercâmbio entre estudantes vindos do Chile, Brasil e de outros países latino-americanos, além de congregar outros professores e estudantes ligados ao Departamento interessados na área (EMMETT, 2011, pp. 109-110; VALDÉS, 1995, pp. 143-144).

Uma vez caracterizada a estrutura do programa de pós-graduação em Economia da Universidade de Chicago, partimos, na próxima subseção, para uma discussão mais aprofundada acerca das abordagens à pesquisa econômica e à teoria dos preços predominantes no Departamento entre os anos 1950 e 1970 – ambas, cabe ressaltar, intimamente entrelaçadas. Tal discussão subsidiará a identificação de traços e tendências gerais do programa de pós-graduação e do tipo de pesquisa desenvolvida na instituição no período estudado. A identificação dos traços centrais dessa abordagem, assim como daquilo que a distinguiu do tipo de pesquisa econômica desenvolvida em outras instituições estadunidenses no mesmo período, permitirá recolher evidências acerca dos “hábitos distintos de pensamento” que, segundo Reder, eram inculcados nos alunos por meio da socialização no programa de pós-graduação de Chicago (REDER, 1982, p. 9). Reiteramos que não se pretende produzir ilações definitivas acerca dos referenciais teóricos e metodológicos adotados pelos economistas brasileiros e chilenos que transitaram por Chicago na pós-graduação. As experiências individuais, como é plausível supor, teriam sido moldadas pelo período em que se deu a circulação, as disciplinas optativas e workshops frequentados, os laços tecidos no exterior, as disposições e visões de mundo constituídas previamente, entre outros possíveis fatores.

## 2.2 VISÕES SOBRE PESQUISA ECONÔMICA PREDOMINANTES EM CHICAGO ENTRE OS ANOS 1950 E 1970

Na subseção precedente, foram identificados traços centrais do programa de pós-graduação em Economia da Universidade de Chicago e da visão acerca da estrutura e pretensões da pesquisa em Economia a que os alunos eram introduzidos desde o primeiro ano do programa. Ressaltou-se, por exemplo, a ênfase colocada na capacidade explicativa e preditiva de uma certa abordagem à teoria dos preços neoclássica, a valorização do trabalho empírico e a crença de que a pesquisa econômica deve ser aplicada a fenômenos do mundo real. Nesta subseção, propomo-nos a aprofundar e complementar essa discussão a partir de uma análise mais detida acerca da abordagem à pesquisa econômica predominante no Departamento entre os anos 1950 e 1970.

Iniciamos essa discussão com a importante ressalva de que a ênfase no ensino e na adoção da teoria neoclássica, durante o período analisado, não era uma particularidade do Departamento de Economia da Universidade de Chicago, sendo a regra na maioria das escolas de Economia estadunidenses. A adesão à tradição marshalliana em teoria dos preços tampouco

era exclusividade de economistas do Departamento. Por outro lado, Chicago se destacava e se particularizava pela ênfase colocada na noção de concorrência perfeita e da eficiência do mercado, em um contexto em que economistas neoclássicos baseados em outras escolas de prestígio enfatizavam a ocorrência de padrões de competição imperfeita ou monopolista e de falhas de mercado na economia – com destaque aqui para o Massachusetts Institute of Technology (MIT), que abrigava, além de Paul Samuelson, outros economistas que ajudaram a conformar o *mainstream* da Economia estadunidense do pós-guerra (FOURCADE, 2009, p. 164, 168; STAPLEFORD, 2011, p. 22).

Segundo Marion Fourcade, a Chicago do pós-guerra se particularizou dentro da profissão devido ao grau de pureza concedido a certas noções da Economia neoclássica por economistas influentes ligados ao Departamento<sup>8</sup>. A autora destaca, por um lado, a adesão de figuras importantes como Gary Becker, George Stigler, James Buchanan e Richard Posner à suposição de que todo indivíduo seria um *ator racional*, movido por interesses próprios e pela busca por retornos financeiros<sup>9</sup>. Por outro lado, temos a expressiva incorporação, nos trabalhos de autores como Aaron Director, Friedman, Stigler, Posner e Becker, da premissa de que a economia real funcionaria conforme o postulado pelo *modelo competitivo*, em que há uma constante tendência ao equilíbrio de mercado. Ainda segundo Fourcade, ao equalizarem a economia real ao ideal da competição perfeita, os economistas ligados à Chicago distanciavam-se da visão neoclássica tradicional, segundo a qual a competição perfeita seria uma utopia, a partir da qual a realidade econômica imperfeita poderia ser analisada. Segundo a perspectiva neoclássica tradicional, a realidade econômica seria necessariamente imperfeita, sendo

---

<sup>8</sup> Cabe salientar que quando, ao longo da dissertação, forem utilizados os termos “economistas de Chicago” ou “economistas ligados/filiados a Chicago” não se está referindo estritamente àqueles associados ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Economistas filiados à Escola Superior de Administração (como é o caso de George Stigler) e à Faculdade de Direito (como são os casos de Aaron Director, Richard A. Posner e Ronald Coase) mantinham uma intensa interlocução com os economistas do Departamento de Economia e participavam de seu dia-a-dia. Exemplo disso é o fato de que era comum que docentes e alunos de pós-graduação da Faculdade de Direito e da Escola de Administração participassem dos workshops organizados no âmbito do Departamento (EMMETT, 2010, p. 3). Ressalvamos também que, evidentemente, muitos outros economistas de Chicago, além dos mencionados nesta seção, foram reconhecidos por suas contribuições à Ciência Econômica e ajudaram a definir os contornos da pós-graduação em Economia do Departamento a partir de suas atividades de ensino, pesquisa e orientação, além da participação em workshops, seminários e demais espaços de discussão. Ao longo da dissertação outros economistas ligados a Chicago serão introduzidos, conforme forem sendo identificadas conexões e influências exercidas sobre os grupos de chilenos e brasileiros enfocados no estudo.

<sup>9</sup> O entrevistado Adroaldo Moura da Silva, em seu relato, enfatiza a ampla adesão ao postulado do agente racional maximizador de utilidades que predominava no Departamento no período em que esteve lá, entre 1968 e 1972. O economista descreve a teoria dos preços de Chicago como um “viés marginalista tradicional em que os agentes econômicos agem com muita racionalidade, maximizando utilidades, e os produtores maximizando lucro, e isso produz resultados benéficos para a sociedade se os mercados forem competitivos” (Entrevista de Adroaldo Moura da Silva à autora, 2021).



intervenções governamentais necessárias para assegurar a competição justa. Essa visão típica de Chicago do mercado naturalmente competitivo era acompanhada por uma atitude altamente desconfiada em relação à regulação da economia por parte do Estado (FOURCADE, 2009, pp. 166-167, 171-172).

Reder, apesar de utilizar uma nomenclatura diferente para se referir à abordagem prevalecente na Chicago do pós-guerra – falando em teoria do “Tight Prior Equilibrium” –, apresenta uma leitura semelhante em relação às premissas que embasariam tal abordagem, ressaltando as suposições acerca da eficiência do mercado, da aproximação entre o preço dos bens e o custo de oportunidade de utilizá-los e do agente racional maximizador de utilidades. A aceitação de tais noções, por sua vez, estaria na base de uma série de comportamentos que, segundo o autor, distinguiriam o economista adepto à “visão de Chicago” de outros membros da profissão. Reder cita, por exemplo, que os adeptos à “visão de Chicago” estariam menos dispostos do que a média a aceitar relatos ou evidências empíricas da existência de comportamento irracional ou ineficiente no mercado. O mesmo se confirma em relação ao surgimento de monopólios: por mais que admitissem sua eventual ocorrência, os adeptos à “visão de Chicago” tendiam a argumentar que tais formações eram muito mais frequentemente alegadas do que confirmadas empiricamente. A adesão a tais premissas da teoria neoclássica também se traduzia na tendência de ver a intervenção do governo na economia como geradora de comportamentos ineficientes por parte das famílias ou empresas, produzindo impactos necessariamente negativos (REDER, 1982, pp. 15-16, p. 19).

A socialização em um ambiente intelectual com tamanha coesão em relação à superioridade da teoria dos preços neoclássica teria produzido disposições específicas entre aqueles que o frequentavam cotidianamente. David Colander e Craig Freedman (2019, pp. 94-95) sustentam que, a partir de meados dos anos 1950, economistas ligados ao Departamento passaram a demonstrar uma certeza inabalável de que o mundo funcionaria conforme o ditado pela teoria – o mercado seria, portanto, *de fato* naturalmente competitivo e, os atores econômicos, racionais e maximizadores de utilidades. A seguinte passagem, retirada de uma entrevista com Leonard Rapping, que cursou o doutorado em Chicago no final da década de 1950, ilustra esse ponto:

É da natureza dos seres humanos, e os estudantes de Chicago provam isso, esquecer depois de algum tempo que as suposições podem ser falsas. Você começa a pensar que elas descrevem a realidade. A repetição não apenas leva à perfeição, mas também produz crenças. *Muitas pessoas de Chicago argumentariam que o mundo é, de fato,*

*competitivo. Eles tendem a acreditar em seu próprio mito pragmático* (Leonard Rapping in: KLAMER, 1984, p. 221, itálico nosso).

Freedman e Colander identificam três autores que construíram os alicerces de uma “Escola de Chicago”, reconhecida pela tendência à construção de argumentos científicos que dão calção a justificativas favoráveis ao livre funcionamento do mercado. São eles: Milton Friedman (contrato pelo Departamento de Economia em 1946), Aaron Director (contratado pela Faculdade de Direito também em 1946) e George Stigler (contratado pela Escola Superior de Negócios em 1958). Cabe tecer algumas considerações sobre as influências de longo prazo exercidas por esses três atores (COLANDER; FREEDMAN, 2019, pp. 61-62, 74).

Milton Friedman consolidou-se como um dos principais líderes na conformação de uma “visão de Chicago”, distinguível daquelas predominantes em outras escolas, principalmente por meio de sua atuação como professor no curso de teoria dos preços, de sua produção acadêmica na área de economia monetária e do desenvolvimento de uma perspectiva metodológica específica e influente (RUTHERFORD, 2010, p. 33). Ao atuar por mais de duas décadas como professor de disciplinas obrigatórias em teoria dos preços, o economista influenciou a formação de gerações de pós-graduandos e contribuiu para a consolidação da identidade de Chicago em teoria neoclássica. Em consonância com a abordagem que se tornaria marca do Departamento, em suas aulas Friedman privilegiava o ensino de modelos de equilíbrio parcial de oferta e demanda e incentivava fortemente a aplicação da teoria neoclássica a situações concretas (MEDEMA, 2011, pp. 153-156). Por outro lado, o economista foi influente pela sua vasta produção em teoria monetária, área na qual se inseria o workshop por ele organizado (o Workshop in Money and Banking), em que se debatiam fundamentalmente trabalhos sobre inflação e sobre a relação entre oferta monetária e nível inflacionário (MACESICH, 1999, p. 5). A partir de sua interpretação à teoria quantitativa da moeda, Friedman contribuiu para difundir a noção de que os países deveriam ter como prioridade macroeconômica a busca pela estabilidade dos preços e de que essa só poderia ser alcançada a partir de um controle do estoque de moeda disponível. Para o autor, a inflação seria “sempre e em qualquer lugar um fenômeno monetário” e apenas um aumento lento e estável na oferta da moeda, alinhado à taxa real de crescimento da economia, poderia garantir a estabilidade dos preços. Ao colocar o controle sobre a oferta de moeda como o único meio de se assegurar a estabilidade de preços, Friedman se contrapunha à tradição keynesiana, segundo a qual alterações nos gastos públicos, na estrutura de impostos e na dívida nacional poderiam ser utilizados para estabilizar os níveis de preços (CHRYSTAL, 1990, pp. xi-xiii; MACESICH, 1999, pp. 2-4). Na subseção 3.3.2, ao

discutirmos a visita prestada por Milton Friedman ao Chile em 1975, observaremos como a produção do economista na área se traduzia na recomendação de políticas específicas aos países que aconselhava.

Friedman também influenciou as preferências metodológicas prevalentes no Departamento ao produzir o famoso argumento, sistematizado no ensaio *The methodology of positive economics* (1953), de que a validade de uma teoria econômica residiria somente em sua capacidade preditiva, e nunca deveria ser medida com base na precisão de suas premissas em descrever a realidade. Uma teoria útil seria, segundo tal perspectiva, aquela que gerasse um conjunto de hipóteses que, uma vez testadas empiricamente – a partir da aplicação de ferramentas estatísticas a dados do “mundo real” –, demonstrassem uma elevada capacidade de realizar previsões corretas acerca de determinado fenômeno ainda não observado (FRIEDMAN, 1953, pp. 3-15).

Em *The methodology of positive economics* (1953), assim como em suas atividades de pesquisa e docência, Friedman defendeu que a teoria dos preços marshalliana teria demonstrado dar origem a hipóteses dotadas de elevado poder preditivo quando testadas contra dados empíricos e que, portanto, estaria na fronteira do conhecimento científico na Economia. Para ilustrar seu argumento de que a validade de uma teoria deveria ser medida com base em sua capacidade preditiva e não na capacidade descritiva de suas premissas, Friedman utiliza axiomas retirados diretamente da teoria neoclássica, como, por exemplo, aquele segundo o qual empresas que vendem produtos no mercado visam a maximização dos retornos esperados. De acordo com o autor, não importa que os empresários, na realidade, não ajam da maneira calculista e racional prevista pela teoria, o que importa é que eles se comportem *como se* (“as if”) visassem essa maximização de retornos, o que, do seu ponto de vista, poderia ser confirmado a partir da observação empírica. Segundo o seu raciocínio, a premissa da maximização racional e informada de retornos seria, portanto, eficaz em prever os comportamentos de empresas individuais (FRIEDMAN, 1953, pp. 21-23).

A abordagem metodológica defendida por Friedman no ensaio e sua postura frente à pesquisa empírica foram, de maneira recorrente, denunciadas como portadoras de um forte caráter reativo e instrumental. Marion Fourcade, Angus Burgin e Béatrice Cherrier, a saber, apontam que, ao minimizar a importância da capacidade descritiva das teorias econômicas, Friedman e seus colegas de Chicago estariam buscando blindar a versão purista da teoria dos preços privilegiada no Departamento e o pressuposto dos mercados competitivos, em um

contexto de disseminação de abordagens que enfatizavam a formação de monopólios e a existência de padrões de competição imperfeita na economia (BURGIN, 2012, p. 161; CHERRIER, 2011, p. 352; FOURCADE, 2009, p. 168). Como coloca Burgin:

A distinção de Friedman entre as capacidades descritivas e preditivas de uma teoria ajudou a justificar o uso pelos economistas de uma teoria abstrata que parecia, quando aplicada a casos individuais, ser manifestamente falsa. A defesa de hipóteses simplificadas em “The Methodology of Positive Economics” foi, implicitamente, senão abertamente, uma defesa do modelo de concorrência perfeita (BURGIN, 2012, p. 161).

Outro ponto fundamental exposto no ensaio, e que ditou o tom da abordagem metodológica adotada em Chicago nas primeiras décadas do pós-guerra, é a distinção estabelecida entre “Economia positiva” (dedicada a entender “como as coisas são”) e “Economia normativa” (dedicada a discutir “como as coisas deveriam ser”). Friedman defende que os economistas deveriam investir no progresso da Ciência Econômica positiva, a qual, para ele, representaria uma ciência objetiva, independente de quaisquer considerações normativas e éticas, do mesmo modo “que qualquer uma das ciências físicas”. Segundo o autor, a produção de conhecimentos no âmbito da Economia positiva só poderia avançar por meio da adoção da abordagem metodológica proposta por ele no ensaio e teria como grande objetivo a avaliação e proposição de políticas que estariam fundamentadas apenas na ciência, e não em posicionamentos normativos (FRIEDMAN, 1953, pp. 4-7). A visão de que seria possível (e desejável) produzir conhecimentos econômicos neutros e objetivos (caso utilizada a abordagem metodológica julgada correta), os quais poderiam ser prontamente assimilados à discussão sobre políticas, era compartilhada por muitos de seus colegas e passou a constituir um traço predominante no Departamento (HAMMOND, 2010, p. 38; STAPLEFORD, 2011, pp. 29-30).

Vale notar, por sua vez, que tal visão não esteve circunscrita à Economia praticada em Chicago. A valorização da “neutralidade partidária” e da “objetividade” na produção de conhecimento econômico, e a associação dessas qualidades com a utilização de ferramentas matemáticas, estatísticas e econométricas, são traços que historicamente moldaram a Ciência Econômica estadunidense e as disposições de seus praticantes. Como demonstra Fourcade, a demanda por “objetividade” na pesquisa econômica e pela adoção de técnicas de quantificação está relacionada à própria cultura política, ao modo de organização econômica e à trajetória da disciplina no país, e parte tanto do campo acadêmico quanto de instituições externas a ele (FOURCADE, 2009, pp. 161-162, 229-231). Dentro da academia, durante décadas de luta pela demarcação ou expansão das fronteiras da jurisdição científica e prática do especialista em Economia, os conhecimentos matemáticos foram se consolidando como importantes

mecanismos de regulação do mercado acadêmico, atuando como “barreiras de entrada” para os competitivos programas de pós-graduação e garantindo prestígio aos mais proficientes. Fora da academia, a expertise dos economistas tem sido historicamente valorizada com base na percepção compartilhada por instituições da esfera privada e pública de que o domínio de técnicas de quantificação garantiria a produção de um conhecimento “técnico” e “científico”. Esse reconhecimento das ferramentas da Ciência Econômica como legítimas e neutras, por sua vez, tem favorecido, principalmente a partir do pós-guerra, a expansão da jurisdição científica e prática da profissão para novos domínios (FOURCADE, 2009, pp. 161-162, 229-231).

Friedman também se notabilizou por seu envolvimento, desde os anos 1950, com a formulação e defesa de políticas pró-mercado nos EUA, investindo, inclusive, em canais de interlocução com o público não-especializado (BURGIN, 2012, p. 171; REDER, 1982, p. 25). A atuação pública de Friedman, que o tornou um dos nomes mais influentes do debate econômico estadunidense entre os anos 1960 e 1980, envolveu a publicação de livros voltados ao grande público, como são o caso das obras *Capitalism and Freedom* (1962) e *Free to Choose* (1980), que se tornaram *best-sellers* nos EUA; a assessoria a candidatos e políticos, como aquelas prestadas ao candidato republicano às eleições presidenciais de 1964, Barry Goldwater, e aos governos de Richard Nixon (1969-74) e Ronald Reagan (1981-89); e a publicação de textos direcionados ao público geral em revistas e jornais, como foi o caso de sua coluna na revista semanal *Newsweek*, entre 1966 e 1984. Friedman também teve importante visibilidade televisiva: entre 1968 a 1978, participou do programa quinzenal *Economics Cassette Series*, no qual comentava sobre eventos econômicos da atualidade, e, nos anos 1980, apresentou uma série de dez capítulos baseada em seu livro *Free to Choose*, veiculada pelo Public Broadcasting Service. A partir dessa participação no debate público estadunidense, Friedman contribuiu para difundir, para além das fronteiras do mundo acadêmico, a associação entre Chicago e a defesa irrestrita do livre mercado e de políticas neoliberais – associação essa que não refletia, vale ressaltar, os posicionamentos da totalidade dos professores do Departamento (BURGIN, 2012, p. 198, 204-207, NIK-KHAH, 2011, p. 368).

Entre as medidas defendidas pelo economista ao longo de sua carreira, pode-se citar: o fim dos impostos sobre corporações; a abolição de impostos sobre heranças; a independência de bancos centrais e sua submissão a uma regra que os instrua a perseguir uma determinada taxa de crescimento da oferta de moeda; a adoção de um “imposto de renda negativo” como um subsídio a ser pago aos mais pobres, que deveria substituir todas as demais políticas de bem-

estar social; o fim do salário mínimo; a adoção de uma alíquota única do imposto de renda (com exceção dos mais pobres, que poderiam ser isentos ou usufruir do imposto de renda negativo); a abolição de regulações voltadas à restrição de monopólios privados; o estabelecimento de dispositivos constitucionais que limitassem os gastos totais do governo tanto no nível estadual quanto no federal; o fechamento de agências regulatórias governamentais, como a *Federal Communications Commission* e a *Food and Drug Administration*; a extinção dos subsídios à agricultura; e o fim do alistamento militar obrigatório nos EUA. Para a educação primária e secundária, propunha a implementação de um sistema de *vouchers*, em que os pais que escolhessem matricular seus filhos em escolas privadas receberiam um valor igual aos custos estimados de se educar um aluno da escola pública, o que, na sua perspectiva, promoveria a competição, melhorado a qualidade das instituições de ensino básico. Friedman também se posicionou contra o Plano Marshall e programas de ajuda externa de um modo geral, e a favor da abertura completa das fronteiras dos EUA à circulação de pessoas – porém com a ressalva de que a abertura das fronteiras só seria praticável se combinada com uma reversão das medidas de bem-estar social existentes (BURGIN, 2012, pp. 180-182; FRIEDMAN, 1982).

Aaron Director, por sua vez, foi um ator central na elaboração de um argumento teórico acerca dos monopólios e grandes corporações que se tornaria uma das marcas da Chicago do pós-guerra e que influenciou sobremaneira colegas como Friedman e Stigler. Indo na contramão do raciocínio preponderante no período – que enfatizava que tais formações eram nocivas à livre competição no mercado e clamava pela regulamentação estatal –, Director defendeu vigorosamente a noção de que os monopólios e grandes corporações não eram distorções que requeriam intervenção governamental e não descaracterizariam o caráter competitivo do mercado. O economista, filiado à Faculdade de Direito de Chicago, ajudou a difundir a visão de que os monopólios seriam formações transitórias, que tenderiam a desaparecer naturalmente, já que só prosperavam quando favorecidos por políticas governamentais. No caso das grandes corporações, avaliava que, mesmo que um número reduzido de empresas dominasse determinado setor, a competição entre elas se manteria, de forma que a regulamentação governamental não era necessária tampouco desejável. Ao ministrar cursos e coordenar projetos de pesquisa focados na adequação de leis e regulações ao propósito do funcionamento eficiente do mercado, Director se consolidou como principal fundador da tradição de Chicago em análise econômica do Direito (*law and economics*), caracterizada pela aplicação do arcabouço da teoria neoclássica ao estudo de instrumentos jurídicos (MEDEMA, 2010, pp. 160, 164-165; MIROWSKI; VAN HORN, 2010, pp. 201-204).

De maneira semelhante, George Stigler avançou em Chicago uma agenda de pesquisa que refletia uma preocupação primária com a questão da eficiência do mercado e que estimulou a expansão imperialista do arcabouço da Economia neoclássica sobre novos temas. Animou, a partir da coordenação do workshop em Organização Industrial, uma agenda de pesquisa voltada à análise dos efeitos da regulação governamental e da estrutura industrial sobre a eficiência do mercado e ajudou a consolidar a identidade de Chicago em teoria dos preços ao enfatizar a importância do trabalho empírico e incorporar as premissas do mercado competitivo e dos agentes racionais (MEDEMA, 2011, pp. 157-160). No começo da década de 1970, produz um trabalho com reflexos de longo prazo nos estudos sobre regulação, no qual argumenta que atores econômicos e políticos, entendidos como agentes auto interessados e maximizadores de utilidade, procurariam influenciar o resultado do processo regulatório de modo a produzir os melhores resultados para si próprios. Com isso, produziu um influente argumento associando a atividade regulatória do Estado à defesa de interesses privados, refutando, assim, a noção de que ela resultaria na promoção do interesse público (CARRIGAN; COGLIANESE, 2015). Segundo Nik-Khah, a desconfiança portada por Stigler quanto aos resultados da intervenção estatal na economia e quanto à capacidade de o processo democrático resultar na implementação de reformas pró-mercado fundamentadas na “melhor Ciência Econômica” tiveram um forte impacto sobre a Escola de Negócios e o Departamento de Economia de Chicago (NIK-KHAH, 2011, pp. 126-129, 140-141).

Cabe observar que tanto Stigler quanto Director foram reconhecidos e influenciaram a Ciência Econômica praticada e lecionada em Chicago ao estenderem os fundamentos da teoria neoclássica para a análise de comportamentos e situações que tipicamente não eram considerados como parte da jurisdição da disciplina – e sim de outras áreas do conhecimento, como a Ciência Política e o Direito. Essa tendência ao “imperialismo econômico”, que conformou a atmosfera do Departamento nas décadas de 1960 e 1970, foi reforçada com a chegada de Gary Becker, em 1969. Becker aplicou o pressuposto do agente racional maximizador de utilidade para analisar uma gama de temas e comportamentos, como relações íntimas, criminalidade, a agência dos atores políticos e estatais e a educação. Becker gozou de reconhecimento particularmente elevado pelas suas contribuições à discussão acadêmica sobre educação e capital humano (FOURCADE, 2009, pp. 165-166; HAMMOND, 2010, p. 11; MEDEMA, 2011, p. 167).

A abordagem do capital humano já havia obtido relevo dentro do Departamento devido ao trabalho de Theodore Schultz, que, ao se debruçar sobre o tema do desenvolvimento

econômico, ainda na década de 1950, identificou o investimento na qualidade da mão de obra como um fator determinante do desempenho econômico dos países (TEIXEIRA, 2010, p. 327). Esse tipo de inversão foi denominado pelo autor “investimento em capital humano” (ou riqueza humana) e envolveria diferentes atividades que incrementam o nível de conhecimento, as habilidades e a disposição física do trabalhador, como a educação, treinamentos no ambiente de trabalho e cuidados com a saúde (SCHULTZ, 1959, pp. 114-116). Becker teve expressiva influência nos trabalhos da área principalmente com a publicação de seu *Human Capital: a Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education* (1964), no qual, partindo das premissas da teoria neoclássica, desenvolve uma nova metodologia para analisar quantitativamente o retorno obtido pelos indivíduos diante de diferentes modalidades de investimento em capital humano. A publicação do livro promoveu a constituição de um dinâmico campo de estudos empíricos voltados à aplicação do conceito nos EUA (BECKER, 1993; SWEETLAND, 1996, p. 347).

Além de Becker, Stigler e Director, outros economistas ligados à Universidade de Chicago influenciaram o campo da Ciência Econômica ao estender a jurisdição da disciplina para novos temas. Nesse sentido, podemos citar as contribuições feitas por James Buchanan e Warren Nutter, que realizaram o doutoramento em Chicago e influenciaram o Departamento com seus trabalhos na área da teoria da escolha pública – na qual a premissa do agente auto interessado e preocupado em obter retornos financeiros é aplicada à análise do comportamento político – e os trabalhos de Richard A. Posner e Ronald Coase na área da análise econômica do Direito (MEDEMA, 2011, p. 151; RUTHERFORD, 2010, pp. 33-34).

Um outro traço que ditou o tom do Departamento nos anos 1950 e 1960 – e que estava presente na prática acadêmica de importantes membros, como Friedman, Stigler e mesmo Becker – foi a sua reduzida adesão à sofisticação técnica e matemática, quando comparado às principais escolas de Economia do país. Os anos 1950 e 1960 foram marcados pela rápida disseminação daquilo que William Barber denomina “revolução econométrica” pelos departamentos de Economia dos EUA. Nesse período, os currículos dos principais programas de pós-graduação do país foram reformados de modo a reforçar o ensino de ferramentas que passaram a ser consideradas chave para o desenvolvimento de uma pesquisa de Ph.D., como a matemática, a estatística, a econometria e a programação computacional. A construção de modelos dotados de elevada abstração e sofisticação técnica se consolidou como um dos parâmetros centrais para a determinação do mérito das teses de doutoramento e pesquisas



econômicas de um modo geral (BARBER, 1996, pp. 17, 21-23). Apesar de conceder às técnicas estatísticas e econométricas o status de ferramentas básicas para a pesquisa econômica e incluí-las no quadro de disciplinas básicas, a Chicago dos anos 1950 e 1960 notabilizou-se por sua baixa adesão a essa onda de crescente valorização da abstração e sofisticação técnica. Ao contrário, economistas ligados ao Departamento, na esteira do proposto por Friedman em seu ensaio de 1953, continuaram a privilegiar a construção de modelos simples e que dessem origem a hipóteses empiricamente testáveis por meio do uso de ferramentas estatísticas (*ver subseção 2.1*) (COLANDER; FREEDMAN, 2019, pp. 48, 185; MEDEMA, 2011, pp. 155-156).

A baixa adesão de Chicago às inovações produzidas na esteira da “revolução econométrica” é ilustrada pela sua relação com a Comissão Cowles para Pesquisa Econômica<sup>10</sup>, uma instituição de vanguarda no avanço de técnicas quantitativas na Ciência Econômica estadunidense e que esteve sediada no Departamento de Economia da Universidade de Chicago entre 1939 e 1955. Apesar do elevado reconhecimento obtido pela Comissão como centro de desenvolvimento de sofisticadas técnicas de modelagem matemática, economistas ligados ao Departamento, dentre eles Milton Friedman, pressionaram e foram bem-sucedidos em garantir o seu deslocamento para a Universidade de Yale, em 1955. A identificação dos pesquisadores da Cowles com o formalismo matemático foi um dos principais motivos para as hostilidades a eles direcionadas por membros do Departamento de Economia. Ademais, havia um forte antagonismo em relação aos argumentos favoráveis à intervenção governamental que os exercícios econométricos da Comissão tendiam a produzir (BARBER, 1996, pp. 17-19; CHERRIER, 2011, pp. 350-351; FOURCADE, 2009, pp. 152-155, 158).

---

<sup>10</sup> A origem da Comissão Cowles está na fundação da *Econometric Society* nos EUA, em 1930, por um grupo de acadêmicos estadunidenses e europeus com forte interesse e formação sólida em matemática que passou a editar um jornal chamado *Econometrica*. A partir de 1932, o grupo pôde contar com o suporte financeiro concedido pelo banqueiro do estado de Colorado, Alfred Cowles III, que criou a Comissão Cowles para Pesquisa Econômica, um centro de pesquisa econométrica que passou a abrigar um grande número de estrangeiros e refugiados com formações acadêmicas diversas (dentre os quais podemos destacar os físicos Jan Tinbergen e Tjalling Koopmans, os estatísticos Abraham Wald e Ragnar Frisch, os matemáticos Charles F. Roos e Gérard Debreu e o economista Jacob Marschak). Em 1939, como sinal de seu crescente reconhecimento no campo da Economia estadunidense, a Comissão deixou sua localização periférica em Colorado Springs para se instalar na Universidade de Chicago. Em 1942, foi fortalecida com financiamentos da Fundação Ford e do centro privado de pesquisas National Bureau of Economic Research; e, a partir 1943, ganhou destaque devido às inovações introduzidas pelo então diretor, o russo Jacob Marschak (FOURCADE, 2009, pp. 152-155). Segundo Marion Fourcade, “sob a liderança de Jacob Marschak, o programa de pesquisa da comissão começou a se concentrar na modelagem da economia como um sistema de equações econômicas simultâneas com variáveis aleatórias. No processo, os estudiosos de Cowles também desenvolveram métodos estatísticos para estimar os parâmetros de modelos econômicos a partir de dados observacionais. Se a Comissão Cowles não inventou a linguagem da Economia moderna, certamente ela desempenhou um papel fundamental ao tornar a sequência ‘construção do modelo – estimativa estatística’ parte da vulgata disciplinar” (FOURCADE, 2009, pp. 154-155).

Ao longo dos anos 1970, porém, o Departamento passou por uma série de transformações relacionadas à chegada de novos e influentes docentes, como James Heckman, em 1973, e Robert Lucas, em 1976. Essa nova geração, alinhada às tendências sobressalentes da Ciência Econômica estadunidense, mostrava-se muito mais adepta à adoção de instrumentos matemáticos e estatísticos sofisticados, inclusive técnicas de modelagem de equilíbrio geral às quais, via de regra, a geração mais antiga havia dado pouca importância. Essa geração também foi responsável pela elaboração de inovações teóricas que tiveram um grande impacto na Ciência Econômica praticada não apenas em Chicago, como a nível nacional e global. Dentre elas, destacamos o trabalho de Robert Lucas Jr., que desafiou a macroeconomia tradicional ao defender a incorporação dos pressupostos das expectativas racionais, do mercado perfeitamente competitivo, entre outros elementos da microeconomia, a modelos dinâmicos de equilíbrio geral. O autor também desafiou o pensamento macroeconômico vigente ao elaborar aquela que ficou conhecida como a “crítica de Lucas”, sustentando que, sob a hipótese das expectativas racionais, os modelos macroeconômicos seriam incapazes de gerar previsões corretas acerca do comportamento da economia e, portanto, não poderiam ser utilizados como base para a formulação de políticas (FOURCADE, 2009, pp. 163, 639-640, 648; LUCAS, 1976; Entrevista de José Alexandre Scheinkman à autora, 2021).

Outro ponto que particularizou a Economia praticada e lecionada na Universidade de Chicago ao longo dos anos 1950, 1960 e 1970 diz respeito à resistência a incorporar as inovações produzidas no âmbito da macroeconomia keynesiana. Desde o imediato pós-guerra, em grande medida estimulados pela publicação do influente manual *Economics* (1948) de Paul Samuelson, os principais programas de pós-graduação em Economia do país – como os de Harvard, Yale, MIT e Stanford – já haviam começado a incorporar o ensino da Economia keynesiana e de técnicas de modelagem macroeconômica em seus currículos. Entre início da década de 1950 e meados da década de 1960, tais perspectivas lograram se consolidar como dominantes na Economia acadêmica estadunidense (BARBER, 1996, pp. 14-15, 25; FOURCADE, 2009, pp. 151-152). O sucesso inicial do planejamento macroeconômico observado durante o governo de John F. Kennedy, vale mencionar, alavancou o prestígio de tal abordagem e a confiança na capacidade técnica dos economistas em conciliar crescimento de pleno emprego com estabilidade de preços (BARBER, 1996, p. 21; FREEDMAN; COLANDER, 2019, pp. 55-56; FOURCADE, 2009, pp. 151-152). Até meados dos anos 1960, portanto, por agregar um número expressivo de economistas críticos ao ativismo governamental e à perspectiva keynesiana, Chicago se consolidou como um centro dissidente frente ao campo

das escolas de Economia dos EUA (COLANDER; FREEDMAN, 2019, p. 47, 67-69; VALDÉS, 1995, pp. 59-60).

Segundo Mirowski e Hands (1998), o cenário da Economia acadêmica estadunidense do pós-guerra era centrado em três polos: o MIT (onde estava baseado Paul Samuelson), a Cowles Commission (vanguarda das inovações econométricas) e a Universidade de Chicago (como principal centro de oposição tanto à Economia keynesiana quanto aos modelos estruturais promovidos pela Cowles). A posição dissidente assumida permite-nos analisar a resistência do Departamento em incorporar os avanços calcados na macroeconomia keynesiana, por um lado, e as inovações metodológicas propostas por Friedman (1958) e Lucas (1976), por outro, como parte de uma mesma estratégia de defender o princípio normativo do livre mercado em um contexto em que imperavam análises que enfatizavam a existência de padrões de competição imperfeita no mercado (COLANDER; FREEDMAN, 2019, p. 55; FOURCADE, 2009, pp. 168-170, 639). Tal ponto é enfatizado por Marion Fourcade, que argumenta que a “relutância [...] em aceitar evidências empíricas ou inovações teóricas que representassem uma ameaça para a hipótese dos mercados competitivos” teria permanecido como um de traço dominante do Departamento até pelo menos a década de 1970 (FOURCADE, 2009, p. 170).

Além dos efeitos nos argumentos teóricos e metodológicos avançados no Departamento, essa posição de marginalidade e a sensação de formarem uma “minoridade sitiada vista como excêntrica”, conforme descrito por Friedman (1982, p. vi), parece ter contribuído para a consolidação de uma postura profissional específica entre seus membros. Por um lado, o isolamento teria contribuído para a construção de laços intelectuais – e, por vezes, também pessoais – extremamente sólidos entre eles (PECK, 2011, p. xxxviii). Por outro, ajudou a consolidar uma tendência de ver o mundo em termos de “nós contra eles” – o que também concorreu para que o resto da profissão enxergasse o corpo docente de Chicago como “uma banda à parte” (COLANDER; FREEDMAN, 2019, pp. 75-76).

A partir de meados dos anos 1960, porém, essa marginalidade começara a arrefecer e as abordagens teórico-metodológicas privilegiados no Departamento passaram a desfrutar de crescente reconhecimento e adesão no interior da profissão. Ao longo dos anos 1960 e, principalmente, após a estagflação experimentada pela economia estadunidense no início dos anos 1970, o apoio de economistas ligados ao antigo *mainstream* keynesiano à política governamental ativista começou a esfriar, assim como suas crenças no poder explicativo dos modelos macroeconômicos nele inspirados. Ao longo dos anos 1970, a abordagem de Friedman

à teoria quantitativa da moeda passou a ser progressivamente lecionada nos cursos de pós-graduação em Economia dos EUA. Nos anos 1980, a abordagem científica e a visão pró-mercado que antes individualizaram o Departamento (incluindo as políticas por elas embasadas) se consolidaram como o novo *mainstream* da Ciência Econômica estadunidense, processo favorecido pela eleição de Ronald Reagan, em 1981, e pela virada rumo a uma política econômica pró-mercado no país (BARBER, 1997, pp. 91-92; COLANDER; FREEDMAN, 2019, pp. 98-99; PECK, 2011, pp. xlvii- xlix). O fato de Chicago ser a universidade que agrega o maior número de afiliados laureados com o prêmio “Nobel” de Economia<sup>11</sup> – o qual começou a ser concedido em 1969 – evidencia a posição dominante ocupada pela instituição no campo da Ciência Econômica estadunidense desde então (LEBARON, 2006, pp. 93-94)<sup>12</sup>.

Nesta subseção, buscou-se traçar algumas tendências gerais da abordagem à pesquisa econômica privilegiada em Chicago nos anos 1950, 1960 e 1970 detectadas pela literatura existente. A propensão a identificar o mercado real com o modelo neoclássico da competição perfeita, a busca por construir a Economia como uma ciência aplicada, a ênfase na necessidade de testar empiricamente qualquer teoria ou hipótese (por meio do uso de ferramentas estatísticas) e a visão de que o conhecimento produzido na área poderia ser neutro e objetivo (o que constituiria a “Economia positiva”) são características centrais dessa abordagem. Na última subseção desta seção 2, complementamos a análise com uma discussão sobre os efeitos da socialização nesse espaço sobre os discursos e alinhamentos intelectuais prevaletentes entre os alunos do Departamento, baseando-nos em dados empíricos levantados por autores que se dedicaram a tal tarefa.

---

<sup>11</sup> Cabe destacar que o prêmio “Nobel” de Economia (oficialmente denominado Prêmio do Banco da Suécia para as Ciências Econômicas em Memória de Alfred Nobel), apesar de conter a dedicatória à Alfred Nobel em seu nome, não é de fato um prêmio Nobel e nem é concedido pela Fundação Nobel. Ao contrário dos prêmios de Química, Literatura, Paz, Física e Fisiologia ou Medicina, estabelecidos em 1895 pelo sueco Alfred Nobel e concedidos pela primeira vez em 1901, o prêmio de Economia foi uma criação do Banco Central da Suécia. Em 1968, após enfrentar certa resistência por parte da Fundação Nobel e da Academia Real das Ciências da Suécia, o diretor do Banco Central, Per Asbrink, obteve uma autorização para batizar o novo prêmio de Alfred Nobel. Desde então, o “Nobel” de Economia é concedido pela Academia Sueca com base nos mesmos procedimentos, mesmo decoro e no mesmo dia em que são entregues os outros prêmios (LEBARON, 2006, p. 89).

<sup>12</sup> Segundo o website da Universidade de Chicago, dos oitenta e quatro indicados para o prêmio desde 1969, trinta possuem algo tipo de ligação com a Universidade (seja na condição de professores, pesquisadores ou ex-alunos). Ver: [https://www.uchicago.edu/about/accolades/nobel\\_laureates/](https://www.uchicago.edu/about/accolades/nobel_laureates/) e <https://www.nobelprize.org/prizes/facts/nobel-prize-facts/>. Acesso em: 26/06/2020.

### 2.3 DISCURSOS E ALINHAMENTOS DOS ALUNOS DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA DE CHICAGO: ALGUMAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Colander e Klamer (1987), em um influente estudo cujos resultados foram publicados no artigo *The Making of an Economist*, buscaram acessar os efeitos da socialização em diferentes programas de pós-graduação em Economia na produção de determinados discursos econômicos e disposições profissionais entre jovens economistas. O estudo visou apreender as visões dos estudantes acerca da realidade econômica, da Ciência Econômica enquanto área do conhecimento e da pós-graduação na área a partir da aplicação de questionários e da realização de entrevistas com membros de seis prestigiosos programas de pós-graduação estadunidenses – das universidades de Chicago, Columbia, Harvard, Yale, Stanford e do MIT. Os resultados da pesquisa evidenciam algumas importantes particularidades apresentadas pelos estudantes associados ao programa de pós-graduação da Universidade de Chicago (COLANDER; KLAMER, 1987, pp. 95-96).

Em relação às percepções do corpo discente acerca do status científico da Economia, o estudo demonstrou que, entre os programas de pós-graduação selecionados, o de Chicago era aquele cujos estudantes demonstravam uma maior confiança em relação ao caráter positivo e objetivo da Ciência Econômica. Observou-se, por exemplo, que o programa de Chicago era o único dentre os seis no qual a maioria dos estudantes acreditava, pelo menos em certa medida, que seria possível traçar uma divisão clara entre “Economia positiva” e “Economia normativa”. Chicago também é a instituição em que há o maior acolhimento, entre os discentes, à noção de que a Economia seria a mais científica das Ciências Sociais – com 47% dos estudantes concordando plenamente com a constatação, enquanto que a média das cinco outras instituições é de 22,4%<sup>13</sup> (COLANDER; KLAMER, 1987, pp. 102-103).

Os dados referentes às perspectivas dos alunos sobre a realidade econômica e o papel de certas políticas indicam, mais uma vez, o caráter distintivo dos jovens pesquisadores associados ao programa de pós-graduação de Chicago. Os estudantes filiados a esse programa demonstraram um grau de confiança significativamente maior no mercado em comparação aos demais. Por exemplo, apenas 6% dos estudantes de Chicago concordaram plenamente com a

---

<sup>13</sup> A noção de que seria possível praticar uma “Economia positiva”, isenta de valores e posicionamentos normativos e claramente distinguível da “Economia normativa”, também marcou a atuação e discursos adotados pelos “Chicago Boys” chilenos em suas atividades acadêmicas e na área governamental, conforme analisado por Valdés (1995). O modo como os economistas chilenos incorporaram e transportaram para seu país natal elementos do treinamento recebido em Chicago será discutido em maior profundidade na próxima seção da dissertação.

constatação de que a política fiscal poderia ser um instrumento de estabilização efetivo, enquanto que a média das cinco outras universidades foi de 44,4%. Ademais, 70% dos estudantes de pós-graduação de Chicago afirmaram concordar totalmente com a noção de que o salário mínimo aumenta o desemprego entre jovens e trabalhadores pouco qualificados, enquanto que a média das outras instituições foi de 29,2%. Também é digna de nota a exorbitante adesão, entre os alunos de Chicago, à constatação de que a inflação seria primordialmente um fenômeno monetário: 84% dos alunos afirmaram concordar totalmente com ela – sendo que a média dos outros programas foi de apenas 17,4% – e nenhum aluno afirmou discordar (COLANDER; KLAMER, 1987, pp. 102, 104).

Os alunos associados ao programa de Chicago também foram aqueles que se mostraram mais convencidos sobre a relevância da Economia neoclássica para a análise de problemas econômicos da época e que demonstraram uma maior adesão aos pressupostos a ela associados. Enquanto que 69% dos alunos de Chicago afirmaram concordar totalmente com a relevância da teoria neoclássica para a análise de problemas econômicos, a média de concordância entre os filiados às outras escolas ficou em apenas 28,4%. Os alunos de Chicago também apresentaram uma adesão acima da média ao pressuposto da racionalidade dos agentes econômicos e abaixo da média ao pressuposto da competição imperfeita quando comparado aos outros programas. Ademais, a aceitação da hipótese das expectativas racionais, tal qual formulada por Robert Lucas, foi claramente mais expressiva em Chicago (COLANDER; KLAMER, 1987, pp. 103, 105).

A seguir, reproduzimos as tabelas elaboradas por Colander e Klammer (1987) contendo os dados coletados acerca das opiniões e discursos econômicos de alunos associados a cada um dos seis programas de pós-graduação selecionados. Os resultados obtidos em cada uma das temáticas enfocadas (opiniões acerca da Economia como uma ciência; opiniões econômicas; e importância dos pressupostos econômicos) evidenciam as particularidades dos alunos de Chicago em suas filiações teórico-metodológicas e visões de mundo.

Tabela 1 – Resultados obtidos por Colander e Klammer (1987) acerca da opinião de estudantes de pós-graduação sobre o caráter científico da Ciência Econômica

Table 5

Opinions of economics as a science: comparison among schools

	<i>Chicago</i>	<i>MIT</i>	<i>Harvard</i>	<i>Stanford</i>	<i>Columbia</i>	<i>Yale</i>	<i>Total</i>
Neoclassical economics is relevant for the economic problems of today							
strongly agree	69	31	20	34	24	33	34
agree somewhat	28	56	56	60	68	60	54
disagree	3	11	22	6	8	8	11
no clear opinion	0	2	2	0	0	0	1
Economists agree on fundamental issues							
strongly agree	3	4	2	2	4	13	4
agree somewhat	47	31	27	51	48	33	40
disagree	44	60	68	43	44	47	52
no clear opinion	6	4	2	4	4	7	4
There is a sharp line between positive and normative economics							
strongly agree	22	7	9	9	0	7	9
agree somewhat	38	16	4	30	32	33	23
disagree	34	73	84	55	52	60	62
no clear opinion	6	4	2	6	16	0	6
Economics is the most scientific social science							
strongly agree	47	27	9	27	36	13	28
agree somewhat	28	36	43	31	24	47	39
disagree	9	24	30	23	28	40	19
no clear opinion	16	13	18	19	12	0	14

Fonte: COLANDER; KLAMER (1987, p. 103).

Tabela 2 – Resultados obtidos por Colander e Klammer (1987) acerca da opinião de estudantes de pós-graduação sobre a realidade econômica e políticas

Table 6

Economic opinions: a comparison among schools

	<i>Chicago</i>	<i>MIT</i>	<i>Harvard</i>	<i>Stanford</i>	<i>Columbia</i>	<i>Yale</i>
Fiscal policy can be an effective tool in stabilizing policy.						
strongly agree	6	48	30	30	54	60
agree with reservations	34	51	65	52	38	33
disagree	44	0	2	9	8	7
no clear opinion	16	2	2	9	0	0
The Fed should maintain a constant growth of the money supply.						
agree	41	0	7	2	4	0
agree with reservations	44	27	24	39	50	21
disagree	9	60	57	44	33	64
no clear opinion	6	13	11	15	13	14
A minimum wage increases unemployment among young and unskilled workers.						
agree	70	24	15	36	38	33
agree with reservations	28	53	41	40	25	27
disagree	3	11	35	19	21	13
no clear opinion	0	11	9	4	9	27
Tariffs and import quotas reduce general economic welfare.						
agree	66	38	20	32	38	33
agree with reservations	34	42	56	51	54	60
disagree	0	13	11	9	8	7
no clear opinion	0	4	13	9	0	0
Inflation is primarily a monetary phenomenon.						
agree	84	7	15	23	29	13
agree with reservations	16	44	26	45	25	40
disagree	0	36	46	23	33	33
no clear opinion	0	11	11	10	13	13
The market system tends to discriminate against women.						
agree	6	24	44	11	38	27
agree with reservations	19	22	20	38	21	53
disagree	69	40	26	43	33	13
no clear opinion	3	13	11	9	8	7
The distribution of income in developed nations should be more equal.						
agree	16	52	54	52	46	60
agree with reservations	50	30	33	24	37	20
disagree	19	9	13	17	9	20
no clear opinion	15	9	0	7	9	7

Fonte: COLANDER; KLAMMER (1987, p. 104).



**Tabela 3 – Resultados obtidos por Colander e Klamer (1987) acerca da opinião de estudantes de pós-graduação sobre pressupostos da Economia**

*Table 7*

**Importance of economic assumptions**

	<i>Chicago</i>	<i>Harvard</i>	<i>MIT</i>	<i>Stanford</i>	<i>Total</i>
<b>Rationality assumptions</b>					
very important	78	35	44	58	51
important in some cases	22	51	44	36	41
unimportant	0	14	9	6	7
no strong opinion	0	0	0	0	1
<b>Rational expectations</b>					
very important	59	14	0	9	17
important in some cases	38	45	71	53	53
unimportant	0	38	18	32	25
no strong opinion	3	2	7	6	5
<b>Price rigidities</b>					
very important	6	37	38	26	27
important in some cases	56	54	56	65	60
unimportant	38	7	4	4	10
no strong opinion	0	2	0	4	3
<b>Imperfect competition</b>					
very important	16	47	51	38	40
important in some cases	72	47	44	60	55
unimportant	9	7	0	2	4
no strong opinion	3	0	2	0	2
<b>Cost mark-up pricing</b>					
very important	0	7	9	11	9
important in some cases	16	48	62	41	46
unimportant	50	26	18	33	26
no strong opinion	34	19	9	15	18
<b>Behavior according to conventions</b>					
very important	0	16	18	4	4
important in some cases	31	55	69	64	25
unimportant	31	9	2	4	57
no strong opinion	38	20	11	28	15

Fonte: COLANDER; KLAMER (1987, p. 105).

Os contrastes aparentes nas opiniões de alunos do programa de pós-graduação em Economia de Chicago em relação aos outros cinco programas analisados levam os autores a concluir que Chicago parece constituir, de fato, uma “escola”, na medida em que deixa marcas distintas em seus pesquisadores de pós-graduação (COLANDER; KLAMER, 1987, p. 102).

\*\*\*

Os resultados obtidos por Colander e Klamer (1987) – especialmente aqueles relacionados ao elevado comprometimento dos estudantes de Chicago com a teoria neoclássica e à sua expressiva confiança nas forças de mercado e no caráter científico e positivo da Economia – condizem com os traços e as particularidades do programa identificados previamente na seção. Dentre esses traços, são enfatizados pela literatura revisada e entrevistas realizadas a existência de um profícuo sistema de workshops em que professores socializavam os alunos em seus métodos de pesquisa e de análise; o incentivo à adoção da teoria dos preços *à la* Chicago na construção das teses de doutoramento; e o estímulo à realização de pesquisas empíricas e aplicadas, testadas com o uso de técnicas quantitativas.

A caracterização realizada nesta seção 2 servirá, a seguir, de substrato para as reflexões acerca dos efeitos da circulação, pela Chicago dos anos 1950, 1960 e 1970, de um número expressivo de economistas chilenos e brasileiros na conformação de grupos dotados de alinhamentos teórico-metodológicos e normativos específicos. Começaremos tais reflexões, na próxima seção, realizando uma reconstrução da história dos “Chicago Boys” chilenos, começando pelo momento de estabelecimento do convênio entre a PUC do Chile e o Departamento de Economia da Universidade de Chicago, em 1956.

### 3 A EXPERIÊNCIA DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DOS “CHICAGO BOYS” CHILENOS

A origem dos “Chicago Boys” chilenos reside no estabelecimento de um convênio entre o Departamento de Economia da Universidade de Chicago e a Faculdade de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Chile (PUC), patrocinado pela Administração de Cooperação Internacional dos Estados Unidos (ACI, agência governamental antecessora da USAID – *United States Agency for International Development*). Firmado em março de 1956, o convênio previa a concessão de bolsas de estudos para alunos chilenos realizarem a pós-graduação em Chicago e o estabelecimento de um Centro de Pesquisa Econômica ligado à Faculdade de Economia da PUC, em Santiago, onde professores de Chicago conduziram pesquisas, assistidos por economistas locais. Após retornarem ao Chile, os economistas treinados no exterior deveriam ser integrados ao corpo docente da PUC ou, com o consentimento da Universidade, atuar em órgãos chilenos que necessitassem de economistas. Previa-se, ademais, a visita de economistas de Chicago à instituição chilena com o propósito de modernizar a Faculdade e o curso de Economia e de oferecer um treinamento “sólido em métodos de investigação econômica e análise” a seus membros, além de promover workshops, seminários e conduzir pesquisas conjuntas<sup>14</sup>.

O projeto de cooperação estendeu-se oficialmente até 1964. Durante esse período, vinte e seis economistas chilenos foram enviados à Chicago, tendo a maioria completado o mestrado e, alguns poucos, também o doutorado. O projeto foi financiado majoritariamente pela ACI/USAID e, em menor medida, pela Fundação Rockefeller<sup>15</sup>. Cabe notar, porém, que os intercâmbios entre as escolas de Economia da PUC e da Universidade de Chicago não cessaram com o término formal do projeto. Mesmo após 1964, o fluxo de economistas chilenos rumo a Chicago se manteve, formando-se, assim, uma “segunda geração” de “Chicago Boys”. Nesse segundo momento, o financiamento da ACI/USAID foi interrompido, e os recursos para a manutenção do Centro de Pesquisa Econômica e para o financiamento das bolsas de estudos passaram a ser fornecidos pela Fundação Ford, pela Organização dos Estados Americanos

---

<sup>14</sup> Disponível em Rockefeller Foundation Records, projects, SG 1.2, Series 300 Latin America (FA387b), Series 309 Chile – Subseries 309 S Chile, Social Sciences, BOX 40, Chile University of Chile, Economics 1956-1966.

<sup>15</sup> Entre 1956 e 1964, a agência governamental dos EUA concedeu mais de US\$ 800.000 para custear as despesas dos economistas de Chicago alocados em Santiago e para cobrir a taxa de matrícula e subsidiar a manutenção dos estudantes chilenos nos EUA (VALDÉS, 1995, pp. 138-139).

(OEA), pela *Oficina de Planificación Nacional* chilena (ODEPLAN) e pelo Banco Central chileno (BIGLAISER, 2002, pp. 274-276; VALDÉS, 1995, pp. 126-127, 138-139).

Juan Valdés relata que, ao retornarem à Faculdade de Economia da PUC como docentes, esses economistas se esforçaram para implementar na Faculdade o modelo de ensino e pesquisa em Economia com o qual tiveram contato no exterior, a partir de uma reestruturação do currículo do curso de graduação e de suas atividades de pesquisa e docência (VALDÉS, 1995, pp. 162-163). Além de garantir sua influência na PUC, o grupo de economistas buscou se consolidar como uma referência intelectual aos setores empresariais que se organizavam contra os governos Eduardo Frei (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973) e influenciar os termos do debate público chileno ao longo da década de 1960 e no início da década de 1970 (VALDÉS, 1995, pp. 243-247). Em 1975, durante o regime autoritário de Augusto Pinochet (1973-1990), o grupo logrou conquistar os principais postos de formulação da política econômica chilena e implementar reformas de liberalização da economia e diminuição do aparato estatal alinhadas à tradição intelectual à qual foram introduzidos no exterior, conforme discutiremos adiante (VALDÉS, 1995, pp. 21-25, 201).

Esse grupo, que circulou entre a PUC e Chicago a partir de meados dos anos 1950, adquiriu prestígio e o apelido de “Chicago Boys”. É difícil determinar quando o termo começou a rodar ou quem o teria cunhado. Segundo Arnold Harberger (1924), professor do Departamento de Economia de Chicago e personagem influente na narrativa, o nome teria sido criação de algum jornalista desconhecido (Arnold Harberger in: MANSELL-CARSTENS, 2003, p. 348). De acordo com Valdés, antes de assumirem os principais postos econômicos do regime Pinochet, o grupo “já era conhecido há algum tempo, em círculos acadêmicos e empresariais, como os ‘Chicago Boys’” (VALDÉS, 1995, p. 2). A alcunha expressa não apenas a influência da circulação pela Universidade de Chicago na constituição dos alinhamentos acadêmicos e intelectuais desses agentes, como também a sua atuação como um *grupo coeso*, dotado de visões de mundo e de propostas de reformas para a economia chilena coerentes e articuladas (BIGLAISER, 2002, p. 275; GALLARDO, 2011, p. 93; MONTECINOS, 1998, p. 82; SILVA, 2010, p. 162; VALDÉS, 1995, pp. 158-159).

Como primeira etapa do exercício comparativo a que se propõe o nosso estudo, na presente seção é feita uma reconstrução da história dos “Chicago Boys” chilenos a partir da revisão da bibliografia existente. Seguindo os três eixos de comparação estabelecidos na introdução, a seção está dividida em três seções secundárias. Na primeira subseção, enfocamos

o contexto histórico-institucional em que se desenvolveu o projeto de cooperação, enfatizando os aspectos do projeto que concorreram para a formação de um grupo coeso e alinhado política e intelectualmente. Na segunda, analisamos as propriedades sociais partilhadas pelos agentes previamente à experiência de circulação internacional, que, conforme aponta a literatura, teriam tornado o grupo particularmente receptivo ao tipo de treinamento oferecido em Chicago. Por fim, na última seção secundária desta seção 3, são reconstituídas as modalidades de inserção do grupo no espaço dos economistas chileno após o retorno de Chicago, evidenciando os fatores que contribuíram para a manutenção dos laços e afinidades constituídas a partir da experiência comum de circulação internacional.

### 3.1 A EXPERIÊNCIA DOS “CHICAGO BOYS” CHILENOS: AS CONDIÇÕES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS DA CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL

Visando explorar o primeiro eixo de comparação proposto, nesta subseção analisamos aspectos centrais do contexto histórico-institucional em que se dá a circulação dos “Chicago Boys” chilenos por Chicago e o modo como esse contexto se traduziu em experiências de circulação internacional específicas. Para tanto, em um primeiro momento (*subseção 3.1.1*), reconstruímos o processo de estabelecimento do convênio entre a Universidade de Chicago e a PUC, destacando os principais personagens envolvidos e suas motivações. Em um segundo momento (*subseção 3.1.2*), refletimos sobre os desdobramentos do convênio firmado em 1956 e sobre aspectos da experiência vivenciada no exterior que tiveram efeitos de longo prazo nas atitudes e ideias veiculadas pelo grupo.

#### **3.1.1 Sobre o processo de estabelecimento do convênio Chicago-Católica: principais atores envolvidos e suas motivações**

O convênio entre Chicago e a PUC foi firmado em um momento de redirecionamento da política externa estadunidense motivado pelo contexto geopolítico da Guerra Fria, quando a prioridade do país se voltou para a contenção do bloco socialista comandado pela União Soviética e para a consolidação de zonas de influência mundo afora, movimentos entendidos como estratégicos para garantir sua segurança nacional. Mais especificamente, o convênio foi estabelecido no âmbito daquele que ficou conhecido como programa “Ponto IV”, um projeto amplo de assistência técnica internacional voltado aos países “subdesenvolvidos” anunciado

pela primeira vez pelo então recém-reeleito presidente Harry S. Truman (1945-1953) em seu segundo discurso inaugural, proferido em janeiro de 1949<sup>16</sup>.

O programa Ponto IV se estruturava em torno da transferência de conhecimentos técnicos e tecnologias dos EUA para regiões menos desenvolvidas, a partir do envio de técnicos do governo e acadêmicos estadunidenses para os países receptores da ajuda, onde se engajariam em projetos voltados ao desenvolvimento das capacidades locais em diferentes áreas, como agricultura, saúde e educação. Tais projetos, implementados em diferentes países da América Latina, assim como em países asiáticos e africanos, deveriam ser custeados principalmente por recursos advindos da iniciativa privada, das fundações filantrópicas, de organizações internacionais (como o Banco Mundial e o FMI – Fundo Monetário Internacional) ou dos próprios países beneficiados, aliviando assim a pressão sobre o orçamento dos EUA. Em um contexto em que o governo estadunidense despendia altos valores na implementação dos projetos relacionados ao Plano Marshall – programa de ajuda econômica voltado à reconstrução da Europa no pós-Segunda Guerra Mundial –, esse modelo de assistência técnica baseada na cooperação público-privada foi a solução encontrada pela administração Truman para endereçar as demandas por ajuda vinda de países não-europeus (principalmente da América Latina), sem onerar o orçamento público (MACEKURA, 2013, pp. 137-140).

Além disso, o lançamento de um programa no formato do Ponto IV estava intimamente relacionado a interesses econômicos e geopolíticos estadunidenses específicos ao contexto da Guerra Fria. O programa embasava-se na concepção de que a assistência técnica, ao desenvolver as capacidades produtivas nacionais e melhorar a qualidade de vida das populações, conduziria os países ao crescimento econômico e à estabilidade política, criando, com isso, ambientes menos favoráveis à disseminação de agitações pró-comunistas e incentivando alinhamentos estratégicos com os EUA. Com a eclosão da Guerra da Coreia, um dos principais conflitos armados da Guerra Fria opondo diretamente as duas superpotências, em 1950, e da Revolução Chinesa, em 1949, a identificação dos programas de assistência técnica como parte da estratégia mais ampla estadunidense de promoção da estabilidade política nos países em desenvolvimento e contenção do comunismo ficou ainda mais patente. Além do objetivo estratégico de contenção do bloco soviético, o programa de assistência dialogava com o interesse econômico e político estadunidense de fomentar a constituição de um sistema

---

<sup>16</sup> Ver: <https://www.trumanlibrary.gov/education/presidential-inquiries/challenge-international-aid>. Acesso em: 26/03/2020.

internacional de comércio integrado e relativamente livre (MACEKURA, 2013, pp. 129, 144-149).

Muitas das iniciativas do Ponto IV visavam a formação de elites locais “responsáveis” nos países receptores da ajuda externa, por meio do treinamento de especialistas em diferentes áreas por técnicos e acadêmicos estadunidenses. No caso da América Latina, a partir 1953, a ACI começou a promover programas de cooperação entre universidades estadunidenses e latino-americanas, após uma avaliação por parte das equipes técnicas do *Institute of Inter-American Affairs* (IIAA)<sup>17</sup> de que haveria uma escassez de técnicos e administradores competentes na região (VALDÉS, 1995, pp. 87-88).

Um dos técnicos do IIAA, Albion W. Patterson (1904-1996), que foi também diretor da ACI no Chile entre 1953 e 1957, desempenhou um papel central na concretização do programa de cooperação entre Chicago e a PUC. Patterson era um especialista em mercados agrícolas que, em 1953, viajou ao Chile como representante do Ponto IV, onde dedicou-se, dentre outras coisas, à temática da educação em Economia. No mesmo ano em que chegou ao Chile, Patterson conheceu Theodore Schultz, diretor do Departamento de Economia da Universidade de Chicago à época, que visitava o Chile como diretor de pesquisas de um projeto promovido pela associação privada *National Planning Association*. Durante os diversos encontros realizados entre os dois, Patterson foi apresentado à abordagem do capital humano defendida por Schultz, segundo a qual o investimento na qualidade da mão de obra constituía um fator determinante da performance econômica dos países (*ver subseção 2.2*). Essa coadunava com suas convicções acerca da importância da educação para o crescimento econômico e da necessidade de profissionais bem preparados para que as iniciativas de cooperação técnica tivessem impacto nos países parceiros. Com base nas conversas, Patterson idealizou um programa de cooperação entre o Departamento de Economia da universidade estadunidense e alguma instituição de ensino superior chilena, com vistas a “modernizar” o ensino da Economia no país. Patterson considerava a Universidade de Chicago “fortemente teórica em sua abordagem e, em linhas políticas, uma vigorosa defensora das virtudes do sistema de preços de mercado contra o socialismo de Estado” e avaliava que “este é um ponto de vista que precisa muito ser enfatizado

---

<sup>17</sup> Órgão governamental dos EUA responsável por coordenar os programas de assistência técnica a países latino-americanos criado por Harry Truman no imediato pós-guerra, cujo embrião estava em programa idealizado e coordenado pelo empresário e filantropo Nelson Rockefeller, implementado a partir de 1939, durante o governo Franklin D. Roosevelt (1933-1945) (MACEKURA, 2013, pp. 133-135).

no Chile”<sup>18</sup>. O técnico do Ponto IV fez então a proposta a Schultz, que logo se interessou e se comprometeu a levar a ideia para os outros membros de seu Departamento (BIGLAISER, 2002, p. 274; GALLARDO, 2011, pp. 88-89; VALDÉS, 1995, pp. 109-117).

Enquanto Schultz discutia com seus pares em Chicago a oportunidade, Patterson apresentava a proposta a Juan Gómez Millas, reitor da Universidade do Chile (UCh), a principal instituição de ensino superior do país. Conforme relata Millas, a proposta foi recusada com base na avaliação, por membros da Faculdade de Ciências Econômicas, de que não seria de interesse da instituição estabelecer um convênio exclusivo com Chicago, tal qual previsto por Patterson, uma vez que isso impossibilitaria que os discentes pudessem escolher livremente entre diferentes universidades estrangeiras, com diferentes orientações teóricas<sup>19</sup>. Após a recusa, o diretor da Faculdade de Economia da PUC, Julio Chaná Cariola, manifestou a Patterson sua intenção de que a PUC fosse a beneficiária do projeto. Em junho de 1955, uma missão de Chicago comandada por Schultz, e integrada também pelos professores Earl Hamilton, Simon Rottenberg e Arnold Harberger, visitou o Chile, ocasião em que foram discutidos os termos finais do acordo de cooperação (MONTECINOS, 2009, pp. 167-168; VALDÉS, 1995, pp. 114-115, 123).

Os interesses da PUC e da Universidade de Chicago em participar do projeto de cooperação só podem ser devidamente compreendidos à luz das posições ocupadas pelas duas instituições e por seus membros no campo universitário e do poder de seus respectivos países (DEZALAY; GARTH, 2005). Em meados dos anos 1950, quando é firmado o acordo, a Ciência Econômica chilena atravessava um intenso processo de diferenciação e institucionalização, em que agentes e instituições disputavam no campo acadêmico visando consolidá-la como disciplina autônoma, principalmente em relação ao Direito. Nesse mesmo período, e antes mesmo do reconhecimento formal da Economia como disciplina acadêmica autônoma, uma expertise entendida como essencialmente econômica passou a ser crescentemente demandada por importantes órgãos da burocracia estatal, como a *Corporación de Fomento de la Producción* (CORFO), agência criada em 1939 para a promoção da industrialização, e o Banco

---

<sup>18</sup> Rockefeller Foundation Records, projects, SG 1.2, Series 300 Latin America (FA387b), Series 309 Chile - Subseries 309 S Chile, Social Sciences, BOX 32, Chile Catholic University, Economics 1966-1969. 2 de outubro de 1956, Albion Patterson interview with Norman Buchanan.

<sup>19</sup> Patterson apresenta, no entanto, uma versão alternativa acerca de sua conversa com Juan Gómez Millas. Segundo o representante do Ponto IV, Millas teria demonstrado interesse em firmar o acordo, mas teria ficado receoso quanto à reação dos economistas “esquerdistas” que controlavam a Faculdade de Economia, que certamente se oporiam tendo em vista “a reputação conservadora dos economistas de Chicago e o apoio oficial dos EUA ao contrato” (VALDÉS, 1995, pp. 114-115).



Central chileno, estabelecido em 1925. A rápida – e precoce, quando comparado a outros países da região – institucionalização da Ciência Econômica e da profissão do economista no Chile foi decididamente favorecida pela instalação de sedes de importantes organizações internacionais em Santiago, como os escritórios regionais da Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e o escritório principal da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), uma das primeiras comissões econômicas instituídas pela Organização das Nações Unidas (ONU). Diante dos intercâmbios proporcionados ao sediar tais organizações, o Chile se consolidou, já nos anos 1950, como um centro regional de pensamento e produção original acerca do desenvolvimento latino-americano (DEZALAY; GARTH, 2000, p. 166; GALLARDO, 2011, pp. 79-80, 85-86; MONTECINOS, 2009, pp. 147-148, 156-158).

Cabe tecer, aqui, algumas considerações acerca da CEPAL, tendo em vista a sua contribuição para o status conquistado pelo Chile diante do debate econômico regional. Fundada em 1948, a Comissão reuniu no Chile um grupo de destacados economistas e outros cientistas sociais latino-americanos que se dedicaram a produzir estudos teóricos e técnicos acerca da problemática do desenvolvimento na América Latina, além de organizar visitas técnicas e programas de treinamento em diferentes países da região. A perspectiva teórica que orientava o trabalho dos agentes associados à Comissão fora profundamente influenciada pelas ideias desenvolvidas pelo argentino Raúl Prebisch<sup>20</sup> e desafiavam os ditames da teoria neoclássica ortodoxa. Tal perspectiva identificava no tipo de inserção dos países da América Latina no comércio internacional (como exportadores de matéria-prima e importadores de bens industrializados) a causa para a posição periférica ocupada no sistema de países, e propunha a industrialização, com elevada participação e planejamento do Estado, como estratégia central para a superação da posição subordinada. Assim, chamava-se atenção para as particularidades dos países periféricos e para a importância de se incorporar variáveis históricas, sociais e culturais na produção de diagnósticos apropriados acerca dos quadros socioeconômicos dos diferentes países. A sede da Comissão em Santiago teve consequências importantes para a trajetória de profissionalização da Ciência Econômica no Chile durante as décadas de 1950 e

---

<sup>20</sup> Raúl Prebisch publicou, em 1949, o estudo *El desarrollo económico de América Latina y sus principales problemas*, que ficou conhecido como o “Manifesto” da CEPAL. No texto, Prebisch analisa a posição periférica ocupada pelos países latino-americanos no sistema internacional, a qual seria uma consequência direta de sua inserção nesse sistema como exportadores de matéria-prima e importadores de bens industrializados produzidos nos centros industriais. Para que os países da região pudessem romper com a condição periférica, o autor propõe a modernização da agricultura e o investimento em indústrias estratégicas, a partir de um papel ativo dos governos (PREBISCH, 2000).

1960, promovendo a sua internacionalização e alçando as ideias estruturalistas para o centro do debate acadêmico, público e político chileno (KLÜGER, 2017, pp. 61-62; KLÜGER, WANDERLEY e BARBOSA, 2022; MONTECINOS, 2009, pp. 147-148; SILVA, 2010, pp. 130-131).

As duas principais escolas de Economia do país nos anos 1950 e nas décadas seguintes eram aquelas ligadas à PUC e à UCh, sendo que essa última desfrutava de um prestígio acadêmico e perante o Estado significativamente superior. A UCh historicamente portou fortes laços com o campo do poder, fornecendo quadros para a administração pública e sendo responsável pela formação de uma ampla parcela da elite nacional. A Faculdade de Economia e Administração da Universidade, criada em 1935, refletia tal posição. O primeiro diretor da instituição foi Pedro Aguirre Cerda, advogado ligado ao Partido Radical chileno que, em 1938, deixou o cargo para assumir a presidência do país. Cerda foi sucedido pelo engenheiro Guillermo del Pedregal, quem, em 1939, assumiu o posto de vice-presidente executivo da CORFO – a partir de então, a organização passou a empregar um número elevado de estudantes e ex-estudantes da UCh. A partir 1951, ademais, o Instituto de Economia (órgão ligado à faculdade criado para o desenvolvimento de pesquisa econômica) ficou encarregado pelo governo da importante tarefa de elaboração das contas nacionais do país. Além das relações com o Estado, a Faculdade de Economia da UCh também tinha seu prestígio reconhecido a nível latino-americano e portava sólidas ligações com organismos internacionais sediados em Santiago, principalmente a CEPAL (GALLARDO, 2011, pp. 82-84, 86-87; MONTECINOS, 2009, pp. 165-166).

Apesar de ter sido fundada em 1924, a Faculdade de Economia da PUC não contava com os laços com o Estado e com a CEPAL que beneficiavam a universidade estatal; e apresentava uma estrutura e qualidade de ensino inferior. Até meados da década de 1950, os cursos oferecidos focavam nas áreas de comércio e contabilidade, a maioria do corpo docente era constituída por advogados ou funcionários públicos sem formação específica em Economia e a totalidade dos professores atuava em regime de meio período. Enquanto isso, a Faculdade de Economia da UCh, sua principal concorrente, já contava com professores em tempo integral e com formação específica em Economia. A faculdade estatal também havia sido beneficiada pela presença de Joseph Grunwald, economista austríaco radicado no EUA com doutorado pela Universidade de Columbia e experiência de docência em diversas instituições estadunidenses que, em 1954, assumiu a direção do Instituto de Economia e implementou medidas que visavam aproximar o curso do padrão de ensino prevalecente nos EUA. Quando foi firmado o acordo

entre Chicago e a PUC, ademais, a UCh estava em vias de iniciar o primeiro programa de pós-graduação em Economia do país, montado com o intuito de atrair estudantes de toda América Latina: a Escola Latino-americana de Estudos Pós-Graduados em Economia (Escolatina), fundada em 1956. Assim como no caso do convênio Chicago-PUC, o projeto da Escolatina contou com o financiamento inicial da Fundação Rockefeller, que subsidiou, entre outros pontos, a vinda de professores estrangeiros para lecionar no curso (sendo grande parte deles educados nos EUA) e o envio de professores locais para realizarem treinamento no exterior (GALLARDO, 2011, p. 83; MONTECINOS, 2009, pp. 165-166; KLÜGER; MORIN; ROSSIER, 2022, *no prelo*).

Diante desse cenário de evidente desvantagem em relação à universidade estatal, no início dos anos 1950, Alfredo Silva Santiago, reitor da PUC, incumbiu Julio Chaná, então diretor da Faculdade de Economia, de “modernizar” o curso e aumentar seu prestígio institucional. Chaná apostou em uma estratégia de internacionalização, com a atração de professores de fora para lecionar na Faculdade e para atualizar o currículo do curso. Foi nesse contexto que o diretor foi informado sobre a parceria que Patterson estava buscando concretizar entre Chicago e alguma escola de Economia chilena, e decidiu contatar o técnico estadunidense. Além da visada internacionalização e modernização, o convênio também representava a possibilidade de angariar recursos dos programas de cooperação internacional do EUA, em um momento em que a PUC enfrentava sérias dificuldades financeiras. A parceria com uma instituição de ensino estadunidense, envolvendo o envio sistemático de estudantes a serem treinados no exterior, representava, ademais, uma oportunidade de diferenciação em relação à UCh. De fato, quando foi estabelecido o convênio Chicago-PUC, não havia, no Chile, nenhuma iniciativa comparável na área de Ciência Econômica. Tampouco era corriqueira, nesse momento, a ida de chilenos para realizar estudos de pós-graduação em Economia no exterior – por mais que, desde os anos 1940, casos pontuais pudessem ser observados, a tendência só se acelera a partir dos anos 1960 (GALLARDO, 2011, pp. 87-91; MONTECINOS, 2009, p. 168; VALDÉS, 1995, pp. 117-118, 121-123).

De modo semelhante, quando é firmado o acordo com a PUC, em meados dos anos 1950, o Departamento de Economia da Universidade de Chicago ocupava uma posição marginal no campo acadêmico estadunidense e apresentava sérias dificuldades em atrair os “melhores estudantes” dos EUA, que tinham como prioridade instituições como Harvard, Yale, Princeton e o MIT. Conforme analisado na segunda seção da dissertação, a baixa adesão por parte dos economistas do Departamento ao *mainstream* keynesiano da época havia contribuído

para seu isolamento e baixo reconhecimento acadêmico perante os pares. Durante os anos 1950 e 1960 prevaleceu, dentro da profissão, o ceticismo em relação à Economia de livre mercado e a crença nas potencialidades de projetos governamentais cientificamente direcionados. Além da posição acadêmica marginal, o Departamento dispunha de recursos insuficientes para remunerar os estudantes de pós-graduação, o que decorria, em parte, da dificuldade de obter o financiamento de fundações privadas, que tendiam a priorizar as instituições de maior prestígio. No início dos anos 1950, a situação do Departamento foi agravada pela saída de importantes professores, como Jacob Viner, Ted Yntema e Oscar Lange, e pela partida da Comissão Cowles em 1955, um importante centro de pesquisa econométrica que havia favorecido o Departamento simbolicamente e materialmente (*ver subseção 2.2*) (BURNETT, 2011, p. 88; COLANDER; FREEDMAN, 2019, pp. 47, 56-57; GALLARDO, 2011, p. 92; VALDÉS, 1995, pp. 59-60, 99).

Diante desse quadro, o convênio com a PUC significava para Chicago, por um lado, a possibilidade de treinar um grupo de estudantes chilenos recrutados segundo critérios seletivos. Por outro, a perspectiva de angariar recursos dos programas de ajuda externa e fundações filantrópicas estadunidenses envolvidas com os projetos de cooperação científica instaurados com o Ponto IV, o que permitiria robustecer o programa de pós-graduação em Economia. De fato, nas negociações para estabelecimento do convênio, Schultz se certificou de que o financiamento fornecido pela ACI/USAID abarcasse não apenas a concessão de bolsas e o apoio aos professores de Chicago alocados em Santiago, como também aportes voltados ao fortalecimento da infraestrutura para pesquisa do Departamento, especialmente direcionados para o sistema de workshops. Como resultado, entre 1956 e 1957, os fundos da ACI relacionados ao convênio com a PUC figuraram como a segunda principal fonte externa de financiamento do Departamento, atrás apenas de um programa da Fundação Ford de contratação de professores visitantes (EMMETT, 2011, pp. 108-109; VALDÉS, 1995, p. 99).

O interesse de um setor do corpo docente do Departamento no estabelecimento do convênio abarcava também uma dimensão político-ideológica digna de menção. Esse grupo via na iniciativa a oportunidade de transformar o ensino e a pesquisa em Economia no Chile a partir da criação de uma elite de economistas “bem treinada” e adepta à teoria econômica neoclássica, que poderia influenciar diferentes setores da sociedade e, quiçá, transformar os rumos da economia chilena. O projeto também era visto, por um setor do corpo docente, como uma oportunidade para testar empiricamente a teoria do capital humano em elaboração no âmbito do Departamento e estudar a problemática do desenvolvimento econômico em países “subdesenvolvidos”. Por fim, havia a manifesta motivação de responder ao desafio

representado pela crescente influência das ideias cepalinas na região, que rompiam frontalmente com a ortodoxia neoclássica e eram vistas, por alguns membros do Departamento, como uma verdadeira heresia a ser combatida (KLÜGER, 2017, p. 427; SILVA, 2010, pp. 164-165; VALDÉS, 1995, pp. 93-96).

De fato, mais do que uma estratégia mobilizada por instituições que visavam melhorar sua inserção no campo acadêmico, o convênio e seus desenvolvimentos foram moldados pelas dinâmicas de uma disputa subjacente entre duas tradições econômicas – a de Chicago e a cepalina – altamente antagônicas em suas visões acerca do funcionamento da economia e em seus diagnósticos para os motivos e possíveis soluções para o “atraso” dos países latino-americanos. Elisa Klüger sintetiza esse ponto ponderando que aqueles influenciados pela perspectiva da CEPAL

sustentavam o exato oposto da verdade única de Chicago, já que consideravam haver uma especificidade na condição periférica que fazia com que as soluções econômicas para o continente diferissem daquelas adequadas ao centro e não ecoassem na livre iniciativa. Ademais, as propostas intervencionistas calcadas em planejamento econômico pela CEPAL apregoadas eram absolutamente incompatíveis com o livre mercado e com controle estrito, se necessário recessivo, da moeda advogado por Chicago (KLÜGER, 2017, p. 427).

O objetivo de construir um contraponto ao pensamento cepalino e ao que era percebido como um viés “esquerdista” predominante entre os economistas chilenos também motivou o envolvimento da ACI/USAID no projeto. A prevalência de ideias estatistas no debate público e acadêmico chileno era percebida como uma ameaça aos interesses econômicos e estratégicos dos EUA. Assim, a disseminação da economia de livre mercado no país foi estabelecida como uma meta a ser perseguida (PARMAR, 2012, pp. 189-190; VALDÉS, 1995, pp. 90-92).

Por fim, em relação ao envolvimento das fundações Rockefeller e Ford no projeto, outras motivações pareciam estar em jogo, não podendo esse ser entendido como um mero reflexo da orientação estratégica assumida pelo governo estadunidense no contexto da Guerra Fria. Por mais que a manutenção de regimes democráticos no mundo “subdesenvolvido” e a contenção da expansão comunista figurassem entre as preocupações dos dirigentes das Ford e da Rockefeller no período, as ações das fundações devem ser entendidas também como expressão do propósito institucional que carregavam desde suas fundações, relacionado ao fomento à pesquisa e à formação de recursos humanos em diferentes regiões do mundo. De fato, desde a década de 1910, a Fundação Rockefeller esteve envolvida no desenvolvimento de campanhas sanitárias e no fortalecimento do ensino médico em países latino-americanos, entre outros do Sul Global. A partir do pós-guerra, a Fundação diversificou seu escopo de atuação na

América Latina, endossando o desenvolvimento das Ciências Físico-Químicas e Naturais (particularmente as áreas de Genética e Ciências Agrícolas). A partir da década de 1960, enfim, a Fundação Ford emerge como um ator central no fomento das capacidades de pesquisa e ensino na área de Ciências Sociais, em diferentes países da região (FARIA; COSTA, 2006, pp. 172-173, 177-180).

Em relação à área da Economia, Inderjeet Parmar identifica que, ao longo dos anos 1950 e 1960, a atuação das fundações na região foi pautada pela busca por formar uma rede “pluralista” de economistas dotados de perfis tecnocráticos, que se mantivessem alheios a disputas partidárias e propusessem soluções para os problemas de seus países. Com vistas a construir essa rede, as fundações financiaram os projetos tanto de economistas alinhados a abordagens de livre mercado, como era o caso do convênio PUC-Chicago, quanto de economistas de “centro” e de “esquerda” adeptos às teorias da CEPAL, como visível no caso da pós-graduação em economia da Escolatina. Ambas as fundações, movidas pelo objetivo de promover a construção de instituições “complementares” na área da Ciência Econômica, investiram um alto montante nas principais escolas de Economia chilenas – a da PUC, de perfil mais conservador e sede do convênio com Chicago, e a da UCh, que abrigava economistas adeptos a diversas escolas de pensamento econômico, inclusive cepalinos e marxistas (PARMAR, 2012, pp. 181-182, 190, 201; VALDÉS, 1995, pp. 186-187; KLÜGER; GAUTIER; ROSSIER, 2022, *no prelo*).

### **3.1.2 Os desdobramentos do projeto de cooperação PUC-Chicago e a experiência do grupo no exterior**

As negociações acima narradas resultaram em um projeto de cooperação interuniversitária abrangente e duradouro, envolvendo não apenas a concessão de bolsas para estudantes chilenos, como também a instalação de um Centro Pesquisa Econômica ligado à PUC e a alocação de professores de Chicago em Santiago para realizar pesquisas em conjunto com membros da universidade chilena e encabeçar uma modernização da Faculdade de Economia. Nesta subseção, tendo como principal fonte a revisão documental realizada por Valdés (1995), analisamos os desdobramentos do convênio firmado em 1956 e coletamos evidências acerca da experiência de circulação internacional vivenciada por esse grupo de economistas chilenos.

Firmado o convênio, uma das primeiras medidas adotadas pelo Departamento de Economia de Chicago foi a definição da equipe que seria responsável pela condução do *Chile Project* (nome pelo qual o projeto ficou conhecido em Chicago), tanto em Chicago quanto em Santiago. O professor Gregg Lewis<sup>21</sup> foi nomeado coordenador do projeto, sendo responsável pela “coordenação e a direção do apoio da Universidade de Chicago à equipe alocada no Chile e aos programas de pesquisa e treinamento na Universidade de Chicago” (VALDÉS, 1995, p. 134). Já o professor Theodore Schultz, que teve um papel central na confecção do acordo, atuou como supervisor geral e esteve altamente envolvido no treinamento dos estudantes chilenos em Chicago. Ainda em 1956, três membros do Departamento embarcaram para Santiago, onde passariam dois anos atuando no Centro de Pesquisa Econômica e coordenando as atividades do *Chile Project* no país. São eles: o economista sênior da área da Economia do trabalho Simon Rottenberg, nomeado representante de Chicago na PUC; o economista agrícola James O. Bray; e o professor da área de macroeconomia Tom E. Davis. Além deles, os professores Martin Bailey (também da macroeconomia) e Arnold Harberger (cuja atuação será destrinchada abaixo) passaram curtas temporadas em Santiago, atuando principalmente no Centro de Pesquisa. Conforme analisaremos adiante, Arnold Harberger se tornou uma das principais figuras do projeto, envolvendo-se profundamente no treinamento dos economistas chilenos (VALDÉS, 1995, pp. 133-134).

As ambições e expectativas dessa equipe de professores em relação aos frutos a serem produzidos pelo projeto são resumidos em relatório enviado pela equipe de Chicago à PUC e à ACI/USAID, em agosto de 1957:

Desde o início, a Universidade de Chicago considerou o objetivo central do projeto o treinamento de um núcleo de chilenos para que adquiram um alto nível de

---

<sup>21</sup> Harold Gregg Lewis (1914-1992) ingressou como professor no Departamento de Economia de Chicago em 1939 para substituir Henry Schultz como responsável pela disciplina de estatística avançada, e permaneceu na instituição até 1975, quando aceitou um posto na Duke University. Lewis é conhecido principalmente por sua atuação na área da Economia do trabalho, especialmente pelos seus estudos acerca do impacto da sindicalização no salário real dos trabalhadores e nas dinâmicas de diferentes mercados de trabalho – tema ao qual se dedicou da década de 1950 até o fim de sua vida. Lewis foi precursor de uma importante transformação na área, iniciada nos anos 1960, ao fazer o uso exclusivo do modelo neoclássico para estudar os efeitos da sindicalização, rompendo com a tradição anterior que combinava conceitos e quadros teóricos emprestados ou adaptados de outras Ciências Sociais. O estilo de pesquisa desenvolvido por Lewis, ademais, portava um forte enfoque empírico. A teoria neoclássica era entendida como um ponto de partida, um modelo utilizado para informar a pesquisa empírica, a qual abarcava, em muitos casos, uma extensa coleta de dados e a utilização de instrumentos estatísticos sofisticados. O economista teve um forte impacto nos estudos sobre Economia do trabalho realizados em Chicago não apenas devido à sua produção acadêmica – cabendo destacar, aqui, a obra *Unionism and Relative Wages in the United States*, publicada em 1963 –, como também pela sua atuação como orientador de pesquisas, professor e mentor de alunos da pós-graduação do Departamento de Economia. Dentre seus orientandos figura Gary Becker, apresentado na subseção 2.2 da dissertação, para quem foi uma forte influência. Em 1945, Lewis começou a atuar como “conselheiro do Departamento”, auxiliando alunos da graduação e da pós-graduação, e, em 1964, foi promovido para diretor do programa de pós-graduação, posição que ocupou até sua aposentadoria, em 1975 (BIDDLE, 2010, pp. 296-300).

competência profissional como economistas, os quais devotariam suas carreiras ao ensino e pesquisa em Economia em tempo integral e se tornariam os líderes intelectuais em assuntos econômicos no Chile. A consecução desse objetivo envolve vários ingredientes: (1) a descoberta de chilenos nativos promissores como economistas; (2) o treinamento desses chilenos em Santiago e em Chicago; (3) a apresentação a esses *trainees* e a outros no Chile de elevados padrões de pesquisa e ensino; (4) o estabelecimento, na Universidade Católica do Chile, de uma organização na qual os economistas chilenos treinados possam dedicar-se em tempo integral ao ensino e pesquisa; e (5) o financiamento desta organização pela comunidade chilena de forma permanente (The Chile Project, Third Report apud VALDÉS, 1995, p. 132).

Segundo Valdés, o trecho coloca em evidência três princípios importantes subjacentes à organização do *Chile Project*. Primeiro, indica que os membros de Chicago teriam completa liberdade para tomar as decisões acerca da execução do projeto e da definição da equipe envolvida. Segundo, dispõe que Chicago teria também a liberdade para selecionar os estudantes chilenos que seriam treinados, sem nenhum tipo de intervenção externa. Por fim, ressalta que a universidade estadunidense definiria as estratégias de financiamento, a serem executadas em conjunto ou exclusivamente pela PUC (VALDÉS, 1995, p. 133). Ademais, ao colocar como um dos ingredientes do projeto o retorno dos estudantes ao Chile para que atuassem como pesquisadores e professores, o relatório evidencia o interesse da equipe de Chicago em que esses economistas transportassem e disseminassem, em seu país de origem, o arcabouço teórico e metodológico adquirido durante os estudos no exterior.

A organização a que se referem os itens 4 e 5 do trecho citado seria o já mencionado Centro de Pesquisa Econômica. Como evidencia um relatório assinado por Gregg Lewis em julho de 1956, um dos objetivos centrais do projeto consistiria em

implantar, no Chile, na Universidade Católica, um Centro de Pesquisa Econômica, com uma equipe de economistas treinados atuando em tempo integral, que atenderá tão bem à comunidade chilena com pesquisas econômicas de alta qualidade que a comunidade fornecerá o apoio para a continuação do centro como uma parte permanente da universidade (The Chile Project, First Report apud VALDÉS, 1995, pp. 138-139).

O objetivo da equipe de Chicago era que o Centro de Pesquisa Econômica – inicialmente financiado pela Fundação Rockefeller e, mais tarde, pela Ford – passasse no futuro a ser integralmente mantido pela comunidade chilena, e se tornasse uma referência para a classe empresarial local (VALDÉS, 1995, p. 139, 179).

Além de treinar membros da PUC, os professores de Chicago designados para trabalhar no Centro de Pesquisa, em Santiago, ficaram responsáveis por desenvolver pesquisas acerca da economia chilena, desenvolvidas em conjunto com professores e estudantes da Faculdade de Economia, e por propor soluções para os “problemas econômicos básicos” do país. Em



consonância com essa orientação, o responsável pelo projeto em Santiago, Simon Rottenberg, a título de exemplo, coordenou uma pesquisa sobre o sistema de previdência social chileno que estabeleceu os alicerces para a reforma previdenciária que seria encabeçada pelos “Chicago Boys” em 1981. Pesquisas acerca da realidade e problemas chilenos também eram discutidas no âmbito do já mencionado *Chile Workshop* (ver subseção 2.1), o qual se consolidou como um espaço central de congregação e treinamento dos estudantes chilenos em Chicago (MONTECINOS, 2009, p. 152; VALDÉS, 1995, pp. 143-144). Vale ressaltar que, até o início do projeto de cooperação, a maioria das pesquisas sobre a realidade econômica chilena eram desenvolvidas no âmbito do Instituto de Economía da UCh, criado em 1945, e que contava com seu próprio veículo de difusão de ideias, a *Revista de Economía* (GALLARDO, 2011, p. 84). Conforme analisado na próxima subseção, ao permitir que a PUC estabelecesse o seu próprio instituto de pesquisas e ao fornecer os instrumentos para que economistas locais realizassem estudos baseados em uma nova perspectiva teórico-metodológica, o projeto possibilitou a criação de um contraponto às interpretações sobre a economia chilena que eram produzidas na universidade pública.

A partir do treinamento oferecido aos chilenos, tanto em Chicago quanto em Santiago, os professores de Chicago envolvidos no projeto tinham como objetivo a formação de um grupo de profissionais praticantes da “verdadeira Ciência Econômica”, que deveriam aplicar os “princípios centrais da Economia” à realidade chilena de modo a desenhar soluções aos principais problemas socioeconômicos do país a serem oferecidas aos governantes e *policymakers* (ver subseção 2.1). Por trás de tal objetivo, estava o entendimento de que esses problemas teriam sido causados por más decisões econômicas tomadas no passado, como intervenções ineficientes do Estado na economia e o bloqueio do livre funcionamento dos mecanismos de mercado (VALDÉS, 1995, p. 129, 143-149). O seguinte trecho, extraído do quarto relatório da equipe de Chicago, expressa bem a visão desses professores acerca dos efeitos maléficos produzidos pelas medidas intervencionistas adotadas no país, bem como suas expectativas em relação à capacidade dos jovens economistas treinados no Departamento de corrigir os rumos da economia chilena:

em parte, por causa dessa falta de confiança nos processos de mercado, foram introduzidas [no Chile] pirâmides de controle sobre o comportamento econômico e a equipe de Chicago acredita que esses controles produziram, com frequência, uma redução da renda e da produção na economia. O objetivo declarado dessas políticas tem sido, é claro, alcançar um aumento da renda e da produção. O fato de elas terem tido efeitos opostos reflete, em parte, o fracasso em usar adequadamente as ferramentas da Economia que permitem prever as consequências das políticas. *Espera-se que, no longo prazo, os escritos de pesquisa dos chilenos que retornarem*

*[de Chicago] preenchem essa lacuna* (The Chile Project, Forth Report apud VALDÉS, 1995, p. 149, itálico nosso).

Para que “preenchessem essa lacuna”, além de influenciar o processo de tomada de decisões em matéria de política econômica, eles deveriam educar o público geral segundo os princípios da Economia “moderna”, a partir da publicação de pesquisas acadêmicas, artigos em jornais e revistas, dentre outras atividades (PARMAR, 2012, p. 197; VALDÉS, 1995, pp. 150-151).

A excepcionalidade que representava, para o Departamento de Economia de Chicago, o recebimento de um número elevado de estudantes chilenos e as altas expectativas portadas por parte do corpo docente em relação aos resultados do projeto levaram certos professores a canalizarem uma grande atenção aos estudantes chilenos, o que influenciou profundamente a experiência do grupo no exterior. O tratamento especial começava antes mesmo da partida para os EUA. Como evidenciam os relatórios produzidos pela equipe de Chicago, era comum que os economistas do Departamento alocados em Santiago fornecessem orientações aos futuros estudantes acerca da estrutura do programa de pós-graduação e oferecessem até mesmo treinamentos prévios. Os professores mais diretamente envolvidos com o projeto esforçaram-se para garantir que, quando nos EUA, os latino-americanos encontrassem um ambiente amigável e acolhedor. Como resultado, durante esse período, os chilenos teriam sido “orientados e aconselhados mais de perto do que qualquer outro aluno” (The Chile Project, Second Report apud VALDÉS, 1995, p. 141). Eles eram auxiliados na seleção das disciplinas a serem cursadas no primeiro trimestre e, seus desempenhos, acompanhados de perto por Gregg Lewis. Ademais, membros do Departamento ofereciam, com certa regularidade, sessões de tutoria exclusiva ao grupo (VALDÉS, 1995, pp. 141-142, 155).

Segundo Valdés, *o tratamento especial oferecido por esses professores aos estudantes chilenos conduziu à costura de sólidos laços pessoais e intelectuais entre eles, o que, por sua vez, teria sido fundamental para o sucesso da transmissão da tradição intelectual de Chicago ao grupo* (VALDÉS, 1995, pp. 140-141, 155). Cabe, aqui, enfatizar o papel proeminente cumprido por Arnold Harberger, que, segundo Valdés, teria sido “a mais decisiva figura no projeto e na constituição do grupo de economistas chilenos” (VALDÉS, 1995, p. 134). Harberger esteve envolvido no *Chile Project* desde o princípio, participando da visita da equipe de Chicago a Santiago, liderada por Theodore Schultz, em 1955, quando o convênio estava em fase de negociação. No Chile, Harberger conheceu Ernesto Fontaine e Sergio de Castro, alunos do quinto ano do curso de Economia da PUC que atuaram como seus intérpretes durante a

missão. Em entrevista, o economista relembra o episódio e menciona a afinidade imediata que sentiu em relação aos dois estudantes:

Eles nos acompanharam durante toda a semana no Chile como intérpretes porque eles eram "old boys" da Grange School e sabiam inglês perfeitamente. Nós nos demos perfeitamente bem e eles nos acompanharam com todas as pessoas com as quais entramos em contato. Então, quando Ernesto [Fontaine] e Tejo [Sergio de Castro] chegaram a Chicago, eles dividiram um apartamento com outros chilenos. Foi quando eu conheci Anita (Arnold Harberger in: MANSELL-CARSTENS, 2003, p. 343).

Quando o primeiro grupo de chilenos chega em Chicago, Harberger desenvolve excelentes relações com eles, que são estreitadas por conta de seu matrimônio com Anita, uma chilena que conheceu em uma festa organizada pelo grupo. Logo Harberger se consolidaria como uma espécie de “padrinho” dos estudantes chilenos e latino-americanos que continuamente chegavam à Chicago. Ele procurava assistir os estudantes tanto na adaptação à cidade quanto com suas atividades de pesquisa e dúvidas acadêmicas. Mais do que uma relação de tutoria, Harberger desenvolveu laços de amizade com parte dos chilenos, que passaram a frequentar a sua casa e a participar das recorrentes festas que o professor organizava (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, pp. 86-87; VALDÉS, 1995, p. 155; CHICAGO, Boys, 2015). Glen Biglaiser relata que, em entrevistas realizadas entre julho e setembro de 1992 com os chilenos egressos de Chicago, esses rememoraram com carinho suas experiências no exterior e, particularmente, a atenção e devoção com as quais eram tratados por membros do Departamento, especialmente Harberger e sua esposa, Anita (BIGLAISER, 2002, p. 284).

O *Chile Project* marcou o início de uma longa trajetória de envolvimento por parte de Arnold Harberger com a temática da América Latina e com o treinamento de estudantes latino-americanos, trajetória essa que incluiu consecutivos esforços para incentivar os intercâmbios entre Chicago e instituições de ensino da região (*ver subseção 3.3.1*). A profundidade de sua afeição em relação a esse grupo de estudantes e o impacto que tal envolvimento teve sobre sua trajetória ficam patentes quando o economista afirma que:

Uma grande parte da minha vida está relacionada com esses latino-americanos. [...] Eu me sinto mais orgulhoso dos meus alunos [latinos] do que de qualquer coisa que escrevi. Na verdade, o grupo latino é muito mais meu do que a contribuição para a literatura. [...] Eles são como meus filhos e eu tenho muitos deles por toda a América Latina (Arnold Harberger in: VALDÉS, 1995, p. 156).

Arnold Harberger havia sido contratado pelo Departamento de Economia de Chicago em 1953 para assumir a cadeira de finanças públicas, mas portava também um grande interesse pelas áreas de avaliação de projetos, comércio e desenvolvimento internacional. Além da atuação no Departamento, ao longo de sua carreira Harberger participou de consultorias para

diferentes atores, como o governo estadunidense, agências internacionais (como o Banco Mundial e o FMI), corporações e governos estrangeiros (incluindo países tão diversos quanto Chile, México, China e Índia). Seu interesse na temática do desenvolvimento, junto com o seu domínio da língua espanhola, foram os gatilhos para seu envolvimento com o *Chile Project*. Tendo em vista o papel cumprido pelo professor na formação das ideias e atitudes do grupo de “Chicago Boys”, algumas ponderações devem ser feitas acerca de sua atuação como economista. Em muitos sentidos, Harberger se encaixa no perfil acadêmico predominante em Chicago nos anos 1950, 1960 e 1970, tal qual descrito na segunda seção: ele era um grande defensor da capacidade da teoria dos preços neoclássica de explicar o modo como a economia real funciona<sup>22</sup> e apresentava uma clara preferência pela pesquisa aplicada, baseada em testes empíricos rigorosos (BANZHAF, 2010, p. 63; Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. v, p. 35; VALDÉS, 1995, pp. 156-157).

Por outro lado, e possivelmente em decorrência de seu envolvimento com a temática do desenvolvimento e com atividades de consultoria, o economista apresentava uma postura mais ponderada, quando comparado a colegas seus do Departamento, em relação ao papel a ser cumprido pelo governo, admitindo, por exemplo, a possibilidade de eficiência nas empresas estatais. Também como decorrência de seus interesses acadêmicos, Harberger mostrava-se mais orientado por considerações macroeconômicas do que a média do corpo docente e mais disposto a reconhecer as particularidades dos países em desenvolvimento (BANZHAF, 2010, p. 63; VALDÉS, 1995, pp. 156-157).

Valdés avalia que a influência do economista sobre o grupo de estudantes chilenos se deu mais devido à transmissão de uma determinada visão acerca do ofício do economista do que de sua perspectiva acadêmica acerca do desenvolvimento – de fato, conforme analisado na subseção 3.3, o grupo adquiriu um grau de radicalismo na defesa do livre mercado do qual o professor não compartilhava. Harberger partilhava, e transmitiu efetivamente aos seus estudantes chilenos, da abordagem tecnicista acerca do papel a ser cumprido pelo economista na sociedade que predominava do Departamento à época (VALDÉS, 1995, pp. 156-157). Ele entendia haver uma distinção clara entre os conhecimentos gerados pela “boa” Ciência Econômica e valores, e acreditava que o papel do economista na sociedade consistia em

---

<sup>22</sup> De fato, Harberger colocava a crença na importância das forças de mercado em explicar o funcionamento do mundo real como um dos elementos centrais do que se poderia chamar de “Escola de Chicago”, dentro da qual ele se reconhecia (Arnold Harberger in: HARBERGER; EDWARDS, 2021, p. 9; Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. v, p. 35).

transmitir os ensinamentos da disciplina – da sua perspectiva, puramente técnicos – de modo a subsidiar o processo de tomada de decisões na esfera política:

Bem, acho que há outro argumento que costumo fazer, que é que nós, economistas, temos uma certa responsabilidade para com a sociedade de chamar atenção para o que a nossa ciência nos permitiu aprender e como isso pode ser útil, e assim por diante. E esse é o nosso trabalho. E para realizar esse trabalho, precisamos de um assento à mesa [de tomada de decisões]. E quando estamos sentados nessa mesa, temos que dar prioridade às coisas que podemos dizer falando como profissionais, e não tratar de nossas preferências políticas individuais sobre isso, aquilo, ou outras coisas em que todos os caras ao redor da mesa estão no mesmo nível que nós. Eles não devem ser tratados em paridade diante das coisas que só nós sabemos e eles não (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 45).

Harberger também partilhava da expectativa de que o *Chile Project* resultasse na formação de um grupo de profissionais adeptos à abordagem de Chicago que, ao retornarem a seu país de origem, teriam a missão de transmitir esses conhecimentos e de influenciar a política econômica nacional:

Bem, quero dizer, você pode olhar para nossa operação no Chile como algo que dizia que queríamos introduzir a boa Economia no Chile. Isso é o que queríamos fazer. Pat [Albion Patterson] achava que era disso que o país precisava. [...] Eu acho que nós pensávamos que havia muitas coisas que a boa Economia ajudaria a modificar [na] política para tornar as coisas melhores. Todos nós sentimos isso. Mas, digamos, se você olhar para o nosso trabalho, nosso trabalho era o de transmitir boa Economia (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, pp. 83-84).

O professor compactuava, ademais, com o diagnóstico de que a política de industrialização por substituição de importações e outras medidas de inspiração cepalina haviam introduzido uma série de distorções na economia chilena e acreditava que a promoção do livre mercado geraria crescimento econômico e beneficiaria a população (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 79). A sua contraposição em relação ao pensamento cepalino fica clara quando, ao falar sobre o papel de Raúl Prebisch, Harberger menciona que:

Claro que nossa linha era bastante contrária à linha dele [de Prebisch]. Embora ele fosse uma pessoa muito honrada e boa, a proposta de industrialização por substituição de importações é algo que eu acho que foi provado na América Latina como uma política fracassada. E percebemos que com a liberalização, e assim por diante, ocorreu um crescimento econômico muito maior, benefícios muito maiores para as pessoas, e é incrível como naquela época era tão difícil convencer as pessoas dessas coisas (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 79).

Outros professores que teriam se tornado próximo do grupo de chilenos são Gregg Lewis, Harry Johnson e Robert Mundell (HARBERGER; EDWARDS, 2021, p. 17). Segundo Valdés (1995, p. 158), a figura mais presente depois da Arnold Harberger foi Larry Sjaastad, que fora colega dos primeiros “Chicago Boys” no programa de pós-graduação de Chicago e, em 1962, tornara-se professor do Departamento, influenciando a formação da “segunda

geração” de estudantes chilenos que circularam pela instituição. Durante o doutorado realizado na segunda metade da década de 1950, em que produziu uma tese sobre a relação entre capital humano e migração sob orientação de Arnold Harberger, Sjaastad ajudou a estruturar o *Chile Workshop* (mais tarde transformado no *Latin America Workshop*) e se tornou próximo do grupo de chilenos que frequentava o Departamento<sup>23</sup>. A partir do contato com o grupo e com Harberger, nutriu um interesse pela área de estudos sobre América Latina e pelos projetos de cooperação desenvolvidos entre a Chicago e instituições de ensino latino-americanas (ver subseção 3.3.1) (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 145, VALDÉS, 1995, p. 158). Segundo Harberger, devido a esse interesse compartilhado, Sjaastad logo se consolidou como seu “companheiro permanente no trabalho de Chicago sobre a América Latina” (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 122). Em entrevistas realizadas com os brasileiros que frequentaram o Departamento a partir de 1967, Larry Sjaastad é descrito com alguém profundamente alinhado ao princípio normativo do Estado mínimo e que compartilhava das expectativas de Arnold Harberger de que os estudantes latino-americanos, após retornarem do treinamento em Chicago, transformariam os rumos da política econômica de seus países (Entrevistas à autora, 2021).

Além da proximidade com certos professores do Departamento, os estudantes chilenos também estabeleceram fortes laços entre si, o que teria reforçado a coesão do grupo e a coerência de suas visões acerca da economia (BIGLAISER, 2002, p. 275). Em artigo publicado em 1988 para o centenário da PUC, Mario Albornoz, um dos ex-alunos treinados em Chicago, remonta, com apreço, sua experiência no exterior e relata que:

Este período de treinamento no exterior é um momento difícil de esquecer. A permanência na cidade ventosa contribuiu para fortalecer um espírito de grupo unido por um desafio e um objetivo comum. Vêm à mente momentos vívidos que agora são anedotas: as sessões de canto com piano, violão e instrumentos de percussão, as festas no sábado à noite na casa dos chilenos, as serenatas ao pé das janelas do pensionato de jovens estudantes da faculdade, viagens para o oeste ou para Nova York nas férias de verão e natal (ALBORNOZ, 1988, p. 327).

O depoimento de Albornoz revela a densa socialização vivenciada por esses jovens economistas também fora dos muros da Universidade e os momentos de confraternização dos quais partilharam no exterior, evidenciando, assim, as raízes dos laços estabelecidos, os quais, conforme analisado na subseção 3.3, se mantiveram fortes após o retorno do grupo ao Chile. Além de momentos de descontração, o grupo também enfrentou, conjuntamente, os desafios

---

<sup>23</sup> Ver também: <https://news.uchicago.edu/story/larry-sjaastad-scholar-international-economics-1934-2012>. Acesso em: 17/02/2022.

inerentes à realização de estudos de pós-graduação em um país desconhecido e no qual se falava outro idioma. Segundo Valdés, a maioria dos egressos de Chicago relembra a época de treinamento no exterior como “um período bonito, desafiador e decisivo em suas vidas” (VALDÉS, 1995, p. 154). Os principais desafios advinham da rigidez do treinamento em Economia oferecido no Departamento e das dificuldades econômicas decorrentes das bolsas de estudos insuficientes, elementos que afetavam os estudantes tanto material quanto psicologicamente (VALDÉS, 1995, p. 154).

A experiência de serem o principal grupo de latino-americanos frequentando o Departamento, a atenção concedida por parte dos professores e os momentos de socialização compartilhados, seja na casa de Arnold Harberger seja no alojamento estudantil ou na “casa dos chilenos”, são elementos que parecem ter se combinado, resultando na formação de um grupo coeso e unido – resultado identificado por Valdés (1995, pp. 158-161) e detalhadamente analisado na terceira subseção desta seção 3.

### 3.2 A EXPERIÊNCIA DOS “CHICAGO BOYS” CHILENOS: PROPRIEDADES SOCIAIS PARTILHADAS PELO GRUPO

Uma vez analisados os aspectos centrais do contexto histórico-institucional em que os economistas chilenos circularam por Chicago e de sua experiência no exterior, adentremos no segundo eixo de comparação delimitado: a análise do grau de homogeneidade social do grupo – afinidade de *habitus* e estilos de vida (BOURDIEU, 2017) – previamente à ida para os EUA. Para Valdés, além do tratamento especial oferecido por professores do Departamento, um segundo elemento chave para a bem-sucedida transmissão da tradição intelectual de Chicago teria sido o fato dos estudantes chilenos selecionados *partilharem de certos traços sociais e ideológicos que os tornavam bastante receptivos às noções ensinadas no Departamento e que eram um dos fundamentos da coesão entabulada pelo grupo* (VALDÉS, 1995, pp. 152-154). Além de torná-los receptivos ao tipo de treinamento oferecido na instituição, argumentamos que a proximidade em suas trajetórias prévias à experiência de circulação internacional e a afinidade de *habitus* e estilos de vida observada teriam sido um dos fundamentos da coesão entabulada pelo grupo.

Primeiro, a maioria deles se considerava conservadora ou apolítica, conforme auferido pelo autor em entrevistas realizadas com estudantes e professores envolvidos no *Chile Project*. Ademais, eram tipicamente de famílias de classe média recentemente imigradas para o Chile e,

portanto, viam na profissionalização e no treinamento no exterior uma oportunidade de ascender socialmente. A visão tecnocrática do economista e da gestão econômica privilegiada em Chicago era também um grande atrativo para esses estudantes que viam na posse de conhecimento técnico uma forma de aumentar seu prestígio e de ganhar espaço nos centros de poder econômico tradicionalmente controlados pela elite chilena. Cabe observar que esses traços identificados por Valdés parecem ser, em parte, um reflexo do próprio perfil do alunato da PUC, que era, à época, influenciada por setores conservadores da comunidade católica chilena (VALDÉS, 1995, pp. 152-154, 201-202).

Arnold Harberger ressalta outro fator que parece ter contribuído para a receptividade dos estudantes chilenos em relação às noções transmitidas no exterior e para a formação de um grupo coeso e afinado: o fato de muitos dos estudantes terem frequentado a mesma escola privada anglófona e anglófila em Santiago, frequentada por membros da classe média e classe alta chilena: a *Grange School* (Arnold Harberger in: MANSELL-CARSTENS, 2003, p. 348). No trecho que segue, Harberger expõe sua interpretação sobre a origem do termo “Chicago Boys”, e sobre como ele estaria relacionado à socialização dos estudantes na *Grange School*:

Existem algumas importantes escolas particulares para meninos no Chile – eu não sei se elas são mistas hoje em dia ou não –, mas, de qualquer forma, a *Grange School* era uma e a *St. George’s* era a outra. Pelo menos a *Grange School* foi construída tendo como base o modelo inglês de Eton e Harrow. Elas chamavam seus ex-alunos de “the old boys”. Então, é daí que vem o ditado inglês “old boys network”. Ex-alunos de Eton e Harrow, esses são os “old boys”. Todos eles se conhecem, fazem favores uns aos outros por toda a vida, e assim por diante. Muitos de nossos primeiros Chicago Boys, e mesmo alguns que vieram depois, frequentaram a *Grange School*. Então eles eram “old boys”. E quando eles começaram a atuar como uma unidade coesa, era muito natural que algum jornalista desconhecido os rotulasse como os “Chicago boys” (Arnold Harberger in: MANSELL-CARSTENS, 2003, p. 348).

De acordo com Valdés, do primeiro grupo de estudantes chilenos, que partiu para Chicago em 1956, três frequentaram a *Grange School*: Ernesto Fontaine, Sergio de Castro e Pedro Jeftanovic. O quarto estudante do grupo inicial era Carlos Massad, formado pela UCh e à época assistente do diretor do Instituto de Economia da Universidade<sup>24</sup>, que relatou, em entrevista ao autor, ter sentido um isolamento inicial quando chegou em Chicago pelo fato de os outros três estudantes possuírem fortes laços de amizade, iniciados no ensino básico e mantidos durante a graduação na PUC (VALDÉS, 1995, pp. 153, 307). É possível presumir que o isolamento de Massad seja um reflexo não apenas do fato de os outros três estudantes se

---

<sup>24</sup> Valdés explica que, como no primeiro ano do *Chile Project* não foram completadas as vagas disponíveis para os alunos da PUC, o convite foi estendido a alguns estudantes da UCh – entre eles estava Carlos Massad (VALDÉS, 1995, p. 137).



conhecerem de longa data, como também das diferenças que portava em relação ao restante do grupo. Nesse sentido, vale mencionar que, além de ser egresso da UCh, escola que contava com um corpo de economistas mais diverso e influenciado ao pensamento cepalino, Massad era próximo ao PDC, partido de centro-esquerda<sup>25</sup>. Seu perfil se distanciava, portanto, do perfil típico dos egressos da PUC que ingressaram em Chicago, tal qual traçado por Valdés (1995).

O fato de muitos dos chilenos treinados em Chicago terem frequentado a *Grange School* é revelador não apenas da antiguidade dos laços existentes, como também de seu contato prévio com certos valores cosmopolitas e de incentivo à superação pessoal e à competição que estão alinhados às visões de mundo propagadas pelo Departamento – o que, por sua vez, parece ter contribuído para a alta receptividade desses estudantes frente às noções ali introduzidas (KLÜGER, 2017, pp. 422-423; VALDÉS, 1995, p. 153). A filosofia do colégio, conforme consta em seu regulamento interno, é reveladora dessas disposições cultivadas pela escola:

A filosofia educacional da Grange School é inspirada no conceito de *All Rounder*. Trata-se de um ideal que tem raízes no humanismo cristão renascentista e destaca o desenvolvimento pleno e harmônico de cada pessoa em sua totalidade, ou seja, tanto espiritual quanto intelectual, moral, artístico, esportivo e social. O Colégio realça, também, a importância do *Fair Play*, conceito que se conecta, à primeira vista, com a ética do esportista. No entanto, essa é, na verdade, uma metáfora cuja aplicação pode se estender muito além das quadras. Por um lado, o “Fair Play” é um ideal que convida à superação pessoal, à formação de hábitos e a lutar com espírito de equipe; por outro lado, exige competir e participar respeitando as regras do jogo, isso é, com sentido ético e com a clara consciência de que todos os participantes são pessoas cuja dignidade jamais pode ser ameaçada (The Grange School: reglamento interno y normas de convivencia escolar, 2020, p. 6<sup>26</sup>).

Klüger ressalta o modo como o conceito de “fair play” e o incentivo à competição e à superação individual cultivados pela escola convergem

com o individualismo metodológico subjacente à teoria econômica neoliberal propagada por Chicago, com sua ênfase no indivíduo imerso em uma competição regrada na qual a vitória seria dada ao meritório e sua ideia de que a maximização do bem-estar geral deriva do respeito individual às regras. Aqui se tratando das regras da ética, no caso de Chicago das regras de mercado (KLÜGER, 2017, p. 423).

Tendo em vista a origem de parte significativa do grupo em famílias de classe média recentemente imigradas – despossadas, portanto, de montantes expressivos de capital econômico e social – e o fato de frequentarem uma Universidade de relativamente baixo prestígio quando comparado à principal do país – a UCh, conforme visto na subseção 3.1.1 –

<sup>25</sup> Massad atuou como presidente do Banco Central chileno entre 1967 e 1970, durante o governo de Eduardo Frei (PDC). O economista não ocupou postos no governo durante a ditadura de Augusto Pinochet (VALDÉS, 1995, p. 209).

<sup>26</sup> Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1477Qlc0tw51HFcPY42mKa-MGDD55PWR9/view>. Acesso em: 18/06/2020.

pode-se aventar que a obtenção de um diploma de pós-graduação em Economia pela Universidade Chicago era por eles percebida como uma oportunidade promissora. Especialmente em um contexto em que não era comum que chilenos complementassem seus estudos no exterior, o diploma de Chicago representava, para esses jovens economistas, que percorriam trajetórias de ascensão social, a possibilidade de se apropriar de um bem raro e simbolicamente eficaz – um diploma em Economia por uma universidade estadunidense – e, assim, melhorar sua inserção no espaço das relações de classe e no campo do poder econômico chileno. Em outras palavras, a circulação do grupo pela Universidade Chicago pode ser lida como uma estratégia internacional de melhoria da posição estrutural ocupada no Chile a partir da obtenção de uma credencial externa valorizada, da posse de conhecimentos especializados escassos em âmbito local e do estabelecimento de conexões com agentes relevantes (BOURDIEU, 1996, p. 320; BOURDIEU, 2017, pp. 122, 233; DEZALAY; GARTH, 2005, p. 67; VALDÉS, 1995, pp. 152-154).

Vale mencionar, por fim, algumas características do projeto que contribuíram para o envio para o exterior de um grupo receptivo à abordagem à Ciência Econômica que predominava em Chicago e afinado social e ideologicamente. O processo de seleção dos estudantes tinha como base a realização de entrevistas, estruturadas de modo a testar os conhecimentos dos candidatos em inglês e Economia – em particular na área de teoria dos preços. As entrevistas eram conduzidas, nos primeiros anos do convênio, exclusivamente por professores de Chicago, mas, com o tempo, passaram a incorporar também ex-alunos da PUC que haviam concluído o treinamento no exterior. Na maioria dos casos, os estudantes eram diretamente convidados por professores de Chicago ou da PUC a participar do processo seletivo, não havendo uma chamada aberta a candidaturas (VALDÉS, 1995, pp. 136-138).

Segundo Valdés, cerca de dois terços dos estudantes selecionados haviam sido assistentes de pesquisa da equipe de Chicago alocada em Santiago ou de ex-alunos da PUC treinados em Chicago. A observação da atuação desses estudantes nas atividades de pesquisa permitia que os professores de Chicago avaliassem suas aptidões profissionais, intelectuais e traços pessoais para julgar a adequação dos candidatos ao tipo de treinamento que receberiam no exterior. O autor identifica, ainda, a tendência de que novos candidatos fossem recomendados por ex-alunos da PUC que estivessem, no momento, realizando a pós-graduação no exterior. Esses costumavam, por sua vez, indicar alunos que portassem posicionamentos ideológicos afinados aos seus. Finalmente, com o término formal do convênio, em 1964, os professores da PUC pertencentes à primeira geração de “Chicago Boys” se tornaram os

principais responsáveis pela indicação de estudantes para cursar a pós-graduação na instituição, e costumavam recomendar alunos que portassem visões acerca da economia e posicionamentos ideológicos afinados aos seus. Dessa forma, garantia-se a receptividade dos alunos enviados aos valores e teorias ensinadas no Departamento e a manutenção da afinidade social e ideológica entre os “Chicago Boys” da primeira e segunda geração (VALDÉS, 1995, pp. 136-138, 198-199).

### 3.3 A EXPERIÊNCIA DOS “CHICAGO BOYS” CHILENOS: INSERÇÃO NO ESPAÇO NACIONAL DOS ECONOMISTAS

Adentramos, por fim, no último eixo de comparação proposto, referente às modalidades de inserção do grupo no espaço nacional dos economistas após a experiência de circulação internacional. Depois de dois anos frequentando cursos e estabelecendo diálogos formais e informais com professores que enfatizavam os benefícios auferidos do livre funcionamento das forças do mercado e que ressaltavam as distorções provocadas por diferentes modos de intervenção governamental na economia, a maioria dos chilenos treinados em Chicago aderiu ao ideal do livre mercado e à interpretação de Friedman à Teoria Quantitativa da Moeda, assim como às políticas por elas embasadas, como a liberalização e abertura econômica e o estabelecimento de regras de controle da oferta monetária (BIGLAISER, 2002, pp. 274-275; VALDÉS, 1995, pp. 158-161). Juan Valdés (1995, pp. 158-159) conclui que o *Chile Project* resultou na criação de *um grupo coeso de economistas, dotado de uma missão em comum e que tinha como referencial intelectual e fundamento da identidade partilhada o Departamento de Economia da Universidade de Chicago*.

Tal missão, conforme relatado por Ernesto Fontaine – um dos primeiros chilenos a partir para Chicago –, consistia em transformar o ensino e o debate econômico não apenas no Chile, como na América Latina como um todo. Segundo Fontaine, tal missão havia sido discutida pelo grupo, que retornara para o Chile com três objetivos centrais. O primeiro consistia em “transformar a Faculdade de Economia da Universidade Católica na melhor de seu gênero, não só no Chile, mas na América Latina”. O segundo seria de influenciar as visões acerca da economia portadas pela população chilena, especialmente pela classe empresarial, tornando o processo de tomada de decisões mais racional “de um ponto de vista estritamente científico”. Por fim, estava o objetivo de “expandir esse conhecimento para toda a América Latina,

enfrentando as posições ideológicas que impediam a liberdade e perpetuavam a pobreza e o atraso” (Ernesto Fontaine in: VALDÉS, 1995, p. 159).

Conforme previa o convênio de 1956, grande parte dos ex-bolsistas chilenos, após concluírem o treinamento no exterior, tornaram-se professores e pesquisadores em tempo integral na Escola de Economia da PUC. Outros dedicaram-se principalmente à iniciativa privada, trabalhando para grandes conglomerados e fundando firmas de consultoria privadas. Muitas oportunidades no setor foram oferecidas por um grupo de empresários liderado por Agustín Edwards, dono do jornal conservador *El Mercurio*, que se interessaram pelo *Chile Project* desde o princípio e procuraram apoiar e promover os economistas treinados na instituição<sup>27</sup>. Ao optarem por atuar no setor privado já no início dos anos 1960, vale notar, os economistas egressos de Chicago constituíram uma exceção dentro da profissão, que, no caso do Chile, era tradicionalmente inclinada à área de políticas públicas (MONTECINOS, 2009, p. 163; VALDÉS, 1995, pp. 225-228).

A busca por concretizar os objetivos expostos por Fontaine parece ter, de fato, orientado a atuação do grupo, seja no meio acadêmico, seja na esfera empresarial. Conforme analisaremos em maiores detalhes nas seções que seguem (*seções 2.3.1 e 2.3.2*), uma vez contratados como professores em tempo integral pela Escola de Economia da PUC, o grupo de economistas vindo de Chicago buscou transplantar para ela o modelo de ensino e pesquisa em Economia com o qual haviam tido contato no exterior, por meio de uma reestruturação do currículo, de suas atividades de ensino e pesquisa e do controle sobre os principais órgãos decisórios (VALDÉS, 1995, pp. 162-163). Além de garantir sua influência na PUC, o grupo buscou se consolidar como uma referência intelectual aos setores empresariais que se organizavam contra os governos de Eduardo Frei (1964-1970) e Salvador Allende (1970-1973) e influenciar os termos do debate público chileno ao longo da década de 1960 e início da década de 1970 (VALDÉS, 1995, pp. 243-247). Em 1975, durante o regime autoritário de Augusto Pinochet (1973-1990), o grupo logrou conquistar os principais postos de formulação da política econômica chilena e implementar reformas de liberalização da economia e diminuição do aparato estatal alinhadas à tradição intelectual à qual foram introduzidos no exterior (VALDÉS, 1995, pp. 21-25, 201).

---

<sup>27</sup> Edwards, como veremos na subseção 3.3.2, tornar-se-ia uma figura chave na obtenção do apoio de um setor expressivo do empresariado às ideias defendidas pelo “Chicago Boys” e na ascensão do grupo ao poder durante o regime Pinochet. O jornal *El Mercurio*, presidido pelo empresário, ficou conhecido pelo apoio dado ao governo ditatorial e às políticas econômicas liberalizantes adotadas no período (VALDÉS, 1995, pp. 225-228).

Esse processo, porém, não se deu de forma automática e livre de contratempos, já que, até alcançar tais posições, o grupo enfrentou um isolamento, tanto no âmbito interno da PUC quanto nos debates acadêmicos e políticos da época. O contexto político e intelectual chileno dos anos 1950 e 1960, dominado pelo pensamento cepalino (*ver subseção 3.1.1*), era bastante desfavorável aos defensores do livre mercado e da redução do papel do Estado. Com efeito, os dois governos que precederam o Golpe Militar de 1973 – o de Eduardo Frei, do Partido Demócrata Cristão (PDC) (1964-1970), e o de Salvador Allende, representante da Unidade Popular (1970-1973), – foram fortemente influenciados por economistas ligados à CEPAL, que privilegiaram a adoção de técnicas de planejamento econômico e de liderança estatal no processo de desenvolvimento (BIGLAISER, 2002, p. 273; MONTECINOS, 1998, pp. 45-46, p. 53; SILVA, 2010, pp. 130-132). Mesmo antes da difusão de ideias cepalinas no país, vale notar, posições favoráveis a um papel ativo do Estado na condução da economia haviam predominado dentro da sociedade chilena. Desde a década de 1930, o Estado chileno havia sido protagonista na promoção da industrialização e, até meados dos anos 1960, parte considerável da classe empresarial via com bons olhos as medidas de proteção e incentivo à indústria nacional adotadas pelos governos, como o fornecimento de crédito subsidiado e a formação de *joint ventures* (MONTECINOS, 1998, p. 5; VALDÉS, 1995, pp. 100-101, 223).

Nas duas seções que seguem é analisado o modo como os economistas chilenos egressos de Chicago lograram romper com tal marginalização – primeiro no âmbito da PUC (*subseção 3.3.1*) e, depois, no seio da classe empresarial e política chilena (*subseção 3.3.2*) –, enfatizando a coerência em seu modo de atuação e nos discursos mobilizados. A predisposição para agir como um grupo coerente e fechado, conforme evidenciam os episódios narrados, estava fundamentada, em grande medida, no compartilhamento de uma certeza científica. Reproduzindo disposições presentes em seus ex-professores de Chicago, esses economistas tendiam a se portar e se enxergar como os detentores da “verdadeira Ciência Econômica”, de um conhecimento puramente técnico e neutro, considerando posicionamentos divergentes como ideologicamente enviesados, motivados por interesses particulares ou fruto de ignorância em matéria de Economia (GALLARDO, 2011, pp. 93-94, 98; MONTECINOS, 1998, pp. 10-11; SILVA, 2010, pp. 168-170; VALDÉS, 1995, p. 31).

O grupo também teria incorporado de maneira bem-sucedida a concepção, partilhada por seus professores no exterior, de que haveria um encadeamento causal necessário entre formação econômica deficiente, decisões econômicas equivocadas e a situação crítica em que, em sua avaliação, o país se encontrava. Em consonância com o diagnóstico, produzido pela

equipe de Chicago, de que teriam sido introduzidas no Chile “pirâmides de controle sobre o comportamento econômico” prejudiciais ao nível de renda e de produção (The Chile Project, Forth Report apud VALDÉS, 1995, p. 149), o grupo via na intervenção estatal na economia uma das principais causas dos problemas existentes no país. Em contraposição, “[e]les apoiavam a adoção de políticas de livre mercado onde a iniciativa privada deveria liderar o processo de desenvolvimento segundo princípios de benefício econômico sem nenhuma interferência do Estado” (SILVA, 2010, p. 137). Com base nesse raciocínio, o grupo agiu visando transformar o ensino da Economia no Chile e influenciar o processo de tomada de decisões, sempre advogando por aquela que avaliavam ser a única e verdadeira Ciência Econômica (GALLARDO, 2011, p. 98; VALDÉS, 1995, p. 31, 158-161).

A experiência em comum de pós-graduação em Chicago foi mobilizada pelo grupo como fundamento de sua identidade partilhada e como justificativa para uma suposta superioridade do conhecimento científico por eles portado. Segundo Valdés, “[a] Universidade de Chicago foi a imagem escolhida pela maioria dos Chicago Boys para reafirmar o prestígio científico do grupo, para enfatizar a sua homogeneidade, e o que um autor descreveu como ‘o entrelaçamento de suas relações e trajetórias pessoais’” (VALDÉS, 1995, p. 36). O isolamento vivenciado, tanto no âmbito da PUC quanto no campo acadêmico chileno de maneira mais ampla, concorreu para que o Departamento de Economia da Universidade de Chicago se consolidasse como a única referência de autoridade para o grupo, a única instância capaz de orientar a sua racionalidade e afeições mútuas (GALLARDO, 2011, p. 101; PARMAR, 2012, pp. 193-194; VALDÉS, 1995, pp. 160-161).

Conforme abordado na segunda seção da dissertação, o isolamento e a marginalidade dentro do campo acadêmico também marcaram, durante as décadas de 1950 e 1960, a experiência de um conjunto de professores de Chicago afeiçoados à Economia de livre mercado e críticos ao keynesianismo, o que teria contribuído para a coesão desse grupo e para a consolidação de uma tendência de ver o mundo em termos de “nós contra eles” (COLANDER; FREEDMAN, 2019, pp. 75-76; PECK, 2011, p. xxxviii). A homologia estrutural observada entre as posições dominadas nos respectivos espaços nacionais ocupadas por esse grupo de professores de Chicago e o grupo de “Chicago Boys” chilenos parece ter contribuído para a bem-sucedida transmissão de certas práticas profissionais e alinhamentos intelectuais dos primeiros para os segundos, assim como para que adotassem estratégias semelhantes visando a valorização de seus conhecimentos e expertise em âmbito nacional (DEZALAY; GARTH, 2005, pp. 81-82).

### **3.3.1 Modalidades de inserção no espaço nacional: a conquista da Universidade Católica do Chile**

Conforme previa o convênio, ao retornarem do treinamento em Chicago, os economistas chilenos foram sendo sistematicamente contratados como professores em tempo integral pela Faculdade de Economia da PUC. O plano de “modernização” da Faculdade portava, como um de seus principais objetivos, a contratação da maioria do corpo docente em regime de dedicação exclusiva. Em 1958, os primeiros egressos de Chicago passaram a lecionar na instituição. Eram eles: Sergio de Castro, Ernesto Fontaine e Pedro Jeftanovic (ex-alunos da PUC) e Luis Arturo Fuenzalida (formado pela Universidade de Chile). Ainda em 1958, esse primeiro grupo encabeçou uma reestruturação do currículo da graduação, enfatizando o ensino de estatística, econometria e teoria monetária; e aproximando o curso do modelo que conheceram em Chicago. Em 1963, dos treze professores atuando em tempo integral na Escola de Economia da PUC, doze haviam sido treinados em Chicago (GALLARDO, 2011, p. 96; VALDÉS, 1995, pp. 164-165).

Desde o princípio, eles enfrentaram resistências por parte de alunos e outros docentes da Escola de Economia, que viam com preocupação as mudanças introduzidas no currículo e nas disciplinas do curso. A contratação de um número crescente de economistas treinados em Chicago e a ingerência de membros da universidade estadunidense nas decisões do Centro de Pesquisa Econômica e da própria Escola eram também vistos com desconfiança. Muitas dessas críticas estavam relacionadas à percepção de que as lições oferecidas por esses professores eram muito abstratas e inaplicáveis à realidade chilena e de que a abordagem por eles adotada excluía o ensinamento de outras perspectivas teórico-metodológicas (VALDÉS, 1995, pp. 166-173).

O isolamento enfrentado dentro da Escola intensificou a união e introspecção do grupo, assim como a sua devoção àquela que constituía, na sua visão, a única e verdadeira Ciência Econômica (GALLARDO, 2011, pp. 98-101; PARMAR, 2012, pp. 193-194; VALDÉS, 1995, pp. 162-163). Diante das ameaças que se antepunham ao projeto de transpor para a PUC o modelo de ensino e pesquisa em Economia que haviam conhecido no exterior, o grupo agiu de maneira coordenada buscando assegurar posições institucionais chave. Nesse esforço puderam contar também com o apoio de alguns de seus ex-professores da Universidade de Chicago, principalmente Arnold Harberger, que se tornou um visitante regular da PUC e um conselheiro dos “Chicago Boys” nas disputas internas à Escola (GALLARDO, 2011, pp. 94, 97-98; VALDÉS, 1995, p. 158).

Em 1963, eles enviaram uma carta conjunta ao então diretor da Faculdade de Economia e Ciências Sociais, Júlio Chaná, na qual, por um lado, denunciavam os baixos salários do corpo docente, cujo reajuste não havia compensado o efeito da inflação. Por outro lado, eles criticavam a decisão de Chaná de contratar, como professores em tempo integral, profissionais oriundos de outras universidades, que não Chicago, e queixavam-se de ainda não ocuparem posições de comando na Escola de Economia, revelando a articulação e o projeto de poder partilhado pelo grupo. Após uma série de reuniões e confrontos com o diretor – nos quais se envolveram também os professores Arnold Harberger e Gregg Lewis, além de um conjunto de estudantes que havia se afeiçoado aos professores egressos de Chicago –, Chaná decidiu por renunciar ao cargo, atitude seguida pelos então diretores da Escola de Economia e do Centro de Pesquisa Econômica (VALDÉS, 1995, pp. 177-178).

Em junho de 1964, os economistas treinados em Chicago Pablo Baraona e Rolf Lüders assumiram, respectivamente, a diretoria da Escola e a do Centro de Pesquisa<sup>28</sup>. Em 1965, Sergio de Castro foi nomeado diretor da Faculdade de Economia e Ciências Sociais, consolidando, assim, o controle do grupo de “Chicago Boys” sobre a Escola de Economia<sup>29</sup> (VALDÉS, 1995, pp. 166-181). A partir de então, novos professores formados na instituição estadunidense foram contratados, e iniciou-se um processo de “reprodução social” do primeiro grupo treinado no exterior. Segundo Valdés, os alunos politicamente conservadores da PUC tinham como grande ambição estudar em Chicago e muitos deles foram apadrinhados pela primeira geração de “Chicago Boys” (VALDÉS, 1995, pp. 198-199).

As mudanças então implementadas concorreram para transformar a Escola de Economia PUC em uma espécie de subsidiária do Departamento de Economia de Chicago, reproduzindo sua estrutura curricular e noções tecnocráticas de profissionalismo (MONTECINOS, 2009, p. 152; VALDÉS, 1995, p. 181). Ainda em 1965, foram extintas disciplinas das áreas de Economia

---

<sup>28</sup> Apesar de expressar preocupações em relação ao modo como os membros da Escola de Economia haviam resolvido suas desavenças com o ex-diretor, o reitor da PUC, o bispo Silva Santiago, ficou do lado dos “Chicago Boys” ao final do conflito. Segundo Valdés, o posicionamento do reitor foi em parte motivado pela avaliação de que a partida dos professores treinados em Chicago da Escola de Economia representaria o fracasso do *Chile Project*. Ademais, a PUC correria o risco de perder recursos das fundações estadunidenses necessários para o projeto de modernização da Escola e para a manutenção do Centro de Pesquisa Econômica (VALDÉS, 1995, pp. 178-179).

<sup>29</sup> Os três economistas citados – Sergio de Castro, Pablo Baraona e Rolf Lüders – são formados pela PUC e estiveram entre os primeiros chilenos a circularem por Chicago no âmbito do acordo de cooperação. Os três ocupariam, mais tarde, importantes postos no regime de Augusto Pinochet: Sergio de Castro foi ministro da Economia (1975-1976) e ministro das Finanças (1976-1982); Pablo Baraona foi vice-presidente do Banco Central (1974-1975), presidente do Banco Central (1975-1976), ministro da Economia (1976-1978; abr.-set./1989) e ministro de Minas (1988-1989); e Rolf Lüders foi ministro da Fazenda (1982-1983) e ministro da Economia (1983-1984) (SILVA, 2010, p. 173; VALDÉS, 1995).



(Introdução à Economia, Teoria Econômica, Moedas e Bancos, Dinheiro e Preços, Comércio Internacional Prático) e de Cultura Geral (Cultura Católica, Filosofia, Direito Comercial, Legislação Tributária, História da Cultura, Recursos Naturais). Essas foram substituídas por cursos mais “modernos” e alinhados ao currículo de Chicago, como Teoria dos Preços, Teoria Monetária, Macroeconomia, Desenvolvimento Econômico, Economia Agrária, Planejamento e Programação, Comércio Internacional e Estudos de Mercado (GALLARDO, 2011, pp. 96-97). Segundo Montecinos, o currículo do curso passou a reproduzir a ortodoxia neoclássica de Chicago, com sua ênfase na teoria dos preços e monetária e sua resistência a incorporar fatores históricos, sociais e culturais nas análises econômicas<sup>30</sup> (MONTECINOS, 2009, p. 152); o que fica patente dada a exclusão (e não uma simples alteração do nome) das disciplinas com enfoque humanista. A PUC também logrou se consolidar como um contraponto à Universidade do Chile e aos acadêmicos cepalinos no país, promovendo uma polarização no espaço nacional dos economistas (BIGLAISER, 2002, p. 276; SILVA, 2010, pp. 130-131, 137).

A hegemonia dos “Chicago Boys” sobre a Escola de Economia não permaneceu, entretanto, incontestada. Com efeito, nos anos que se seguiram, a própria instituição encontrou-se polarizada entre os adeptos à tradição de Chicago e aqueles que criticavam a ausência de maior pluralismo no corpo docente – o que refletia, em parte, a radicalização e polarização política que marcaram os anos do governo de Eduardo Frei (1964-1970). Em 1967, a polarização interna à Escola de Economia se acentuou quando uma mobilização estudantil comandada por estudantes ligados ao PDC se alastrou pelas universidades chilenas, resultando na ocupação de prédios e em um processo de reforma universitária nas duas maiores universidades do país – a PUC e a UCh. No caso da Católica, os estudantes pediam pela democratização da definição do reitor e de outras autoridades e por um maior alinhamento da instituição – que ainda era vista como um reduto do conservadorismo católico – às dinâmicas da sociedade chilena. Diante dos embates, os “Chicago Boys” posicionaram-se veementemente contra as reformas propostas pelos estudantes e se aliaram aos grupos mais conservadores da PUC em oposição ao movimento. Sergio de Castro acabou renunciando ao cargo de Diretor da Faculdade de Economia e Ciências Sociais em solidariedade ao reitor da Universidade, Silva

---

<sup>30</sup> Mario Zañartu, antigo professor da Escola de Economia da PUC, relata que, quando retornou de seu doutorado na Universidade de Columbia (EUA), em 1962, a Escola estava “quase cem por cento orientada pelo Friedman” e “a importância da teoria dos preços permeava tudo, invadindo todos os cursos: finanças públicas; economia internacional; economia política; sem mencionar, é claro, os campos mais micro” (HELLMAN apud VALDÉS, 1995, p. 206).

Santiago, sendo seguido por Pablo Baraona, que também abriu mão da diretoria da Escola de Economia (VALDÉS, 1995, pp. 201-206).

Nesse contexto, as críticas, dentro da Escola, a professores adeptos à tradição de Chicago se intensificaram. Professores e discentes criticavam, entre outros pontos, o isolamento do curso de Economia em relação às outras Ciências Sociais<sup>31</sup>; a falta de disciplinas com enfoque no papel do setor público e sobre desenvolvimento econômico; e a ausência de uma maior diversidade nos alinhamentos acadêmicos e visões ideológicas do corpo docente (VALDÉS, 1995, pp. 201-205). A postura de certeza científica portada pelo grupo de Chicago, que se considerava o portador de um conhecimento absoluto em Ciência Econômica, descartando a possibilidade abordagens alternativas legítimas, foi um dos pontos centrais de crítica. A tendência de enquadrar perspectivas teóricas alternativas às suas como fruto de vieses ideológicos é evidenciada no seguinte documento de 1967, no qual o grupo alinhado à Chicago rebate as críticas que se colocavam:

ficamos ainda mais estupefatos quando, tentando definir com precisão o conteúdo de algumas dessas sugestões [de mudanças na orientação da Escola], verificamos que o que se tenta não é a intensificação do estudo ou da pesquisa em alguns campos da Ciência Econômica, mas a introdução, sob o disfarce de cursos formativos, *de tópicos que se enquadram mais apropriadamente no campo da doutrinação ideológica*. Embora respeitemos todas as ideologias, *nos opomos – e devemos nos opor – ao que parece ser a intenção de apresentar julgamentos ideológicos como conclusões positivas da Ciência Econômica* (ESCUELA DE ECONOMÍA Y ADMINISTRACIÓN apud VALDÉS, 1995, p. 204, itálico nosso).

O trecho coloca em evidência que, replicando posicionamentos apresentados por alguns de seus ex-professores em Chicago (*ver subseção 3.1.2*), o grupo entendia a abordagem à Ciência Econômica baseada na ortodoxia neoclássica por eles praticada como uma abordagem “puramente científica”, não influenciada por quaisquer considerações normativas – o que significava que as propostas de políticas nela embasadas também deveriam ser entendidas como exclusivamente técnicas. Mais do que isso, fica patente na passagem que, para o grupo, a única perspectiva que poderia ser entendida como “puramente científica” – merecendo, portanto, o status de “ciência positiva” – era aquela por eles adotada. Quaisquer abordagens à Economia que não partilhassem dos pressupostos da teoria neoclássica eram relegadas e denunciadas como pertencentes ao campo de “doutrinação ideológica”. Tal postura foi criticada por Mario

---

<sup>31</sup> A questão do isolamento do curso de Economia se tornou ainda mais crítica quando, em 1967, a sede da Escola de Economia foi transferida para um novo campus, nos subúrbios de Santiago, distante do campus central da PUC (VALDÉS, 1995, p. 230).

Zañartu, que, expressando o posicionamento de outros professores dissidentes, escreveu uma carta em resposta contendo a seguinte colocação:

*o atual grupo de professores não reconhece que seu ensino contém implicitamente uma série de julgamentos ideológicos que coincidem com as posições de certos grupos de poder econômico na sociedade chilena. O que a Nova Escola exige é que esses julgamentos ideológicos sejam reconhecidos, que sua conveniência seja julgada e que certas correções sejam aplicadas; correções que poderiam consistir, talvez, na introdução de uma pluralidade de posicionamentos ideológicos ou na seleção de posicionamentos ideológicos mais de acordo com a realidade em que a comunidade nacional ou a Universidade Católica vivem (Zañartu, 1967 apud Valdés, 1995, p. 205, itálico nosso).*

A tal acusação, Pablo Baraona respondeu, em carta enviada à Zanartu em outubro de 1967: “[falar em uma] ideologia por trás da ciência positiva é contraditório em seus termos, como você deveria achar óbvio. Uma ciência positiva com ideologia deixa de ser uma ciência positiva. Uma ideologia que é apenas ciência positiva não possui um elemento de ideologia” (Valdés, 1995, p. 207). O embate indica que a experiência de circulação por Chicago não influenciou apenas os alinhamentos teóricos e metodológicos do grupo e a sua visão sobre reformas que deveriam ser adotadas para modernizar a Escola de Economia da PUC. Tal experiência foi também responsável por incutir nesses agentes modalidades de prática profissional específicas, como a tendência de ver a Economia como uma ciência positiva e a crença de que o papel do economista na sociedade seria o de difundir esse conhecimento puramente técnico para a população e membros do governo, visando “racionalizar” o processo de tomada de decisões (Gallardo, 2011, p. 98; Valdés, 1995, pp. 150-151).

Além de lutarem pelo poder no âmbito da Escola de Economia da PUC, ao longo da década de 1960, os “Chicago Boys” também se envolveram em um esforço conjunto com membros do Departamento de Economia de Chicago para promover a tradição econômica da escola estadunidense em outras instituições de ensino latino-americanas. A experiência do *Chile Project* inspirou professores de Chicago a firmarem convênios com outras universidades da região, nos moldes do estabelecido entre a PUC e o Departamento. O primeiro desses convênios foi firmado ainda durante a vigência do projeto chileno, em 1962, e incluiu a Universidade de Chicago, a PUC e a Universidade de Cuyo, localizada em Mendoza, na Argentina, sendo custeado pela USAID. À semelhança do projeto chileno, o *Cuyo Project* envolveu, por um lado, a concessão de bolsas para que estudantes argentinos fossem realizar estudos de pós-graduação em Chicago; e, por outro, a alocação de economistas estrangeiros (dessa vez ligados à PUC) em Mendoza para lecionar cursos e promover uma reestruturação do currículo da graduação em Economia inspirados no modelo de Chicago. Ernesto Fontaine e

Raul Yver foram os primeiros chilenos alocados na Argentina, ainda em 1962, sendo seguidos por outros, como Alberto Valdés e Mario Albornoz. O projeto foi supervisionado pelo professor Lary Sjaastad, de Chicago, que também ficou um tempo sediado em Mendoza. Como resultado, entre 1962 e 1967, vinte e quatro estudantes argentinos foram realizar pós-graduação e Chicago e o currículo do curso fora radicalmente reformado (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 145; BIGLAISER, 2002, pp. 277-280; VALDÉS, 1995, pp. 181-182). O seguinte trecho, retirado do relatório final do programa (cuja data não é especificada), evidencia a forte inspiração que o projeto teve no *Chile Project*, assim como a atuação de professores da Católica como “representantes” dos economistas de Chicago:

O Programa [Cuyo] foi amplamente modelado com base no programa realizado pela Universidade de Chicago na Universidade Católica do Chile alguns anos antes, com duas diferenças principais. Enquanto no programa do Chile os professores da Universidade de Chicago dedicavam quase todo o seu tempo à pesquisa [...], no [programa] Cuyo os professores foram usados principalmente no ensino... A outra diferença é que, no caso de Cuyo, fomos capazes de usufruir diretamente da experiência e dos recursos da Universidade Católica do Chile. A Universidade Católica de Chicago concordou em emprestar dois professores em tempo integral para o programa. Eram professores que haviam sido formados no programa anterior da Universidade Católica e estavam idealmente equipados para desempenhar o papel designado para eles em Cuyo (*The Cuyo Project*, final report in: VALDÉS, p. 182).

Em 1965, foi firmado um convênio entre Chicago, a PUC e a Universidade del Valle, localizada em Cali, na Colômbia, financiado pela Fundação Rockefeller. Também nesse caso, ficou acordado o envio de dois professores da PUC (nesse caso o Sérgio de Castro e Luis Arturo Fuenzalida) para lecionar e coordenar a reestruturação do programa de graduação em Economia, sob a orientação de Arnold Harberger. Mais uma vez, economistas chilenos treinados em Chicago foram vistos como “idealmente equipados” para conduzir uma reestruturação de um programa de Economia seguindo o modelo do Departamento estadunidense (VALDÉS, 1995, pp. 183-184).

A Universidade de Tucumán, na Argentina, também experienciou uma reestruturação do currículo com base no modelo de Chicago, encabeçada por Adolfo Diz, um egresso do Departamento. Já no Uruguai, após Arnold Harberger, Larry Sjaastad e uma equipe de Chicago visitarem o país com o objetivo de ajudar o regime militar a reformar o sistema de impostos e a política comercial, em meados dos anos 1970, bolsas passaram a ser concedidas pela USAID e pelo governo uruguaio para que estudantes de Economia realizassem estudos de pós-graduação em Chicago (BIGLAISER, 2002, pp. 277-280; VALDÉS, 1995, pp. 181-184).

Arnold Harberger pôde, portanto, contar com seus discípulos chilenos na consecução do projeto de transformar o ensino e difundir a Ciência Econômica “moderna” pela América

Latina, garantindo, assim, a existência de um contraponto ao pensamento estruturalista cepalino na região. A visão de Harberger sobre a missão a ser cumprida por Chicago e por seus alunos latino-americanos é sintetizada na seguinte passagem de Clifford M. Hardin, um executivo da Fundação Rockefeller, ao comentar sobre a proposta de Harberger de criar um centro de estudos sobre América Latina em Chicago:

Harberger acredita que a Universidade de Chicago pode desenvolver um Centro para o estudo da economia na América Latina. Ele avalia que Raúl Prebisch et al. rejeitam as ferramentas da Economia e falam sobre coisas vastas e vagas, como a relação entre o centro e a periferia; mas Harberger insiste que as ferramentas não mudam, apenas as aplicações. O que é necessário é uma reformulação da teoria dos preços, da teoria monetária, da teoria do comércio internacional. [...] Harberger acredita que a Universidade de Chicago demonstrou sua eficácia e desenvolveu links e programas que lhe permitem dar uma contribuição real (Clifford M. Hardin in: VALDÉS, 1995, p. 185).

A ida de estudantes latino-americanos para Chicago – iniciada com os acordos estabelecidos com as universidades Católica, de Cuyo e del Valle e potencializada com a disseminação de bolsas da Ford e da USAID na América Latina na década de 1970 (*ver subseção 4.1.1*) – logo foi identificada por Harberger como o melhor (e menos burocrático) mecanismo para disseminar a “boa Economia” de Chicago na região:

O que aconteceu foi, e isso sempre acontece quando se faz algo como o que fizemos no Chile, um bando de chilenos vem estudar e depois voltam e ensinam nessas universidades chilenas. E adivinhem? Seus alunos querem vir até você. E então isso aconteceu com a Argentina e assim por diante. E temos uma enxurrada de estudantes chilenos. Temos uma enxurrada de estudantes argentinos chegando, pagando dinheiro da Fundação Ford, da própria [US]AID, do Banco Central, de qualquer lugar. Eles estão vindo de qualquer maneira. E não temos nenhuma burocracia com a qual nos preocupar. O maior benefício que obtivemos com o *Chile Project* foi com o treinamento que oferecemos aqui em Chicago (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, pp. 122-123).

Além da atração de estudantes latino-americanos para receber treinamento em Chicago, Harberger participou, em conjunto com seus ex-alunos chilenos, do processo de estabelecimento do Programa em Economía para Estudiantes Latinoamericanos (PREL) na Escola de Economia da PUC, projeto que contou com o financiamento da Fundação Ford. O programa, oferecido a partir de 1965, tinha duração de dois anos e objetivava complementar a formação em Economia de estudantes de outros países latino-americanos. A iniciativa partia dos pressupostos de que o ensino de Economia na instituição era superior ao oferecido na maioria dos países da região e de que, a partir do programa, os estudantes estariam mais bem preparados para realizar uma pós-graduação nos EUA – preferencialmente em Chicago. Entre 1965 e 1970, sessenta estudantes vindos de dez países participaram do PREL (VALDÉS, 1995, pp. 187-189).

A atuação do grupo na esfera acadêmica, narrada nesta subseção, esteve em consonância com o objetivo – que, segundo Ernesto Fontaine, era partilhado – de difundir o modelo de ensino e pesquisa em Economia ao qual aderiram a partir da experiência de circulação internacional para a PUC e outras universidades latino-americanas (Ernesto Fontaine in: VALDÉS, 1995, p. 159). Na última subseção desta seção 3, analisamos os esforços depreendidos com vistas a atingir o terceiro objetivo elencado por Fontaine: o de se tornarem uma importante referência intelectual para a classe empresarial chilena. Mais uma vez, a literatura demonstra que a atuação do grupo foi baseada, por um lado, na sua articulação e coesão e, por outro, em uma postura de certeza acerca da superioridade dos conhecimentos por eles portados e de grande reverência em relação ao Departamento de Economia da Universidade de Chicago.

### **3.3.2 Modalidades de inserção no espaço nacional: a conquista de influência sobre a classe empresarial e a participação no regime Pinochet**

Conforme mencionado, o ambiente político e intelectual chileno, com o prestígio do pensamento cepalino e a tradição de ativismo estatal, era bastante desfavorável ao grupo de egressos de Chicago que começou a retornar ao país a partir de 1958. As propostas de redução radical do tamanho do Estado defendidas pelo grupo não tinham precedentes no debate público chileno ou em programas apresentados por partidos políticos, mesmo os mais conservadores. Apesar da atuação de parte desses economistas na iniciativa privada, suas ideias não tiveram uma recepção automática entre o empresariado. Ao contrário, mesmo nesse meio teria predominado, até meados dos anos 1960, uma desconfiança em relação à factibilidade de se implementar o modelo proposto pelos “Chicago Boys” no Chile e uma visão de que esse seria fruto de um exercício teórico dogmático por parte do grupo (VALDÉS, 1995, pp. 13, 236, 246).

Como resultado, após seu retorno ao Chile, o grupo se manteve relativamente enclausurado dentro dos muros da PUC. Esse quadro começou a mudar em 1967, quando parte da elite empresarial se sentiu ameaçada por certas reformas promovidas pelo governo Eduardo Frei – como a reforma agrária, a nacionalização das minas de cobre e outras medidas percebidas como ameaças aos direitos de propriedade – e decidiu se mobilizar<sup>32</sup>, buscando alternativas ao

---

<sup>32</sup> Frei foi eleito com o slogan “Revolução em liberdade”, que indicava sua intenção de promover mudanças significativas na estrutura socioeconômica do país de forma gradual e pacífica. Propunha modernizar a economia, por meio do incentivo à industrialização e da eliminação do sistema de *haciendas*, e promover uma redução da desigualdade social. Além da nacionalização das minas de cobre e da reforma agrária, seu governo promoveu a sindicalização dos trabalhadores rurais, a participação popular em governos locais e reformas educacionais. Na

modelo econômico em implementação (VALDÉS, 1995, pp. 208-209, 218-219). A mobilização dos empresários e de setores da direita se acirrou durante os três anos do governo Salvador Allende – membro do Partido Socialista e representante da coalização partidária de esquerda Unidade Popular. Em um cenário de radicalização da polarização política e ideológica, eles reagiam fortemente ao aprofundamento de medidas como a nacionalização de empresas privadas e a reforma agrária. Nesse contexto, e utilizando como trunfo os conhecimentos e técnicas obtidas no exterior, os Chicago Boys lograram se envolver no movimento dos empresários e angariar apoio crescente às propostas de redução da ingerência do Estado na economia e promoção da livre iniciativa (DEZALAY; GARTH, 2005; VALDÉS, 1995, pp. 243-247).

Cabe destacar que a atuação do grupo de empresários liderado por Augustín Edwards, mencionado no início da subseção 3.3, foi fundamental para a crescente receptividade do projeto dos “Chicago Boys”. O grupo liderado por Edwards portava fortes ligações com o capital internacional e posicionamentos ideológicos afinados aos dos economistas treinados na instituição estadunidense – assim, desde o começo do *Chile Project*, procuraram apoiar e proporcionar oportunidades profissionais a esses agentes. Uma das mais importantes iniciativas nesse sentido foi a criação, em 1963, do Centro de Estudos Sociais e Econômicos (CESEC), organização que acolheu diversos pesquisadores adeptos ao liberalismo econômico. O centro tinha como objetivo estratégico influenciar o debate econômico e político do país e produzir estudos que ajudassem a amalgamar os empresários contra o governo Frei. A participação ativa dos “Chicago Boys” no centro contribuiu sobremaneira para a consolidação da identidade do grupo nesse meio (VALDÉS, 1995, pp. 225-228).

Os primeiros efeitos dessa maior receptividade do projeto econômico do grupo se manifestaram quando alguns deles foram convidados a participar, como consultores em assuntos técnicos, do comitê responsável pela elaboração das propostas econômicas de Jorge Alessandri, candidato conservador que disputaria as eleições presidenciais de 1970 contra Allende. Arnold Harberger, que já havia atuado como consultor do Banco Central no governo de Alessandri em 1959<sup>33</sup>, participara dos esforços como um “consultor intermitente” de seus

---

metade final do mandato, devido a pressões inflacionárias, medidas de austeridade foram adotadas visando restaurar o equilíbrio macroeconômico, o que provocou uma escalada nos protestos e mobilizações sociais. Ao final do governo, o nível de polarização da sociedade e de instabilidade política haviam aumentado, com críticas ferrenhas emergindo tanto à direita do espectro político, que via a reforma agrária e outras medidas distributivas como ameaças à classe proprietária, quanto à esquerda, que considerava as reformas sociais implementadas muito tímidas (MONTECINOS, 1998, pp. 20-24; VALDÉS, 1995, pp. 219-220).

<sup>33</sup> Disponível em: <http://www.econ.ucla.edu/harberger/longcv.pdf>. Acesso em 14/03/2022.

ex-alunos de Chicago (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 189). As discussões travadas no âmbito do comitê foram marcadas por constantes desentendimentos entre empresários pró-Alessandri e os “Chicago Boys”, cujas propostas de abertura comercial rápida, eliminação completa e imediata dos controles sobre os preços e estabelecimento de mecanismos de mercado em todos os setores da economia eram consideradas muito radicais (VALDÉS, 1995, pp. 236-240).

Alessandri perdeu as eleições de 1970 para o candidato do Partido Socialista. Com o aprofundamento das reformas sociais, a radicalização do processo político e a deterioração da situação econômica que marcaram os três anos do governo Allende, setores crescentes da oposição aderiram ao programa dos “Chicago Boys”, até então considerado demasiado radical<sup>34</sup> (VALDÉS, 1995, pp. 243-247). Assim, “a deterioração da situação econômica, política e social da sociedade chilena fez com que soluções extremas aparentassem ser mais ‘realistas’” (VALDÉS, 1995, p. 245). A partir do fim de 1971, o movimento dos empresários, alarmado pelas medidas econômicas, que incluíam expropriações e eliminação gradual dos mecanismos de mercado, passou a se engajar em uma verdadeira guerra contra o governo Allende, visando desestabilizar o regime e tornar justificável uma intervenção militar (VALDÉS, 1995, pp. 251-252).

A popularidade conquistada pelos “Chicago Boys” nesse período foi fundamental para que, em meados de 1971, a Sociedade de Fomento Fabril (SOFOFA) convidasse economistas da PUC ligados à Chicago para integrar uma equipe, financiada pela federação, incumbida de preparar um novo programa de governo de maneira clandestina. Quando membros da marinha chilena começaram a articular o golpe de Estado contra Salvador Allende e necessitavam de um plano econômico para o novo regime, eles recorreram à equipe financiada pela SOFOFA, que produziu o documento conhecido como *El Ladrillo*, altamente influenciado pelas propostas

---

<sup>34</sup> Allende foi eleito em uma eleição altamente acirrada: obteve 36.2% dos votos, enquanto o candidato conservador, Jorge Alessandri, obteve 34.9%. A campanha do candidato da Unidade Popular foi pautada na proposta de construção de uma “via chilena ao socialismo” – uma transição pacífica, dentro do quadro das instituições existentes e que não dependesse da implantação de uma ditadura do proletariado. Muitas das reformas propostas foram rapidamente implementadas: bancos comerciais passaram para o controle estatal; a reforma agrária foi expandida, assim como a nacionalização das minas de cobre; e empresas industriais foram nacionalizadas, excedendo o inicialmente previsto pelo governo. Ao final de 1971, frente ao estímulo excessivo da economia e à expansão elevada dos gastos públicos, a situação econômica do país, que já estava debilitada quando Allende assumiu, começou a deteriorar: o déficit fiscal decolou, a fuga de capitais se intensificou, a situação da balança de pagamentos se degradou, e o país foi acometido com uma séria escassez de produtos e hiperinflação. Nesse contexto de crise econômica, agravada pelo boicote promovido pelo governo de Richard Nixon nos EUA, as mobilizações populares aumentaram, bem como a oposição de conservadores e cristãos-democratas ao governo (BABB; FOURCADE, 2002, pp. 539, 544; MONTECINOS, 1998, pp. 25-29).



liberalizantes dos “Chicago Boys” – de fato, oito dos dez autores do documento possuíam credenciais de Chicago (MONTECINOS, 2009, p. 151; VALDÉS, 1995, pp. 247-252).

Em 11 de setembro de 1973 ocorre o golpe militar que deu início à ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990), ao qual se seguiu o estabelecimento de uma junta militar liderada pelo General do Exército Augusto Pinochet. Apesar do *El Ladrillo* já ser conhecido pelos membros das Forças Armadas, não havia um consenso sobre qual modelo econômico a junta deveria seguir – apenas um sentimento compartilhado anticomunista e antiestatista. Como resultado, entre setembro de 1973 e começo de 1975, observou-se um alto grau de ecletismo nas políticas socioeconômicas adotadas. Nesse período, parte dos “Chicago Boys” ocuparam postos secundários no governo, como assessores em ministérios e repartições públicas da área econômica, com restrita influência sobre os rumos da política econômica nacional. Eles continuaram, porém, se articulando com vistas a aumentar seu poder sobre a equipe econômica, tornando-se particularmente próximos a Jorge Cauas, ministro da Fazenda a partir 1974 que havia realizado um mestrado pela Universidade de Columbia. Nesse período, foi adotado um programa de estabilização ortodoxo para enfrentar o cenário de hiperinflação e estagnação econômica, baseado no corte de gastos públicos e salários, diminuição dos controles sobre preços, desvalorização da moeda, redução de tarifas e liberalização gradual do mercado de capitais. O fracasso do plano, que não produziu uma redução significativa no processo inflacionário e levou a uma alta no nível desemprego, provocou uma cisão na equipe econômica, entre um grupo que defendia ser necessário um papel mais ativo do Estado na recuperação da economia e outro que, liderado por Jorge Cauas e os “Chicago Boys”, advogava que a solução passaria pela redução do papel do Estado e pela adoção de medidas radicais de combate inflacionário. O impasse foi resolvido em abril de 1975 pelo ditador Augusto Pinochet, que intercedeu a favor do grupo monetarista. Logo em seguida, o grupo dissidente foi afastado, Sergio de Castro foi nomeado ministro da Economia e os “Chicago Boys” passaram a ocupar os principais cargos da gestão econômica do regime, colocando em prática as suas convicções neoliberais e monetaristas (POLLACK, 1999, pp. 51-57; SILVA, 2010, pp. 167-168; VALDÉS, 1995, pp. 247-252).

A decisão de Pinochet pelo plano monetarista e radical dos “Chicago Boys”, vale notar, foi feita apenas um mês após uma visita realizada pelos professores de Chicago Milton Friedman e Arnold Harberger e pelo brasileiro Carlos Geraldo Langoni (1944-2021) – que será alvo de considerações detalhadas na quarta seção da dissertação – ao Chile, na qual, entre outras atividades, participaram de um encontro fechado de cerca de quarenta e cinco minutos com o

governante. Durante a visita – que foi patrocinada pela Fundación de Estudios Económicos, um centro privado de estudos neoliberais ligado ao Banco Hipotecário do Chile – Friedman, em consonância com sua produção acadêmica (*ver subseção 2.2*), recomendou que fosse adotado um “tratamento de choque” para controlar a inflação no país, que deveria incluir a eliminação completa dos controles sobre preços e salários, a erradicação do déficit fiscal, uma dramática redução na taxa de crescimento da oferta de moeda e a promoção da iniciativa privada<sup>35</sup>. A proposta de Friedman dialogava profundamente com aquela previamente advogada e, a partir de abril de 1975, implementada pelos “Chicago Boys” (MONTES, 2015, pp. 1, 10-11; POLLACK, 1999, p. 57).

Sergio de Castro, frequentemente retratado como o “líder” dos “Chicago Boys”, participou do regime Pinochet primeiro como ministro da Economia (1975-1976) e, depois, como ministro das Finanças (1976-1982) (VALDÉS, 1995, p. 19). Além de Castro, dentre os chilenos treinados em Chicago que assumiram postos-chave da gestão econômica durante o regime militar estão Pablo Baraona (que foi presidente do Banco Central, ministro da Economia e ministro da Mineração), Álvaro Bardón (presidente do Banco Central, subsecretário de Economia e presidente do Banco do Estado), Rolf Lüders (ministro da Economia e ministro da Fazenda), Sergio de la Cuadra (presidente do Banco Central e ministro da Fazenda) e Miguel Kast (ministro-diretor da ODEPLAN, ministro do Trabalho e vice-presidente do Banco Central) (SILVA, 2010, p. 173).

O regime autoritário instaurado por Pinochet propiciou a esses economistas a oportunidade, pela qual aguardavam há tantos anos, de implementar, no Chile, reformas de redução do Estado, liberalização e abertura da economia e privatizações alinhadas ao que, em sua concepção, ditava a boa Ciência Econômica. A facilidade com que o grupo, que se autoproclamava liberal, aderiu a um governo autoritário que cerceou liberdades individuais

---

<sup>35</sup> A visita prestada ao ditador chileno instigou diversos protestos populares e teve impactos de longo prazo nas trajetórias de Arnold Harberger e, principalmente, de Milton Friedman – que, à época, já era um economista amplamente conhecido no meio acadêmico e como intelectual público. Harberger, que havia realizado consultorias no Chile durante os governos de Eduardo Frei e Jorge Alessandri, relembra que, após a visita de 1975, e diante do cenário repressivo da ditadura chilena, recusara-se, durante cerca de cinco anos, a prestar qualquer consultoria a órgãos governamentais chilenos. Apesar disso, como ilustra a seguinte passagem, teria mantido uma profícua interlocução com seus antigos alunos chilenos, que agora ocupavam postos de destaque no governo: “ao mesmo tempo, aproveitei todas as oportunidades que tive para ir ao Chile, ver o que estava acontecendo e conversar com meus ex-alunos que eram ministros, vice-ministros ou presidentes ou vice-presidentes do Banco Central. Nos encontrávamos no almoço e conversávamos sobre os problemas. Não sei se fiz alguma coisa além de expressar meu entusiasmo pelas coisas positivas que vi sendo feitas”. Disponível em: <https://www.minneapolisfed.org/article/1999/interview-with-arnold-harberger> e <http://www.econ.ucla.edu/harberger/longcv.pdf>. Acesso em: 15/03/2022.

violentamente deve ser interpretada à luz das trocas estabelecidas com certos professores de Chicago que portavam uma visão específica acerca da relação entre política e economia. O discurso veiculado por esses professores colocava a política como uma externalidade que ideologizava o processo de tomada de decisões na área econômica e possibilitava uma influência nociva de grupos de interesse. Tais decisões, segundo tal perspectiva, deveriam ser estritamente técnicas e embasadas na teoria econômica que portava o maior potencial de explicar a realidade: a teoria neoclássica. Posto tratar-se de um regime autoritário, o grupo dos “Chicago Boys” pôde implementar suas políticas econômicas – que com frequência acarretavam elevados custos sociais – sem a necessidade de prestar contas à sociedade, sem precisar lidar com reações populares e sem o controle externo de outras instituições do governo ou de grupos políticos (VALDÉS, 1995, pp. 150-151, 253, 271-273).

A atuação dos “Chicago Boys” no governo Pinochet foi marcada pela defesa radical da estabilização monetária, cortes drásticos nos gastos públicos (via eliminação dos subsídios à agricultura, demissão de servidores etc.), privatização de empresas públicas, liberalização do mercado de capitais interno, priorização do equilíbrio das contas públicas em relação a outras metas, abertura do país ao comércio internacional e a capitais externos, reversão da reforma agrária e eliminação do controle de preços como medida anti-inflacionária. A industrialização por substituição de importações com base em estímulos estatais, defendida pela CEPAL e largamente praticada na América Latina, foi abandonada e passou-se a incentivar o investimento privado, inclusive internacional, em atividades primário-exportadoras nas quais o país apresentasse “vantagens comparativas”, como a mineração e a agricultura<sup>36</sup>. Desse modo, objetivavam eliminar o papel tradicionalmente cumprido pelo Estado na promoção do desenvolvimento socioeconômico do país e substituí-lo pelas “regras impessoais do mercado”, destinadas a se tornar o principal mecanismo de alocação de recursos na sociedade (SILVA, 2010, pp. 178-179; VALDÉS, 1995, pp. 20-24).

Também em relação à atuação no governo, a literatura evidencia o papel do treinamento em Chicago na internalização, pelo grupo, de uma postura profissional específica, alicerçada na crença inabalável quanto à superioridade do conhecimento por eles portado e quanto às

---

<sup>36</sup> Em matéria publicada pelo jornal chileno *Qué Pasa*, em junho de 1978, Sergio de Castro deixa claro seu viés radicalmente antiestatista ao afirmar que “nenhuma [atividade] é proibida a empresas privadas; por outro lado, o governo é impedido de participar de quase todas as atividades produtivas” (DE CASTRO apud VALDÉS, 1995, p. 24).

potencialidades de se implementar, no contexto chileno, os modelos econômicos aprendidos no exterior. Como coloca Valdés:

o status de ex-alunos de Chicago aparentemente explica não apenas a audácia de sua revolução econômica, *mas também a fé ilimitada na Ciência Econômica como base legitimadora de suas decisões draconianas e na capacidade do mercado de resolver a maior parte dos problemas enfrentados pela sociedade*. [Esse status] foi igualmente manifesto na completa e absoluta rejeição de um papel ativo do Estado no processo de desenvolvimento (VALDÉS, 1995, p. 2, itálico nosso).

A posse de um conhecimento científico alinhado aos padrões acadêmicos adotados nos países dominantes foi frequentemente mobilizada para argumentar que o regime seguiria um modelo econômico racional e fundamentado em critérios exclusivamente técnicos; e não em postulados políticos e ideológicos, como no passado. Não à toa, as medidas e discursos empregados pelos “Chicago Boys” no Chile são mobilizados por Yves Dezalay e Bryant Garth para exemplificar o conceito de “estratégias internacionais” – referente ao ato de mobilização de capital estrangeiro (como diplomas, técnicas e conhecimentos ou contatos obtidos no exterior) como trunfos nas disputas locais pelo poder estatal (DEZALAY; GARTH, 2005, pp. 30-31, 95). Ao se apresentarem como – e acreditarem ser – os portadores de um conhecimento absoluto em Ciência Econômica moderna, propostas para solucionar os problemas da economia chilena que partiam de outras perspectivas econômicas eram automaticamente descartadas (MONTECINOS, 1998, pp. 10-11; SILVA, 2010, pp. 168-170; VALDÉS, 1995, p. 31). A postura adotada pelo grupo ajudou a conferir legitimidade ao regime e às medidas econômicas adotadas, inclusive em âmbito internacional. No caso, “reivindicações de neutralidade científica e expertise profissional contribuíram para legitimar políticas que, na realidade, favoreciam os maiores e mais transnacionalizados segmentos da classe capitalista, impondo imensos custos econômicos e sociais à maioria da população” (MONTECINOS, 1998, p. 11).

A influência dos “Chicago Boys” durante o regime militar não se limitou à esfera econômica e financeira, estendendo-se também para setores como saúde, educação, moradia e o sistema de pensões (SILVA, 2010, p. 161). Diante do elevado grau de autonomia concedido por Augusto Pinochet ao grupo de economistas, eles acabaram por agir como “verdadeiros generalistas, deslocando outros profissionais [de outras áreas], falando diretamente com o público, inspirando reformas constitucionais e mudando os termos do discurso político” (MONTECINOS, 1998, p. 65). Tal movimento era coerente com o próprio “imperialismo disciplinar” de Chicago ao transpor suas premissas, análises e recomendações para outras áreas da vida pública, conforme discutido na seção precedente. Ao adotarem um discurso modernizador e se reivindicarem como portadores de uma expertise econômica técnica e

superior às demais existentes no país, os economistas treinados no exterior conquistaram a confiança de militares do alto escalão e a legitimidade perante setores da população para implementar reformas liberalizantes que incidiam sobre diferentes arenas e níveis da administração pública, muitas sem precedentes mundiais (MONTECINOS, 1998, pp. 10-11, 63-67). A prática de falar diretamente com o público, outro ponto ressaltado por Montecinos, também parece estar alinhada a uma modalidade de inserção no debate público praticada por membros do Departamento, da qual o exemplo mais emblemático é Milton Friedman (*ver subseção 2.2*). Segundo a autora, os economistas de Pinochet utilizaram-se amplamente da mídia, especialmente jornais e canais de televisão, para “educar” o público sobre como agir como consumidores racionais em uma economia competitiva, além de fazer críticas a figuras e medidas adotadas no passado (MONTECINOS, 1998, p. 66).

Além da participação na elaboração e implementação de reformas que abarcavam diferentes arenas da atividade estatal, o grupo também foi decisivo para a formulação do discurso ideológico oficial do governo. Esse discurso enfatizava o êxito alcançado por Pinochet e seus economistas ao expandir o consumo de produtos estrangeiros a toda a população<sup>37</sup>. O consumismo se tornou, com efeito, uma das principais bases de legitimação do regime ditatorial e das políticas liberalizantes promovidas pelos “Chicago Boys”. O grupo também foi responsável por justificar a coexistência entre autoritarismo político e liberalismo econômico, contribuindo para legitimar a ditadura. Eles argumentavam que a política partidária favorecia a influência de grupos organizados sobre o Estado e que somente um governo forte seria capaz de garantir o livre funcionamento das leis impessoais do mercado e assegurar a equidade de oportunidades para toda a sociedade (SILVA, 2010, pp. 171-172). A liberdade econômica (ou seja, a existência de uma economia de livre mercado) era, portanto, apresentada como um pré-requisito fundamental para a efetivação da liberdade política, tal qual Friedman professara mais de uma década antes, no livro *Capitalism and Freedom*, de 1962.

Como resultado das reformas implementadas a partir de 1975, o Chile se tornou o caso pioneiro de implementação do que posteriormente ficara conhecido como o modelo econômico neoliberal. A partir da década de 1980, muitas dessas reformas passaram a ser promovidas pelas principais organizações econômicas internacionais, como o FMI e o Banco Mundial, e

---

<sup>37</sup> A expansão da aquisição de produtos estrangeiros foi um resultado de políticas de redução das tarifas de importação, valorização da moeda nacional e expansão do crédito ao consumo que alavancaram a importação de bens de consumo. As classes médias e altas foram definitivamente as grandes beneficiárias desse maior acesso a produtos considerados sofisticados provenientes dos países industrializados, mas setores da classe baixa também participaram do *boom* consumista, por meio da utilização de créditos ao consumo (SILVA, 2010, pp. 177-182).

implementadas, em diferentes graus, em diversos países. Pode-se argumentar que, por um lado, teria sido fundamental para esse pioneirismo chileno a existência de um grupo articulado, profundamente aficionado ao ideal do livre mercado e disposto a mobilizar saberes e capitais adquiridos a partir de uma experiência de circulação internacional na luta pelo poder estatal. Por outro lado, foi também fundamental a existência de um governo ditatorial, que cerceava qualquer liberdade de crítica por parte da população desfavorecida pelo programa então implementado (BABB; FOURCADE, 2002, p. 542, 549; DEZALAY; GARTH, 2005; VALDÉS, 1995).

Teria, no caso do Brasil, a circulação de um número elevado de economistas pela Universidade de Chicago, entre 1967 e 1977, resultado na formação de um grupo dotado de tamanha coesão e adesão ao ideal do livre mercado? E teria esse grupo, tal qual caso chileno, se articulado para influenciar o processo de formulação de políticas econômicas e implementar reformas alinhadas a tal ideal? Essas questões serão exploradas na próxima seção da dissertação (*seção 4*), na qual analisaremos em detalhes a experiência desse primeiro grupo de brasileiros que circulou pelo Departamento de Economia de Chicago. A partir da análise comparativa a que se propõe este trabalho, buscaremos contrapor as experiências e identificar se os aspectos que teriam conduzido à formação, no Chile, de um grupo de articulado e dotado de um projeto comum para o país também podem ser encontrados no caso da experiência brasileira.

#### 4 A EXPERIÊNCIA DO PRIMEIRO GRUPO DE BRASILEIROS QUE CIRCULOU PELO DEPARTAMENTO DE ECONOMIA DE CHICAGO

Iniciamos a última seção antes das “Considerações Finais” retomando as hipóteses que orientam este trabalho. A primeira hipótese sugere que, tanto no caso dos economistas chilenos quanto no dos brasileiros, a experiência de circulação por Chicago não seria *condição suficiente* para explicar a formação de grupos com alinhamentos intelectuais e normativos homogêneos no campo da Economia e dotados de projetos políticos em comum para seus respectivos países. Já a segunda hipótese afirma que, em ambos os casos, o grau de afinidade político-intelectual dos economistas que circularam pela instituição teria sido *mediado* pela partilha prévia de determinadas propriedades sociais, pelas condições em que se deu a circulação internacional e pelas modalidades de inserção nos respectivos espaços nacionais dos economistas após o treinamento no exterior.

A análise realizada na terceira seção permite concluir que a circulação de chilenos pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago, entre 1956 e 1964, deu origem a um grupo coeso de economistas, dotado de uma missão política em comum e que tinha como referencial intelectual e fundamento de sua identidade partilhada a passagem pelo Departamento estrangeiro. Ao retornarem dos estudos no exterior, muitos desses economistas foram contratados como professores em tempo integral pela PUC, onde procuraram reproduzir o modelo de ensino e pesquisa em Economia com o qual tiveram contato no exterior (VALDÉS, 1995, pp. 162-163). O grupo procurou também se firmar como uma referência intelectual a setores do empresariado local e, uma vez localizados em altos postos do aparelho estatal, impulsionou a adoção de medidas alinhadas ao que era recomendado por parte de seus professores em Chicago (VALDÉS, 1995, pp. 21-25, 201, 243-247). Todas essas iniciativas conjuntas, conforme narrado na seção precedente, evidenciam *a existência de um grupo coeso, permeado por vínculos de ordem pessoal, intelectual e profissional, que agiu de maneira coordenada e que buscou reproduzir, em seu país de origem, discursos acerca da economia e uma postura profissional adquiridos a partir da experiência de circulação internacional.*

Alguns fatores centrais para a consolidação desse grupo coeso e política e intelectualmente alinhado puderam ser identificados. Valdés considera como um dos fatores mais importantes para a bem-sucedida transmissão da tradição de Chicago para o grupo de chilenos o tratamento especial recebido por alguns professores do Departamento, especialmente Arnold Harberger, e os sólidos laços pessoais e intelectuais assim formados (VALDÉS, 1995,

pp. 154-155). Esse tratamento especial por parte dos professores esteve, por sua vez, em grande medida relacionado à excepcionalidade que representava, para o Departamento, o recebimento de um elevado número de estudantes latino-americanos entre meados dos anos 1950 e meados dos anos 1960 (*ver subseção 3.1.1*) (VALDÉS, 1995, pp. 93-99).

Um segundo fator-chave identificado por Valdés é o fato de os estudantes chilenos partilharem de certos traços sociais e ideológicos que os tornavam particularmente receptivos às visões pró-mercado e à abordagem tecnocrática acerca da profissão do economista privilegiadas em Chicago. A homogeneidade social apresentada pelo grupo, conjugada com o fato de eles serem antigos colegas de faculdade – e, em alguns casos, também de escola – parece ter facilitado a sua aproximação quando no exterior e a formação de um grupo unido (*ver subseção 3.2*) (BOURDIEU; SAINT-MARTIN, 1978, p. 37; BIGLAISER, 2002, p. 275; VALDÉS, 1995, pp. 152-154). Por fim, identificamos que o fato de passarem a lecionar em uma mesma instituição logo após retornarem dos EUA, combinado com o isolamento que enfrentaram dentro do campo acadêmico e político chileno até meados dos anos 1960, teria intensificado o insulamento do grupo, assim como a sua devoção à visão sobre a Economia e o papel a ser cumprido pelo economista na sociedade que conheceram no exterior (GALLARDO, 2011, p. 101; PARMAR, 2012, pp. 193-194; VALDÉS, 1995, pp. 160-161).

Nesta seção, analisamos a experiência do primeiro grupo de economistas brasileiros a realizar uma pós-graduação ou um pós-doutorado no Departamento de Economia na Universidade de Chicago, entre os anos 1967 e 1977. O primeiro economista brasileiro a realizar uma pós-graduação em Economia em Chicago foi Og Francisco Leme (1922 - 2004), que concluiu o mestrado na instituição em 1956. Após um intervalo de mais de uma década, em 1967, outros dois economistas brasileiros partiram rumo à Universidade: Carlos Geraldo Langoni (1944-2021) e Guilherme Leite da Silva Dias (1943), sendo que Langoni se tornou o primeiro brasileiro a concluir um doutorado pela instituição, em 1970. A partir de então, o fluxo de brasileiros rumo à Chicago se intensificou notavelmente. Foram identificados vinte e cinco economistas que partiram para a escola entre os anos 1967 e 1977 (*ver Quadro 1*), vinte e dois deles como alunos de pós-graduação e três como pesquisadores de pós-doutorado<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Além desses, também circulou por Chicago no período, como professor regular do Departamento de Economia, o economista José Alexandre Scheinkman. Antes de ser contratado por Chicago, Scheinkman realizou uma graduação em Economia pela UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro (1966-1969), um mestrado em Matemática pelo IMPA – Instituto de Matemática Pura e Aplicada (1966-1970) e um mestrado e doutorado em Economia pela Universidade de Rochester, nos EUA (1971-1974). Em 1973 foi contratado como professor assistente no Departamento de Economia da Universidade de Chicago, onde permaneceu até 1999, assumindo as



Esta seção, assim como a precedente, encontra-se estruturada a partir dos três eixos de comparação definidos na introdução. Na primeira subseção, analisamos as condições histórico-institucionais em que se deu circulação internacional desse grupo de brasileiros pelo Departamento de Economia de Chicago. Na segunda, é observado o grau de homogeneidade social – afinidade de *habitus* e estilos de vida (BOURDIEU, 2017) – do grupo previamente à ida para o exterior, por meio de uma análise de suas trajetórias sociais. Por fim, reconstruímos as modalidades de inserção desses agentes no espaço dos economistas do Brasil após retornarem do exterior, buscando ressaltar: (1) iniciativas políticas e profissionais realizadas em conjunto; (2) a maneira como alguns deles se posicionaram diante das duas principais controvérsias e debates econômicos dos anos 1970 e 1980; e (3) o que significou a ascensão de Paulo Guedes ao posto de ministro da Economia, em 2019. Ao longo da seção, sempre que pertinente, serão traçados paralelos entre a experiência chilena e a experiência brasileira de circulação internacional. Ademais, buscaremos avaliar se, assim como no caso dos “Chicago Boys” chilenos, teria sido formado, no caso brasileiro, um grupo coeso de economistas egressos de Chicago, afinado política e intelectualmente e com projetos políticos em comum para o país. As informações apresentadas nesta seção 4 foram coletadas a partir da realização de entrevistas com economistas brasileiros que estudaram em Chicago no período analisado<sup>39</sup> e da consulta a fontes primárias e secundárias (como currículos disponíveis on-line, biografias e entrevistas).

#### 4.1 A EXPERIÊNCIA DE CIRCULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS POR CHICAGO: CONDIÇÕES HISTÓRICO-INSTITUCIONAIS

Assim como a subseção 3.1, na qual refletimos sobre as condições histórico-institucionais da circulação internacional dos “Chicago Boys” chilenos, esta seção secundária encontra-se dividida em duas seções terciárias. Na primeira parte (*subseção 4.1.1*), enfocamos os canais institucionais utilizados pelo grupo de economistas brasileiros para acessar o Departamento de Economia da Universidade de Chicago, assim como o contexto histórico em

---

posições de professor associado e professor titular. Entre 1995 e 1998, atuou também como diretor do Departamento. Entre 1999 e 2013 esteve associado à Universidade de Princeton e, desde 2013, leciona na Universidade de Columbia (Entrevista de José Alexandre Scheinkman à autora, 2021). Apesar de sua relevância para o espaço dos economistas nacional, a trajetória de Scheinkman em Chicago distanciou-se sobremaneira daquela dos brasileiros que foram realizar a pós-graduação ou o pós-doutorado na instituição. Por esse motivo, o economista não integrará as análises desenvolvidas nesta seção 4.

<sup>39</sup> Entre agosto e dezembro de 2021, foram entrevistados: Adroaldo Moura da Silva, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Cláudio Luiz da Silva Haddad, Cláudio Roberto Contador, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Helson Cavalcante Braga, José Alexandre Scheinkman, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Carvalho de Mello, Roberto da Cunha Castello Branco e Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran.

que se dá a circulação (principalmente no que diz respeito à configuração do espaço brasileiro dos economistas e das relações interamericanas no período). Na segunda parte (*subseção 4.1.2*), analisamos como esse contexto histórico-institucional se traduziu em experiências específicas de circulação internacional e refletimos sobre se tais experiências teriam favorecido a produção de alinhamentos políticos e intelectuais e de laços entre os membros do grupo.

#### **4.1.1 O início da circulação internacional de brasileiros por Chicago: os canais institucionais utilizados em seu contexto histórico**

Assim como no caso dos “Chicago Boys” chilenos, a circulação de brasileiros pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago, a partir de 1967, foi possibilitada por recursos fornecidos por agências governamentais e não-governamentais estadunidenses, que financiaram bolsas para que estudantes locais fossem complementar a formação nos EUA. Apesar desse relevante ponto em comum, cabe ressaltar que um intervalo de quase dez anos separa as duas experiências e que, portanto, quando se instaura a circulação de brasileiros rumo a Chicago, a conjuntura política internacional e os interesses da política externa estadunidense eram outros. No lugar do programa Ponto IV de Harry Truman, a experiência brasileira se deu no contexto da Aliança para o Progresso, programa de ajuda externa à América Latina lançado por John F. Kennedy (1961-1963), que abarcava o fomento a instituições acadêmicas e científicas.

A eleição de Kennedy promoveu um importante redirecionamento na política externa estadunidense para a América Latina. De fato, desde o final da Segunda Guerra, a região havia sido preterida, nos programas de ajuda externa norte-americanos, em relação a outras áreas consideradas mais estratégicas na corrida geopolítica pela consolidação de zonas de influência que caracterizou a Guerra Fria. Dentre tais regiões, destacam-se a Europa – beneficiada pelo lançamento, em 1948, do Plano Marshall, que direcionou vultuosas dotações para o continente – e, posteriormente, a Ásia. Apesar de pertencerem à “zona de influência” dos EUA, as relações de países latino-americanos com a superpotência foram se deteriorando diante de tal negligência. Esses países, que haviam atuado como aliados dos EUA durante a Segunda Guerra e que enfrentavam problemas econômicos crônicos, agravados durante o conflito, carregavam expectativas de que, assim como a Europa, fossem beneficiados com programas de ajuda econômica direta, que auxiliassem na sua recuperação e promovessem seu desenvolvimento econômico. Até o final da década de 1950, no entanto, essas expectativas foram sucessivamente

frustradas, uma vez que prevalecera o discurso segundo o qual esses países deveriam se desenvolver a partir da atração de recursos privados<sup>40</sup> (RIBEIRO, 2006, pp. 153-154).

Em 1958, o desgaste nas relações foi escancarado quando, em uma visita à América Latina, o então vice-presidente estadunidense, Richard Nixon, foi recebido com ostensivas manifestações populares antiamericanas em todos os pontos de seu trajeto. Aproveitando o contexto oportuno, Juscelino Kubitschek (1956-1961), então presidente do Brasil, envia uma carta ao presidente norte-americano, Dwight Eisenhower (1953-1961), manifestando a sua solidariedade diante do incidente e propondo uma revisão na política dos EUA para com o restante da região. O governo Kubitschek passa então a defender a adoção de um novo programa multilateral interamericano, a Operação Pan-Americana (OPA), com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico da América Latina com ajuda estadunidense. O discurso adotado pelo governo brasileiro sustentava que a melhoria nos indicadores socioeconômicos da região fortaleceria sua estabilidade política, o que permitiria manter tais países sob a zona de influência estadunidense<sup>41</sup> (RIBEIRO, 2006, pp. 155-156).

Apesar de a proposta de Kubitschek ter suscitado uma movimentação diplomática na região, um redirecionamento na política dos EUA para o continente só pôde ser observado após o advento da Revolução Cubana, em 1959. A Revolução e a aproximação de Cuba com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) descredita a percepção de que a América Latina estaria protegida da ameaça comunista e obrigam os EUA a redirecionarem sua atenção para a região vizinha. Após a malfadada tentativa de invasão da Baía dos Porcos, em 1961, apoiada pela *Central Intelligence Agency* (CIA) e pelas Forças Armadas dos EUA, ganham projeção, dentro do governo Kennedy, setores que advogavam por uma estratégia baseada na diplomacia econômica para impedir que a experiência cubana fosse emulada por outros países da região. No mesmo ano, é apresentada por Kennedy, em reunião extraordinária da OEA, a proposta da Aliança para o Progresso, um programa de ajuda externa direta aos países da América Latina que, em sua concepção, muito se aproximava da OPA de Kubitschek. Os formuladores da Aliança, no governo Kennedy, partiam da noção de que a melhoria dos indicadores socioeconômicos dos países e a instalação (ou a manutenção) de governos democráticos, vistos como legítimos pelas populações, seria a maneira mais efetiva de garantir a estabilidade política

---

<sup>40</sup> Ver também: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CenarioGuerraFria>. Acesso em: 28/02/2022.

<sup>41</sup> Ver também: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/PoliticaExterna/CenarioGuerraFria>. Acesso em: 28/02/2022.

da região, afastando os riscos de insurgências comunistas e do surgimento de “novas Cubas” (RIBEIRO, 2006, p. 156; SMITH, 1994, pp. 215-216).

A *Carta de Punta del Este* (1961), que formalizou a Aliança, abarca tanto objetivos de cunho social – como a melhoria nas condições de saúde, habitação e educação nos países da região – quanto de cunho econômico – como a promoção de uma melhor distribuição de renda e do crescimento “por meio de estruturas econômicas nacionais cada vez mais equilibradas, diversificadas e industrializadas, baseadas em maior investimento, estabilidade monetária e integração regional” (SMITH, 1994, p. 217). A Carta também propunha a realização de reformas agrárias, como forma de endereçar uma das principais fontes de concentração de poder socioeconômico e de emergência de conflitos sociais na região (SMITH, 1994, pp. 217-218). Em novembro de 1961 é criada a *United States Agency for International Development* (USAID) – considerada sucessora da ACI (*ver subseção 3.1.1*) –, para agir como braço operativo das atividades desenvolvidas no âmbito da Aliança.

Em termos de volume de recursos a serem alocados pelos EUA em um projeto regional, a Aliança para o Progresso só poderia ser comparada ao Plano Marshall. Além da concessão de auxílio econômico direto, os EUA também planejavam atuar no envio de equipamentos e de técnicos para os diferentes projetos implementados. Os países latino-americanos, por sua vez, ficariam incumbidos de formular planos de desenvolvimento nacional e implementar projetos alinhados à estrutura geral do programa (RIBEIRO, 2006, pp. 152, 157-156). Uma das dimensões da operação, e que interessa particularmente a este estudo, foi o investimento em projetos para o desenvolvimento científico da região, voltados ao fortalecimento das estruturas de ensino de pós-graduação e pesquisa e das capacidades técnicas locais em diferentes áreas do conhecimento (CUNHA, 1988, pp. 167-174; KLÜGER, 2017, pp. 98-99).

O envolvimento da ACI/USAID com o financiamento e a “modernização” (entendida como uma aproximação aos padrões de ensino e pesquisa vigentes nos EUA) do ensino superior no Brasil, até 1963, foi irrisório, expressando-se em alguns poucos e esporádicos contratos com certas universidades. A partir de 1964, porém, ganha respaldo, dentro da organização, a visão de que uma aproximação do ensino superior brasileiro ao modelo estadunidense (o que incluía a formação de professores locais em universidades norte-americanas) cumpriria um papel estratégico na manutenção de boas relações entre Brasil e EUA, tendo em vista a influência que o ensino universitário exercia sobre a formação das futuras elites dirigentes e intelectuais do país. Desde 1964 observa-se, portanto, um salto qualitativo e quantitativo na assistência técnica

e financeira fornecida pela USAID a cursos de graduação e, principalmente, de pós-graduação brasileiros – em áreas tão diversas quanto Administração, Engenharia, Economia e Agronomia. Em consonância com a estratégia de formar professores universitários alinhados aos padrões de ensino e pesquisa predominantes nos EUA, o número de bolsas concedidas para que brasileiros realizassem uma pós-graduação no país aumentou significativamente: entre 1965 e 1970, a USAID teria concedido 3.800 bolsas de estudo a agentes locais (CUNHA, 1988, pp. 167-174).

Além da USAID, nesse mesmo período, as fundações Ford e Rockefeller implementaram programas voltados ao desenvolvimento científico e à formação de recursos humanos em países da América Latina, incluindo o Brasil<sup>42</sup>. No caso da Ciência Econômica brasileira, destacou-se a atuação da primeira<sup>43</sup>. O envolvimento da Ford no fomento das Ciências Sociais no Brasil teve início no começo dos anos 1960, como parte de um programa direcionado à América Latina e ao Caribe que identificava no aprimoramento de competências científicas e administrativas locais um caminho profícuo para a produção de políticas públicas efetivas e para a solução de problemas socioeconômicos desses países. Em 1961, é instalado um escritório da Fundação no Rio de Janeiro, responsável por administrar e operacionalizar iniciativas voltadas principalmente às áreas de Engenharia, Agronomia, Administração Pública e Ciências Sociais. Dentre as Ciências Sociais, o campo da Ciência Econômica foi notadamente privilegiado, o que reflete a percepção de que a expertise econômica seria fundamental para a elaboração de políticas conducentes ao desenvolvimento (FARIA; COSTA, 2006, pp. 172-173; FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2018, pp. 317-318; KLÜGER, 2017, p. 182).

Tanto Klüger (2017, pp. 181-182) quanto Loureiro (1997, pp. 66-69) enfatizam o papel fundamental cumprido pela USAID e pela Ford na consolidação e internacionalização da Ciência Econômica no Brasil. Elas atuaram no envio de professores brasileiros para complementar a formação nos EUA, na atração de professores estrangeiros para o Brasil para

---

<sup>42</sup> Cabe ressaltar que, assim como no caso chileno (*ver subseção 3.1.1*), o envolvimento das fundações filantrópicas estadunidenses em projetos de cooperação científica com o Brasil não pode ser entendido como um mero reflexo da orientação geopolítica estratégica do governo dos EUA no contexto da Guerra Fria. Por mais que a manutenção de regimes democráticos e a contenção da expansão comunista figurassem entre as preocupações dos dirigentes da Ford e da Rockefeller, questões relacionadas à vocação e trajetória institucional dessas fundações parecem estar no cerne de seu profundo envolvimento com o fortalecimento das capacidades pesquisa e da formação profissional em países em desenvolvimento (FARIA; COSTA, 2006, pp. 177-179).

<sup>43</sup> Apesar de ter financiado algumas das primeiras bolsas para que, ainda nos anos 1950, economistas brasileiros fossem complementar a formação nos EUA, a atuação da Fundação Rockefeller no fomento à ciência brasileira voltou-se principalmente às áreas de Medicina, Saúde Pública, Genética, Física e Biologia. Destaca-se, por exemplo, a sólida parceria estabelecida entre a Fundação e as faculdades de Medicina e Ciências Naturais da Universidade de São Paulo (USP), nas décadas de 1940 e 1950 (FARIA; COSTA, 2006, pp. 164-165; KLÜGER, 2017, p. 182).

auxiliar instituições de ensino e pesquisa, no custeio de bolsas de estudos para que estudantes locais complementassem a formação no exterior, na promoção de missões de cooperação técnica para auxiliar órgãos governamentais brasileiros e na equipagem de instituições acadêmicas. Elas também foram centrais para a estruturação dos primeiros cursos de pós-graduação em Economia nacionais, conforme veremos adiante (FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2018, pp. 318-319; KLÜGER, 2017, pp. 181-182).

O investimento no aprimoramento dos padrões de ensino e pesquisa econômica no Brasil coincidiu com os ânimos prevalecentes na comunidade nacional de economistas, que passava por um momento de intensa reflexão sobre a necessidade de se aprimorar a qualidade do ensino universitário existente no país, inclusive via internacionalização e aproximação com os padrões de ensino e pesquisa vigentes nas escolas estadunidenses. O alinhamento entre os projetos da USAID e da Ford e os ânimos de acadêmicos brasileiros que ocupavam posições de destaque em escolas de Economia e institutos de pesquisa econômica conformou o cenário que possibilitou a instauração do fluxo de estudantes brasileiros rumo a Chicago, a partir de 1967 (assim como rumo a outras escolas de Economia norte-americanas) (KLÜGER, 2017, pp. 376-378; LOUREIRO, 1997, pp. 61-69). Antes de adentrarmos no momento em que se instaura a circulação internacional para Chicago, e com vistas a dar sentido a esse movimento, cabe dar um passo atrás e tecer algumas considerações acerca da trajetória da Ciência Econômica no Brasil até meados dos anos 1960.

A institucionalização do ensino e pesquisa em Economia no Brasil teve início em 1931, quando é lançada a primeira legislação nacional instituindo o Bacharelado em Ciências Econômicas. A partir de decreto editado pelo Ministro da Educação e Saúde Pública de Getúlio Vargas, Francisco Campos, é regulamentado o curso superior em Administração e Finanças, que garantiria o diploma de Bacharel em Economia. A criação de tais cursos, a partir dos anos 1930, representa o marco inicial de um longo processo de diferenciação da Economia em relação a outras áreas de ensino às quais a disciplina esteve historicamente ligada, como o Direito, a Engenharia e o Comércio<sup>44</sup> (SOUZA, 2006, p. 381; KLÜGER, 2017, p. 100). Apesar desse primeiro passo, o Curso Superior em Administração e Finanças manteve fortes laços com as outras áreas, o que é evidenciado pela estrutura curricular estabelecida (que contava, por

---

<sup>44</sup> Como explicita Klüger: “[a]té então [o início dos anos 1930], a economia estava marginalmente presente em algumas outras áreas, seja nos cursos prestigiosos de engenharia e de direito – nos quais titularam-se a maior parte dos primeiros especialistas em economia – que ofereciam cursos de economia política e de ciências das finanças como parte da formação geral de seus alunos, seja nas pouco renomadas escolas de comércio que se ocupavam da transmissão de instrumentos e técnicas comerciais, contábeis e atuariais” (KLÜGER, 2017, p. 100)

exemplo, com sete cadeiras em Direito e apenas três em Economia) e pela exigência de que os ingressantes houvessem concluído cursos técnicos em Contabilidade ou Atuária (SOUZA, 2006, p. 381).

Um novo avanço no processo de diferenciação pode ser observado em 1945, quando é aprovada legislação que separa o curso superior em Ciências Econômicas das Ciências Contábeis e Atuariais e estabelece um currículo específico para o bacharelado em Economia (dessa vez, com a maioria das cadeiras voltadas ao ensino da teoria econômica e dos métodos a ela relacionados). No mesmo ano é criada a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (FNCE) da Universidade do Brasil (atual UFRJ), configurando o primeiro curso de Economia integrado a uma estrutura universitária instalado no Brasil. Um ano depois, em 1946, temos a criação da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA, atual FEA – Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Atuária) da Universidade de São Paulo (USP), à qual se seguiram muitas outras. Alguns anos mais tarde, em 1951, é editado um decreto pela administração Vargas reconhecendo e regulamentando a profissão de economista no país (KLÜGER, 2017, pp. 10, 111-112; LOUREIRO, 1997, pp. 34-38; BIDERMAN *et al.*, 1996, pp. 14-15).

Até meados dos anos 1960, porém, o ensino universitário em Economia no Brasil apresentou uma baixa qualidade e prestígio, sendo a maior parte do corpo docente formado por advogados ou contadores, que trabalhavam meio período como professores e cujos conhecimentos em teoria econômica eram questionáveis (FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2018, p. 315; LOUREIRO, 1997, pp. 61-62). Conforme analisa Loureiro (1997, pp. 23-28), nesse período, caracterizado pela baixa qualidade dos cursos de graduação e pela inexistência da pós-graduação na área, os principais *loci* de formação da competência específica dos economistas e da expertise econômica foram alguns órgãos governamentais da área econômica (que se multiplicaram entre as décadas de 1930 e 1960), algumas instituições de pesquisa e certas comissões econômicas internacionais, criadas a partir da década de 1930, que forneciam a profissionais de áreas diversas um conhecimento prático em assuntos econômicos. Dentre tais “escolas práticas de formação econômica”, podemos citar a Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC, criada em 1945, embrião do Banco Central brasileiro), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, criado em 1952, renomeado para BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social em 1982), o Instituto Brasileiro de Economia ligado à Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV, criado em 1951) e a CEPAL (*ver subseção 3.1.1*). Também cumpriram um papel importante os primeiros cursos de

especialização em Economia para graduados criados no país – dentre os quais destacam-se o oferecido pelo Conselho Nacional de Economia (CNE), pelo Centro Aperfeiçoamento de Estudos (CAE) da FGV e pelo Centro CEPAL-BNDE<sup>45</sup> (EKERMAN, 1986, p. 119; KLÜGER, 2017, pp. 99-101; KLÜGER; WANDERLEY; BARBOSA, 2022; LOUREIRO, 1997, pp. 23-28).

Alguns desses economistas autodidatas – que adquiriram um conhecimento prático da Economia ao atuarem em órgãos governamentais e conhecimentos teóricos estudando por conta própria –, consagraram-se como figuras centrais na consolidação da profissão no Brasil. Dentre eles, destacam-se Eugênio Gudín (1886-1986)<sup>46</sup> e Otávio Bulhões (1906-1990)<sup>47</sup>,

---

<sup>45</sup> A cooperação entre a CEPAL e o BNDE teve início em 1953, quando é instituído um grupo misto atuante até 1955, coordenado por Celso Furtado e Regino Boti, que ficou encarregado da “realização de um conjunto de diagnósticos sobre a economia brasileira que deveria servir de subsídio a um planejamento econômico extensivo” – sendo que os documentos produzidos pelo grupo subsidiaram o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Em 1956, a CEPAL começou a oferecer, com o apoio do Banco, cursos de formação em Problemas do Desenvolvimento Econômico. Em 1960, é instalado o Centro de Desenvolvimento Econômico CEPAL-BNDE, com sede no Rio de Janeiro, cujo primeiro diretor fora Osvaldo Sunkel (1929). Até ser unilateralmente fechado pelo BNDE, em 1967, o Centro ofereceu cursos de treinamento em diversas cidades do país e se consolidou como um importante polo divulgador das ideias cepalinas no Brasil (KLÜGER; WANDERLEY; BARBOSA, 2022).

<sup>46</sup> Eugênio Gudín nasceu no Rio de Janeiro em 1886. Assim como a maioria dos membros dessa primeira geração de economistas “práticos”, vinha de uma família de elite originária da Europa e recebeu uma educação cosmopolita, alinhada aos padrões culturais europeus dominantes em seu tempo. Formou-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1905 e, em seguida, trabalhou e foi diretor de empresas da área. Enquanto trabalhava como engenheiro desenvolveu um interesse pela Economia, estudando por conta própria autores clássicos, como Adam Smith e David Ricardo, e alguns de seu tempo, como Jacob Viner e Gottfried Harberler (que lhe influenciaram profundamente). Nos anos 1920, começou a publicar colunas sobre assuntos econômicos em periódicos e, após a Revolução de 1930, passou a participar de importantes órgãos técnicos e consultivos de coordenação econômica do governo. Como expressão do renome adquirido na esfera governamental, em 1944 foi convidado a integrar a delegação brasileira à Conferência Monetária Internacional de Bretton Woods, nos Estados Unidos. Teve também importante atuação na academia, tendo sido professor de teoria monetária na Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas do Rio de Janeiro (FCEARJ) desde 1938 e de sua sucessora, a FNCE, entre 1946 e 1957. Foi também fundador e diretor do Núcleo de Economia/IBRE da FGV entre 1946 e 1969. Em 1954, durante sete meses, atuou como ministro da Fazenda do presidente João Café Filho (1954-1955). Sua atuação no governo e no debate público nacional foi caracterizada pela adoção de uma abordagem monetarista ortodoxa para o controle inflacionário, pela crítica ao intervencionismo estatal e pela defesa do papel do Brasil como exportador de produtos agrícolas (KLÜGER, 2017, pp. 106-108, 785-786).

Ver também: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/eugenio-gudin-filho>.

<sup>47</sup> Otávio Gouvêa Bulhões nasceu no Rio de Janeiro, em 1906. Assim como Eugênio Gudín, vinha de uma família de elite e foi precocemente socializado conforme aos padrões culturais europeus. Por indicação de seu tio avô, Leopoldo Bulhões, que havia sido ministro da Fazenda nos governos de Rodrigues Alves (1902-1906) e de Nilo Peçanha (1909-1910), ingressou no serviço do Imposto de Renda em 1926, atividade que desempenhou enquanto cursava Direito pela Universidade Nacional do Rio de Janeiro. Ao contrário de Gudín e de outros membros da geração de economistas “práticos”, Bulhões recebeu treinamento formal em Economia, tendo realizado um curso de especialização pela American University, em Washington, com o apoio do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Em 1939 tornou-se chefe da seção de Estudos Econômicos e Financeiros do ministério da Fazenda, ocasião em que conheceu Gudín, que o convidou para lecionar na FCEARJ. Ao longo de sua trajetória, Bulhões conjugou atividades acadêmicas (desenvolvidas principalmente na FNCE e no IBRE/FGV) com a atuação em órgãos governamentais. Foi delegado do Brasil na Conferência de Bretton Woods, em 1944; diretor da SUMOC entre 1954-55 e 1961-62; e ministro da Fazenda do governo de Castelo Branco (1964-1967). A partir dos anos 1950 passou a ser reconhecido como um importante expoente da chamada corrente monetarista no debate econômico nacional, defendendo a priorização do combate à inflação via contenção da expansão monetária e



particularmente influentes por terem conjugado a atuação em órgãos governamentais, o ensino no curso superior (principalmente na FNCE, onde foram figuras chave) e atividades de montagem institucional. Em relação a essa última, cabe destaque a criação do Núcleo de Economia da FGV-RJ, em 1946 (transformado no IBRE em 1951), um instituto de pesquisa que, segundo Loureiro (1997, p. 41), constituiu “por várias décadas o polo mais importante de produção do conhecimento” em Economia no país. Vale notar que, apesar de ser uma instituição privada, a FGV possuía fortes vínculos com o Estado<sup>48</sup>, o que se refletiu na centralidade adquirida pelo Núcleo de Economia/IBRE e na intensa circulação de seus membros por órgãos governamentais<sup>49</sup>. O IBRE logo se notabilizou pelo desenvolvimento de pesquisas aplicadas às políticas públicas e pelo trabalho pioneiro de coleta de dados econômicos e de elaboração das contas nacionais e índices de preços. Em 1947, ademais, o Núcleo de Economia teria criado as duas primeiras revistas acadêmicas na área do país: a *Revista Brasileira de Economia*, voltada à publicação de artigos teóricos de autores nacionais e estrangeiros, e a *Revista Conjuntura Econômica*, na qual se publicavam os índices de renda nacional, de preços e os balanços de pagamentos calculados na própria FGV (KLÜGER, 2017, pp. 112-115; LOUREIRO, 1997, pp. 41-43).

O IBRE, ao longo da década de 1950, também se destacou pelos intercâmbios que buscou estabelecer com agentes e instituições estrangeiras, particularmente dos EUA. De fato, desde a sua criação, o instituto manteve relações com universidades estrangeiras, recebendo pesquisadores de fora e enviando seus quadros para treinamento no exterior. Gudin, que matinha laços com importantes economistas estrangeiros (principalmente estadunidenses), costumava convidá-los para passar um ou dois meses na FGV ensinando as técnicas de pesquisa vigentes nas escolas norte-americanas. Ao longo dos anos 1950, visitaram a Fundação os economistas Gottfried Haberler, de Harvard, Ragnar Nurkse, de Columbia/Princeton e Jacob Viner, de Chicago, entre outros (FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2018, p. 316; KLÜGER, 2017,

---

creditícia e corte de gastos públicos e a liberalização da economia (KLÜGER, 2017, pp. 108-110; 785-786). Ver também: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bulhoes-otavio-gouveia-de>.

<sup>48</sup> Os laços da FGV com o Estado são visíveis desde sua origem, em 1944, posto ser uma iniciativa de altos funcionários do DASP do governo Vargas – e, especialmente, de seu diretor-geral, Luiz Simões Lopes, o primeiro presidente da Fundação – que buscavam uma melhoria na formação dos quadros responsáveis pela administração pública. Tais laços também se evidenciam na dependência que a Fundação tinha, no princípio, de subvenções do governo e na sua instalação em um prédio que pertencia ao Ministério da Fazenda (KLÜGER, 2017, p. 112).

<sup>49</sup> O Núcleo de Economia e o IBRE também possuíram, desde o início, fortes laços com a FNCE. Além de Gudin e Bulhões, outros professores da Faculdade, como Antônio Dias Leite e Jorge Kafuri, participaram da fundação do Núcleo, além de Jorge Kingston, professor da Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil. Ademais, diversos alunos ou egressos da Faculdade – como Julian Chacel, Maria da Conceição Tavares, Aníbal Villela, Isaac Kerstenetzky, Genival Santos e Margareth Costa – foram recrutados para trabalhar na instituição (KLÜGER, 2017, pp. 113-114; LOUREIRO, 1997, p. 41).

p. 116; LOUREIRO, 1997, pp. 41-42). Tais iniciativas, conjugadas com a publicação de artigos de economistas estrangeiros em sua *Revista Brasileira de Economia*, concorreram para que o instituto assumisse “caráter marcadamente cosmopolita, definindo-se como centro divulgador das informações trazidas de outros países” (LOUREIRO, 1997, pp. 41-42).

O IBRE também se consolidou – em grande medida devido à influência de seus mentores intelectuais, Eugênio Gudin e Octávio de Bulhões – como polo, dentro do espaço dos economistas no Brasil, mais associado à defesa da ortodoxia econômica e do pensamento liberal, contrapondo-se ao polo associado às ideias cepalinas (integrado, por exemplo, pelos economistas brasileiros ligados ao escritório CEPAL-BNDE e por Celso Furtado<sup>50</sup>). Um dos episódios que ajudou a fundamentar essa divisão entre o polo cepalino e o polo dos economistas ortodoxos do IBRE envolveu justamente um influente membro da Universidade de Chicago, o economista Jacob Viner, que havia sido professor de um grupo que, mais tarde, assumiria posições de docência no Departamento, como Milton Friedman, George Stigler e Aaron Director<sup>51</sup> (*ver subseção 2.2*). Eugênio Gudin e Octávio de Bulhões haviam conhecido Jacob Viner quando estavam nos EUA representando o Brasil na Conferência Monetária e Financeira

---

<sup>50</sup> Celso Furtado nasceu em Pombal (PB), em 1940, em uma família tradicional, tendo cursado a graduação na Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Tal qual a maioria dos economistas de sua geração, estudou a disciplina por conta própria, antes de partir para realizar um doutorado pela Sorbonne, na França, onde defendeu a tese intitulada *L'économie coloniale brésilienne*, orientada pelo economista Maurice Byé. Furtado foi o primeiro brasileiro a trabalhar na sede da CEPAL em Santiago logo após a sua criação, em 1948 (*ver subseção 3.1.1*) e consolidou-se como um importante difusor das ideias cepalinas no Brasil, tendo coordenado o grupo misto CEPAL-BNDE entre 1953 e 1955 e publicado uma versão em português do “Manifesto” da CEPAL na *Revista Brasileira de Economia* em 1949. A afinidade com o pensamento cepalino também esteve na base de seu envolvimento com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, e de sua atuação como ministro extraordinário para o Planejamento do presidente João Goulart (1961-1964), entre 1962 e 1964. No ministério, foi responsável pela elaboração do Plano Trienal, que visava compatibilizar crescimento econômico (com medidas voltadas à continuidade do processo de substituição de importações, redistribuição de renda e planejamento dos investimentos públicos) e controle inflacionário (a partir do financiamento do déficit público via aumento dos impostos sobre setores de renda elevada). Com a instauração do regime militar, em 1964, teve seus direitos políticos cassados e partiu para o exterior, lecionando em instituições como as universidades de Yale, Harvard e Colúmbia, nos EUA, e Universidade de Sorbonne, na França, onde instalou-se de maneira definitiva. Em sua participação no debate público e acadêmico nacional enfatizou a importância do papel do Estado no processo de desenvolvimento e buscou ressaltar os fatores estruturais internos e externos que estariam na base do subdesenvolvimento brasileiro, opondo-se ao polo monetarista (KLÜGER, 2017, pp. 47-53). Ver também: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/celso-monteiro-furtado>.

<sup>51</sup> Jacob Viner (1892–1970) se tornou professor em tempo integral no Departamento de Economia da Universidade de Chicago em 1925, permanecendo no posto até 1946. Durante esse tempo, atuou principalmente como professor de teoria dos preços, por mais que suas especialidades fossem as áreas de comércio internacional e história do pensamento econômico – áreas nas quais o seu livro *Studies in the Theory of International Trade* (1937) consolidou-se como importante referência. A disciplina oferecida por Viner influenciou profundamente a tradição de Chicago em teoria dos preços – e, particularmente, a abordagem adotada por Milton Friedman quando contratado para substituí-lo – devido ao foco dado à tradição neoclássica de Alfred Marshall e à conjugação entre teoria e análise empírica. Ferrenho defensor do livre comércio entre os países, do fomento à livre iniciativa e crítico quanto aos desequilíbrios orçamentários, Viner pode também ser identificado como um dos intelectuais que ajudou a constituir as bases da identidade pró-mercado que caracterizaria a Chicago do pós-guerra (BARBER, 2010, pp. 342-344; BURGIN, 2012, pp. 32-34, 44-45; MEDEMA, 2011, pp. 154-155).

das Nações Unidas, realizada em Bretton Woods, em julho de 1944. A afinidade intelectual e pessoal levou-os a convidá-lo para passar uma temporada no Rio de Janeiro no início dos anos 1950, para proferir um ciclo de palestras no IBRE. Na ocasião, Viner, que compartilhava com Gudin e Bulhões da adesão à teoria neoclássica e da crença na superioridade do livre comércio, contrapôs-se frontalmente à tese cepalina acerca da deterioração dos termos de troca (KLÜGER, 2017, p. 110, pp. 116-117; RÊGO, 1998, p. 127).

Na terceira conferência proferida por ele na FGV, o economista advogou pela validade da teoria clássica das vantagens comparativas, segundo a qual os países deveriam se especializar na produção daqueles produtos para os quais portassem uma vocação, tendo em vista os fatores de produção à sua disposição, de modo a se inserir no comércio internacional de maneira lucrativa. O economista também apresentou ressalvas ao diagnóstico apresentado por Raúl Prebisch de que, para romper com o subdesenvolvimento, os países latino-americanos deveriam buscar se industrializar com a proteção e incentivo do Estado, argumentando que:

[o] desenvolvimento econômico pode exigir maior industrialização, mas deve ser um crescimento natural, devidamente facilitado pelo governo, e não mantido sob condições artificiais. Em muitos países, o campo mais promissor para o rápido fomento econômico reside na agricultura, e as medidas requeridas são antes de mais nada as destinadas a promover melhores facilidades de transportes, a saúde, a educação geral, a instrução técnica, e crédito rural barato para uso produtivo. Não há vantagens inerentes da manufatura sobre a agricultura, ou, no mesmo caso, da agricultura sobre a manufatura. De fato, apenas arbitrariamente podemos traçar a linha que separa as duas. A escolha entre a expansão da agricultura e a expansão das manufaturas pode, em geral e com mais vantagem, ser deixada a livre opção dos capitalistas, empreendedores e trabalhadores. No caso de haver necessidade de decisão governamental, ela deve ser tomada em bases razoáveis, à luz de considerações de custos e de rendimentos comparativos da utilização dos recursos nacionais escassos, tanto humanos como materiais. Se a direção dessa escolha se basear em máximas, dogmas e preconceitos absurdos, em leis naturais, falhas de substância e incríveis, de inferioridade inerente de um tipo de indústria sobre outro, torna-se então extremamente provável que o resultado seja o desperdício de recursos escassos que deveriam ser cuidadosamente economizados, e a amarga decepção dos anseios das grandes massas de povo clamando por alívio à sua miséria (VINER, 1951, pp. 90-91).

A controvérsia entre Viner e Prebisch refletiu e potencializou a conformação de uma das principais polarizações que estruturariam o espaço dos economistas no Brasil pelas próximas décadas: aquela que opunha, de um lado, os agentes alinhados ao pensamento cepalino e à noção de que seria necessária uma teoria específica para pensar os casos particulares das economias periféricas; e, de outro, aqueles que concebiam “a teoria econômica como um sistema lógico integrado e universal, no qual não faria sentido, por exemplo, pensar em uma teoria voltada à análise do caso latino-americano, visto como uma exceção à teoria do comércio internacional, que deveria ser total” (KLÜGER, 2017, p. 441).

Apesar da polarização que antepunha intelectualmente e ideologicamente os líderes das principais faculdades e órgãos de pesquisa econômica do país, em meados dos anos 1960 esses se mostravam alinhados em relação à necessidade de se aprimorar a qualidade do ensino universitário existente no país, inclusive via a sua internacionalização e aproximação com os padrões de ensino e pesquisa vigentes nos EUA (FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2018, pp. 317-319; KLÜGER, 2017, pp. 376-377).

Como evidência do processo de reflexão pelo qual passava a profissão, ocorre, em 1966, o Encontro de Itaipava, um evento financiado pela Fundação Ford que reuniu especialistas em Economia de diversas universidades e órgãos governamentais para refletir sobre o estado e as perspectivas da disciplina no país. Dentre outros participantes, estavam presentes os principais nomes dos dois cursos de pós-graduação em Economia que, então, organizavam-se no país: Antônio Delfim Netto, do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) da USP, e Mário Henrique Simonsen, da Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da FGV. No Encontro, Simonsen apresentou o diagnóstico, compartilhado pelos demais participantes, de que o ensino universitário em Economia no Brasil era “tão superabundante em quantidade quanto deficiente em qualidade”, o que estaria intimamente relacionado à insuficiência de professores qualificados e que se dedicassem integralmente à docência. Para melhorar o nível do quadro de professores, foi proposta a criação de cursos de mestrado voltados a “formar professores e profissionais de alto nível”, os quais deveriam contar com a contribuição de agentes estrangeiros enquanto a oferta nacional de “bons professores” fosse insuficiente e que deveriam enviar seus melhores alunos para realizar o doutorado no exterior. Após alguns anos, quando o contingente de professores qualificados aumentasse, o país estaria apto para criar os primeiros cursos de doutorado (SIMONSEN, 1966, pp. 19-26).

Também foi aventada a noção de que os programas de mestrado em via de criação (os da FGV-RJ e da USP) deveriam ser frequentados por professores de outras universidades, para que atuassem como assistentes dos professores estrangeiros lá alocados e obtivessem “uma atualização completa no seu campo de ensino”. A expertise dos professores estrangeiros também deveria ser aproveitada para a elaboração de um curriculum mínimo a ser cumprido pelos cursos de graduação (DELFIN NETTO, 1966, pp. 9-13). Também foi levantada no encontro a ideia de se criar uma “associação de economistas, que promovesse reuniões anuais, onde fôsse possível discutir-se problemas gerados nas pesquisas regionais e onde fôsse possível desenvolver-se palestras de atualização” (DELFIN NETTO, 1966, p. 13) e de se estabelecer um exame unificado de admissão nos cursos de pós-graduação (SIMONSEN, 1966, p. 29). Tais

propostas ganharam materialidade com a criação da Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC), em 1971 (formalizada em 1973), que passou a organizar tanto os encontros anuais de intercâmbio científico quanto o exame unificado (KLÜGER, 2017, p. 377-378).

O diagnóstico e as estratégias aventadas no Encontro coincidiam com as posições da Fundação Ford e da USAID, que, desde o início dos anos 1960, almejavam contribuir para o desenvolvimento de cursos de pós-graduação em Economia de alta qualidade no país, alinhados aos padrões das escolas estadunidenses, que, ao formarem economistas qualificados atuantes em instituições acadêmicas, órgãos governamentais ou no setor privado, portariam um importante efeito multiplicador. A estratégia por elas concebida para perseguir tal objetivo envolvia, em consonância com o discutido em Itaipava, o envio de economistas brasileiros para realização da pós-graduação nos EUA – que poderiam reproduzir conhecimentos e práticas profissionais adquiridas no exterior ao atuarem em instituições acadêmicas nacionais – e a vinda de professores estrangeiros para qualificar o professorado local e socializá-lo nas recentes tendências da pesquisa econômica (FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2018, pp. 317-319; KLÜGER, 2017, pp. 376-377).

Mesmo antes do Encontro, vale notar, as fundações Ford e Rockefeller e a USAID já haviam iniciado seus projetos de fortalecimento da Ciência Econômica no Brasil a partir de assistência financeira e técnica. A FGV-RJ foi uma das primeiras instituições beneficiadas: ainda em 1959, em parceria com a Fundação Rockefeller, o IBRE promoveu a ida de sete economistas treinados na FGV para os EUA (Ney Coe de Oliveira apud D'ARAÚJO, 1999, p. 178). Em 1960, a Ford forneceu recursos para um “programa de pesquisa econômica aplicada relacionada com problemas de desenvolvimento” na FGV, o que constituiu a primeira dotação da fundação para o Brasil (BROOKE; WITOSHYNSKY, 2002, p. 42). Em 1961, com o apoio da USAID, a Fundação criou o Centro de Aperfeiçoamento em Economia (CAE), que, sob a liderança de Mário Henrique Simonsen, passou a oferecer cursos de especialização em Economia com duração de um ano, cujo objetivo era preparar graduados na área para pleitear bolsas de estudo e cursar a pós-graduação nos EUA – assim, o foco do curso estava em reforçar os conhecimentos dos alunos em teoria econômica e língua inglesa (KLÜGER, 2017, pp. 378-379). A parceria com a USAID também envolveu a concessão de bolsas para que alunos do

CAE fossem realizar pós-graduação no exterior – entre 1961 e 1964, nove alunos foram beneficiados<sup>52</sup> (Ney Coe de Oliveira apud D'ARAÚJO, 1999, p. 178).

Quando se desenrola o Encontro, em 1966, já estava sendo articulada pelos economistas da FGV-RJ e da FCEA/USP, em conjunto com membros da USAID e da Ford, a montagem dos dois primeiros cursos de pós-graduação do país, processo que incluiu muitas das estratégias levantadas em Itaipava – como a vinda de professores estadunidenses para lecionar e compartilhar com a comunidade local as tendências recentes da pesquisa econômica e o envio de alunos para cursar o doutorado no exterior<sup>53</sup>. Em janeiro de 1966, com o apoio da USAID, é criada, junto ao IBRE/FGV, a Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE), que, segundo texto mimeografado de Ney Coe de Oliveira – o coordenador administrativo da nova escola –, objetivava “prover o aperfeiçoamento de economistas brasileiros em nível equivalente ao Master in Economics das universidades norte-americanas e européias” (Ney Coe de Oliveira, 1966 apud RÊGO, 1996, p. 21). Ficou estabelecido que o novo curso teria duração de dois anos e focaria no ensino de Inglês, Teoria Econômica, Matemática, Estatística e Econometria – o que, segundo Klüger (2017, pp. 379-380), evidenciaria que o seu principal propósito era preparar os alunos para que complementassem a formação nos EUA. A USAID financiou parte do custo de construção do prédio em que a Escola ficaria alocada, a vinda de professores visitantes, bolsas de estudos para os alunos, entre outras atividades (José Luiz Carvalho in: D'ARAÚJO, 1999, p. 195; Julian Chacel in: ALBERTI *et al.*, 2002, pp. 84-85). Também foi firmado um acordo com a Universidade de Vanderbilt para que professores norte-americanos

---

<sup>52</sup> Como relata João Paulo dos Reis Velloso, ministro do Planejamento entre 1969 e 1979, que foi fazer um mestrado em Yale a partir do curso do CAE, o curso “sempre foi orientado para preparar alunos que iriam para o exterior fazer mestrado ou doutorado, e havia um esquema de bolsas de estudo. Quem tivesse uma boa colocação já tinha a sua bolsa garantida, principalmente pela Usaid, em boas universidades, porque os próprios professores da Fundação recomendavam o aluno. A Fundação se relacionava bem com várias universidades estrangeiras, e você tinha completa liberdade de escolher para onde ir. [...] O CAE dava uma bolsa de 18 meses para se fazer o mestrado” (João Paulo dos Reis Velloso in: D'ARAÚJO, 1999, p. 179).

<sup>53</sup> As discussões acerca da criação dos primeiros cursos de pós-graduação em Economia do país inseriram-se em um processo mais amplo de reforma e expansão do sistema superior brasileiro, impulsionado pelos acordos de cooperação técnica e financeira estabelecidos entre os ministérios da Educação dos governos de Humberto Castelo Branco e Artur da Costa e Silva e a USAID, respectivamente em 1965 e 1967. Segundo Fernandez e Suprinyak (2018, p. 316), “os acordos buscavam introduzir um viés de formação mais técnica e aplicada no Brasil, com o objetivo de melhorar a qualificação da mão de obra e, assim, fomentar o desenvolvimento econômico. Eles foram complementados por um engajamento mais sistemático do governo brasileiro com o financiamento da pesquisa científica e tecnológica, implementado principalmente por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)”. A Reforma Universitária de 1968, que se seguiu a tais esforços, resultou em uma expansão no número de cursos de graduação e pós-graduação e no contingente de alunos matriculados. Foi implantado também o sistema nacional de pós-graduação, que impulsionou a carreira do cientista e a competência científica no país (CARLOTTO, 2008, p. 158; LOUREIRO, 1997, p. 64). Ver também: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/acordo-mec-usaid>. Acesso em: 03/03/2022.

fossem lecionar na EPGE e para que alunos da Escola fossem admitidos na pós-graduação em Economia da Universidade (Entrevista de José Luiz Carvalho à autora, 2021; KLÜGER, 2017, p. 380).

O curso de pós-graduação em Economia da USP – inicialmente ligado ao Instituto de Pesquisas Econômicas criado em 1964 (o IPE, que deu origem à FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) – foi instaurado poucos meses após o curso da EPGE, ainda em 1966, e contou, em um primeiro momento, com o apoio tanto da Ford quanto da USAID. A Ford participou no custeio da visita de um economista da Universidade de Vanderbilt, Nicholas Georgescu-Roegen, para ajudar a estruturar o currículo do curso, em 1964; no pagamento dos salários de pesquisadores nacionais e estrangeiros; na compra de equipamentos e de livros para a biblioteca; e no financiamento de bolsas de estudos locais e no exterior. A USAID, por sua vez, estabeleceu, em 1965, um convênio com a Universidade de Vanderbilt, que incluiu a vinda de professores da universidade norte-americana para ministrar aulas no curso, auxiliar na montagem do currículo de disciplinas e realizar pesquisas conjuntas<sup>54</sup>. O convênio USAID-Vanderbilt também abriu oportunidades para que professores e alunos do IPE fossem realizar a pós-graduação nos EUA (FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2018, pp. 318-319; ROCCA *et al.*, 1984, pp. 229-231; SUPRINYAK; FERNANDEZ, 2021).

Parte dos brasileiros circularam por Chicago entre 1967 e 1977 por meio de vínculos que mantinham com essas duas instituições (o IPE/FCEA/USP e a EPGE/FGV-RJ) e beneficiaram-se das bolsas da USAID e da Ford (e mais tarde, também do CNPq) a elas reservadas. Quatro dos economistas que integram o universo do nosso estudo partiram para Chicago a partir dos laços que mantinham com o IPE ou com a FCEA/USP, são eles: Adroaldo Moura da Silva, Celso Luiz Martone, Guilherme Leite da Silva Dias e Roberto Fendt Júnior. O primeiro deles a mudar para o exterior foi Guilherme Dias, em 1967, que, junto com Carlos Geraldo Langoni, inaugura o fluxo de brasileiros rumo à instituição. Seu acesso à vaga no Departamento de Economia de Chicago se deu por conta do contato que travou com o professor do Departamento Arnold Harberger (*ver subseção 3.1.2*), que veio ao Brasil em 1966 dar cursos de curta duração no IPE, quando Dias já era professor da FCEA. Com recomendação de Harberger, Dias conseguiu também uma bolsa da USAID para cursar a pós-graduação na Universidade (Entrevista de Guilherme Dias à autora, 2021). Adroaldo Moura da Silva obteve

---

<sup>54</sup> Dentre os professores de Vanderbilt que vieram ao IPE a partir do programa com a USAID estão: Nicholas Georgescu-Roegen, William Nicholls, Werner Baer, William Thweatt, Gian Sahota, Douglas Graham e Andrea Maneschi (FERNANDEZ; SUPRINYAK, 2018, p. 319).

uma bolsa também da USAID a partir do curso de pós-graduação do IPE, que realizou em 1967. Segundo o economista, as bolsas eram distribuídas por mérito (portanto, aos alunos que obtivessem as melhores notas ao final do curso) e os estudantes tinham liberdade para escolher a quais escolas estadunidenses iriam se candidatar (Entrevista de Adroaldo da Silva à autora, 2021). Por mais que não tenha sido possível confirmar, o mais provável é que Celso Martone e Roberto Fendt Jr. também tenham conquistado uma bolsa de estudos após a conclusão da pós-graduação do IPE.

Sete economistas que compõem nosso universo, por sua vez, partiram para Chicago após concluírem os cursos oferecidos pela EPGE/FGV-RJ. José Luiz Carvalho, Fernando de Holanda Barbosa e Paulo Roberto Nunes Guedes, que realizaram o doutorado em Chicago, conseguiram bolsas de estudo (os dois primeiros da USAID e o terceiro do CNPq) após concluírem o mestrado na EPGE – sendo que Carvalho o concluiu em 1967, Barbosa em 1970 e Guedes, provavelmente, em 1973. Helson Cavalcante Braga, Roberto da Cunha Castello Branco e Uriel de Magalhães, por sua vez, partiram para realizar o pós-doutorado em Chicago em 1977, após concluírem o doutorado na EPGE – que havia sido criado em 1974. Como no caso do IPE, as bolsas da EPGE eram distribuídas por mérito e a escolha dos programas para os quais aplicariam ficava à cargo dos alunos. Carvalho e Barbosa afirmam ter se inscrito no programa de Chicago devido a um interesse pela econometria e à ambição de estudar com o economista holandês Henri Theil, à época baseado em Chicago (Entrevistas de José Luiz Carvalho e Fernando Barbosa à autora, 2021). Castello Branco e Braga, por sua vez, realizaram o doutorado na EPGE em um momento em que o quadro docente era composto, em parte, por economistas egressos de Chicago – como Carlos Geraldo Langoni (que era também seu diretor), Cláudio Haddad, Edy Kogut e José Luiz Carvalho (*ver subseção 4.3.1*). Ambos foram orientados por alguns dos professores egressos de Chicago na construção de suas teses<sup>55</sup>. Ademais, eles relatam terem sido auxiliados em suas pesquisas pelo professor de Chicago Arnold Harberger – que, devido à relação que mantinha com Langoni, costumava passar curtas temporadas na Escola, ministrando cursos e auxiliando seus membros<sup>56</sup>. Tais influências foram

---

<sup>55</sup> Helson Braga foi orientado por Carlos Geraldo Langoni, José Luiz Carvalho e Edy Luiz Kogut, todos egressos de Chicago, além do estadunidense Marc Nerlove, à época ligado à Northwestern University, e que havia sido professor do Departamento entre 1969 e 1974. Roberto Castello Branco foi orientado por Carlos Geraldo Langoni, mas, em sua tese, tece agradecimentos também aos professores José Luiz Carvalho, Cláudio Haddad, Jessé Montello e Antonio Carlos Lemgruber (BRAGA, 1979; CASTELLO BRANCO, 1979).

<sup>56</sup> Tanto Roberto Castello Branco quanto Helson Braga mencionam o professor de Chicago na seção de agradecimentos de suas teses. Helson Braga expressa ser “particularmente grato ao Prof. Arnold C. Harberger, da University of Chicago, pela inestimável assistência e orientação prestadas durante a fase de construção teórica da tese” (BRAGA, 1979). Já Roberto Castello Branco coloca que “[n]ão poderia deixar de agradecer também ao Prof.



determinantes em suas escolhas por complementar a formação em Chicago (Entrevistas de Helson Braga e Roberto Castello Branco à autora, 2021).

Havia ainda um terceiro canal institucional que sobrepassou os cursos de pós-graduação do IPE e da EPGE em termos do número de brasileiros que encaminhou para realizar o treinamento em Chicago. Trata-se do Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico e Social (Cendec), órgão do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea, antecessor do Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada)<sup>57</sup> voltado à formação de quadros, que, a partir de 1966, passou a oferecer um curso de Análise Econômica voltado a recém-graduados em Economia que visassem complementar sua formação e também a profissionais liberais de outros setores interessados em se aprofundar na área<sup>58</sup>. O Cendec, entre 1966 e 1970, foi dirigido por Og Francisco Leme (1922-2004), o primeiro brasileiro a realizar uma pós-graduação em Economia em Chicago – tendo completado o mestrado em 1956, além dos créditos para o doutorado<sup>59</sup>. Em 1964, Leme havia sido convidado pelo então ministro do Planejamento, Roberto de Oliveira Campos (1917-2001)<sup>60</sup>, de quem era muito

---

Arnold C. Harberger, da Universidade de Chicago, por suas valiosas sugestões no estágio inicial de preparação desta tese” (CASTELLO BRANCO, 1979).

<sup>57</sup> O Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada (Epea) – transformado em Ipea em 1967 – foi criado em 1964, com a ascensão do primeiro governo militar, a partir de uma iniciativa do então ministro do Planejamento, Roberto Campos. Segundo João Paulo dos Reis Velloso, convidado por Campos para auxiliá-lo na montagem do novo Escritório, “[a] idéia era constituir um órgão pensante de governo, fora da rotina da administração, pois dentro da rotina já havia os grupos setoriais do Planejamento. Pretendíamos que o Ipea fizesse pesquisa econômica aplicada, ou seja, policy-oriented, e que ajudasse o governo a formular o planejamento, numa visão estratégica de médio e longo prazos” (João Paulo dos Reis Velloso in: D’ARAÚJO *et al.*, 2005, p. 21). A primeira tarefa do órgão, em consonância com o objetivo delineado, foi revisar o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), plano econômico adotado durante o governo de Castello Branco que visava conciliar estabilização macroeconômica com preservação do crescimento. Ao longo das décadas, o Ipea se destacou no meio acadêmico devido às atividades de pesquisa, publicações e debates realizados e se consolidou como um importante centro de produção de conhecimento econômico no Brasil. O papel do Instituto como formulador de políticas e planos econômicos, por outro lado, ficou suscetível às inclinações apresentadas por ministros do Planejamento, oscilando entre uma atuação mais ativa e mais discreta (LOUREIRO, 1997, pp. 30-31).

<sup>58</sup> Além do curso em Análise Econômica, no período em que Og Leme foi diretor, o Cendec oferecia outro curso mais voltado à qualificação de funcionários das secretarias gerais dos ministérios e das secretarias de planejamento dos estados (PAPI *et al.*, 2020, p. 38). Segundo Luiz Zottmann, em tal curso, “Og procurava oferecer um *mix* que, sem prejuízo da análise econômica, se constituísse desde logo em ferramenta poderosa para uma gestão pública mais técnica e eficaz” (Luiz Zottmann in: DINIZ, 2011, p. 14). O órgão também ficou responsável pelo envio de técnicos do próprio Ipea para realizar doutorado no exterior (PAPI *et al.*, 2020, p. 38). Em 1971, o Cendec é transferido para Brasília junto com outros órgãos do Ipea, e Leme deixa a sua direção. O Centro então para de oferecer o curso de Análise Econômica, portador de um caráter mais acadêmico, para focar em cursos de capacitação técnica a servidores públicos (Ricardo Varsano in: D’ARAÚJO *et al.*, 2005, p. 195). Em 1999, o então presidente do Ipea anunciou a extinção do Cendec sob o argumento de que as universidades existentes teriam maior competência para desempenhar o papel de formação de quadros para a administração pública (AMITRANO; GARCIA, 2020, p. 342).

<sup>59</sup> Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-51980/parecer-cfecesu-n-10121989>. Acesso em: 06/03/2022.

<sup>60</sup> Roberto de Oliveira Campos nasceu em Cuiabá (MT) em 1917, em uma família de origem humilde. Estudou nos seminários católicos de Guaxupé e Belo Horizonte, em Minas Gerais, e, em seguida, mudou-se para o Rio de Janeiro na busca de um emprego público, ingressando na carreira diplomática em 1939. Ao contrário da maior

amigo, a integrar os quadros do recém-criado Epea, dirigido por João Paulo Reis Velloso<sup>61</sup>. Uma vez indicado para dirigir o Cendec, Leme se esforçou para conseguir bolsas junto à USAID e à Fundação Ford com vistas a mandar os alunos com os melhores desempenhos no curso de Análise Econômica para realizar a pós-graduação em universidades estadunidenses. Leme também estabeleceu diálogos com um colega seu da época em que fez a pós-graduação em Chicago, o professor Arnold Harberger, a partir dos quais ficou acordado que, a cada ano, Og recomendaria ao professor estadunidense alguns alunos (aqueles que se destacassem nos cursos do Cendec) para cursar a pós-graduação em Chicago. Tais alunos não precisariam passar por todas as etapas do processo seletivo para a vaga em Chicago: tendo a recomendação de Og Leme, a aceitação era praticamente certa<sup>62</sup> (Entrevistas de Cláudio Contador, Paulo de Tarso Medeiros e Túlio Duran à autora, 2021).

---

parte da geração de economistas à qual pertence, Campos não vinha de uma família abastada e não se formou em Engenharia ou Direito antes de envolver-se com a Economia. Ele começou a estudar Economia na Universidade George Washington ao ser alocado na seção comercial da embaixada do Brasil em Washington, em 1942. Em 1944, participou da delegação brasileira à Conferência de Bretton Woods e, em 1947, foi alocado na representação do Brasil nas Nações Unidas em Nova Iorque, ocasião em que realizou uma pós-graduação na área pela Universidade de Columbia. Em 1951 passou a atuar na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (CMBEU), envolvendo-se no projeto de criação do BNDE, do qual seria presidente entre os anos 1957 e 1958. Ao longo de sua trajetória, Campos foi se tornando progressivamente menos receptivo à noção de intervenção estatal na economia. Quando assume o ministério do Planejamento, em 1964, posicionava-se próximo ao polo monetarista do espaço nacional dos economistas, com uma postura favorável à abertura e liberalização econômica e à priorização do combate inflacionário via políticas restritivas (KLÜGER, 2017, pp. 128-132, 785-786). Ver também: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/roberto-de-oliveira-campos>.

<sup>61</sup> Antes de partir para Chicago, Og Leme havia realizado duas graduações – uma em Ciências Sociais pela Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (ELSP, atual FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo) e uma em Direito pela USP –, além de uma especialização em Sociologia e Antropologia Social pela ELSP. Não foi possível esclarecer em que contexto Leme decidiu cursar a pós-graduação em Chicago ou o canal por ele utilizado – uma hipótese é que o economista tenha acessado Chicago a partir do convênio que a ELSP mantinha com a instituição nas áreas de Antropologia e Sociologia. No exterior, o brasileiro teria tido aulas com Milton Friedman, Frank Knight, Gregg Lewis e George Stigler, e se tornado próximo a Arnold Harberger. Ao retornar do mestrado nos EUA, por volta de 1956, Leme trabalhou por alguns anos na CEPAL, em Santiago – onde, segundo José Luiz Carvalho, era um “estranho no ninho”, tendo em vista sua adesão à doutrina liberal (Entrevista de José Luiz Carvalho à autora, 2021). Em 1964, retornou ao Brasil para assessorar Roberto Campos no ministério do Planejamento e Coordenação Econômica do governo de Castelo Branco (1964-1967) e, em 1966, assumiu a direção do Cendec, cargo que ocupou até 1970. Além da atuação no Epea/Ipea, Leme trabalhou como professor de Economia na FESPSP, na FGV e no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, e como professor de Pensamento Social na Universidade Santa Úrsula do Rio de Janeiro (DINIZ, 2011, pp. 7-8). Ver também: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-51980/parecer-cfecesu-n-10121989> e <https://sites.google.com/a/causaliberal.net/www/home/artigos/convidados/og-leme-e-o-liberalismo-moderno-j-o-de-meira-penna>. Acesso em: 07/03/2022.

<sup>62</sup> Alunos ou pesquisadores do Cendec que partiram para Chicago em 1970, como Antônio Carlos Porto Gonçalves e Cláudio Luiz da Silva Haddad, mencionam terem sido entrevistados por Arnold Harberger, que estava em passagem pelo Brasil, no processo seletivo para a vaga em Chicago. A entrevista com o professor estadunidense, entretanto, não parece ter sido um procedimento padrão. Cláudio Contador e Paulo de Tarso, que partiram para o Departamento em 1969, por exemplo, afirmam que não participaram de um processo seletivo propriamente dito: a vaga em Chicago dependia da indicação de Og Leme e essa, por sua vez, dependia do desempenho dos alunos no curso do Cendec (Entrevistas de Antônio Carlos Gonçalves, Cláudio Haddad, Paulo de Tarso e Cláudio Contador à autora, 2021).

Além da relativa facilidade na conquista de uma vaga no Departamento (quando comparado a outras universidades estadunidenses), o incentivo que Leme dava a seus alunos para que optassem por Chicago parece ter sido central na consolidação do Cendec como o *principal canal de envio de brasileiros para a Universidade nesse período*. O economista nutria uma profunda admiração pelo Departamento e pela doutrina liberal que, conforme analisado na seção 2, ditava o tom da escola nos anos 1950, quando Leme esteve por lá<sup>63</sup> (Entrevistas de José Luiz Carvalho e Pedro Mello à autora, 2021). O comprometimento de Og Leme com a causa de promoção do liberalismo é exemplificado pela sua participação na fundação do Instituto Liberal do Rio de Janeiro em 1983, um *think tank* voltado à disseminação de ideias liberais e à formulação e proposição de políticas públicas alinhadas à doutrina<sup>64</sup> (ver subseção 4.3.3) (DINIZ, 2011, p. 7; ONOFRE, 2018, p. 312).

Como resultado do papel exercido por Og Leme, temos que, durante os quatro anos em que o economista esteve à frente do Cendec, ao menos oito alunos do curso foram enviados para realizar a pós-graduação no Departamento de Economia de Chicago. São eles: Antônio Carlos Porto Gonçalves, Carlos Geraldo Langoni, Cláudio Roberto Contador, Edy Luiz Kogut, Francisco José Villela Santos, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros e Rubem de Freitas Novaes<sup>65</sup>. Além deles, dois recém-formados que atuavam como assistentes de pesquisa no Cendec conquistaram vagas no Departamento a partir da intermediação exercida por Leme: Cláudio Luiz da Silva Haddad e Hélio Oliveira Portocarrero de Castro. A intermediação de

---

<sup>63</sup> Segundo relato de Paulo Neuhaus "a impressão que eu tenho do Og Leme é que era uma pessoa muito simpática, dava muito apoio aos estudantes, mas o que ele absorveu de Chicago era a parte um pouco mais ideológica, de mercados livres, de Milton Friedman, de Friedrich Hayek, daqueles próceres famosos da escola de Chicago dos anos 1950 e 1960" (Entrevista de Paulo Neuhaus à autora, 2021).

<sup>64</sup> A adesão de Leme à doutrina liberal fica patente no ensaio "Introdução ao liberalismo" (s.d.), em que o economista faz uma defesa da construção de uma ordem liberal, entendida como a forma de organização social "mais compatível com a condição humana", "que mais eficazmente enseja a busca da identidade pessoal, o desenvolvimento das potencialidades individuais e a busca da felicidade pessoal" e "mais compatível com a prosperidade material". Em tal ordem, a proteção da liberdade individual (entendida como "ausência de coerção de indivíduos sobre indivíduos") aparece como objetivo fundamental, a ser atingido a partir da coexistência entre economia de mercado e Estado de Direito. A economia de mercado é descrita como "um tipo de organização social para a solução dos problemas econômicos que pressupõe o império da lei, a eficácia dos direitos de propriedade, a autonomia responsável dos agentes econômicos, a liberdade 'de entrada' no mercado, o funcionamento de um mecanismo de preços relativos (que são a bússola dos agentes econômicos) e a limitação da iniciativa governamental apenas às situações em que se verifiquem externalidades, bens públicos e monopólios naturais". O Estado de Direito, por sua vez, é entendido como necessário para coibir abusos dos poderes públicos e corrigir monopólios de mercado, devendo ter, contudo, poderes e funções mínimas. Como conclui o autor, "os liberais têm consciência de que a economia de mercado não é perfeita; sabem que tem falhas, mas estão convencidos de que as autoridades públicas são ainda mais imperfeitas" (DINIZ, 2011, pp. 17-20)

<sup>65</sup> Helson Braga, Fernando Barbosa e Túlio Duran também realizaram o curso do Cendec no período. Os caminhos por eles utilizados para chegarem a Chicago, porém, foram outros. Braga e Barbosa o fizeram a partir do curso da EPGE. Duran, conforme visto a seguir, conquistou a vaga com a ajuda de Og Leme, mas anos após ter realizado o curso do Cendec (Entrevistas de Helson Braga, Fernando Barbosa e Túlio Duran à autora, 2021).

Leme também foi central nos casos de Pedro Carvalho de Mello e Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran, que sequer possuíam vínculos com o Cendec quando partiram para o exterior. O primeiro havia conquistado uma bolsa da Fundação Ford após completar o curso de aperfeiçoamento oferecido pelo Conselho Nacional de Economia e conhecia Leme a partir de colegas que frequentavam o curso do Cendec. Segundo Mello, quando Og ficou sabendo que ele tinha um bolsa da Ford e que estava pensando em se inscrever para a Universidade de Berkeley, lhe disse que “não, você não vai estudar aí nada. Vou te indicar pra Chicago” (Entrevista de Pedro Mello à autora, 2021).

O caso de Túlio Duran, por sua vez, é ilustrativo não apenas do envolvimento de Leme no envio de jovens economistas brasileiros para a Universidade, como do apadrinhamento que exerceu sobre muitos de seus ex-alunos. Duran havia realizado cursos no Cendec em 1968 e 1969 e, por conta de seu bom desempenho, havia conquistado uma bolsa da USAID. A bolsa, porém, era exclusiva para brasileiros, de modo Duran, nascido na República Dominicana, não pôde fazer uso dela. Por volta de 1972, quando Túlio foi dar aula, a partir de uma indicação de Og Leme, na Escola Interamericana de Administração Pública da FGV e da OEA, Leme combinou com o diretor da Escola que indicaria algum aluno ou professor para uma vaga em Chicago, com a condição de que lhe conseguissem uma bolsa da OEA – condição essa que foi aceita. Túlio conta que se inscreveu para a bolsa da OEA com a ajuda de Leme, que lhe conseguiu uma carta de recomendação de Arnold Harberger. Com a conquista da bolsa e da vaga, Duran parte para Chicago em 1973 (Entrevista de Tulio Duran à autora, 2021).

Todos os seis economistas entrevistados que partiram para Chicago devido à participação como alunos ou assistentes de pesquisa no Cendec se recordam de terem sido incentivados por Og Leme a realizar a pós-graduação nessa Universidade<sup>66</sup>. O mesmo foi relatado por Pedro Mello e Túlio Duran (Entrevistas à autora, 2021). Carlos Langoni e Rubem Novaes, em relatos feitos a outras publicações, mencionam também a influência do diretor do Cendec em suas decisões por cursar o doutorado em Chicago (Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 32-33; Rubem de Freitas Novaes in: DINIZ, 2011, p. 16). O seguinte relato, feito por Paulo de Tarso Medeiros, é ilustrativo de como tal incentivo funcionava:

Bem, ele [Og Leme] não obrigava você a ir pra Chicago. Ele chegava e te oferecia [a possibilidade de] ir pra Chicago. Ele não disse “ô Paulo, ou você vai pra Chicago ou

---

<sup>66</sup> São eles: Antônio Carlos Gonçalves, Cláudio Contador, Cláudio Haddad, Hélio Portocarrero, Paulo de Tarso Medeiros e Paulo Neuhaus.

“você não tem bolsa”. Não, eu recebi a bolsa e [ele disse] “olha, eu consigo a sua aceitação de Chicago”. [Chicago] era considerada uma das melhores universidades do mundo em Economia, não tinha nem o que discutir! Eu ia entrar no processo de seleção de uma outra universidade que eu não tinha a mínima ideia de qual seria, como seria... E Chicago tinha outras pessoas indo pra lá, então era muito mais confortável pra mim (Entrevista de Paulo de Tarso Medeiros à autora, 2021).

Helson Braga, que frequentou o curso do Cendec entre 1968 e 1969, afirma que “percebia bem esse papel que o Og tinha ali”, de “arregimentar” e “encaminhar” alunos para estudar em Chicago. Pedro Mello descreve Leme como um “admirador de Chicago”. Já Paulo Neuhaus sustenta que o economista “nunca escondia as simpatias e a influência que a Universidade de Chicago exerceu sobre ele” (Entrevistas de Helson Braga, Pedro Mello e Paulo Neuhaus à autora, 2021). Apesar da clara preferência demonstrada pelo diretor, vale notar, podem ser encontrados casos de bolsistas do Cendec que partiram para outras universidades estadunidenses – como Ricardo Varsano e Clóvis de Faro, que estudaram na Universidade de Stanford, e José Júlio Senna, que fez o doutorado na Universidade de John Hopkins (CAMPOS, 1994, p. 807; Ricardo Varsano in: D’ARAUJO *et al.*, 2005, pp. 195-196).

O **Quadro 1** apresenta os vinte e cinco brasileiros que partiram para Chicago no período delimitado na condição de alunos de pós-graduação ou pesquisadores de pós-doutorado, junto com informações sobre as modalidades de circulação internacional (se completaram apenas o mestrado, o mestrado e o doutorado ou o pós-doutorado), o caminho de acesso à vaga em Chicago, o caminho de acesso à bolsa e a instituição financiadora da bolsa recebida.

**Quadro 1** – Apresentação dos economistas brasileiros que partiram para Chicago entre 1967 e 1977

(continua)

Nome próprio	Estado de origem e ano de nascimento	Grau realizado em Chicago	Acesso à vaga em Chicago	Acesso à bolsa	Principal bolsa
<b>Carlos Geraldo Langoni<sup>1</sup></b>	Rio de Janeiro, 1944	Mestrado e doutorado (1967-1970)	Curso do Cendec	Curso do Cendec	Fundação Ford
<b>Guilherme Leite da Silva Dias</b>	São Paulo, 1943	Mestrado e completou os créditos para o doutorado (1967-1970)	Intermediação de Arnold Harberger, que estava como professor visitante na USP quando Dias já era professor.	Via sua associação com a FCEA/USP	USAID
<b>Adroaldo Moura da Silva</b>	Amazonas, 1941	Mestrado e doutorado (1968-1972)	Curso do IPE/USP	Curso do IPE/USP	USAID

**Quadro 1** – Apresentação dos economistas brasileiros que partiram para Chicago entre 1967 e 1977

(continuação)

<b>Nome próprio</b>	<b>Estado de origem e ano de nascimento</b>	<b>Grau realizado em Chicago</b>	<b>Acesso à vaga em Chicago</b>	<b>Acesso à bolsa</b>	<b>Principal bolsa</b>
<b>Edy Luiz Kogut<sup>2</sup></b>	Rio de Janeiro, s.d.	Mestrado e doutorado (1968-1972)	Curso do Cendec	Curso do Cendec	s.d.
<b>José Luiz Carvalho</b>	Minas Gerais, 1943	Mestrado e doutorado (1968-1972); pós-doutorado (1974-1975)	Curso da EPGE	Curso da EPGE	USAID
<b>Celso Luiz Martone<sup>3</sup></b>	s.d.	Mestrado (1969 -1972)	Curso do IPE/USP*	Curso do IPE/USP*	USAID
<b>Cláudio Roberto Contador</b>	Rio de Janeiro, 1942	Mestrado e doutorado (1969-1973)	Curso do Cendec	Curso do Cendec	USAID
<b>Francisco José Villela Santos</b>	s.d.	Mestrado (1969 - s.d.)	Curso do Cendec*	Curso do Cendec*	s.d.
<b>Hélio Oliveira Portocarrero de Castro</b>	Rio de Janeiro, 1946	Mestrado (1969-1972)	Por meio de sua atuação como assistente de pesquisa no Cendec	Conseguiu via sua relação com a Associação Universitária Interamericana	Bolsa da Fundação Gulbenkian
<b>Paulo de Tarso Medeiros</b>	Espírito Santo, 1943	Mestrado e completou os créditos para o doutorado (1969-1975)	Curso do Cendec	Curso do Cendec	USAID
<b>Pedro Carvalho de Mello</b>	Rio de Janeiro, 1942	Mestrado e doutorado (1969-1977)	Indicação de Og Leme (que conheceu por meio de um colega que fazia o curso do Cendec)	Curso do Conselho Nacional de Economia (CNE)	Fundação Ford
<b>Antônio Carlos Porto Gonçalves</b>	Rio de Janeiro, 1946	Mestrado e doutorado (1970-1974)	Curso do Cendec	Curso do Cendec	Fundação Ford
<b>Cláudio Luiz da Silva Haddad</b>	Rio de Janeiro, 1946	Mestrado e doutorado (1970-1974)	Por meio de sua atuação como assistente de pesquisa no Cendec	A partir de sua atuação no Cendec	USAID
<b>Paulo Neuhaus</b>	Rio de Janeiro, 1946	Mestrado e doutorado (1970-1974)	Curso do Cendec	Curso do Cendec	USAID
<b>Rubem de Freitas Novaes</b>	Rio de Janeiro, 1945	Mestrado e doutorado (1970-1974)	Curso do Cendec	Curso do Cendec	s.d.

**Quadro 1** – Apresentação dos economistas brasileiros que partiram para Chicago entre 1967 e 1977

(conclusão)

<b>Nome próprio</b>	<b>Estado de origem e ano de nascimento</b>	<b>Grau realizado em Chicago</b>	<b>Acesso à vaga em Chicago</b>	<b>Acesso à bolsa</b>	<b>Principal bolsa</b>
<b>Fernando de Holanda Barbosa</b>	Pernambuco, 1945	Mestrado e doutorado (1971-1975)	Curso da EPGE	Curso da EPGE	USAID
<b>Roberto Fendt Júnior<sup>4</sup></b>	s.d.	Mestrado (1971-1973)	Curso do IPE/USP*	s.d.	s.d.
<b>Paulo Rabello de Castro</b>	Rio de Janeiro, 1949	Mestrado e doutorado (aprox. 1972-1975)	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran</b>	Santo Domingo, República Dominicana, 1944	Mestrado e doutorado (1973-1977)	Indicação de Og Leme	Conseguiu uma bolsa da OEA devido a sua associação com a Escola Interamericana de Administração Pública da FGV/OEA. Teve ajuda de Og Leme.	Bolsa da OEA
<b>Guilherme Luis Sedlacek<sup>5</sup></b>	s.d.	Mestrado e doutorado (1974-1981)	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Paulo Roberto Nunes Guedes<sup>6</sup></b>	Rio de Janeiro, 1949	Mestrado e doutorado (1974-1978)	Curso da EPGE	Curso da EPGE	CNPq
<b>Helson Cavalcante Braga</b>	Amazonas, 1942	Pós-doutorado (1977-1978)	Curso da EPGE	Curso da EPGE	Não recebeu bolsa (era funcionário da Receita Federal)
<b>Roberto da Cunha Castello Branco</b>	Maranhão, 1944	Pós-doutorado (1977-1978)	Curso da EPGE	Curso da EPGE	CNPq
<b>Uriel de Magalhaes<sup>7</sup></b>	s.d.	Pós-doutorado (1977-1978)	Curso da EPGE	Curso da EPGE	CNPq
<b>Cláudio Tocantins</b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Elaboração própria. *Legenda*: quando a informação em questão não tiver sido localizada, será utilizada a sigla “s.d.” (sem dados). Os asteriscos indicam que não foi possível confirmar com segurança certa informação. *Fontes*: Entrevistas realizadas entre fevereiro e dezembro de 2021 com Adroaldo Moura da Silva, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Cláudio Luiz da Silva Haddad, Cláudio Roberto Contador, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Helson Cavalcante Braga, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Carvalho de Mello, Roberto da Cunha Castello Branco e Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran.

*Notas*:

<sup>1</sup> Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 30-33.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://ri.br.com.br/governanca-corporativa/administracao/>. Acesso em: 10/03/2021.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0146288376586477>. Acesso em: 10/03/2021.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/roberto-fendt-jr-376a14b3/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 10/03/2021.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/guilherme-sedlacek-40308a6a/>. Acesso em: 10/03/2021.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Acesso em: 10/03/2021.

<sup>7</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3678730753136690>. Acesso em: 10/03/2021.

Conclui-se que, ao contrário do observado no Chile, não houve, no caso do Brasil, um convênio sólido e duradouro entre o Departamento de Economia da Universidade de Chicago e alguma instituição de ensino brasileira, que tenha resultado no envio de um número elevado de agentes de uma mesma escola para receber treinamento no Departamento. A circulação de brasileiros pelo Departamento iniciada em 1967 esteve profundamente relacionada ao redirecionamento da política externa estadunidense representada pela Aliança para o Progresso e assentou-se em três instituições que, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, foram agraciadas com bolsas de estudos da Ford e da USAID (o IPE/USP, a EPGE/FGV-RJ e o Cendec/Ipea)<sup>67</sup>. A amplificação das oportunidades representada pela difusão de bolsas de estudos, no entanto, não é capaz de explicar, sozinha, o elevado número de jovens economistas brasileiros que partiram para Chicago entre 1967 e 1977. Esse número é também explanado pela atuação de alguns atores chave, como Carlos Geraldo Langoni – cuja atuação será melhor analisada na subseção 4.3.1 – e Og Francisco Leme, que disseminaram, no espaço nacional, conhecimentos e visões de mundo adquiridas durante o período em que frequentaram o Departamento e direcionaram outros agentes para lá.

Do lado de Chicago, assim como no caso do Chile, o processo teria sido intermediado e estimulado pelo professor Arnold Harberger e pelas pontes por ele estabelecidas com agentes nacionais – com destaque para Og Leme, com quem estabeleceu um acordo com base no qual admitiu estudantes brasileiros no Departamento sem a necessidade de passar pelo processo seletivo padrão. O papel cumprido por Harberger no Brasil está em consonância com o seu

---

<sup>67</sup> A partir de meados dos anos 1970, a USAID e a Ford começam a perder relevância no financiamento de bolsas para que brasileiros cursassem pós-graduação no exterior, sendo substituídas por agências nacionais, como o CNPq e a CAPES (Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, p. 80; LOUREIRO, 2006, p. 354).



projeto, articulado a partir a experiência dos “Chicago Boys chilenos”, de fomentar o intercâmbio entre o Departamento e instituições latino-americanas, de modo a disseminar o ensino e prática da “boa Economia” na região (*ver subseção 3.3.1*) (VALDÉS, 1995, pp. 181-184). O número de economistas brasileiros que circularam por Chicago entre 1967 e 1977 (vinte e cinco), vale notar, é semelhante ao de chilenos que frequentaram a instituição durante a vigência do convênio PUC-Chicago, entre 1956 e 1964 (vinte e seis). Cabe, agora, analisar se a experiência do grupo no exterior e a socialização vivenciada foi também próxima à de seus vizinhos latino-americanos.

#### **4.1.2 A experiência dos economistas brasileiros no exterior**

Conforme visto na subseção 3.1.2, um elemento que marcou a experiência de circulação internacional vivenciada pelo grupo de economistas chilenos no âmbito do acordo Chicago-PUC de 1956 foi o tratamento especial oferecido por professores do Departamento, particularmente por Arnold Harberger, o que teria engendrado a costura de sólidos laços pessoais e intelectuais entre eles. A proximidade desenvolvida com o professor, mantida após o retorno dos chilenos ao seu país natal, por sua vez, teria sido fundamental para a efetiva transmissão para o grupo de uma determinada visão acerca do ofício do economista, cuja função primordial residiria em transmitir os conhecimentos “puramente técnicos” da disciplina de modo a subsidiar o processo de tomada de decisões na esfera política. Conforme analisado, esse tratamento especial embasava-se, por um lado, na excepcionalidade que representava, para o Departamento, o recebimento de um número elevado de estudantes chilenos em meados dos anos 1950. Por outro lado, sustentava-se nas expectativas portadas por parte do corpo docente de que o projeto de cooperação resultaria na formação de um grupo de profissionais adeptos à abordagem de livre mercado *à la* Chicago, que poderiam transmitir esses conhecimentos para a sociedade e influenciar a política econômica de seu país natal (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, pp. 83-84; VALDÉS, 1995, pp. 141-142, 155-157).

A experiência dos jovens economistas chilenos também teria sido marcada pela intensa convivência no exterior, incluindo momentos de confraternização, o que concorreu para que eles estabelecessem ou reforçassem os laços que já mantinham desde a graduação conjunta na PUC (ALBORNOZ, 1988, p. 327). Essa densa socialização pôde ser identificada como outro elemento por trás da coesão posteriormente demonstrada pelo grupo e da coerência de suas visões acerca da economia (BIGLAISER, 2002, p. 275; VALDÉS, 1995, pp. 158-159) (*ver subseção 3.1.2*). Nesta subseção, dedicamo-nos a analisar se tais elementos também teriam

conformado a experiência de circulação dos economistas brasileiros pela instituição, iniciada cerca de uma década mais tarde. Esforçamo-nos, ademais, para identificar outros fatores que teriam favorecido ou desfavorecido a formação de um grupo coeso e com visões de mundo alinhadas.

No **Quadro 2**, exposto abaixo, os agentes são apresentados (ordenados conforme o ano de chegada em Chicago) em conjunto com informações sobre quem foram seus orientadores no exterior, o título (ou, quando essa informação não estiver disponível, o tema) das teses produzidas, e os professores por eles mencionados como marcantes. Cabe notar que apenas aqueles que realizaram o programa de doutorado produziram teses (para obter o título de mestre, bastava completar um certo número de créditos de disciplinas e ser aprovado em um exame específico). Em nossa base, entretanto, há casos de agentes como Guilherme Leite da Silva Dias e Paulo de Tarso Medeiros que passaram no *core exam* (*ver subseção 2.1*), começaram a escrever uma tese (chegando a um estágio avançado do trabalho), porém, por motivos de ordens diversas, optaram por não concluir o programa de doutorado<sup>68</sup>. No caso desses agentes, portanto, também estará indicado o título/tema da tese iniciada no exterior, assim como seus orientadores. Os economistas que partiram para Chicago para realizar o pós-doutorado também não produziram uma tese – no caso de Roberto Castello Branco, por exemplo, o programa envolveu cursar um certo número de disciplinas e produzir um *paper* sobre um tema de sua escolha.

Em relação aos orientadores, sempre que possível, estarão assinalados os três ou quatro membros que compunham os comitês de tese, assim como o professor que estava em sua presidência (*ver subseção 2.1*). O presidente do comitê, via de regra, configurava o orientador principal, com quem o doutorando matinha uma interlocução mais constante. Com o intuito de melhor situar o leitor, sempre que um novo nome aparece, a área fundamental de atuação do docente em questão estará indicada entre parênteses. Também estará indicada entre parênteses a principal área em que se inserem as teses produzidas.

---

<sup>68</sup> É provável que Celso Luiz Martone também se insira em tal categoria, tendo em vista que, conforme consta em seu Currículo Lattes, o economista teria apresentado em Chicago, em 1972, um trabalho sobre *Inflation and Growth in Brazil* e, apenas um ano mais tarde, defendeu uma tese de doutorado intitulada *Um Enfoque Monetário ao Mecanismo de ajustamento no Balanço de Pagamentos* pela FEA/USP. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0146288376586477>. Acesso em: 12/03/2021.

**Quadro 2** – Economistas brasileiros em Chicago - informações sobre as experiências no exterior

(continua)

Nome próprio	Período e nível de estudos realizado em Chicago	Orientador(es) (comitê de tese)	Título ou tema da tese	Professores marcantes <sup>1</sup>
<b>Carlos<sup>2</sup> Geraldo Langoni</b>	Mestrado e doutorado (1967-1970)	Arnold Harberger (presidente do comitê; finanças públicas/ desenvolvimento econômico), Harry Johnson (comércio internacional), Larry Sjaastad (teoria monetária/capital humano) e T. W. Schultz (economia agrícola/capital humano)	<i>A Study in Economic Growth: the Brazilian case</i> (capital humano)	Arnold Harberger, T. W. Schultz, Larry Sjaastad, Harry Johnson, Robert Mundell (teoria do comércio internacional), Milton Friedman (teoria monetária)
<b>Guilherme Leite da Silva Dias</b>	Mestrado, completou os créditos para o doutorado, começou a escrever uma tese (1967-1970)	Arnold Harberger (presidente)	Tese concluída pelo IPE/USP. <i>Avaliação da Política Econômica para a Pecuária de Corte no Brasil</i> (economia agrícola)	Arnold Harberger, Marc Nerlove (econometria), Milton Friedman, T. W. Schultz
<b>Adroaldo Moura da Silva</b>	Mestrado e doutorado (1968-1972)	Arnold Harberger (presidente), Arnold Zellner (econometria) e Robert Gordon (macroeconomia/ desenvolvimento econômico)	Tese na área de teoria monetária, influenciada pela abordagem de Friedman à Teoria Quantitativa da Moeda.	Arnold Harberger, Arnold Zellner, Robert Gordon, Milton Friedman, Harry Johnson, Robert Mundell
<b>Edy Luiz Kogut</b>	Mestrado e doutorado (1968-1972)	s.d.	s.d.	s.d.
<b>José Luiz Carvalho</b>	Mestrado e doutorado (1968-1972)	Marc Nerlove (presidente), T. W. Schultz, D. Gale Johnson (economia agrícola/ desenvolvimento econômico) e Richard Nelson (economia evolucionária)	<i>Production, investment and expectations: a study of the United States cattle industry</i> (econometria/economia agrícola)	Marc Nerlove, Arnold Harberger, T. W. Schultz, D. Gale Johnson, Gregg Lewis, Gary Becker (capital humano/ microeconomia), George Stigler (regulação econômica/ organização industrial)
<b>Calso Luiz Martone<sup>3</sup></b>	Mestrado, provavelmente completou os créditos para o doutorado (1969-1972)	Arnold Harberger	<i>Inflation and Growth in Brazil</i> (macroeconomia/ teoria monetária)	s.d.
<b>Cláudio Roberto Contador</b>	Mestrado e doutorado (1969-1973)	Robert Gordon (presidente), Stanley Fisher (macroeconomia), Eugene Fama (finanças)	<i>Money, Inflation and the Stock Market</i> (teoria monetária)	Milton Friedman, Arnold Harberger, Robert Gordon, Larry Sjaastad, Robert Fogel (história econômica/cliometria).
<b>Francisco José Villela Santos</b>	Mestrado (1969 - s.d.)	s.d.	Provavelmente não escreveu uma tese	s.d.

**Quadro 2** – Economistas brasileiros em Chicago - informações sobre as experiências no exterior

(continuação)

Nome próprio	Período e nível de estudos realizado em Chicago	Orientador(es) (comitê de tese)	Título ou tema da tese	Professores marcantes <sup>1</sup>
<b>Hélio Oliveira Portocarrero de Castro</b>	Mestrado (1969-1972)	n.a.	Não escreveu uma tese	Milton Friedman, Larry Sjaastad, Arnold Harberger, Robert Gordon, Gary Becker, George Stigler (a partir dele teve contato com a obra de Ronald Coase em <i>law and economics</i> , que muito lhe influenciou)
<b>Paulo de Tarso Medeiros</b>	Mestrado, completou os créditos para o doutorado, começou a escrever a tese (1969-1975)	Arnold Harberger (presidente), Larry Sjaastad, Gregg Lewis	Tese (não concluída) relacionada ao tema das migrações internas no Brasil, em que combinava a teoria do capital humano e com elementos da economia do trabalho.	Arnold Harberger, George Stigler, Milton Friedman, Harry Johnson, Gary Backer.
<b>Pedro Carvalho de Mello</b>	Mestrado e doutorado (1969-1977)	Robert Fogel (presidente), Deirdre McCloskey (história econômica/epistemologia) e Gregg Lewis	<i>The Economics of Labor in Brazilian Coffee Plantations, 1850-1888</i> (história econômica/cliometria)	Arnold Harberger, Deirdre McCloskey, Robert Fogel
<b>Antônio Carlos Porto Gonçalves</b>	Mestrado e doutorado (1970-1974)	Arnold Harberger (presidente), Arnold Zellner, Robert Barro (macroeconomia)	<i>The Problem of Stepping Inflation</i> (teoria monetária)	Arnold Harberger, Arnold Zellner, Robert Barro, Milton Friedman, Deirdre McCloskey
<b>Cláudio Luiz da Silva Haddad</b>	Mestrado e doutorado (1970-1974)	Arnold Harberger (presidente), Marc Nerlove e Deirdre McCloskey	<i>Growth of Brazilian Real Output, 1900-1947</i> (macroeconomia)	Arnold Harberger, Deirdre McCloskey, Marc Nerlove, George Stigler, Harry Johnson e Rudi Dornbusch (macroeconomia)
<b>Paulo Neuhaus</b>	Mestrado e doutorado (1970-1974)	Arnold Harberger (presidente), Larry Sjaastad e Deirdre McCloskey	<i>A monetary history of Brazil: 1900-1945</i> (história econômica)	Arnold Harberger, Milton Friedman, Harry Johnson, Deirdre McCloskey, Stanley Fischer
<b>Rubem de Freitas Novaes<sup>4</sup></b>	Mestrado e doutorado (1970-1974)	s.d.	<i>Foreign Investments in Brazil: An Economic Analysis</i>	Milton Friedman, George Stigler, Gary Becker, Robert Mundell, Harry Johnson e Arnold Harberger
<b>Fernando de Holanda Barbosa</b>	Mestrado e doutorado (1971-1975)	Henri Theil (presidente, econometria)	<i>Rational Random Behaviour: Extensions and Applications</i> (econometria)	Henri Theil, Gary Becker, Arnold Harberger, Milton Friedman
<b>Roberto Fendt Júnior</b>	Mestrado (1971-1973)	s.d.	s.d.	s.d.

**Quadro 2** – Economistas brasileiros em Chicago - informações sobre as experiências no exterior

(conclusão)

Nome próprio	Período e nível de estudos realizado em Chicago	Orientador(es) (comitê de tese)	Título ou tema da tese	Professores marcantes <sup>1</sup>
<b>Paulo Rabello de Castro<sup>5</sup></b>	Mestrado e doutorado (1972-1975)*	s.d.	Estudo sobre se os programas de assistência técnica geravam ou não aumento de produtividade no campo e, conseqüentemente, de renda (economia agrícola/ desenvolvimento econômico)	T. W. Schultz (que atuou como um orientador informal)
<b>Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran</b>	Mestrado e doutorado (1973-1977)	Arnold Harberger (presidente), Marc Nerlove, D. Gale Johnson	Estudo sobre política de preços agrícolas (economia agrícola)	Arnold Harberger, Marc Nerlove, T. W. Schultz, Milton Friedman, Gary Becker, Deirdre McCloskey
<b>Paulo Roberto Nunes Guedes<sup>6</sup></b>	Mestrado e doutorado (1974-1978)	Larry Sjaastad (presidente)	<i>Optimal Fiscal Policy in a Two Sector Growth Model for an Open Economy</i> (economia matemática/macroeconomia)	Larry Sjaastad, José Alexandre Scheinkman (finanças/ economia matemática), Jacob Frenkel (economia internacional), William A. Brock (economia matemática), Harry Johnson
<b>Helson Cavalcante Braga<sup>7</sup></b>	Pós-doutorado (1977-1978)	Membros de sua Comissão de Tese na EPGE: Carlos Langoni (presidente), José Luiz Carvalho, Edy Kogut e Marc Nerlove (da Northwestern University). Harberger foi um orientador informal em Chicago.	Tese defendida na EPGE: <i>Estrutura de mercado e desempenho da indústria brasileira: 1973-75</i> (regulação econômica/organização industrial)	Arnold Harberger, Marc Nerlove, Larry Sjaastad, Sam Peltzman (regulação econômica/organização industrial)
<b>Roberto da Cunha Castello Branco</b>	Pós-doutorado (1977-1978)	n.a.	Não escreveu uma tese. Elaborou um <i>paper</i> no campo de organização industrial.	George Stigler, Sam Peltzman, Gary Becker, Arnold Harberger
<b>Uriel de Magalhães</b>	Pós-doutorado (1977-1978)	n.a.	Não escreveu uma tese	s.d.
<b>Cláudio Tocantins</b>	Mestrado	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Guilherme Sedlacek</b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.

Elaboração própria. *Legenda:* a sigla “s.d.” (sem dados) está sendo utilizada quando a informação em questão não tiver sido localizada. A sigla “n.a.” significa “não se aplica”.

*Fontes:* Entrevistas realizadas entre fevereiro e dezembro de 2021 com Adroaldo Moura da Silva, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Cláudio Luiz da Silva Haddad, Cláudio Roberto Contador, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Helson Cavalcante Braga, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Carvalho de Mello, Roberto da Cunha Castello Branco e Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran.

*Notas:*

<sup>1</sup> A lista de professores marcantes encontra-se organizada em ordem aleatória, não-hierárquica.

<sup>2</sup> Carlos Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 33, 39-44.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0146288376586477>. Acesso em: 13/03/2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://austriaco.blogspot.com/2004/05/entrevista-com-rubem-de-freitas-novaes.html>. Acesso em: 13/03/2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/o-liberal-e-a-estatal/>. Acesso em: 13/03/2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2018/10/economista-de-bolsonaro-paulo-guedes-viveu-mudanca-radical-em-chicago.shtml>. Acesso em: 13/03/2022.

<sup>7</sup> O pós-doutorado de Helson Braga consistiu na elaboração de parte de sua tese de doutorado, iniciada no programa da EPGE (Entrevista de Helson Baga à autora, 2021). No caso desse agente, portanto, na categoria “orientador(es)” estarão indicados os professores da EPGE que integravam o seu comitê de tese e na categoria “título/tema da tese” estará indicada a tese defendida pela EPGE.

O quadro evidencia que, assim como no caso dos “Chicago Boys” chilenos, Arnold Harberger teria sido o professor de Chicago mais importante na experiência brasileira de circulação internacional, quando se analisa o grupo como um todo. Dos quatorze brasileiros que escreveram teses (ou pelo menos parte delas) sobre os quais se tem dados<sup>69</sup>, nove tiveram Harberger como presidente do comitê de tese<sup>70</sup>. O economista, ademais, foi citado como um professor marcante por todos os quatorze entrevistados. Carlos Geraldo Langoni e Rubem Novaes, em entrevistas previamente publicadas, também ressaltam a influência do professor em suas formações<sup>71</sup> (Carlos Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 39-40). A importância do professor se expressa também pelo fato de que oito dos catorze entrevistados afirmam terem frequentado de maneira regular o workshop sobre América Latina por ele organizado<sup>72</sup>.

As entrevistas realizadas com os agentes evidenciam que a presença de Harberger no topo da lista de professores mais marcantes estaria relacionada não apenas à sua competência como professor e pesquisador, mas, principalmente, a seu esforço em integrar os estudantes latino-americanos e seu interesse acadêmico pela região (Entrevistas à autora, 2021). A maioria

<sup>69</sup> São eles: Carlos Langoni, Guilherme Dias, Adroaldo da Silva, José Luiz Carvalho, Celso Luiz Martone, Cláudio Roberto Contador, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro de Mello, Antônio Carlos Gonçalves, Cláudio Haddad, Paulo Neuhaus, Fernando Barbosa, Túlio Duran e Paulo Guedes.

<sup>70</sup> São eles: Carlos Langoni, Guilherme Dias, Adroaldo da Sila, Celso Luiz Martone, Paulo de Tarso Medeiros, Antônio Carlos Gonçalves, Cláudio Haddad, Paulo Neuhaus e Túlio Duran.

<sup>71</sup> Disponível em: <https://austriaco.blogspot.com/2004/05/entrevista-com-rubem-de-freitas-novaes.html>. Acesso em: 14/03/2021.

<sup>72</sup> São eles: Adroaldo da Silva, Cláudio Haddad, Cláudio Roberto Contador, Guilherme Dias, José Luiz Carvalho, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro de Mello e Túlio Duran.

das teses de brasileiros por ele orientadas, vale notar, não se inseriam diretamente nas áreas de finanças públicas, desenvolvimento econômico e análise de projetos, que eram especialidade do professor (*ver subseção 3.1.2*). Antônio Carlos Porto Gonçalves, por exemplo, que produziu uma tese na área de teoria monetária, afirma que convidou Harberger para chefiar o seu comitê de tese porque o economista era “o homem da América Latina [em Chicago]” (Entrevista de Antônio Carlos Gonçalves à autora, 2021). Paulo de Tarso Medeiros, que trabalhou com ferramentas da teoria do capital humano e da economia do trabalho, afirma que procurou Harberger, pois ele era “muito ligado aos latinos, então era alguém de fácil acesso” (Entrevista de Paulo de Tarso Medeiros à autora, 2021). De fato, ao longo dos anos 1960, Harberger se consolidara como ponto de congregação do conjunto de estudantes latino-americanos que passaram a frequentar a instituição, estendendo, assim, o papel assumido em relação aos estudantes chilenos que pioneiramente chegaram ao Departamento em meados dos anos 1950 (Entrevistas de Guilherme Dias e Adroaldo da Silva à autora, 2021; Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, p. 35). Guilherme Dias relata que, quando chegou a Chicago, em 1967, já havia núcleos de estudantes chilenos, argentinos, nicaraguenses, colombianos, peruanos e paraguaios frequentando a instituição, que se congregavam em torno de Harberger e de seu *Latin America* workshop (Entrevista de Guilherme Dias à autora, 2021).

Apesar do inequívoco papel assumido por Harberger como “o homem da América Latina” em Chicago, os economistas brasileiros que por lá circularam entre 1967 e 1977 parecem ter desenvolvido graus variados de proximidade e de convivência com o professor. Aqueles que chegaram primeiro, como Carlos Geraldo Langoni e Guilherme Dias, demonstram terem experimentado um convívio particularmente intenso com o professor fora dos muros da universidade. Conforme remonta Dias:

Tinha festa na casa dele [Harberger] todo fim de semana... Era muito agradável... Você chega em uma cidade diferente e tudo mais e você encontra um lugar onde tem reunião, tem festa... Tá certo? Tem bebedeira, tem uma vida normal de estudantada. Era muito, muito agradável o convívio com ele (Entrevista de Guilherme Dias à autora, 2021).

Já Carlos Langoni conta que Harberger, junto com sua esposa, Anita, foi “uma espécie de protetor dos estudantes latino-americanos. Nos finais de semana, todos iam para a casa deles, que ofereciam jantares e coquetéis” (Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, p. 35).

Por outro lado, Hélio Portocarrero, Paulo Neuhaus e Paulo de Tarso Medeiros, que frequentaram Chicago anos depois, relatam não terem se inserido nesse circuito de latino-

americanos que frequentavam regularmente a casa dos Harberger e não terem desenvolvido relações íntimas com o professor (Entrevistas de Hélio Portocarrero, Paulo Neuhaus e Paulo de Tarso Medeiros à autora, 2021)<sup>73</sup>. Como descreve Medeiros:

Eu nunca frequentei a casa do Harberger. Muitos brasileiros se tornaram amigos do Harberger e frequentavam a casa. [...] Eu nunca tive uma relação pessoal muito grande com ele... Aumentou um pouco quando ele ficou como meu orientador de tese. Mas também ele não podia convidar *todos* os brasileiros de Chicago para a casa dele! Até porque se ele fazia uma festa lá ele convidava brasileiro, chileno, argentino... Então havia alguns brasileiros... Principalmente os que chegaram primeiro, quando havia menos brasileiros, que passaram a fazer parte do grupo (Entrevista de Paulo de Tarso Medeiros à autora, 2021).

É possível aventar que a intensificação da circulação de latino-americanos pelo Departamento – impulsionada pelos programas de fomento científico abarcados na Aliança para o Progresso (*ver subseção 4.1.1*) e pelos projetos de cooperação desenvolvidos entre Chicago e universidades latino-americanas (*ver subseção 3.3.1*) – teria cerceado a capacidade do professor de oferecer uma atenção individualizada a esse conjunto de estudantes, tal qual oferecida ao grupo de chilenos ingressados entre meados da década de 1950 e meados da década de 1960. De fato, segundo relata Harberger, nesse período que vai do final dos anos 1960 a meados dos anos 1970, o Departamento abrigava cerca de 40 a 50 latino-americanos, de um total de 150 a 180 estudantes<sup>74</sup>. É plausível sugerir também que os alunos chilenos tenham permanecido, ao longo dos anos, como principal foco da atenção e afeto de Arnold Harberger, tendo em vista a longevidade dos laços que o professor havia estabelecido com o Chile. Tal interpretação é reiterada pela narrativa de Paulo Neuhaus, segundo a qual muitos dos estudantes chilenos frequentavam a casa do Harberger “como comensais” (Entrevista de Paulo Neuhaus à autora, 2021).

Como expressão desse menor grau de intimidade temos que, no caso do Brasil, poucos agentes relatam terem mantido relações próximas com o professor após retornarem do exterior – ao contrário do constatado no caso do Chile. Além de Og Leme, que frequentou a instituição em um momento anterior, o único egresso de Chicago que relata ter desenvolvido uma relação sólida de amizade com Harberger é Carlos Geraldo Langoni. Conforme visto na subseção precedente, uma vez que assumiu a direção da EPGE, em 1974, Langoni passou a convidá-lo

<sup>73</sup> Como meio termo, temos os casos de Adroaldo da Silva, Cláudio Roberto Contador, José Luiz Carvalho, Pedro de Mello e Roberto Castello Branco, que relatam terem frequentado a casa do professor com alguma regularidade (Entrevistas à autora, 2021).

<sup>74</sup> Disponível em: [http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitextlo/int\\_alharberger.html](http://www.pbs.org/wgbh/commandingheights/shared/minitextlo/int_alharberger.html). Acesso em: 16/03/2022.



anualmente para passar curtas temporadas, de cerca de seis semanas, na Escola<sup>75</sup> (Entrevista de Roberto Castello Branco à autora, 2021; Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, p. 44; Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 346). Outros egressos relatam terem mantido um contato esporádico com Harberger, travado principalmente nas visitas que o professor fazia ao Brasil (são os casos de Cláudio Contador, Cláudio Haddad, Fernando Barbosa, Paulo Neuhaus e Túlio Duran) (Entrevistas à autora, 2021).

Um outro elemento identificado na subseção 3.1.2 como uma das fontes dos laços estabelecidos entre Harberger e os estudantes chilenos refere-se às altas expectativas por ele portadas de que o projeto resultasse na formação de um grupo de profissionais adeptos à “boa Economia” (entendida com a teoria dos preços neoclássica), que, ao retornarem ao Chile, transmitiriam esses conhecimentos e influenciariam a tomada decisões políticas. Tal expectativa também se manifestava em relação a outros latino-americanos que passaram a frequentar o Departamento, conforme sugere o seguinte relato:

A ideia era que tivéssemos alunos de qualquer um desses lugares [da América Latina] e pudéssemos treiná-los da mesma forma que treinamos os chilenos em primeiro lugar, e eles poderiam voltar para seus países e ver o que poderiam fazer em relação à implementação de economia sensata. E muitos deles voltaram para vários países diferentes e fizeram coisas muito boas (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, pp. 123-124)

Dois dos entrevistados para o presente trabalho mencionam terem participado de conversas em que o professor manifestou tais expectativas. Conforme relata Cláudio Contador, o assunto emergia principalmente nos momentos de confraternização, que aconteciam após os encontros do workshop sobre América Latina:

Ele acreditava que os alunos dele fariam a grande revolução na América Latina, no sentido pró-liberalismo. [...] Várias vezes o Harberger disse assim “não, o que nós estamos falando aqui”, não era só comigo não, era com outras pessoas, de outros países inclusive, “você vão assumir postos e etc., então eu vou entender muito se você tiverem que fazer alguma coisa que não esteja dentro do que nós poderíamos chamar de racionalidade neoclássica, etc. Eu sei como é que é isso, a pressão que existe, etc.”. Então ele... A ideia dele é que nós assumiríamos grandes cargos aqui nos respectivos países (Entrevista de Cláudio Contador à autora, 2021).

Já Paulo Neuhaus conta que tanto Harberger quanto Larry Sjaastad “de certa maneira não escondiam muito o fato de que eles tinham ideias claras sobre o tipo de economia política que eles gostariam de ver replicada na América Latina”. O economista complementa que “não

---

<sup>75</sup> O episódio é rememorado por Harberger em entrevista concedida em 2016, onde relata que passou a ser chamado de “professor visitante vitalício”, pelo fato de todo ano passar temporadas na FGV. O economista relata, ainda, que, durante essas visitas ao Brasil, costumava sair para jantar com Og Leme e sua esposa, Cristina, evidenciando os laços mantidos com o brasileiro que foi pioneiro na realização de uma pós-graduação pelo Departamento (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, p. 222).

era uma coisa organizada [...], mas em alguns comentários ficava claro quais eram as orientações deles”. No caso de Harberger, os conselhos giravam em torno de “como você abrir a economia, reduzir o protecionismo, esse tipo de coisa” (Entrevista de Paulo Neuhaus à autora, 2021).

Por mais que Harberger e Sjaastad portassem altas expectativas em relação ao papel a ser cumprido também pelos estudantes brasileiros, elas não assumiram a forma organizada observada no caso do *Chile Project*. Conforme visto na subseção 3.1.2, era um objetivo oficial do projeto de cooperação entre Chicago e PUC que os chilenos treinados no Departamento se tornassem os “líderes intelectuais em assuntos econômicos no Chile”, propondo de soluções para os principais problemas socioeconômicos do país (The Chile Project, Third Report apud VALDÉS, 1995, pp. 132, 143-144). Também era um diagnóstico oficial da equipe de Chicago envolvida com o projeto que tais problemas haviam sido causados por medidas intervencionistas adotadas no país no passado (The Chile Project, Forth Report apud VALDÉS, 1995, p. 149). Esse esforço envolveu não apenas o treinamento de chilenos no Departamento, como também a instalação de um Centro de Pesquisa Econômica ligado à Faculdade de Economia da PUC, onde economistas de Chicago foram alocados para treinar professores e estudantes locais e para desenvolver pesquisas conjuntas (*ver subseção 3.1.2*). No caso do Brasil, em contraste, não houve a implementação de um projeto oficial de cooperação interuniversitária com Chicago envolvendo altos custos e esforços, nem tampouco uma iniciativa equiparável à construção do Centro de Pesquisa Econômica.

Algumas hipóteses podem ser formuladas acerca do motivo de não ter sido implementado um convênio abrangente entre Chicago e alguma instituição brasileira. Por um lado, nota-se que, em meados dos anos 1960, já havia escolas de especialização e cursos de mestrado em Economia no país e difundiam-se as oportunidades e bolsas de estudos para que estudantes de destaque fossem realizar um doutorado no exterior. Dessa forma, é plausível supor que não seria do interesse das principais escolas de Economia nacionais a implantação de acordos que limitassem seus intercâmbios a uma única instituição de ensino estrangeira. Também é possível aventar que tampouco seria do interesse de Chicago se engajar em um projeto de cooperação duradouro com uma universidade brasileira. Como conta Arnold Harberger, o projeto de cooperação com a PUC chilena e a USAID teria se mostrado particularmente dispendioso e burocrático e o seu grande trunfo teria sido a possibilidade de treinar um elevado número de estudantes chilenos no Departamento. Com a disseminação de bolsas de estudos financiadas pela USAID e pelas fundações Ford e Rockefeller a partir de

meados dos anos 1960, o Departamento poderia, portanto, usufruir dos benefícios de ter um maior número de latino-americanos frequentando a escola sem, contudo, ter de arcar com a burocracia e os esforços envolvidos no estabelecimento de projetos de cooperação nos moldes do *Chile Project* (ver subseção 3.3.1) (Arnold Harberger in: BURNETT, 2016, pp. 122-123).

Por fim, com vistas a concluir a comparação em relação à experiência chilena, ponderamos acerca da socialização vivenciada pelo grupo de brasileiros no exterior e os laços tecidos entre eles. Um primeiro contraste emerge quando analisamos as modalidades de circulação internacional. No caso do Chile, a maioria dos estudantes partiu para Chicago com a intenção de realizar apenas o mestrado. Por outro lado, a maioria dos brasileiros partiu para o exterior com o intuito de realizar também o doutorado – conforme visto, nesse momento já estavam se consolidando os primeiros cursos de mestrado em Economia do país, de modo que a obtenção de um diploma de doutorado representava o diferencial que esses agentes buscavam (ver subseção 4.2). Ao contrário dos chilenos, portanto, os brasileiros precisaram enfrentar o desafio de serem admitidos no *core exam* – provas que selecionavam os alunos que prosseguiriam para o programa de doutorado e nos quais era admitida apenas a metade que obtivesse as maiores notas. A rotina de estudos intensa e a pressão que envolvia prestar o *core exam* marcou a experiência de todos os brasileiros que chegaram ao Departamento com o intuito de prestar o doutorado (Entrevistas à autora, 2021). Os seguintes relatos revelam não apenas a pressão existente em torno da prova, como também o clima de competitividade que o método de seleção pela mediana engendrava:

Era um sistema, digamos na minha maneira, totalmente darwiniano, era um sistema terrorista. Porque tinha aquele pânico de que se você não passasse no proverbial *core exam*, é isso aí, você tinha que voltar ao seu país ou à sua cidade natal, de armas e bagagem, e basicamente declarar que você foi derrotado na batalha. Isso caracterizava um espírito supercompetitivo e uma atmosfera pesada (Entrevista à autora, 2021).

Então eu tinha uma meta de estudar dez horas líquidas por dia, a semana inteira. Fora as aulas. [...] E tinha uns grupos de estudos, eu fiz um grupo lá com... Com argentinos e etc. Aí tinha o seguinte, que ninguém... Só eu falava! É porque na verdade todo mundo competia e metade ia levar bomba, então não funcionava o negócio, eu custei a perceber isso. Bom, aí não deu certo, eu estudava sozinho (Entrevista à autora, 2021).

Segundo Cláudio Contador, "você era estimulado o tempo todinho a competir, competir, competir" (Entrevista de Cláudio Contador à autora, 2021). Guilherme Dias, por sua vez, evidencia a intensidade das rotinas de estudo adotadas e a escassez de tempo para dedicação a outras atividades:

Ah, era pesado, era pesado [...]. Eu acho que a gente tinha que fazer, quantos? Acho que era quatro ou cinco cursos por trimestre. E a história do trimestre é que fica muito

pesado cada curso em termos de leitura, tá certo? Do que você tinha que fazer... Era um ritmo muito intenso, né? E a gente tinha, você imagine, a grade horária em um sistema como esse, trimestral, você tem aula de manhã e você tem aula à tarde. [...] Então era aquela lógica, “bom, agora eu tenho uma folga aqui, uma hora e meia, deixa eu estudar o assunto lá”. Era *muito* intenso. Era muito intenso *mesmo* o trabalho. E depois volta e meia eu chegava em casa e era de noite estudando também (Entrevista de Guilherme Dias à autora, 2021).

Mesmo aqueles que realizaram pós-doutorado em Chicago e não precisaram enfrentar o *core exam* relatam a intensidade do ritmo de estudos que o programa demandava e o pouco tempo que restava para atividades de socialização. Roberto Castello Branco, por exemplo, explica que não experimentou uma vida social relevante em Chicago “porque não dava tempo, eu estudava o dia todo, até de noite, às vezes até tarde” (Entrevista de Roberto Castello Branco, 2021). Já Helson Braga, que realizou parte do doutorado no Departamento, revela que “raramente estava disposto a perder tempo com outra coisa que não fosse a minha tese” (Entrevista de Helson Braga à autora, 2021).

Um dos agentes entrevistados identifica na intensa competitividade existente em torno do *core exam* um dos fatores centrais por trás da baixa proximidade adquirida pelos brasileiros que conviveram no exterior:

Eu acho que como tinha essa prova que reprovava 50%, e a convivência era [mais] no primeiro ano, eu acho que a turma de Chicago era a turma mais desunida que tinha, a turma de Chicago não era unida, nós nunca fomos unidos lá, nem aqui. E eu acho que aquele ambiente não era um ambiente apropriado pra se fazer amizades. As pessoas ficavam torcendo pra que você fosse reprovado. Era um ambiente muito... Então eu até pensei assim “[...] é porque você é mais tímido”, mas examinando todo mundo, né, claro que a gente se dá, se fala, etc., mas não é como eu noto em outras pessoas que fizeram outras universidades, que ficam às vezes mais parecendo uma patota. O pessoal de Chicago é mais cada um por si e Deus por todos (Entrevista à autora, 2021).

Os relatos, de maneira geral, evidenciam que foram estabelecidos laços duradouros de amizade entre os economistas brasileiros que conviveram no exterior, porém esses laços são dispersos, concretizados principalmente entre aqueles que ingressaram no Departamento no mesmo ano ou que haviam sido colegas durante a graduação (Entrevistas à autora, 2021). O relato do Mario Alborno, segundo o qual a experiência dos chilenos que frequentaram o Departamento ao final dos anos 1950 teria sido marcada pelo desenvolvimento de um “espírito de grupo unido” e pelas “festas no sábado à noite” e “serenatas ao pé das janelas do pensionato de jovens estudantes da faculdade” (ALBORNOZ, 1988, p. 327), não parece, pois, condizer com a experiência dos economistas brasileiros entrevistados.

Além do ritmo de estudos intenso que a preparação para o *core exam* e o processo de elaboração das teses demandavam, pelo menos dezesseis dos vinte e cinco economistas apresentados o Quadro 2 foram para o exterior casados e pelo menos seis deles já possuíam

filhos ou tiveram filhos durante esse período. Foi relatada a existência de uma certa separação entre os que partiram para o exterior casados e aqueles que partiram solteiros. Os solteiros, via de regra, ficaram instalados no alojamento da Universidade (a chamada *International House*), frequentando de maneira mais intensa espaços de interação com outros estudantes, incluindo as festas que aconteciam no alojamento (Entrevistas de Paulo Neuhaus e Paulo de Tarso Medeiros à autora, 2021). Aqueles que chegavam casados, por sua vez, costumavam alugar-se em apartamentos próximos à Universidade com as respectivas esposas (e, por vezes, filhos), tendo menos oportunidades para frequentar espaços de socialização da vida universitária (Entrevistas com Pedro Mello, Cláudio Contador e Fernando de Holanda Barbosa à autora, 2021).

Por fim, cabe notar que, conforme demonstrado pelo Quadro 2, houve uma significativa diversidade nos temas e áreas da Economia em que se inseriram as teses dos brasileiros, com uma discreta predominância da teoria monetária e da economia agrícola<sup>76</sup>. A construção de teses em diferentes áreas significa que esses agentes, uma vez admitidos no *core exam*, frequentaram disciplinas, seminários e workshops também diversos. É um indício, portanto, de que, com exceção do workshop sobre América Latina – que, conforme visto, constituiu um ponto de congregação dos estudantes brasileiros –, as oportunidades de socialização dentro da Universidade também eram limitadas.

#### 4.2 A EXPERIÊNCIA DE CIRCULAÇÃO DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS POR CHICAGO: PROPRIEDADES SOCIAIS PARTILHADAS PELO GRUPO

Concluída a análise sobre o contexto histórico-institucional em que se desenrola a circulação de brasileiros pelo Departamento de Economia de Chicago e sobre a experiência desses agentes no exterior, partimos para o segundo eixo de comparação, acerca do grau de homogeneidade social do grupo – afinidade de *habitus* e estilos de vida (BOURDIEU, 2017) –

---

<sup>76</sup> O número relativamente alto de teses em teoria monetária pode ser explicada, pelo menos em parte, pela influência que Milton Friedman adquirira no Departamento nos idos dos 1960 e 1970. Adroaldo Moura da Silva, por exemplo, avalia que, na época em que esteve lá, entre 1968 e 1972, Friedman já exercia uma importante influência sobre os alunos, tendo sido feitas “muitas teses sobre demanda de moeda, hiperinflação, em que um dos pressupostos era mostrar o impacto da expectativa de inflação sobre o estoque real de moeda e sobre a aceleração da inflação”. A sua escolha por produzir uma tese baseada na abordagem de Friedman à teoria quantitativa da moeda, segundo relata o economista, sustentou-se na “conveniência” de trabalhar com um tema considerado relevante no Departamento e para o qual ele demonstrava aptidão (Entrevista de Adroaldo Moura da Silva à autora, 2021). Chicago também possuía uma forte tradição em Economia agrícola, representada por nomes como Theodore Schultz, D. Gale Johnson e Marc Nerlove, o que ajuda a explicar a escolha dos doutorandos brasileiros por se dedicar à área – além de preferências pessoais, evidentes no caso de Guilherme Dias, cuja família tradicionalmente ligou-se ao setor agrícola (Entrevista de Guilherme Dias à autora, 2021).

previamente à ida para os EUA. Conforme visto na subseção 3.2, os economistas chilenos que partiram para Chicago no âmbito do convênio de 1956 partilhavam de certos traços sociais e ideológicos que os tornavam particularmente receptivos ao tipo de treinamento econômico oferecido no Departamento e que teriam sido um dos fundamentos dos laços duradouros estabelecidos entre eles e da coerência em suas ideias acerca da Economia. Dentre tais traços, destaca-se o fato de eles serem tipicamente provenientes de famílias de classe média recentemente imigradas para o Chile, terem estudado na mesma instituição de ensino superior (a Escola de Economia da PUC) e terem partido para o exterior com base em um mesmo convênio, que envolvia a ida de economistas de Chicago para Santiago para treinar agentes locais no modelo de pesquisa privilegiado no Departamento. Também foi ressaltado o fato de muitos terem estudado na mesma escola particular anglófila de Santiago, a *Grange School*. Em relação a aspectos ideológicos, destacou-se que a maioria se considerava conservadora ou apolítica previamente à ida para o exterior (*ver subseção 3.2*).

Na presente subseção, analisamos, de maneira relacional, as trajetórias dos economistas brasileiros previamente à experiência de circulação por Chicago, de modo a identificar se tal grau de proximidade social e ideológica pode ser observado no caso do Brasil. No **Quadro 3**, exposta a seguir, apresentamos os agentes, ordenados conforme os anos de nascimento, junto com informações sobre suas origens geográficas e familiares, assim como sobre as instituições de educação básica e de ensino superior frequentadas.

**Quadro 3** – Trajetórias anteriores à experiência de circulação internacional

(continua)

Nome próprio	Ano de nascimento	Local de nascimento e onde passou a infância/ Juventude	Origem familiar	Educação básica <sup>1</sup>	Graduação
<b>Adroaldo Moura da Silva</b>	1941	Nasceu em Curari (AM). Com cerca de 7 anos mudou-se para Manaus.	Avós paternos nascidos no Rio Grande do Norte, avós maternos nascidos no Ceará. Os dois lados eram de origem humilde e migraram para o Amazonas durante o surto da borracha no final do século XIX e começo do século XX. O pai não terminou o primeiro grau, com o tempo conseguiu comprar um seringal próximo ao rio Purus, no Amazonas, e ascendeu socialmente. O pai se preocupava com a sua educação e incentivou que Adroaldo fosse pra São Paulo para estudar Economia. Mãe dona de casa.	No primário estudou no Colégio Marechal Hermes (público), no secundário estudou no Colégio João Bosco (colégio católico salesiano particular) e, no científico, estudou no D. Pedro (público). Todos em Manaus.	Economia pela FEA/USP (1963-1966)
<b>Cláudio Roberto Contador</b>	1942	Rio de Janeiro (RJ)	Pai nascido na Itália, em uma família de origem humilde, migrou para o Brasil por razões econômicas. Tinha o segundo grau incompleto, abriu uma gráfica e conseguiu ascender socialmente. Mãe nascida em Minas Gerais, avós maternos possuíam uma pequena fazenda de gado. Mãe estudou enfermagem e trabalhou no Ministério da Saúde (coordenou campanhas contra a tuberculose). Família de classe média alta, a ascensão ocorreu a partir dos pais, durante grande parte de sua infância moraram em casa própria, na Tijuca.	Estudou primeiro na Escola Francisco Cabrita e, depois, no Colégio Mendes de Moraes, na Ilha do Governador (RJ). Ambos públicos.	Economia pela UFRJ (1962-1966)
<b>Helson Cavalcante Braga</b>	1942	Nasceu no município de Tefé, no médio Amazonas. Com cerca de 13 anos mudou-se para Manaus. Aos 17 anos mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ).	Pai nascido no Amazonas. O avô paterno era um português que migrou para o médio Amazonas e se tornou um grande seringalista. Avó paterna era do Maranhão. O pai tomou conta do seringal do avô e, quando a economia da borracha arrefeceu, ficou trabalhando com comércio. Avô materno nascido no Ceará, tornou-se seringalista no Acre. Avó materna era filha de indígena. Mãe nascida no Acre, foi professora normalista e ajudou no comércio da família. Quando Braga tinha 17 anos, o pai enviou ele e as irmãs para estudarem no Rio de Janeiro.	Mais ou menos entre os 10 e os 13 anos frequentou um seminário católico. Aos 13 vai estudar no Colégio Estadual do Amazonas, em Manaus (público).	Economia pela UFRJ (1965 - 1968) e Contabilidade pelo UniCEUB – Centro Universitário de Brasília

**Quadro 3 – Trajetórias anteriores à experiência de circulação internacional**

(continuação)

Nome próprio	Ano de nascimento	Local de nascimento e onde passou a infância/ Juventude	Origem familiar	Educação básica <sup>1</sup>	Graduação
<b>Pedro Carvalho de Mello</b>	1942	Rio de Janeiro (RJ). Viveu parte da infância e juventude em Santos (SP).	Avô paterno português, migrou para o Rio de Janeiro, onde começou trabalhando como caixeiro em uma loja, depois tornou-se o dono e logrou ascender socialmente. O pai nasceu em Portugal (quando a família se muda para lá), graduou-se em Medicina pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), e trabalhou como médico e cientista (tendo sido funcionário da Organização Mundial da Saúde e do Serviço Nacional de Malária). O avô materno também era português, atuou como policial militar no Brasil. A avó materna era de uma família proprietária de terras da Bahia. A mãe estudou Medicina no Rio de Janeiro e trabalhou como química. Afirma que havia um ambiente intelectual na família.	Estudou principalmente no Rio de Janeiro, em colégios particulares. Frequentou primeiro o Colégio Santo Antônio Maria Zacharias (colégio particular católico) e, depois, a Escola São Fernando (também particular).	Direito pela UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1961-1965) e Economia pela UFRJ (1963-1966)
<b>Guilherme Leite da Silva Dias</b>	1943	São Paulo (SP). Entre em 1948 e 1950 mora nos EUA, quando o pai vai fazer um pós-doutorado em Chicago e em Princeton.	Pai nascido em Mococa (SP), vindo de uma família proprietária de uma fazenda de café na região de Poços de Caldas (MG). O avô paterno era engenheiro, com graduação em Engenharia Elétrica pela Universidade de Leuven, na Bélgica. Após a morte do avô, a avó paterna abriu e administrou uma fazenda. Pai matemático, formado pela USP e com pós-doutorados por Chicago e Princeton, nos EUA. Mãe nascida em São Simão (SP), família vinha de Vassouras (RJ) e era ligada à agricultura. O avô materno era administrador de empresas agrícolas. A mãe fez escola normal e trabalhou por um período como professora primária. Na infância morou em casa própria, na Vila Mariana.	Estudou em São Paulo, sempre em escolas particulares. Fez o primário no Colégio Liceu Pasteur e o ginásio no Colégio Dante Alighieri.	Economia pela FEA/USP (1962-1965)
<b>José Luiz Carvalho</b>	1943	Nasceu em Governador Valadares (MG). Quando criança, mudou-se para Vitória (ES). Aos 14, mudou-se para o Rio de Janeiro.	A família do pai era portuguesa, tinha um colégio em Espinho. O pai migrou sozinho para o Brasil (havia começado a estudar Medicina em Coimbra, mas não concluiu). No Brasil trabalhou como industrial (foi representante de um escritório de exportação de café em Governador Valadares e superintendente da Companhia de Ferro e Aço de Vitória). Morreu quando Carvalho tinha 9 anos. A mãe era filha de um político e proprietário de terras de Governador Valadares. Mãe fez escola normal, foi professora primária. Quando o pai falece, passam por dificuldades financeiras (eram oito irmãos). Carvalho dava aulas particulares para ajudar a mãe.	Até o ginásio estudou em Vitória (ES), primeiro em uma escola privada e, depois, no Colégio Estadual do Espírito Santo. No científico vai para o Rio de Janeiro, estudar no Colégio Nova Friburgo.	Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (1962-1965)



**Quadro 3 – Trajetórias anteriores à experiência de circulação internacional**

(continuação)

Nome próprio	Ano de nascimento	Local de nascimento e onde passou a infância/ Juventude	Origem familiar	Educação básica <sup>1</sup>	Graduação
<b>Paulo de Tarso Medeiros</b>	1943	Cachoeiro de Itapemirim (ES)	Avós paternos nascidos no Brasil, o avô tinha uma fazenda de café em Minas Gerais. Pai nascido em Minas Gerais, estudou até o primário, saiu de casa jovem e, mais tarde, passou trabalhar como secretário da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim. O pai valorizava a educação e quis que os filhos estudassem em boas escolas. Avós maternos nascidos no Rio de Janeiro, o avô era proprietário de uma pequena venda de alimentos. Mãe nascida em Três Rios (RJ), foi dona de casa. Afirma que a família passou por momentos de instabilidade financeira.	Estudou sempre em Cachoeiro do Itapemirim (ES). Fez o primário em um colégio particular. No ginásio vai para o Liceu Muniz Freire (estadual).	Economia pela UFRJ (1965-1968)
<b>Carlos Geraldo Langoni<sup>2</sup></b>	1944	Nova Friburgo (RJ)	Avós paternos nasceram na Itália. Avós maternos eram brasileiros descendentes de alemães. Os pais se separaram quando era pequeno, de modo que Langoni foi criado pela mãe e pelos avós maternos. O avô materno possuía uma gráfica e era jornalista e historiador (publicava um jornal intitulado <i>O Nova Friburgo</i> e publicou um livro sobre a história da cidade). A avó materna era poetisa. A mãe foi professora de português em cursos primários e secundários. Família de classe média. Afirma que havia um ambiente intelectual na família, valorizavam os estudos.	Começou o primário em uma escola pública de Nova Friburgo, depois conseguiu uma bolsa e se transferiu para o Colégio São José (particular). Durante o científico, estudou no Colégio Nova Friburgo, também com bolsa.	Economia pela UFRJ (1963-1966)
<b>Roberto da Cunha Castello Branco</b>	1944	Nasceu em São Luís (MA). Com cerca de 13 anos, mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ).	Avós paternos e maternos nascidos no Maranhão. O avô paterno era formado em Direito e foi funcionário público. O avô materno era dentista, foi professor universitário e teve um consultório. O pai era juiz, formado pela Faculdade de Direito de São Luís (que depois foi incorporada à UFMA – Universidade Federal do Maranhão). A mãe era dona de casa. Em 1957 os pais decidem se mudar para o Rio de Janeiro por avaliarem que lá os filhos teriam melhores perspectivas profissionais.	Até os 13 anos estudou em um colégio católico privado em São Luís (MA). Kursou os dois últimos anos do ginásio no Colégio Mello e Souza, colégio particular do Rio de Janeiro. Começou o científico no Colégio Naval e, em seguida, entrou para a Escola Naval (onde é formada a oficialidade da Marinha), mas saiu um ano antes de receber a espada de oficial.	Economia pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro - SUESC (concluída em 1971). Antes havia cursado dois anos de Economia (aprox. de 1967 a 1968) e um ano de Engenharia pela UFRJ.

**Quadro 3 – Trajetórias anteriores à experiência de circulação internacional**

(continuação)

Nome próprio	Ano de nascimento	Local de nascimento e onde passou a infância/ Juventude	Origem familiar	Educação básica <sup>1</sup>	Graduação
<b>Tulio Duran</b>	1944	Nasceu em Santo Domingo, na República Dominicana. Mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ) com cerca de 20 anos.	Pais e avós nascidos na República Dominicana. O pai foi advogado, acadêmico e jornalista. Era filiado ao partido socialista dominicano e participou do movimento de oposição à ditadura de Rafael Leónidas Trujillo. Teve que se exilar por anos nos EUA (Túlio conviveu muito pouco com o pai, os pais se divorciaram quando ele ainda era pequeno). O avô paterno era jornalista e a avó fundou, junto com as irmãs, o primeiro kindergarten da República Dominicana. A mãe era dona de casa. Afirma que moravam em uma casa grande.	Estudou em Santo Domingo, na República Dominicana. cursou o primário no kindergarten fundado por sua avó.	Economia pela UFRJ (1964-1967). Antes havia cursado dois anos de Engenharia pela Universidade Autônoma de Santo Domingo, na República Dominicana (aprox. de 1962 a 1963)
<b>Fernando de Holanda Barbosa</b>	1945	Nasceu em Recife (PE). Na infância morou em Mamanguape, Cuité e Campina Grande na Paraíba. Aos 14 anos mudou-se para o Rio de Janeiro (RJ).	Avós paternos nascidos em Pernambuco, professores de primeiro grau. Pai nascido em Pernambuco, formou-se em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e atuou como clínico geral e pediatra em regiões pobres do interior da Paraíba. Avós maternos nascidos no Brasil, o avô possuía terras em Glória de Goitá (PE). Mãe nascida em Pernambuco, foi dona de casa. Diz que, após o falecimento de seu pai, a família fica em uma situação econômica delicada. A mãe valorizava a educação e enviou Barbosa para estudar no Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro. Quando mais velha, formou-se em Serviço Social e Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).	Estudou até o fim do ginásio na Paraíba. Fez os primeiros anos do ginásio no Colégio Estadual de Campina Grande (público). Aos 14 anos muda-se sozinho para o Rio de Janeiro para estudar no Colégio D. Pedro II (público).	Engenharia pela UFRJ (1963-1967) e Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas Cândido Mendes (1964-1968)
<b>Rubem de Freitas Novaes</b>	1945	Rio de Janeiro (RJ)	s.d.	s.d.	Economia pela UFRJ (1965-1968)
<b>Antônio Carlos Porto Gonçalves</b>	1946	Rio de Janeiro (RJ). Com cerca de oito anos muda-se para Paris (por conta do mestrado de seu pai), onde vive por um ano e meio.	Avós paternos nascidos em Macaé (RJ), foram professores de ensino primário e médio, classe média. Pai nascido no Rio de Janeiro, graduado em Engenharia pela Escola Técnica do Exército (atual IME – Instituto Militar de Engenharia) e mestre pela Escola Politécnica de Paris. Trabalhou em indústrias (FNM, Embraer) e foi professor da PUC-Rio, da UFRJ, do IME e da UFF – Universidade Federal Fluminense. Avós maternos nascidos no Rio Grande do Sul, o avô era oficial do exército. Mãe nascida no Paraná, mas com um mês de idade mudou-se para o Rio de Janeiro. Formou-se em Contabilidade, mas não exerceu (trabalhou como dona de casa). Família passou a habitar em casa própria (no bairro do Flamengo) quando ele tinha cerca de 10 anos.	No Rio de Janeiro, estudo no Colégio Andrews (privado, bairro Humaitá). Em Paris estudou em uma escola pública regular.	Engenharia Industrial e Metalúrgica pelo IME (1965 - 1969). Graduação não concluída em Economia pela UFRJ (1967-1969).

**Quadro 3** – Trajetórias anteriores à experiência de circulação internacional

(continuação)

Nome próprio	Ano de nascimento	Local de nascimento e onde passou a infância/ Juventude	Origem familiar	Educação básica <sup>1</sup>	Graduação
<b>Cláudio Luiz da Silva Haddad</b>	1946	Rio de Janeiro (RJ)	Avós paternos nascidos no Líbano, migraram para o Rio de Janeiro. O avô era comerciante e dentista. Pai nascido no Rio de Janeiro, formou-se em Contabilidade e Direito pela UFRJ, foi catedrático de matemática na UFRJ, três vezes sub-reitor da Universidade e diretor da ENCE – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, ligada ao IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Avós maternos nascidos no Brasil, o avô era médico ortopedista. Mãe nascida no Rio de Janeiro, formou-se em Letras Anglo-Germânicas pela UFRJ, foi professora de inglês para o ensino médio por um tempo.	Colégio de Aplicação, ligado à UFRJ (público).	Engenharia Mecânica e Industrial pelo IME (1966-1969). Graduação incompleta em Administração pela UFRJ (aprox. de 1968 a 1970).
<b>Hélio Oliveira Portocarrero de Castro</b>	1946	Rio de Janeiro (RJ)	Pai nascido no Rio de Janeiro. Avô paterno nascido em Santos (SP), foi funcionário dos Correios. A avó paterna vinha de uma família de militares, de origem portuguesa. Pai foi oficial do exército, esteve na ativa até o grau de coronel, reformou-se no grau de general de brigada. Também foi engenheiro, graduou-se pela Escola Técnica do Exército (atual IME) e lecionou na UFF. Avô materno era português, migrou para o Brasil para trabalhar em um armazém no Rio de Janeiro. O avô ascendeu socialmente, foi um dos fundadores do Jockey Club Brasileiro. A mãe estudou até o secundário e foi dona de casa.	Fez o primário no Colégio de Aplicação do Instituto de Educação do Rio de Janeiro (público). Fez o ginásio e o científico no Colégio Militar do Rio de Janeiro.	Economia pela UFRJ (1965-1969)
<b>Paulo Neuhaus</b>	1946	Rio de Janeiro (RJ)	Avós paternos e maternos de origem alemã. O avô paterno foi um pequeno comerciante. O avô materno foi um pequeno empresário. O pai foi técnico em gráfica e impressão e, depois, trabalhou como pequeno fazendeiro. A mãe foi dona de casa. Afirma que a situação econômica da família era precária.	Estudou no Rio de Janeiro. Fez o primário na Escola Hebraico-Brasileira Herzlia (particular). Fez o ginásio e o científico no Colégio de Aplicação da UERJ.	Economia pela UFRJ (1965-1968)
<b>Paulo Rabello de Castro</b>	1949	Rio de Janeiro (RJ)	s.d.	s.d.	Economia pela UFRJ (concluída em 1971) e Direito pela UERJ (concluída em 1971)

**Quadro 3 – Trajetórias anteriores à experiência de circulação internacional**

(conclusão)

<b>Nome próprio</b>	<b>Ano de nascimento</b>	<b>Local de nascimento e onde passou a infância/ Juventude</b>	<b>Origem familiar</b>	<b>Educação básica<sup>1</sup></b>	<b>Graduação</b>
<b>Paulo Roberto Nunes Guedes<sup>3</sup></b>	1949	Nasceu no Rio de Janeiro (RJ), mas passou a infância e juventude em Belo Horizonte (MG)	O pai era vendedor de material escolar. A mãe era servidora pública no Instituto de Resseguros do Brasil. Família de classe média.	Estudou em Belo Horizonte (MG). Fez o ginásio e o científico no Colégio Militar de Belo Horizonte.	Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (aproximadamente de 1968 a 1971)
<b>Celso Luiz Martone<sup>4</sup></b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	Economia pela FEA/USP (1964-1967)
<b>Cláudio Tocantins</b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Edy Luiz Kogut<sup>5</sup></b>	s.d.	Rio de Janeiro (RJ)	s.d.	s.d.	Engenharia Civil pela UERJ (concluída em 1965)
<b>Francisco José Villela Santos</b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Guilherme Luiz Sedlacek<sup>6</sup></b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Roberto Fendt Júnior<sup>7</sup></b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Uriel de Magalhaes<sup>8</sup></b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.	Economia PUC-Rio (1970-1973)

Elaboração própria. *Legenda:* quando a informação em questão não tiver sido localizada, será utilizada a sigla “s.d.” (sem dados).

*Fontes:* Entrevistas realizadas entre fevereiro e dezembro de 2021 com Adroaldo Moura da Silva, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Cláudio Luiz da Silva Haddad, Cláudio Roberto Contador, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Helson Cavalcante Braga, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Carvalho de Mello, Roberto da Cunha Castello Branco e Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran.

*Notas:*

<sup>1</sup> Aqui, utiliza-se a nomenclatura para os níveis de escolaridade que estava em vigor na época em que os agentes realizaram o ensino básico. O primário corresponde ao atual ensino fundamental I, o ginásio corresponde ao atual ensino fundamental II e o científico corresponde ao atual ensino médio.

<sup>2</sup> Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 30-33.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Acesso em: 19/03/2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0146288376586477>. Acesso em: 19/03/2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://ri.br.com.br/governanca-corporativa/administracao/>. Acesso em: 19/03/2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/guilherme-sedlacek-40308a6a/>. Acesso em: 19/03/2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/roberto-fendt-jr-376a14b3/?originalSubdomain=br>. Acesso em: 19/03/2022.

<sup>8</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3678730753136690>. Acesso em: 19/03/2022.

A primeira observação a ser feita refere-se às origens sociais e familiares. A análise da quarta coluna do quadro evidencia a existência de uma substantiva diversidade nos locais de nascimento, atividades profissionais e grau de instrução dos pais e avós dos agentes que compõe nosso universo. Para aprofundar a análise, separamos os agentes conforme os períodos em que suas famílias (ou parte delas) migraram para o Brasil e conforme a região em que se instalaram.

O núcleo mais expressivo é constituído pelos economistas cujos pais ou avós migraram para o Brasil e alocaram-se em estados do Sudeste (principalmente no Rio de Janeiro). São os casos de Cláudio Contador, Cláudio Haddad, Hélio Portocarrero, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus e Pedro Mello. Via de regra, as migrações tiveram motivações de ordem econômica e os familiares, ao chegarem ao Brasil, exerceram atividades de baixa qualificação e baixa remuneração, na indústria ou no setor comercial. Em todos os casos, ademais, observou-se algum grau de ascensão social intergeracional, porém sua intensidade variou notavelmente. Em relação ao grau de instrução, nota-se que, nos casos de Cláudio Contador, Cláudio Haddad, Hélio Portocarrero e Pedro Mello, pelo menos um dos pais realizaram estudos universitários – no caso de Cláudio Contador, apenas a mãe obteve um diploma universitário; nos casos de Cláudio Haddad e Pedro Mello, tanto a mãe quanto o pai obtiveram diplomas; e, no caso de Helio Portocarrero, apenas o pai. Nos casos de José Luiz Carvalho e Paulo Neuhaus nenhum dos pais obteve diplomas universitários. São eles também os únicos que relatam terem enfrentando momentos economicamente adversos durante a infância ou adolescência, ponto que não emerge nos relatos dos outros quatro (Entrevistas de Cláudio Contador, Cláudio Haddad, Hélio Portocarrero, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus e Pedro Mello à autora, 2021).

Além desses, temos um núcleo de agentes nascidos e criados no Sudeste, porém cujas famílias são de migração mais longínqua (ou seja, tanto os avós quanto os pais são nascidos no Brasil). Compõem esse núcleo: Antônio Carlos Porto Gonçalves, Guilherme Dias e Paulo de Tarso Medeiros. Mais uma vez, percebe-se uma diversidade nos perfis socioeconômicos e grau de instrução obtido pelas gerações anteriores. No caso de Paulo Medeiros, nem os pais e nem os avós obtiveram diplomas universitários. O avô paterno foi proprietário de uma fazenda de café que em certo momento teve de ser vendida e o avô materno era dono de uma pequena venda de alimentos. O pai estudou até o primário e foi secretário da Prefeitura de Cachoeiro de Itapemirim até se aposentar. No caso de Antônio Carlos Gonçalves, os avós tampouco obtiveram diplomas universitários (seu avô e avó por parte de pai foram professores de ensino básico e seu avô por parte de mãe foi oficial do exército). Por outro lado, o pai realizou estudos universitários em Engenharia (incluindo um mestrado pela Escola Politécnica de Paris) e seguiu uma carreira acadêmica na área. Por fim, temos o caso particular de Guilherme Dias, vindo de uma família tradicional proprietária de terras, filho de um matemático e neto de um engenheiro que realizaram parte dos estudos superiores no exterior (nos EUA e na Bélgica, respectivamente). Dentre os três que compõem este núcleo, Paulo de Tarso é o único que afirma ter passado por situações de insegurança financeira durante a infância ou adolescência. Guilherme Dias, por outro lado, frequentou colégios de elite de São Paulo e residiu, durante a infância, em uma casa grande, localizada em um bairro central da cidade (Entrevistas de Antônio Carlos Gonçalves, Guilherme Dias e Paulo de Tarso Medeiros à autora, 2021).

Temos dois casos, ademais, de agentes cujas famílias são originárias do Nordeste – o de Fernando de Holanda Barbosa e o de Roberto da Cunha Castello Branco –, porém que apresentam notáveis diferenças em relação a atividades profissionais e condição socioeconômica. Tanto o avô paterno quanto o avô materno de Roberto Castello Branco contavam com diplomas universitários valorizados e atuaram como profissionais liberais no Maranhão, usufruindo de uma situação de estabilidade financeira. Seu pai também possuía formação em Direito pela atual UFMA e atuara com juiz federal, um cargo do alto funcionalismo público. No caso de Fernando Barbosa, os avós não possuíam diplomas universitários. Os avós paternos atuavam como professores de primeiro grau; o avô materno possuía terras em Glória de Goitá (PE), mas faleceu jovem, deixando a família em uma situação economicamente delicada. O pai de Barbosa, diplomando em Medicina pela UFPE, também faleceu prematuramente (quando o economista tinha cerca de catorze anos), o que deixou a família em uma situação de insegurança de renda. Castello Branco e Barbosa partiram para o

Rio de Janeiro com aproximadamente a mesma idade, para realizar a etapa final do ensino básico. As situações em que se transferiram para o Rio, porém, também variaram. Castello mudou-se com a família, diante da avaliação dos pais de que os filhos teriam melhores perspectivas profissionais na cidade. Barbosa, por sua vez, partiu sozinho, por incentivo da mãe, para estudar no Colégio D. Pedro II, colégio público no qual a admissão era por mérito, tendo ficado alojado no internato da instituição (Entrevistas de Fernando Barbosa e Roberto Castello Branco à autora, 2021).

Adroaldo Moura da Silva e Helson Cavalcante Braga, por sua vez, são nascidos no Amazonas (os únicos advindos da região Norte) e apresentam origens e trajetórias sociais notadamente próximas entre si e distantes das dos demais. Os avós de Silva e de Braga, tanto maternos quanto paternos, vinham de família humildes e migraram para a região amazônica para trabalhar nos seringais durante o ciclo da borracha. Dos dois lados, os familiares lograram prosperar na atividade, tornando-se proprietários de seringais no interior do Amazonas e ascendendo socialmente. Nos dois casos, ademais, houve um incentivo dos pais para que os agentes fossem realizar o ensino superior em outros estados (no caso de Adroaldo, em São Paulo e, no caso de Helson, no Rio de Janeiro) (Entrevistas de Adroaldo da Silva e Helson Braga à autora, 2021).

Por fim, temos o caso único de Túlio Duran, o único estrangeiro dentre os economistas estudados. Túlio nasceu na República Dominicana, assim como seus pais e avós. Seu pai era advogado, acadêmico e jornalista, além de militante do partido socialista, tendo participado da oposição ao ditador Rafael Leónidas Trujillo. Os pais se divorciaram quando ele tinha cerca de um ano. Túlio veio ao Brasil estudar na UFRJ, com uma bolsa de estudos, por incentivo da mãe (Entrevista com Túlio Duran à autora, 2021).

Em relação ao local de nascimento temos que, dentre os dezenove agentes sobre os quais temos dados, onze nasceram no estado do Rio de Janeiro (*ver Quadro 3*). Essa prevalência, entretanto, se arrefece quando analisamos o estado em que os agentes passaram a maior parte da infância e adolescência. Dentre os dezesseis economistas sobre os quais se tem dados, sete viveram esse período principalmente no Rio de Janeiro (Antônio Carlos Gonçalves, Carlos Geraldo Langoni, Cláudio Contador, Cláudio Haddad, Hélio Portocarrero, Paulo Neuhaus e Pedro Mello), dois no Amazonas (Adroaldo da Silva e Helson Braga), dois no Espírito Santo (José Luiz Carvalho e Paulo de Tarso Medeiros), um em São Paulo (Guilherme Dias), um no Maranhão (Roberto Castello Branco), um na Paraíba (Fernando Barbosa), um em Minas Gerais

(Paulo Guedes) e um em Santo Domingo, na República Dominicana (Tulio Duran). Quando se observam as escolas em que os agentes estudaram, mais uma vez, prevalece uma notável diversidade. O único caso de coincidência é entre Carlos Geraldo Langoni e José Luiz Carvalho, que cursaram o científico no Colégio Nova Friburgo (sendo que Carvalho estava um ano à frente de Langoni) (Entrevistas à autora, 2021).

A análise das origens sociais e familiares e das trajetórias até a conclusão do ensino básico dos catorze agentes entrevistados revela a existência de uma maior diversidade em comparação com o grupo dos “Chicago Boys” chilenos – vindos prioritariamente de famílias de classe média recentemente imigradas para o Chile e que, em muitos casos, estudaram na mesma escola particular de Santiago<sup>77</sup>. Há um ponto, porém, que aproxima as vivências, no seio do núcleo familiar, da maioria dos agentes analisados: o fato de seus pais valorizarem a educação e terem investido nos estudos dos filhos. Em alguns casos, é relatada a existência de um ambiente intelectual na família. Cláudio Haddad, Hélio Portocarrero e Guilherme Dias tinham pais acadêmicos, que trabalharam como professores universitários de Engenharia (no caso dos dois primeiros) e Matemática (no caso do terceiro) – áreas em que tais agentes relatam portar particular interesse e facilidade. Túlio Duran também contava com um pai acadêmico (interessado por Direito, História, Filosofia e Jornalismo), além de um avô jornalista e uma avó envolvida com educação infantil (Entrevistas à autora, 2021). Carlos Geraldo Langoni, cujo avô era jornalista e a mãe professora de educação básica, e Pedro Mello, cujos pais eram formados em Medicina, relatam também a existência de um ambiente intelectual em suas famílias (Entrevista de Pedro Mello à autora, 2021; Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL, 2019, p. 17). Adroaldo da Silva, Helson Braga, José Luiz Carvalho e Paulo de Tarso Medeiros, apesar de não contarem com pais detentores de diplomas de ensino superior, mencionam que eles valorizavam e investiram na educação dos filhos. Nos casos de Adroaldo da Silva, Helson Braga, Fernando Barbosa e Roberto Castello Branco, nascidos nas regiões Norte e Nordeste, os pais se mudaram ou enviaram seus filhos para concluir o ensino no Rio de Janeiro ou em São Paulo por considerarem que, assim, eles contariam com melhores perspectivas profissionais (Entrevistas à autora, 2021). O desejo desses agentes em realizar a

---

<sup>77</sup> A diversidade dos egressos de Chicago em termos de origens sociais e familiares também fica patente quando os comparamos com outros grupos relevantes para o espaço nacional dos economistas, como foram os “Delfim Boys”, grupo ligado ao ex-ministro da Fazenda (1967-1974) e do Planejamento (1979-1985), Antônio Delfim Netto (*ver subseção 4.3*). A maioria dos “Delfim Boys” era nascida no estado de São Paulo, vinda de famílias de classe média e imigração recente, estudou em escolas técnicas e se graduou pela FCEA/USP. Muitos, ademais, trabalharam ao mesmo tempo em que realizavam os estudos de graduação e devem sua “ascensão social e política aos conhecimentos e laços adquiridos na Faculdade” (KLÜGER, 2018, p. 325).



graduação em universidades de prestígio e por complementar os estudos após formados parece, portanto, estar fundamentado em disposições de valorização dos estudos e do conhecimento escolar adquiridas no seio da socialização familiar.

Na etapa de formação universitária, cumpre notar, as trajetórias começam a se aproximar. A predominância daqueles que frequentaram o curso de graduação em Economia da UFRJ (até 1965 chamada Universidade do Brasil) é clara: dez dos vinte e um economistas sobre os quais se têm dados concluíram o curso<sup>78</sup>, e outros dois iniciaram, mas não concluíram<sup>79</sup>. Em segundo lugar aparece o curso de Economia da FEA/USP, frequentado por três agentes<sup>80</sup>. Os outros oito sobre os quais dispomos de dados obtiveram diplomas de cursos e instituições diversas<sup>81</sup>.

O curso de Economia da UFRJ foi frequentado não apenas por aqueles que viveram a infância e adolescência no Rio de Janeiro, como também por agentes vindos de outros estados, que se mudaram para a então capital do país na expectativa de obterem uma formação de melhor qualidade. Conforme visto na subseção 4.1.1, nos anos 1960, quando a maioria desses economistas frequentou o nível superior, os cursos de graduação em Economia no Brasil caracterizavam-se pela baixa qualidade do ensino oferecido e por contarem, via de regra, apenas com professores de meio período sem formação específica em Economia. Nesse cenário, os cursos da Universidade do Brasil/UFRJ e da FEA/USP se destacavam como portadores de uma reconhecida qualidade. Raul Ekerman, que realizou a graduação da USP no início dos anos 1960 e depois atuou como professor da EPGE, descreve o contraste entre os dois programas e as vantagens que a proximidade com o poder garantiam à faculdade carioca:

O Rio de Janeiro, como capital do País até 1960, era seu centro político e, em decorrência, seu centro de cultura política e pensamento social. São Paulo era o centro econômico, porém, à parte a Universidade de São Paulo, que se destacava nas ciências naturais, era provinciano no que diz respeito ao pensamento social. No Rio, a faculdade de economia que se destacava era a da Universidade do Brasil; em São Paulo, a da Universidade de São Paulo. Na faculdade da UB [Universidade do Brasil] no Rio, que eu saiba, não vigorava o regime de tempo integral e dedicação exclusiva para um número mínimo de professores; já isto ocorria na faculdade de economia da

<sup>78</sup> São eles: Carlos Geraldo Langoni, Cláudio Contador, Hélio Portocarrero, Helson Braga, Paulo Neuhaus, Paulo Rabello de Castro, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Mello, Rubem Novaes e Túlio Duran.

<sup>79</sup> São eles: Antônio Carlos Porto Gonçalves e Roberto Castello Branco.

<sup>80</sup> São eles: Adroaldo Moura da Silva, Celso Martone e Guilherme Dias.

<sup>81</sup> Três deles se formaram em Engenharia, dois pelo IME (Antônio Carlos Gonçalves e Cláudio Luiz Haddad) e um pela UERJ (Edy Luiz Kogut). Quatro formaram-se em Economia por outras faculdades, que não a UFRJ: José Luiz Carvalho formou-se pela UFES; Paulo Guedes pela UFMG; Roberto Castello Branco pela Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro; e Uriel de Magalhães pela PUC-Rio. Fernando Barbosa obteve formação tanto em Engenharia (pela UFRJ) quanto em Economia (pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas Cândido Mendes) (*ver Quadro 3*).

USP. Entretanto, o fato de São Paulo ter uma faculdade com professores de tempo integral não lhe dava vantagem em termos de criação e transmissão de um conhecimento vivo. Pelo contrário. Os professores do Rio interagiam com a burocracia estatal, instituições financeiras críticas (Banco do Brasil, Sumoc, BNDE), importantes escritórios de consultoria (TOC, Valit, ET A, Cetap, Brastec, Consemp, Consultec, entre outros), o que, se não lhes proporcionava vivência teórica, lhes proporcionava vivência concreta de problemas econômicos brasileiros (EKERMAN, 1989, p. 119).

As duas instituições, nos anos 1960, contavam com professores de destaque, com formação prática ou acadêmica em Economia, e que eram reconhecidos por oferecerem cursos bem estruturados e coerentes. São os casos, na UFRJ, de Eugênio Otávio Bulhões (que costumava lecionar a disciplina de moeda e bancos), Maria Conceição Tavares (professora de microeconomia) e Julian Chacel (professor de introdução à Economia); e, na USP, de Delfim Netto (que lecionava, principalmente, Economia brasileira), Alice Canabrava (da cadeira de história econômica) e Luiz de Freitas Bueno (professor de econometria). Nas entrevistas realizadas com os economistas que frequentaram a UFRJ, Maria Conceição Tavares foi o exemplo mais recorrentemente mencionado de professora marcante, detentora de grande influência sobre a faculdade. No caso daqueles que frequentaram a USP, tal papel é atribuído a Delfim Netto. Apesar da presença de professores com sólida formação em Economia, a maioria dos que frequentaram essas instituições descreveram os cursos como sendo fracos, principalmente por disporem de muitos professores sem formação específica em Economia e por oferecerem um número excessivo de disciplinas não diretamente relacionadas à teoria econômica, como Direito Público e Privado, Contabilidade, Sociologia e Geografia Econômica. A baixa qualidade dos cursos também é ressaltada pelos entrevistados que frequentaram outras instituições (Entrevistas à autora, 2021).

As experiências universitárias desses agentes parecem também ter sido moldadas pelo nível de participação no movimento de oposição ao regime militar, que se instalara em 1964. Aqueles que estudaram na UFRJ e na USP relatam a existência de um movimento estudantil efervescente no período. Seis dos catorze entrevistados afirmam terem se envolvido, em algum grau, com o movimento de oposição ao regime militar, participando de passeatas e de reuniões do diretório acadêmico. Por mais que nenhum deles tenha participado de maneira sistemática na oposição ao regime ou se filiado a partidos políticos à época, seus relatos deixam transparecer as marcas deixadas pela experiência de realizar a graduação em um período de profunda repressão e violência política. Seis dos entrevistados, por exemplo, afirmaram terem colegas que foram mortos ou perseguidos pelo regime ditatorial. Nesse sentido, a experiência dos brasileiros se distancia notavelmente da dos chilenos, que realizaram a graduação em um

período democrático. É possível supor que tal vivência teria instigado, nos brasileiros, disposições mais avessas a regimes autoritários – vale notar que mesmo os entrevistados que se mostraram mais simpáticos ao programa econômico adotado pelos “Chicago Boys” no Chile teceram críticas severas à ditadura de Augusto Pinochet (Entrevistas à autora, 2021).

Além do grau de envolvimento com o movimento estudantil, as experiências de graduação do grupo também teriam sido moldadas pela necessidade ou não de conjugar trabalho com estudos. Cinco dos catorze entrevistados alegam terem tido de trabalhar ou estagiar durante a graduação para se sustentar ou complementar a renda da família. Eles relatam que tal necessidade se refletia em rotinas exaustivas, que pouco tempo deixavam para atividades sociais ou participação na mobilização política contra a ditadura (Entrevistas à autora, 2021).

Um segundo ponto de confluência nas trajetórias dos economistas abordados no estudo foi a realização de cursos de aperfeiçoamento ou de pós-graduação em Economia após a conclusão da graduação, com vistas a complementar a formação obtida na faculdade (por muitos deles considerada precária). Dentre tais cursos, destaca-se o de Análise Econômica oferecido pelo Cendec/Ipea – o qual, conforme visto na subseção 4.1.1, foi frequentado por onze dos vinte e cinco economistas entre 1966 e 1970, período em que Og Leme era diretor<sup>82</sup>. O curso do Cendec era gratuito, tinha duração de nove meses, e uma estrutura mais próxima do modelo estadunidense, com um enfoque no ensino de teoria macro e microeconômica, estatística e matemática. Lecionavam no curso professores universitários (como Affonso Celso Pastore, da FEA/USP<sup>83</sup> e Jessé Montello da EPGE/FGV), acadêmicos ligados ao Ipea (como Luiz Zottmann), além de doutorandos e novos doutores em Economia (como Arturo Fuenzalida, economista chileno que à época realizava um doutorado por Chicago, e Antônio Carlos

---

<sup>82</sup> São eles: Antônio Carlos Gonçalves, Carlos Geraldo Langoni, Cláudio Roberto Contador, Edy Luiz Kogut, Fernando Barbosa, Francisco José Villela, Helson Braga, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Rubem Novaes e Túlio Duran. Cláudio Haddad e Hélio Portocarrero, ademais, atuaram como assistentes de pesquisa no Centro nesse período.

<sup>83</sup> Affonso Celso Pastore é outro economista que desenvolveu, ao longo de sua trajetória, laços fortes com o Departamento de Economia de Chicago. Pastore realizou a graduação (1961) e o doutorado (1969) pela FEA/USP, tendo sido discípulo e colaborador de Antônio Delfim Netto. Além da docência na FEA/USP (onde lecionou principalmente econometria), foi assessor de Delfim no ministério da Fazenda, entre 1967 e 1973; secretário da Fazenda do estado de São Paulo, de 1979 a 1983; e presidente do Banco Central, de 1983 a 1985. Ele relata ter passado curtas temporadas como professor e pesquisador visitante no Departamento de Economia de Chicago, porém todas elas de no máximo três meses. Segundo Túlio Duran, por volta de 1975, Pastore esteve no Departamento a convite de Arnold Harberger e de Larry Sjaastad. Duran conta ainda que o economista era bastante próximo de outro importante professor de Chicago, o economista Marc Nerlove (Entrevista de Túlio Duran à autora, 2021; Affonso Celso Pastore in: BIDERMAN *et al.*, 1996, p. 217). Especialista em inflação e câmbio, Pastore participou do debate público nacional dos anos 1980 e 1990 defendendo que a redução do déficit público seria fundamental para a solução do problema inflacionário e propondo, para tanto, medidas como o corte de gastos públicos, a privatização de empresas estatais, a elevação de alguns tributos e a contenção monetária (KLÜGER, 2017, pp. 374-375).

Meirelles, recém-formado pela Universidade Stanford). Os economistas entrevistados formados pelo Cendec afirmam que o curso capitaneado por Og Leme era bem estruturado e contava com professores de bom nível, tendo sido fundamental para complementar a formação obtida durante a graduação e para prepará-los para a pós-graduação de Chicago (Entrevistas de Antônio Carlos Gonçalves, Helson Braga, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros e Túlio Duran à autora, 2021).

Os dois cursos de pós-graduação que existiam no Brasil até 1972 (data em que é criado o programa da UnB – Universidade de Brasília) foram outros espaços frequentados pelos agentes com vistas a complementar a formação obtida na graduação – e, portanto, pontos de confluência nas trajetórias de parte deles. Conforme visto na subseção 4.1.1, sete dos economistas analisados (José Luiz Carvalho, Fernando Barbosa, Helson Braga, Paulo Guedes, Roberto Castello Branco e Uriel de Magalhães) frequentaram o curso de pós-graduação oferecido pela EPGE/FGV-RJ e três deles (Adroaldo Moura da Silva, Celso Luiz Martone e Roberto Fendt Júnior) realizaram o curso de pós-graduação do IPE/USP. A aglutinação dos agentes nos cursos do Cendec/Ipea, da EPGE e da FEA/USP se explica pelo fato de serem esses alguns dos poucos espaços então existentes para quem desejasse uma complementação da formação, em grande medida deficitária, obtida nos programas de graduação em Economia. Pedro Mello, vale notar, frequentou outros dois espaços que, à época, cumpriam tal papel de complementar a formação dos recém-formados: o Centro CEPAL-BNDE, no qual atuou como assistente de estatística a convite de Maria da Conceição Tavares, e o curso de especialização oferecido pelo Conselho Nacional de Economia (CNE) (*ver subseção 4.1.1*). Não há relatos de outros agentes que tenham frequentado esses dois espaços (Entrevistas à autora, 2021).

Segundo analisado na subseção 4.1.1, os cursos do Cendec/Ipea, da EPGE/FGV-RJ e da FEA/USP, beneficiados com bolsas da Ford e da USAID, foram os principais canais institucionais de envio de brasileiros para o Departamento de Economia da Universidade de Chicago entre 1967 e 1977. A opção desses jovens economistas agraciados com bolsas de estudos por se inscreverem no programa da Universidade de Chicago parece ter sido profundamente influenciada pela atuação de alguns personagens chave que mantinham laços com o Departamento (como Og Francisco Leme e Carlos Geraldo Langoni, na condição de antigos alunos, e Arnold Harberger, professor regular da escola) (*ver subseção 4.1.1*). No caso principalmente daqueles que partiram entre 1967 e 1970 (ou seja, nos primeiros anos da experiência brasileira de circulação internacional aqui analisada), parece ter predominado um desconhecimento em relação às características do programa de pós-graduação oferecido em

Chicago. Mais do que isso, pairava um desconhecimento sobre exatamente de que se tratava um programa de doutorado em Economia. De fato, o Brasil só passou a contar com cursos de doutorado na área em 1974, quando são criados os programas da EPGE e da USP. Ademais, até meados dos anos 1970, eram poucos os economistas brasileiros que haviam completado um doutorado no exterior (o primeiro deles foi Edmar Bacha, que obteve o diploma de doutor pela Universidade de Yale em 1968) (EKERMAN, 1989, P. 128). O relato de Pedro Mello evidencia tal desconhecimento:

Nessa época, inclusive quando eu fui fazer doutorado, já tinha gente estudando pro doutorado nos EUA, mas não tinha voltado. Então ninguém sabia direito, assim, ninguém conseguia me explicar o que que era aquilo. Na verdade, [...] pra mim, estava mais do que bom um mestrado! (Entrevista de Pedro Mello à autora, 2021).

Muitos daqueles que frequentaram o Cendec – e que se candidataram também para outras universidades estadunidenses – afirmam terem optado por Chicago por influência de Og Leme ou porque o resultado saía primeiro; e não com base em considerações sobre as diretrizes do programa. Cláudio Luiz Haddad, que também havia se candidatado para os processos seletivos de Stanford e do MIT, alega que “não entendia nada de universidade americana, [era] totalmente ignorante”. Segundo Hélio Portocarrero, que também havia se candidatado para as universidades de Columbia e Vanderbilt:

[O] Og gostava mesmo de Chicago. E ele disse “não, você deve ir estudar em Chicago!”. E ele teve muita influência direta sobre mim. E foi por isso que eu fui pra Universidade de Chicago. Curiosamente eu não conhecia ainda todas as posições e as disputas existentes intelectualmente dentro da Economia acadêmica norte-americana (Entrevista de Hélio Portocarrero à autora, 2021).

Ao contrário dos estudantes chilenos, que, em muitos casos, já haviam sido socializados no tipo de pesquisa econômica praticado em Chicago devido à alocação de economistas ligados ao Departamento no Centro de Pesquisa Econômica, em Santiago, no caso dos economistas brasileiros teria predominado um desconhecimento acerca das tendências específicas da escola e do treinamento lá oferecido. As escolhas desses agentes pela realização da pós-graduação na instituição parecem ter partido, em grande medida, das oportunidades que se abriram com a disseminação de bolsas de estudos e da influência de alguns poucos agentes, principalmente de Og Leme<sup>84</sup> – que se identificava profundamente com os alinhamentos pró-mercado que predominavam no Departamento na época em que esteve lá, mas que, ao que tudo indica, não

---

<sup>84</sup> Duas exceções entre os economistas que partiram entre 1967 e 1971 são Fernando de Holanda Barbosa e José Luiz Carvalho, que optaram por Chicago não por influência de Og Leme, Langoni ou Harberger, mas com base em um desejo de estudar econometria com Henri Theil (Entrevistas de Fernando de Holanda Barbosa e José Luiz Carvalho à autora, 2021).

cumprira um papel relevante em socializar os estudantes brasileiros no tipo de treinamento em pesquisa lá oferecido (cumpra assinalar que Leme foi diretor, e não professor no curso do Cendec). Por mais que a reputação de Chicago como um Departamento ligado à ideologia liberal já estivesse relativamente disseminada no espaço nacional, nenhum dos economistas entrevistados afirma ter escolhido a escola por compartilharem de tais inclinações. Quatro dos catorze entrevistados, vale notar, afirmaram que se identificavam como de esquerda antes de partirem para o doutorado no exterior (Entrevistas à autora, 2021).

Em consonância com o referencial teórico que orienta este trabalho, propomos que as motivações que levaram os agentes a complementarem seus estudos no exterior também devem ser analisadas à luz da configuração então assumida pelo espaço nacional dos economistas. Nesse sentido, nota-se que, assim como no caso dos “Chicago Boys” chilenos, a obtenção de um diploma pela Universidade de Chicago representava, para os brasileiros, a possibilidade de se apropriar de um bem raro e simbolicamente eficaz diante das disputas que estruturavam tal espaço (BOURDIEU, 1996, p. 320; DEZALAY; GARTH, 2005). As motivações que levaram esses agentes a realizarem o doutorado no exterior, entretanto, parecem estar fundamentadas mais precisamente na busca por melhorar suas inserções no campo da Ciência Econômica brasileira, do que no espaço das relações de classe de maneira mais ampla – como, segundo Valdés (1995, pp. 152-154), teria sido o caso dos “Chicago Boys” chilenos (*ver subseção 3.2*). De fato, quando eles concluíram a graduação (em sua maioria, em universidades de prestígio), já havia uma demanda pela expertise do economista por parte de diversas instituições privadas, governamentais ou mesmo acadêmicas. Em relação a essas últimas, cumpre notar que o espaço nacional experimentava um momento de transição, simbolizado pelo Encontro de Itaipava de 1966, no qual se identificava a importância da incorporação, pelas escolas de Economia, de docentes treinados em universidades estadunidenses, que replicassem, em suas atividades de pesquisa e ensino, os modelos aprendidos no exterior (*ver subseção 4.1.1*). Tendo em vista esse cenário, a obtenção de um título de Chicago representava uma forma de alavancar suas chances de ocupar postos de prestígio em instituições acadêmicas e de pesquisa. Conforme analisado na próxima subseção, a maior parte dos brasileiros treinados no Departamento retornaram ao país justamente com a ambição de se inserir no campo acadêmico.

### 4.3 A EXPERIÊNCIA DE CIRCULAÇÃO DOS ECONOMISTAS BRASILEIROS POR CHICAGO: INSERÇÃO NO ESPAÇO NACIONAL DOS ECONOMISTAS

Nesta última subseção, de modo a completar o último eixo de comparação proposto, analisam-se as modalidades de inserção do grupo de brasileiros treinados em Chicago no espaço nacional dos economistas após a experiência de circulação internacional.

Segundo descrito na subseção 3.3, a circulação do grupo de chilenos pela Universidade de Chicago, entre 1956 e 1964, resultou na formação de um grupo coeso e dotado de uma missão conjunta, a ser cumprida no Chile e na América Latina, de aproximar o ensino e a pesquisa econômica praticados na região do modelo prevalecente no Departamento de Economia de Chicago e de renovar o debate público e o processo de tomada de decisões, fortalecendo posicionamentos pró-mercado e combatendo o intervencionismo (Ernesto Fontaine in: VALDÉS, 1995, p. 159). Visando atingir tais objetivos, o grupo agiu de forma coordenada, tanto na PUC, em seus esforços por dominar os principais cargos decisórios e transformar a Economia ali lecionada, quanto ao aproximar-se de setores do empresariado que se mobilizavam contra os governos de Eduardo Frei e de Salvador Allende. O intento de influenciar os rumos da política econômica chilena foi efetivado durante o regime de Augusto Pinochet, quando egressos do Departamento ocuparam a direção dos principais órgãos econômicos do país – como o ministério da Economia, o Banco Central e o ministério das Finanças – e adotaram uma série de medidas voltadas à abertura e liberalização da economia, assim como à redução radical do papel do Estado, inclusive em setores sociais chave, como saúde, educação, moradia e o sistema de pensões (SILVA, 2010, p. 161, 173; VALDÉS, 1995, p. 158, 243-252).

Na presente subseção, refletimos acerca das trajetórias profissionais dos economistas brasileiros após retornarem de Chicago, a partir de 1970, visando destrinchar suas modalidades de inserção no espaço nacional dos economistas e compreender se houve, tal qual no caso chileno, a formação de um grupo coeso, que atuou de maneira coordenada na busca pela implementação de determinado(s) projeto(s) político(s).

No **Tabela 4** estão indicados o percentual de anos de carreira em que os agentes se dedicaram a: (1) pesquisa e docência em instituições de ensino superior (categorizadas como “Academia”); (2) atividades no setor público, seja em cargos comissionados ou concursados

(categoria “Governo”<sup>85</sup>); (3) atividades na iniciativa privada; (4) trabalho com pesquisa em instituições públicas ou privadas sem ligação com universidades; e (5) trabalho em organizações internacionais. Nos casos de Celso Martone, Edy Kogut, Guilherme Sedlacek e Uriel de Magalhaes, devido à ausência de informações mais detalhadas sobre suas carreiras, estará assinalado apenas o principal setor ao qual tais agentes se dedicaram em suas trajetórias profissionais. Não foi possível encontrar dados suficientes para classificar as trajetórias de Rubem Novaes, Roberto Fendt Jr., Cláudio Tocantins, Paulo Rabello e Francisco Villela.

**Tabela 4** – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - percentual de dedicação a diferentes setores<sup>86</sup>

(continua)

Nome próprio	Academia	Governo		Setor privado	Trabalho com pesquisa fora da universidade	Organizações internacionais
		Comissionado	Servidor			
Adroaldo Moura da Silva	35,4%	14,5%	—	50%	—	—
Antônio Carlos Porto Gonçalves	73,6%	—	—	26,30%	—	—
Carlos Geraldo Langoni <sup>1</sup>	53,6%	4,8%	—	41,4%*	—	—
Cláudio Luiz da Silva Haddad	12%	6%	—	82%	—	—
Cláudio Roberto Contador	58,4%	—	—	30,7%*	10,7%	—
Fernando de Holanda Barbosa	90,5%	1%	—	—	8,4%	—
Guilherme Leite da Silva Dias	78,4%	15,6%	—	—	5,8%	—
Hélio Oliveira Portocarrero de Castro	28,5%	50%	—	—	21,4%	—
Helson Cavalcante Braga	33,3%	9,3%	6,6%	34,6%	16%	—
José Luiz Carvalho	91,9%	8%	—	—	—	—
Paulo Neuhaus	10%	—	17,5%	—	—	72,5%
Paulo Roberto Nunes Guedes <sup>2</sup>	5%	5%	—	61%	28,8%	—
Paulo de Tarso Medeiros	36,3%	34%	22,7%	—	6,8%	—
Pedro Carvalho de Mello	59,3%	16,9%	—	13,5%	10,1%	—
Roberto da Cunha Castello Branco	20%	7,2%	7,2%	65,4%	—	—
Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran	43,8%	17,5%	—	8,7%	21%	10,5%

<sup>85</sup> Não está incluída, nesta categoria, a ocupação de cargos públicos eletivos.

<sup>86</sup> Os cálculos foram feitos com base na soma do total de anos dedicados pelos agentes a cada um dos cinco setores, a partir da qual foram determinados o percentual de tempo dedicado a cada um deles. No caso de agentes que tiveram atuação concomitante em mais de um setor, os anos em questão foram somados mais de uma vez. As porcentagens calculadas devem ser vistas como *valores aproximados*, tendo em vista a dificuldade em se obter os períodos exatos em que os agentes se dedicaram a cada setor.



**Tabela 4** – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - percentual de dedicação a diferentes setores

Nome próprio	Academia	Governo		Setor privado	Trabalho com pesquisa fora da universidade	Organizações internacionais
		Comissionado	Servidor			
Celso Luiz Martone <sup>3</sup>	✓					
Edy Luiz Kogut <sup>4</sup>				✓		
Guilherme Sedlacek <sup>5</sup>						✓
Uriel de Magalhaes <sup>6</sup>	✓					

Elaboração própria. *Legenda:* em amarelo estão assinalados os setores aos quais os agentes dedicaram a maior parte de suas carreiras. *Fontes:* Entrevistas realizadas entre fevereiro e dezembro de 2021 com Adroaldo Moura da Silva, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Cláudio Luiz da Silva Haddad, Cláudio Roberto Contador, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Helson Cavalcante Braga, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Carvalho de Mello, Roberto da Cunha Castello Branco e Túlio Hostilio Federico Arvelo Duran.

*Notas:*

<sup>1</sup> Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019.

Ver também: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/langoni-carlos-geraldo>. Acesso em: 21/03/2022.

<sup>2</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Acesso em: 21/03/2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0146288376586477>. Acesso em: 21/03/2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://ri.br.com.br/governanca-corporativa/administracao/>. Acesso em: 21/03/2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/guilherme-sedlacek-40308a6a/>. Acesso em: 21/03/2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3678730753136690>. Acesso em: 21/03/2022.

Em termos de tempo de dedicação aos diferentes setores de atividade profissional, nota-se que as carreiras foram diversas entre si e que, na maioria dos casos, houve significativa circulação entre setores. A maioria (onze dos vinte sobre os quais se têm dados) dedicaram a maior parte de suas carreiras à pesquisa e docência em instituições de ensino superior. O grau de vinculação à academia teria sido particularmente intenso nas trajetórias de Antônio Carlos Porto Gonçalves, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Celso Martone, José Luiz Carvalho e Uriel de Magalhães, que tiveram muitos anos de dedicação exclusiva no setor. De resto, seis atuaram principalmente na iniciativa privada, dois em organizações internacionais e um no setor público (especificamente em cargos comissionados).

No **Quadro 4**, apresentada a seguir, as informações sobre as trajetórias profissionais são aprofundadas. Nela estão indicados: (1) a primeira atividade profissional exercida pelos agentes após o retorno de Chicago; (2) os principais cargos públicos comissionados ocupados<sup>87</sup>; (3) as

<sup>87</sup> Por “cargo público”, entendemos aqueles ligados a entidades político-administrativas governamentais, bem como a suas respectivas autarquias e fundações de direito público.

principais instituições de ensino aos quais estiveram vinculados<sup>88</sup>; e (4) as principais áreas ou temas da Economia aos quais se dedicaram durante suas trajetórias acadêmicas. No caso daqueles que, conforme disposto na Tabela 4, dedicaram-se principalmente a atividades fora da academia, na última coluna estarão assinaladas as principais áreas de atuação profissional e instituições às quais estiveram vinculados.

**Quadro 4** – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - informações detalhadas

(continua)

Nome próprio	Primeira atividade profissional ao retornar de Chicago	Principais cargos comissionados ocupados	Instituições de ensino	Áreas de atuação (acadêmica/profissional)
<b>Adroaldo Moura da Silva</b>	Professor em tempo integral na FEA/USP	Assessor de Delfim Netto no Ministério da Fazenda (1972-1974); presidente da CVM – Comissão de Valores Mobiliários (1985-1986); chefe da Divisão Internacional do Banco do Brasil (1986-1988)	Professor em tempo integral na FEA/USP (1974 - aprox. 1994)	Teoria Monetária, Ciclos Econômicos, Inflação, Crescimento Econômico. Atuação no mercado financeiro e com administradora de bens. Foi Chairman e Vice-Chairman do Banco ABC-ROMA (1991-2005)
<b>Antônio Carlos Porto Gonçalves</b>	Chefe do Departamento Econômico da Brascan Administração e Investimentos Ltda.	—	Professor em tempo integral na EPGE (1979 - Atual)	Teoria Geral da Economia, Teoria e Política de Planejamento Econômico, Finanças Públicas, Crescimento e Desenvolvimento Econômico.
<b>Carlos Geraldo Langoni<sup>1</sup></b>	Professor e pesquisador no IPE/USP e professor em tempo integral na EPGE/FGV-RJ	Diretor da Área Bancária do BCB – Banco Central do Brasil (1979-1980); presidente do BCB (jan./1980 - set./1983)	Professor em tempo integral na EPGE (1971-1989)	Capital Humano, Desenvolvimento Econômico, Mercado de Trabalho
<b>Celso Luiz Martone<sup>2</sup></b>	s.d.	s.d.	Professor em tempo integral na FEA/USP (1977 - aprox. 2015)	Economia Internacional; Macroeconomia; Economia Monetária
<b>Cláudio Luiz da Silva Haddad</b>	Professor em tempo integral na EPGE	Diretor de Dívida Pública e Operações de Mercado Aberto do BCB (1980-1982)	Professor na EPGE (1974 - aprox. 1984), inicialmente em tempo integral, depois passou para tempo parcial	Atuação no mercado financeiro e setor corporativo. Foi economista-chefe, sócio e CEO do Banco Garantia (1976-1998); e fundador e presidente do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa (2009-2015)

<sup>88</sup> No caso daqueles que atuaram em múltiplas instituições de ensino ao longo da carreira, estarão assinaladas apenas aquelas às quais estiveram vinculados por pelo menos cinco anos.

**Quadro 4** – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - informações detalhadas

(continuação)

Nome próprio	Primeira atividade profissional ao retornar de Chicago	Principais cargos comissionados ocupados	Instituições de ensino	Áreas de atuação (acadêmica/profissional)
<b>Cláudio Roberto Contador</b>	Coordenador de pesquisas no Ipea	—	Professor em tempo integral no COPPEAD/UFRJ – Instituto de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (1980-2000); professor na Escola Nacional de Seguros (2000-2018)	Ciclos Econômicos, Inflação, Crescimento Econômico, Avaliação de Projetos, Finanças Públicas e Mercado Financeiro
<b>Cláudio Tocantins</b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Edy Luiz Kogut<sup>3</sup></b>	Professor em tempo integral na EPGE	s.d.	Professor em tempo integral da EPGE (1972-1980)	Atuação no setor corporativo. Foi sócio e diretor das corretoras Ômega e Equipe (1981-1988); e diretor da Holding do Grupo Camargo Correa (1996-2003). Atualmente é Presidente do Conselho de Administração da Br Distribuidora (2019 - Atual)
<b>Fernando de Holanda Barbosa</b>	Pesquisador na Diretoria de Pesquisas do Ipea	Secretário de Política Econômica do Governo Itamar Franco (1992-1993)	Professor em tempo integral da EPGE (1980-2020). Professor em tempo parcial na Engenharia de Produção da UFF (1977-2008); na Economia da PUC-Rio (1978-1982); e na Faculdade do Ibmec – Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (1995-2000)	Econometria, Macroeconomia, Microeconomia, Política Monetária, Teoria Monetária
<b>Francisco José Villela Santos</b>	s.d.	s.d.	s.d.	s.d.
<b>Guilherme Leite da Silva Dias</b>	Professor em tempo integral na FEA/USP (já foi contratado para Chicago) e pesquisador na EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Coordenador de Assuntos Econômicos do Ministério da Agricultura (1980-1982 e 1986-1987); secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura (1985-1986; 1995-1997); diretor da área de Crédito, Financeira e Internacional do BNDES (1992-1993)	Professor na FEA/USP (1966 - aprox. 2018)	Economia Agrícola, Desenvolvimento Econômico e Economia Brasileira
<b>Guilherme Sedlacek<sup>4</sup></b>	Pesquisador no Ipea (uma das primeiras ocupações)	s.d.	—	Mercado de Trabalho, Capital Humano, Desenvolvimento Econômico. Trabalhou como economista no Banco Mundial (1991-2001) e no BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento (2001 - Atual)

**Quadro 4** – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - informações detalhadas

(continuação)

Nome próprio	Primeira atividade profissional ao retornar de Chicago	Principais cargos comissionados ocupados	Instituições de ensino	Áreas de atuação (acadêmica/profissional)
<b>Hélio Oliveira Portocarrero de Castro</b>	Pesquisador no Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV	Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência (1986-1988); diretor da SUSEP – Superintendência de Seguros Privados (1995-1996); superintendente da SUSEP (1996-2003)	Professor na Santa Úrsula (aprox. 1985-1995).	Previdência Social e Privada, Mercado Financeiro, Mercado de Capitais. Atuação prática com previdência privada (regime de capitalização).
<b>Helson Cavalcante Braga</b>	Pesquisador e consultor da Funcex – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior	Assessor Especial da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República do governo Collor (1991); secretário-executivo do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (ZPE) do Ministério da Indústria (1992-1993 e 1997-1998)	Professor em tempo parcial no Instituto de Economia da UFRJ (1982 - Atual) e na PUC-Rio (1980 - s.d.).	Economia Internacional, Finanças Públicas, Comércio, Organização Industrial. Atuação prática com ZPE. Foi secretário executivo e presidente da ABRAZPE – Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação (1996 - Atual).
<b>José Luiz Carvalho</b>	Professor em tempo integral na EPGE	—	Professor na EPGE (1972-2003), inicialmente em tempo integral, depois parcial; professor em tempo integral na UERJ (1981-1989); professor e coordenador do curso de Economia da Universidade Santa Úrsula (1985-2012)	Econometria, Estatística, Teoria Econômica, Análise Econômica do Direito.
<b>Paulo Neuhaus</b>	Professor em tempo parcial na EPGE e na PUC-Rio. Antes de ir para Chicago já trabalhava na área de Gerência de Mercado de Capitais do BCB, e retorna para lá	—	Professor em tempo parcial na EPGE e na PUC-Rio (aprox. 1975-1978)	Finanças Internacionais, Comércio, Teoria Monetária, Desenvolvimento Econômico, Finanças Públicas. Trabalhou como economista no FMI (1979-2008)
<b>Paulo Rabello de Castro<sup>5</sup></b>	Professor na EPGE	Presidente do IBGE (jul./2016 - jun./2017); presidente do BNDES (jun./2017 - abr./2018)	Professor na EPGE (1976-1985)	Economia Agrícola; Economia Regional e Urbana; Economia da Informação
<b>Paulo Roberto Nunes Guedes<sup>6</sup></b>	Professor em tempo parcial na EPGE, na PUC-Rio e no IMPA	Ministro da Economia do governo Jair Bolsonaro (jan./2019 - Atual)	Professor em tempo parcial na EPGE, na PUC-Rio e no IMPA; e professor em tempo integral na Universidade do Chile (final dos anos 1970 - início dos anos 1980).	Macroeconomia, Economia Matemática. Atuação prática no mercado financeiro. Foi sócio fundador do Banco Pactual (1983-1996)

**Quadro 4** – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - informações detalhadas

(continuação)

Nome próprio	Primeira atividade profissional ao retornar de Chicago	Principais cargos comissionados ocupados	Instituições de ensino	Áreas de atuação (acadêmica/profissional)
<b>Paulo de Tarso Medeiros</b>	Chefe do setor de estudos e pesquisas do Ibmec e professor em tempo parcial na EPGE	Diretor da CVM (1981-1985); diretor de Finanças e de Relações com o Mercado do Banco do Brasil (1991-1998)	Professor em tempo parcial na EPGE (aprox. 1975 - 1988); e na Santa Úrsula (aprox. 1985-1990).	Mercado de Capitais, Sistema Financeiro, Política Monetária, Economia de Recursos Humanos
<b>Pedro Carvalho de Mello</b>	Economista na PLANAVE (empresa de engenharia consultiva) e professor na Pós-Graduação em Engenharia da UFRJ (Coppe)	Diretor da CVM (1982-1985 e 1995-1998); diretor da BM&F – Bolsa de Mercadorias Futuras (1991-1995)	Professor em tempo parcial na ESALQ/USP – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (1996-2012); na Faculdade de Economia e Administração do Ibmec-SP (2001-2009); e na Strong Business School (2010 - Atual)	História Econômica, Mercados Financeiros, Derivativos Econômicos, Economia Brasileira, Economia do Meio Ambiente
<b>Roberto da Cunha Castello Branco</b>	Professor em tempo integral na EPGE	Diretor de Normas e Mercado de Capitais do BCB (mar. - set./1985); membro do Conselho de Administração da Petrobras (2015-2016); presidente da Petrobras (jan./2019 - abr./2021)	Professor na EPGE (1978-1985), inicialmente em tempo integral, depois passa para tempo parcial	Atuação no mercado financeiro e setor corporativo. Foi diretor de Relações com Investidores e economista-chefe da Vale (1999-2014)
<b>Roberto Fendt Júnior<sup>7</sup></b>	Pesquisador e diretor da Funcex	Secretário de Política Aduaneira do Ministério da Fazenda (s.d.); diretor da Carteira de Comércio Exterior Banco do Brasil (s.d.); secretário especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia (mai./2020 - Atual)	Professor na EPGE (por volta dos anos 1980)	Foi diretor executivo do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (2013-2020) e secretário executivo do Conselho Empresarial Brasil-China (2015-2020)
<b>Rubem de Freitas Novaes<sup>8</sup></b>	Provavelmente pesquisador da Funcex	Assessor Especial da Secretaria de Planejamento da Presidência da República (1969-1970); presidente do SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (início dos anos 1980); diretor do BNDES (jul./1982 - s.d.); presidente do Banco do Brasil (jan./2020 - jul./2020, governo Bolsonaro)	Professor na EPGE em tempo parcial (aprox. final dos anos 1970 - começo dos anos 1980)	s.d.

**Quadro 4** – Trajetória profissional dos economistas brasileiros que circularam por Chicago - informações detalhadas

(conclusão)

Nome próprio	Primeira atividade profissional ao retornar de Chicago	Principais cargos comissionados ocupados	Instituições de ensino	Áreas de atuação (acadêmica/profissional)
<b>Túlio Hostílio Federico Arvelo Duran</b>	Pesquisador da Funcex, já era professor do IFCS/UFRJ – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais quando partiu para Chicago e retornou para lá	Secretário de Planejamento Estratégico da Conab – Companhia Nacional de Abastecimento (durante o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso)	Professor no Instituto de Economia da UFRJ (1978-2000) e no Instituto de Economia da Santa Úrsula (1985 - s.d.)	Economia Agrícola, Avaliação de Projetos, Macroeconomia, Desenvolvimento Econômico, Planejamento Estratégico
<b>Uriel de Magalhaes<sup>9</sup></b>	Professor em tempo integral na EPGE; retorna para a UFRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, onde já era professor em tempo parcial	s.d.	Professor na EPGE (1978-1993), inicialmente em tempo integral. Professor em tempo parcial na UFRJ (1975-1985) e na UERJ (1982-1992); professor em tempo integral na Faculdade de Administração da UFRJ (1998-2012)	Finanças, Capital Humano, Análise Econômica do Direito, Previdência Social e Seguros

Elaboração própria. *Fontes:* Entrevistas realizadas entre fevereiro e dezembro de 2021 com Adroaldo Moura da Silva, Antônio Carlos Porto Gonçalves, Cláudio Luiz da Silva Haddad, Cláudio Roberto Contador, Fernando de Holanda Barbosa, Guilherme Leite da Silva Dias, Hélio Oliveira Portocarrero de Castro, Helson Cavalcante Braga, José Luiz Carvalho, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros, Pedro Carvalho de Mello, Roberto da Cunha Castello Branco e Túlio Hostílio Federico Arvelo Duran.

*Notas:*

<sup>1</sup> Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019.

Ver também: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/langoni-carlos-geraldo>. Acesso em: 22/03/2022.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0146288376586477>. Acesso em: 22/03/2022.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://ri.br.com.br/governanca-corporativa/administracao/>. Acesso em: 22/03/2022.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/guilherme-sedlacek-40308a6a/>. Acesso em: 22/03/2022.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/galeria-de-presidentes/20973-paulo-rabello-de-castro.html>.

Ver também: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2017/05/26/economista-paulo-rabello-de-castro-e-o-novo-presidente-do-bndes.ghtml>. Acesso em: 22/03/2022.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Acesso em: 22/03/2022.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.linkedin.com/in/roberto-fendt-jr-376a14b3/?originalSubdomain=br>.

Ver também: <https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/quem-e-quem/secretaria-especial-de-comercio-exterior-e-assuntos-internacionais>. Acesso em: 22/03/2022.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2018/11/22/conheca-rubem-novaes-indicado-para-presidir-o-banco-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 22/03/2022.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/3678730753136690>. Acesso em: 22/03/2022.

A maioria dos economistas brasileiros que circularam por Chicago retornaram ao país, a partir do início dos anos 1970, com a ambição de seguir carreira como professores universitários e pesquisadores. Nesse período, em que se disseminavam instituições de ensino e pesquisa em Economia que demandavam expertise especializada, a posse de um diploma por uma universidade estadunidense figurava como um trunfo importante para acessar posições

institucionais elevadas (DEZALAY; GARTH, 2005; KLÜGER, 2017; LOUREIRO, 1997, pp. 67-69). Assim, logo após retornarem, muitos foram contratados por instituições de ensino de prestígio, com destaque para a EPGE/FGV-RJ e a FEA/USP, e por institutos de pesquisa, como o Ipea e a Funcex – fundação privada voltada ao desenvolvimento de pesquisas e estudos sobre comércio exterior (*ver Quadro 4*). Quando comparado aos “Chicago Boys” chilenos – que, em sua maioria, tornaram-se professores em tempo integral da PUC ou passaram a atuar na iniciativa privada –, portanto, as modalidades de inserção dos brasileiros no espaço nacional foram mais variadas. Essa maior variedade decorreu, em parte, do fato de não ter existido, no caso do Brasil, um acordo institucional que previsse a incorporação dos egressos do Departamento por uma mesma escola, tal qual o assinado entre Chicago e a PUC em 1956 (*ver subseção 3.3*).

Além da ausência de um instrumento institucional comparável ao convênio Chicago-PUC, o espaço dos economistas no Brasil dos anos 1970 mostrava-se significativamente mais diversificado do que o do Chile de meados dos anos 1950, o que parece também ter favorecido uma maior dispersão dos brasileiros por diferentes instituições de ensino e pesquisa. Além dos diversos programas de graduação existentes, ao longo dos anos 1960 e 1970 foram criados os programas de pós-graduação em Economia da EPGE e FEA/USP (ambos em 1966), da UnB (1972), da PUC-Rio (1978) e da UFRJ (1979), que passaram a incorporar os doutores recém-chegados de cursos nos Estados Unidos (LOUREIRO, 1997, pp. 67-69; RÊGO, 1997, pp. 44-47). O envio de economistas brasileiros para receber treinamento no exterior a partir do final dos anos 1960, vale lembrar, foi deliberadamente buscado pelos dirigentes dos principais centros de pós-graduação do país, interessados em aproximar os padrões de pesquisa e ensino daqueles vigentes nos EUA (*ver subseção 4.1.1*). Além das universidades, o país contava com institutos de pesquisa e de planejamento econômico, governamentais e não-governamentais, – como o Ipea, o IBRE/FGV-RJ, o IBGE e o Ibmec – que demandavam expertise econômica e nos quais as credenciais obtidas de universidade estadunidenses também eram valorizadas<sup>89</sup> (LOUREIRO, 2004/2005, pp. 174-175).

Essas vagas, cumpre ressaltar, foram ocupadas não apenas pelos brasileiros egressos de Chicago, como também por aqueles que retornavam de outras universidades norte-americanas,

---

<sup>89</sup> Esse ponto é abordado por Paulo de Tarso Medeiros, que relembra que, quando retornou ao Brasil, em 1975, sua credencial de Chicago era valorizada e lhe abriu portas na vida profissional. O economista se recorda de ter recebido convites para trabalhar na UnB, no IBRE, no Ibmec e na EPGE/FGV (Entrevista de Paulo de Tarso Medeiros à autora, 2021).

como as universidades de Vanderbilt, Berkeley, Harvard, Yale e o MIT (LOUREIRO, 1998, p. 44; RÊGO, 1998, p. 131). A crescente incorporação de economistas treinados em escolas estadunidenses pelos centros de ensino e pesquisa nacionais contribuiu profundamente para o processo que Maria Rita Loureiro chamou de “internacionalização” ou “americanização” da Ciência Econômica no Brasil, caracterizado pela “incorporação sistemática, por parte das instituições de ensino e pesquisa do país, dos padrões teóricos e metodológicos em vigor nos países desenvolvidos, em particular nos EUA” (LOUREIRO, 2006, p. 354).

Dentre as instituições de ensino superior nacionais, aquela que congregou o maior número de egressos de Chicago foi a EPGE, tendo abrigado, ao longo dos anos 1970 e 1980, catorze dos vinte e cinco agentes analisados. O primeiro egresso de Chicago contratado pela Escola foi Carlos Geraldo Langoni, que foi também o primeiro brasileiro a concluir um doutorado em Economia pela Universidade norte-americana, em 1970. Em 1972, Langoni se tornou Diretor de Ensino da EPGE e, entre 1974 e 1979, ocupou o cargo hierárquico mais elevado da Escola, o de diretor. Entre 1972 e 1979, pelo menos outros onze egressos de Chicago foram contratados como professores pela Escola (Entrevistas à autora, 2021). Entre os professores em tempo integral estão José Luiz Carvalho (admitido em 1972), Edy Luiz Kogut (1972), Cláudio Luiz Haddad (1974), Roberto Castello Branco (1978), Uriel de Magalhães (1978) e Antônio Carlos Porto Gonçalves (1979). Entre os professores em tempo parcial estão Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros (ambos admitidos aproximadamente em 1975), Rubem Novaes e Paulo Guedes (admitidos aproximadamente em 1978). Não foi possível obter dados sobre o regime de dedicação de Paulo Rabello de Castro, contratado em 1976. Até o começo dos anos 1980, outros dois egressos de Chicago integraram o Departamento: Fernando de Holanda Barbosa, convidado em 1980 por Mário Henrique Simonsen, e Roberto Fendt Jr., cuja data exata de ingresso nos é desconhecida (Entrevistas com a autora, 2021).

Todos os entrevistados que assumiram posições de docência na EPGE no período relatam terem sido convidados por Carlos Geraldo Langoni<sup>90</sup>. Castello Branco conta que, antes de partir para o seu pós-doutoramento em Chicago, em 1977, já havia sido acordada com Carlos Langoni, que fora seu orientador de tese, a sua contratação como docente da Escola ao retornar (Entrevistas à autora, 2021) – é provável que esse também tenha sido o caso de Uriel de Magalhães, que também foi orientado por Langoni no doutorado. Como resultado, a Escola, ao longo dos anos 1970, esteve sob forte influência de economistas formados em Chicago. Esse

---

<sup>90</sup> São eles: Antônio Carlos Porto Gonçalves, José Luiz Carvalho, Cláudio Haddad, Paulo Neuhaus, Paulo de Tarso Medeiros e Roberto Castello Branco (Entrevistas à autora, 2021).



peso desproporcional foi notado por Mário Henrique Simonsen, fundador da EPGE, que retomou a direção após atuar, entre 1974 e 1979, como ministro da Fazenda:

O que se deve fazer, no fundo, é ter no seu quadro professores que venham de diferentes escolas. Eu tentei fazer isso depois que voltei do governo para cá [a EPGE], porque a escola era muito concentrada em Chicago. Não se pode desprezar Chicago, que é uma estupenda universidade, mas não se pode colocar só professores de Chicago (Mário Henrique Simonsen in: BIDERMAN *et al.*, 1996, p. 209).

A busca pela diversificação do corpo docente não parece ter sido a principal preocupação de Langoni quando na diretoria. Sua afinidade com o Departamento de Economia de Chicago, ilustrada pelo modo como participou no debate econômico brasileiro dos anos 1970 (conforme relatado abaixo), parece ter se consubstanciado na preferência pela contratação de economistas treinados no Departamento – mesmo que não os conhecesse de antemão –, em relação aos diplomados por outras universidades.

Durante o seu período como diretor da EPGE, Langoni encabeçou também uma reforma no currículo, reforçando as disciplinas obrigatórias em Teoria dos Preços e Macroeconomia e aumentando a quantidade de disciplinas optativas, como em desenvolvimento econômico, finanças públicas, comércio internacional e história do pensamento econômico (Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp 78-79). Cumpre notar que, desde sua origem, e como reflexo da liderança de Mário Henrique Simonsen, o curso da EPGE (e o mesmo do CAE, antes dele) portou uma forte ênfase no ensino de instrumentos quantitativos, tendo como núcleo fundamental disciplinas de matemática, estatística e econometria, além de micro e macroeconomia (KLÜGER, 2017, pp. 379-380; SIMONSEN, 1966, pp. 26-27). Segundo relato de José Luiz Carvalho, com a ascensão de Carlos Langoni à direção a ênfase quantitativa se manteve, porém, em consonância com o treinamento por eles recebido em Chicago, acentuou-se o objetivo de aplicação da teoria econômica e das técnicas a ela relacionadas a problemas concretos:

Quando Langoni assumiu a direção da escola em 1974, houve uma preocupação de, além do quantitativo, dar mais intuição, derivar matematicamente. Nessa época havia vários ex-alunos de Chicago aqui, como Cláudio Haddad e Edy Kogut, com boa formação em matemática, que tinham a preocupação de usar a teoria econômica para resolver problemas. Houve uma guinada para a aplicação da teoria econômica (José Luiz Carvalho in: D'ARAÚJO, 1999, pp. 197-198).

Em 1974, Langoni também lidera a criação do programa de doutorado da Escola – o primeiro do país, junto com o da USP. Em forte consonância com o modelo adotado em Chicago, foi instituído um calendário trimestral e um sistema de *core examination* – uma prova a ser realizada por aqueles que desejassem prosseguir para o doutorado, depois de completarem

a sequência de disciplinas básicas em teoria econômica e métodos. Ademais, foi incentivada a realização de seminários e eventos que congregassem os docentes e alunos da Escola e a vinda de professores estrangeiros (Entrevista de José Luiz Carvalho à autora, 2021; Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 81-82). Essa aproximação em relação ao modelo de ensino praticado em Chicago é validada pelo relato de Roberto Castello Branco, que afirma não ter sentido um grande estranhamento nos cursos realizados no Departamento estadunidense, tendo em vista que os livros e o “estilo das aulas” eram semelhantes àqueles adotados na EPGE (Entrevista de Roberto Castello Branco à autora, 2021).

Em relação às orientações teóricas prevaletentes na Escola no período, Langoni avalia que o programa montado na época em que ele era diretor “poderia ser classificado de ortodoxo”, não contando com nenhum traço cepalino. Ao longo das décadas, a EPGE consolidou-se como instituição próxima à ortodoxia neoclássica e adepta à modelação matemática e à utilização de ferramentas econométricas. Também manteve uma posição de destaque na importação de inovações teóricas e metodológicas produzidas nas escolas dominantes dos EUA e na busca pelo estabelecimento de pontes com atores externos (LOUREIRO, 1997, pp. 69-75). Sustentamos que a posição assumida pela instituição dentro do espaço dos economistas do Brasil *teria sido influenciada* pela atuação de Carlos Geraldo Langoni e de outros brasileiros educados em Chicago que, ao retornarem, reproduziram em suas atividades de docência e pesquisa a ênfase dada no Departamento à ortodoxia neoclássica e ao uso intensivo da matemática. Entretanto, esses economistas *não teriam sido os únicos responsáveis* pelo caráter assumido pela Escola. Conforme visto na subseção 4.1.1, a adesão a orientações neoclássicas e monetaristas foi um traço distintivo do IBRE e da EPGE desde suas fundações (LOUREIRO, 1997, p. 44). Ademais, dos quinze economistas formados por Chicago que ingressaram no Departamento entre o início dos anos 1970 e o início dos 1980, apenas cinco permaneceram para além dos anos 1980<sup>91</sup> (Entrevistas à autora, 2021; RÊGO, 1997, p. 73). Por fim, vale ressaltar que, ao longo dos anos 1980 e 1990, foram contratados professores egressos de outras universidades estadunidenses que apresentavam linhas próximas às de Chicago quanto à ênfase na utilização de instrumentos matemáticos e estatísticos e à adesão à ortodoxia neoclássica (KLÜGER, 2017, p. 497; LOUREIRO, 1998, p. 42).

---

<sup>91</sup> Aqueles que permaneceram para além dos anos 1980 são: Antônio Carlos Porto Gonçalves, Carlos Geraldo Langoni, Fernando de Holanda Barbosa, José Luiz Carvalho e Uriel de Magalhães. Paulo Neuhaus se desligou da EPGE por volta de 1978; Edy Kogut, em 1980; Rubem Novaes e Paulo Guedes, no começo dos anos 1980; Cláudio Haddad, Paulo Rabello de Castro e Roberto Castello Branco, em 1985; e, Paulo de Tarso Medeiros, aproximadamente em 1988 (Entrevistas à autora, 2021).

Tendo em vista esses aspectos, pode-se concluir que, quando comparado com a experiência da PUC chilena, os efeitos da incorporação de um número elevado de economistas egressos de Chicago pela EPGE teriam sido menos pujantes. No caso da PUC, quando se instaura o processo de circulação internacional, em 1956, o programa de graduação em Economia apresentava uma estrutura notavelmente debilitada, com a maioria do corpo docente sendo formada por advogados ou funcionários públicos sem formação específica em Economia e trabalhando em tempo parcial (*ver subseção 3.1.1*). Assim, quando um número elevado de egressos de Chicago passa a atuar em tempo integral na Escola, eles adquirem um nível de influência que derivava não apenas de sua expressividade numérica, como também do fato de serem os únicos com diplomas de pós-graduação obtidos de uma universidade estadunidense. Mais do que isso, eles regressaram com o projeto conjunto de conquistar os principais postos de direção da Escola e de transformar o modelo de pesquisa e ensino lá praticado à semelhança daquele que conheceram no exterior – objetivo conquistado ao longo da década de 1960 (VALDÉS, 1995, pp. 162-163, 166-181). Também foram fortalecidos pelo apoio de professores do Departamento, principalmente Arnold Harberger e Gregg Lewis, nas lutas de poder que se desenrolavam no âmbito da Escola e pelo funcionamento do Centro de Pesquisa Econômica, instituído no âmbito do acordo Chicago-PUC-USAID, e cujos trabalhos eram fortemente influenciados por economistas próximos a Chicago (GALLARDO, 2011, pp. 94, 97-98; VALDÉS, 1995, pp. 138-139, 158, 177-178).

No caso do Brasil, não houve um projeto articulado entre os egressos de Chicago de domínio sobre a EPGE. O ingresso de um número expressivo de ex-alunos do Departamento na Escola resultou, em grande medida, dos convites feitos por Carlos Langoni durante o breve período em que ocupou a sua direção. O interesse desses agentes em se integrar ao corpo docente da EPGE, por sua vez, parece ter sido pautado pela oportunidade que representava, para esses Ph.D. recém-formados, a inserção naquela que era considerada uma das melhores escolas de Economia do país (Entrevistas à autora, 2021). Também é digno de nota que, ao contrário da PUC chilena, a EPGE não era uma escola com uma posição subalterna no espaço dos economistas que dependia da validação de um convênio internacional para se valorizar nacionalmente. A Escola, além de ter sua excelência reconhecida, era bem conectada aos círculos do poder, tendo como figura intelectual principal Mario Henrique Simonsen, quem era próximo às elites dirigentes e foi um dos economistas de maior prestígio do seu tempo. Nesse sentido, os egressos de Chicago não tinham a necessidade de reprogramar a escola e lutar por melhorar a sua inserção no espaço dos economistas brasileiro.

Apesar do contraste observado, paralelos entre a experiência dos “Chicago Boys” chilenos na PUC e aquela dos brasileiros contratados pela EPGE podem ser identificados. Por exemplo, de maneira semelhante ao ocorrido na PUC (*ver subseção 3.3.1*), desenvolveu-se na EPGE uma tensão crescente entre professores egressos de Chicago e professores vindos de outras escolas – tensão essa que resultaria, em 1977, na saída dos docentes Francisco Lafaiete Lopes, Dionísio Dias Carneiro e Rogério Ladeira Furquim Werneck, que partiram para montar o programa de pós-graduação em Economia da PUC-Rio. Ao contrário do conflito chileno, no entanto, aquele que se desenrolou na EPGE parece ter se fundamentado mais em disputas por poder e discordâncias acerca dos rumos do programa a partir do momento em que Langoni assumiu a direção, em 1974, do que em questões de ordem propriamente teórica ou ideológica (por mais que essas também existissem). Conforme narra José Luiz Carvalho, a semente do conflito estivera na solução adotada por Mário Henrique Simonsen para o problema de quem o sucederia na direção da Escola após sua partida para o ministério da Fazenda, em 1974:

Quando o Mário [Henrique Simonsen] saiu... O natural seria o Langoni ir para diretor e o cargo de vice-diretor ser ocupado por alguém. E aí, aparentemente, o grupo queria que o Chico Lopes ocupasse o cargo de vice. O Langoni queria que eu ocupasse o cargo de vice, por razões óbvias: a gente vem da mesma escola, ele já me conhecia, né, a gente na verdade de conheceu no Colégio Nova Friburgo, eu estava um ano na frente dele, então... Seria natural. E aí o Simonsen deu a solução salomônica: pegou a vice-diretoria, partiu em duas. Quer dizer, “você têm agora a vice-diretoria de pesquisa e a vice-diretoria de ensino, o Chico fica com ensino, o Zé Luiz fica com pesquisa”. E isso eu acho que possivelmente pode ter criado algum ressentimento. (Entrevista de José Luiz Carvalho à autora, 2021).

Dionísio Dias Carneiro coloca como raiz das insatisfações do grupo dissidente o que se percebia como uma atitude excessivamente centralizadora de Langoni em sua conduta como diretor (CARNEIRO NETTO, 2003, pp. 75-78). Nas palavras do economista:

O Langoni queria formar uma equipe. Eu acho que ele tinha uma ideia, que não contradizia o fato de ter um doutorado nem nada, mas o Langoni estava se preparando para a vida pública. O Langoni estava num processo de formação de equipe. Então, ele conquistou... No processo ele estava conquistando alguns dos melhores alunos. E com isso, pessoas que tinham um bom potencial para fazer um doutorado ou para fazer pesquisa, ir para o exterior, fazer um pós-doc, virar um cara independente, na realidade era atraído para os temas que interessavam ao Langoni na época, porque ele tinha verba de pesquisa, aquela coisa toda para atrair. Então, a quantidade de teses que surgiam em coisas muito parecidas com as coisas do interesse do Langoni era muito grande naquelas primeiras turmas. Eu me lembro que isso incomodava porque realmente era ruim para a Escola (CARNEIRO NETTO, 2003, p. 77).

De fato, desde sua volta do doutorado em Chicago, em 1970, Langoni havia adquirido particular destaque, tanto no debate público quanto na esfera acadêmica nacional. Diferentes relatos apontam que, na EPGE dos anos 1970, muitas teses foram produzidas na área de capital humano, temática trabalhada por Langoni em seu doutorado, que ganhou popularidade no Brasil

a partir de suas publicações, entrevistas, palestras e atividades docentes (Entrevista de Roberto Castello Branco à autora; EKERMAN, 1989, p. 131; SENNA, 2021, p. 32). Em Chicago, profundamente inspirado nos trabalhos de Theodore Schultz e Gary Becker (*ver subseção 2.2*), Langoni dedicou-se a calcular a contribuição da educação para o processo de desenvolvimento econômico no Brasil, em um esforço por abordar a temática do desenvolvimento “sob outro ângulo, que não fosse o das escolas cepalinas” (Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 40-42). Os resultados obtidos, segundo os quais a taxa de retorno do investimento em capital humano no Brasil corresponderia a aproximadamente o dobro do retorno do investimento em capital físico, foram publicados na obra *As Causas do crescimento econômico do Brasil* (1974a) e obtiveram grande repercussão no espaço nacional dos economistas<sup>92</sup>. Muitas das teses produzidas na EPGE no período, seguindo essa linha, utilizaram a teoria do capital humano para calcular os impactos ou os determinantes das decisões (individuais ou familiares) de se investir não apenas em educação, como também em outras esferas, a exemplo da saúde – tema explorado por Uriel de Magalhães<sup>93</sup> (1977).

Além de seu papel como difusor da teoria do capital humano no Brasil, a projeção de Carlos Langoni no espaço nacional – assim como a sua associação com a Escola de Chicago – ganhou força a partir da visita que realizou em conjunto com Milton Friedman e Arnold Harberger ao Chile de Augusto Pinochet, em março 1975, conforme indicado na subseção 3.3.2. Além do encontro fechado com Augusto Pinochet, os três economistas se reuniram com representantes do governo e do setor privado e participaram, como expositores, de um seminário de três dias promovido pelo centro neoliberal *Fundación de Estudios Económicos*.

---

<sup>92</sup> Conforme expõe Ana Maria Almeida, a difusão da teoria do capital humano no Brasil influenciou profundamente a luta pela definição dos agentes competentes para a formulação da política educacional, da qual saíram vitoriosos os economistas, que dominavam o instrumental estatístico e econométrico requerido para esse tipo de análise quantitativa. Além do papel de Carlos Geraldo Langoni na importação da teoria do capital humano para o Brasil, a autora destaca a atuação de agências e fundações internacionais, como UNESCO e a Fundação Ford, que, ao longo dos anos 1950 e 1960, encamparam a abordagem e promoverem, em diversos países, uma modalidade de planejamento educacional pautada primordialmente em considerações acerca da demanda por mão de obra, das tendências do mercado de trabalho e dos ciclos econômicos (ALMEIDA, 2008).

<sup>93</sup> Magalhães, em sua tese doutoral, foi orientado por três professores treinados em Chicago – José Luiz Carvalho, Paulo Rabello de Castro e Edy Luiz Kogut –, além de Antônio Carlos Braga Lemgruber, e contou também com a ajuda de Carlos Langoni. Na introdução do trabalho, o economista justifica a escolha do tema da seguinte maneira: “O reconhecimento da importância da qualidade da força de trabalho na promoção do crescimento econômico direciona boa parte dos esforços, na área de pesquisa econômica, para o estudo da rentabilidade privada e social de investimentos em educação, nutrição e saúde. Embora as pesquisas na área de educação, beneficiando-se de um corpo de teoria já bastante desenvolvido, venham sendo realizadas com crescente frequência e profundidade, o mesmo não ocorre com estudos nas áreas afins de nutrição e saúde - em boa medida face às próprias dificuldades de quantificação, nos estudos empíricos, das variáveis básicas envolvidas. O presente estudo refere-se basicamente às demandas por saúde e por cuidados médicos, sendo esta última derivada diretamente da primeira, conforme o modelo básico” (MAGALHÃES, 1977, p. viii).

Em sua palestra, Langoni falou sobre a experiência brasileira de adoção do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) – plano adotado durante o governo Humberto Castelo Branco (1964-67) que abarcou um componente de combate inflacionário a partir da redução do déficit público e dos gastos do governo<sup>94</sup> – e sobre o período de elevado crescimento econômico que se seguiu. Dentre as sugestões feitas pelo economista para os dirigentes chilenos estão a realização de reformas tributárias, a criação de um mercado de capitais no país e a abertura ao mercado externo. Por mais que a validade da associação entre o PAEG e o subsequente “milagre econômico brasileiro” seja questionável, a apresentação do que era percebido com um bem-sucedido programa de combate à inflação baseado em um ajuste fiscal se encaixava perfeitamente no diagnóstico oferecido por Friedman e Harberger quando no exterior, de que uma solução para o problema inflacionário chileno passaria necessariamente pela drástica redução do déficit público e corte de gastos do governo (KLÜGER, 2017, pp 427-428; MONTES, 2015, pp. 9-12). Conforme visto na terceira seção, um mês após a visita dos três experts, Sergio de Castro foi nomeado ministro da Economia e os “Chicago Boys” começaram a implementar um plano econômico profundamente alinhado às recomendações apresentadas na ocasião. A visita configurou um importante momento de intercâmbio entre professores destacados do Departamento de Economia da Universidade de Chicago e os discípulos que conquistaram no Chile e no Brasil.

A afinidade de Langoni em relação aos alinhamentos prevaletentes no Departamento na época em que lá esteve também fica patente em seu posicionamento durante um dos principais debates econômicos do Brasil dos anos 1970, que teve importantes repercussões públicas. Trata-se daquela que ficou conhecida como “controvérsia da distribuição de renda”, desencadeada por um estudo apresentado na reunião da *American Economic Association* de 1971 pelo economista norte-americano Albert Fishlow – professor da University of California

---

<sup>94</sup> O PAEG, elaborado no âmbito do então recém-criado Epea, objetivava, entre outros pontos, compatibilizar controle inflacionário com a retomada do crescimento econômico, induzida prioritariamente por investimentos privados. Dentre os instrumentos utilizados para tanto, pode-se mencionar “uma política de redução do déficit de caixa governamental de modo a aliviar progressivamente a pressão inflacionária dele resultante e a fortalecer, pelo disciplinamento do consumo e das transferências do setor público e pela melhoria da composição da despesa, a capacidade de poupança nacional; uma política tributária destinada a fortalecer a arrecadação e combater a inflação, corrigindo as distorções de incidência, estimulando a poupança, melhorando a orientação dos investimentos privados e atenuando as desigualdades econômicas regionais e setoriais; uma política monetária condizente com os objetivos da progressiva estabilização dos preços, evitando, todavia, a retração do nível da atividade produtiva e a redução da capacidade de poupança das empresas; uma política bancária destinada a fortalecer o sistema creditício, ajustando-o às necessidades de combate à inflação e de estímulo ao desenvolvimento; e uma política de investimentos públicos orientada de modo que fortalecesse a infra-estrutura econômica e social do país, que criasse as economias externas necessárias ao desenvolvimento das inversões privadas e que atenuasse desequilíbrios”. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/programa-de-acao-economica-do-governo-paeg>. Acesso em 27/03/2022.

- Berkeley (EUA) e especialista em história econômica e desenvolvimento, que, entre 1967 e 1968, atuou como dirigente de uma missão de cooperação internacional acordada entre Berkeley e o Epea/Ipea (denominada “Missão Califórnia”). No estudo, intitulado *Brazilian Size Distribution of Income*, Fishlow compara os dados dos censos de 1960 e 1970, constatando que teria havido uma piora na distribuição de renda brasileira ao longo da década. O economista então associa esse aumento na desigualdade de renda à compressão dos salários, decorrente da política de estabilização adotada pelo governo de Castelo Branco (1964-1967) e do silenciamento das demandas populares pelo regime ditatorial (FISHLOW, 1972; KLÜGER, 2017, pp. 432-433). O estudo de Fishlow teve grande repercussão à nível internacional, captando o interesse, inclusive, do então presidente do Banco Mundial, Robert McNamara. Diante da difusão dessa perspectiva crítica à política econômica do regime militar, o ministro da Fazenda à época, Delfim Netto, encomendou aos seus colegas do IPE um estudo apresentado uma leitura alternativa (Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 48-49).

Langoni, que, à época, atuava no Instituto, esboçou então uma explicação para a observada piora na distribuição de renda calcada na (para ele familiar) teoria de capital humano. A resposta de Langoni a Fishlow está sistematizada na obra *Distribuição da renda e desenvolvimento econômico do Brasil* (1973). Langoni apresenta um diagnóstico segundo o qual o aumento na desigualdade de renda no Brasil seria um fenômeno natural, decorrente do processo de crescimento econômico e de complexificação da estrutura produtiva vivenciado pelo país ao longo da década de 1960 – distancia-se, assim, do diagnóstico de Fishlow, com sua ênfase nas políticas econômicas e repressão praticada pelo regime ditatorial. Segundo seu raciocínio, esse acelerado crescimento teria aumentado a demanda por mão de obra, tanto qualificada quanto não-qualificada; porém, como a mão de obra qualificada era mais escassa, o aumento salarial obtido por essa classe de trabalhadores teria sido mais expressivo do que o do restante. Langoni então defende como solução o investimento em educação (ou capital humano), o que geraria mão de obra qualificada a ser prontamente absorvida pelo mercado. Com a melhoria nos níveis educacionais da população, portanto, as forças impessoais de oferta e demanda do mercado se encarregariam de corrigir a desigualdade de renda gerada pela modernização da economia (LANGONI, 1973).

Raul Ekerman identifica três principais vertentes de críticas que foram direcionadas à interpretação de Langoni ao aumento da desigualdade no Brasil. O autor teria sido acusado de:

a) ter estabelecido uma relação unidirecional entre educação e renda que ignora o caso inverso de que o acesso à educação é estabelecido pela renda; b) ter ignorado relações sociais subjacentes aos diferenciais de renda e que não são alteráveis por provimento educacional; c) ter simplificado em demasia a questão ao englobar numa diretiva genérica, educação, algo complexo e pleno de especificidades (EKERMAN, 1989, p. 131).

As críticas relacionadas à ausência de incorporação de variáveis sociais, institucionais e políticas locais, vale notar, ecoam aquelas elaboradas pela comunidade acadêmica chilena denunciando o fato de a teoria neoclássica ortodoxa lecionada pelos professores da PUC treinados em Chicago ser excessivamente abstrata e não levar em consideração fatores históricos e sociais específicos ao país (*ver subseção 3.3.1*).

Carlos Langoni também foi acusado de excluir a possibilidade de existirem interpretações alternativas às suas, tal qual sugerem Pedro Malan e John Wells, dois orientandos de Albert Fishlow em Berkeley, que, em 1973, publicaram uma resenha crítica à obra de Langoni (MALAN; WELLS, 1973/1975, pp. 257-258). Em sua resposta aos autores, Langoni desqualifica a crítica de Malan e Wells como transgressões à teoria econômica, evidenciando compartilhar da visão segunda a qual existiria uma única e verdadeira teoria econômica, isenta de elementos normativos:

O verdadeiro conteúdo das críticas de Mallan [sic] e Wells é revelado na última parte do trabalho. *Eles simplesmente afastam a possibilidade de aceitar uma análise com base na teoria econômica, já que consideram ser impossível submeter a qualquer teste empírico a teoria da produtividade e, conseqüentemente, a teoria do capital humano, sua extensão mais recente. Esta afirmativa surpreendente é contrariada por uma respeitável herança cultural, que afinal de contas levou a Economia ao status de ciência [...]. É fácil entender o empenho de Mallan e Wells em negar a validade a qualquer interpretação que se baseie na teoria econômica. É porque neste caso as forças impessoais de oferta e demanda substituem, segundo suas próprias palavras "... atividades organizadas politicamente por parte dos grupos e classes interessados no controle ou na influência sobre a estrutura da sociedade consubstanciada no aparato institucional do Estado (LANGONI, 1974b, p. 179, itálico nosso).*

A perspectiva epistemológica do autor é então questionada de maneira mais veemente por Pedro Malan, que rebate da seguinte forma a denúncia de que seu trabalho com John Wells representaria uma ruptura com a teoria econômica:

[N]ão rompemos com a teoria econômica. Pelo contrário, sentimo-nos em excelente companhia ao lado daqueles que têm sérias divergências com as teorias de capital humano, com simplistas associações de salários às produtividades marginais e com a metodologia *as if* da economia positiva. Citar nomes de autores, departamentos de economia e escolas de pensamento econômico seria demasiado longo. Afinal, Chicago não é o centro do mundo acadêmico, nem a teoria econômica um monolítico bloco de dogmas para aplicação imediata. [...] Em resumo, não tentamos "invalidar" a evidência "empírica" apresentada por Langoni, nem tampouco "romper" com a teoria econômica. Apenas sugerimos várias qualificações à forma de utilização de certa evidência empírica, com fins de corroborar determinada interpretação baseada em hipóteses a priori escolhidas (e acriticamente aceitas pelo autor) que nós -



juntamente com outros economistas que não romperam com a ciência - consideramos legitimamente discutíveis, tanto ao nível teórico quanto ao nível das interpretações resultantes (MALAN, 1974, p. 118).

Mais uma vez, as críticas tecidas no espaço nacional espelham questionamentos endereçados por parte do corpo docente da PUC, que acusavam os professores treinados em Chicago de descartarem, sob o rótulo de “ideologia”, quaisquer abordagens alternativas às suas e de não reconhecerem que a “Ciência Econômica positiva” por eles advogada também continha uma base normativa e ideológica (*ver subseção 3.3.1*). Ao retratar a Economia como uma ciência puramente técnica, que perderia o status científico caso maculada por julgamentos normativos, Langoni reproduz, ademais, o discurso de valorização da “neutralidade partidária” e da “objetividade” que historicamente moldou o desenvolvimento da disciplina nos EUA (*ver subseção 2.2*).

O fato de Langoni ter adquirido particular projeção no debate acadêmico e público nacional dos anos 1970 e ter sido, desde então, reconhecido com o principal “Chicago Boy” brasileiro não deve ser visto como um indicativo de que os demais egressos do Departamento necessariamente compartilhavam de sua visão da Economia como uma ciência positiva e nitidamente separada das outras Ciências Sociais. Principalmente entre aqueles que tiveram atuação importante no governo, teria predominado uma percepção de que fatores sociais e institucionais devem ser levados em conta para se ter uma visão apurada da dinâmica de fenômenos econômicos e dos potenciais efeitos das políticas implementadas. Adroaldo Moura da Silva, por exemplo, diz ter percebido a importância do quadro institucional local ao assumir a presidência da CVM, em meados dos anos 1980:

A teoria dos economistas... Eles não se dão conta do quadro institucional no qual eles estão inseridos. Esse quadro muda. Por exemplo, mercado de capitais, todo mundo [falava] “mercado de capitais é fundamental pro crescimento econômico, facilita as trocas entre o presente e o futuro, transfere poupança pro investimento de forma eficiente”, enfim, um monte de vantagens, e é verdade. Só que o pressuposto é de que haja instituições que permitam esse funcionamento [...] E eu fui pra lá [a CVM] como capitão, apitar o jogo do mercado de capitais e das bolsas de valores. Você chega lá e diz "qual é o pressuposto pra que elas funcionem bem?". Antes de eu estudar se tinha aquilo ou aquilo outro, eu preciso ver se ela tem uma infraestrutura adequada. Qual é a infraestrutura mais adequada pra uma bolsa de valores? É um sistema de custódia e liquidação. [...] Então eu passei a valorizar a questão da infraestrutura em relação à teoria, porque a teoria econômica parte do pressuposto de que está tudo no lugar (Entrevista de Adroaldo Moura da Silva à autora, 2021).

Perspectiva semelhante foi apresentada por Helson Braga, que desenvolveu um interesse acadêmico pela temática do desenvolvimento e atuou duas vezes como secretário-executivo do Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação:

Tem certas coisas que dependem do tipo de orientação que cada um passou a ter depois que saiu do *core* da economia para as coisas mais aplicadas. E aí a gente se diferencia um pouco. Por exemplo, quando eu estudei essa coisa do desenvolvimento, a gente aprende lá que desenvolvimento é uma coisa complicada, complexa, meio misturada com outras coisas que nada tem de Economia. É uma coisa social, enfim, e a gente nunca sabe muito bem as fronteiras dessas coisas. Por isso que alguns economistas têm uma certa dificuldade de transitar no mundo mais político, porque a cabeça é diferente (Entrevista de Helson Braga à autora, 2021).

Helio Portocarrero, por fim, reconhece a importância de incorporar variáveis tradicionalmente associadas às outras Ciências Sociais, ao mencionar a obra do cientista político, sociólogo e economista italiano Vilfredo Pareto: "Pareto descobriu há 60 anos que a economia era insuficiente para explicar a vida social. [...] E foi um pensador político extraordinário, com a questão da análise [...] das elites que disputam o poder. A essência da vida social, em qualquer país, são elites que disputam o poder" (Entrevista de Helio Portocarrero de Castro à autora, 2021).

Outros entrevistados, por outro lado, demonstram partilhar da visão segundo a qual existiria uma única teoria econômica, calcada na construção de modelos econométricos e insuscetível à influência de considerações normativas ou ideológicas. O relato de Fernando de Holanda Barbosa, por exemplo, evidencia sua concordância em relação à distinção entre Economia positiva e Economia normativa, tal qual estabelecida por Milton Friedman (1953) (*ver subseção 2.2*):

Eu como engenheiro, talvez o que me marcou mais é a diferença entre Economia positiva e Economia normativa. Existia um livro de introdução, escrita por um canadense, sobre Economia positiva e normativa, né. A Economia normativa trata de valores, e a Economia positiva trata de modelos e teorias e essas têm que ser submetidas ao crivo dos dados. Então eu sempre me preocupei com isso e nunca tive muita empatia pela teoria marxista porque a teoria marxista tem algumas proposições que obviamente empiricamente não são verificadas (Entrevista de Fernando de Holanda Barbosa à autora, 2021).

Em um outro momento da entrevista, o economista expõe seu entendimento de que a teoria econômica positiva se resumiria à teoria neoclássica, com seu aparato conceitual baseado nas leis impessoais do mercado e seus modelos baseados em cálculos do oferta e demanda:

É claro que se você realmente aprender um pouco de teoria econômica, e os casos em que se aplica, você vai entender que uma das instituições humanas, criadas pelo homem, é um mecanismo fantástico: é o mercado. Quer dizer, como cada um procurando fazer a coisa do Adam Smith, né, como é que esse sistema aloca recursos em geral de uma maneira fantástica. E você passa a admirar uma instituição. Mas não quer dizer que a outra instituição que o homem criou, que é o Estado, todos os dois foram criados, né... E você dizer 'elas são antagônicas?' Não, pode ser que funcionem juntas. Você não vê nenhum país rico que não tenha essas duas instituições extremamente fortes: o mercado e o Estado. [...] Então o mecanismo de mercado ele é interessante porque é impessoal. Obviamente quem estudou em Chicago micro, essas coisas todas, ele aprende a entender quando é que esse sistema funciona e

quando é que o sistema também não funciona (Entrevista de Fernando de Holanda Barbosa à autora, 2021).

José Luiz Carvalho também deixa transparecer, em seu relato, a visão de que existiria *uma* teoria econômica verdadeira, fundamentada na teoria neoclássica e em seus pressupostos:

A essência é a seguinte: o que que é a Economia? Economia é uma ciência que trata do comportamento humano, baseado em alguns postulados. Quais são os postulados? As pessoas reagem a estímulos, positivos e negativos. As pessoas preferem mais a menos a preços positivos, você não prefere mais poluição a menos poluição, o preço da poluição analiticamente é negativo, você tá disposto a pagar pra não ter, né. E assim você constrói [...] aquele corpo teórico em cima do postulado [...]. Por que que a gente aceita esses postulados? Porque eles são compatíveis com o que a gente vê na realidade. Então esse é o grande... Tem uma expressão que é muito utilizada: o gosto do pudim está em prová-lo. Ou seja, você tem uma teoria, mas ela tem que ser compatível com o mundo real. O objetivo da teoria é tornar o mundo real simples para você entender (Entrevista de José Luiz Carvalho à autora, 2021).

Por mais que não tenha sido possível desenvolver uma análise comparativa mais aprofundada sobre as visões portadas pelos agentes entrevistados em relação à natureza do conhecimento produzido pela Ciência Econômica, esses exemplos indicam que o grupo não é homogêneo e que uma variedade de posicionamentos se faz presente.

Além da controvérsia sobre a distribuição de renda, um segundo debate econômico que marcou as décadas de 1970 e 1980 no Brasil e que alcançou notável repercussão midiática foi aquele sobre as causas e soluções para o acelerado processo inflacionário brasileiro. Também nesse episódio, um economista egresso de Chicago – Cláudio Roberto Contador – teve participação de destaque, alinhando-se ao polo mais adepto à ortodoxia econômica e a inovações produzidas em Chicago.

Tal polo, que ficou associado ao título de “monetarista”, notabilizou-se por associar o processo inflacionário a pressões de demanda provocadas pela adoção de políticas governamentais excessivamente expansionistas. Em artigo publicado em 1977, Contador, orientado pela abordagem de Milton Friedman à curva de Phillips, buscou estimar econometricamente se haveria, no caso brasileiro, um *trade-off* de curto prazo entre aumento da inflação e taxa de desemprego<sup>95</sup>. O economista chega a resultados que confirmam a existência de uma relação tipo curva de Phillips no Brasil e propõe medidas de controle inflacionário focadas na contenção da demanda agregada (via, por exemplo, ajuste fiscal e

---

<sup>95</sup> Vale notar que, nos modelos construídos por Contador, a variável “desemprego”, que compõe o cálculo da curva de Phillips, foi substituída por indicadores de “hiato de produção” (ou capacidade ociosa), devido à inexistência, à época, de dados satisfatórios para se estimar a taxa de desemprego no Brasil (NASCIMENTO *et al.*, 2017).

desaceleração econômica)<sup>96</sup>. Por outro lado, reconhecendo os efeitos sociais deletérios provocados pelos “choques” de redução de demanda, Contador defende a adoção de uma abordagem gradualista, baseada em medidas paulatinas de contenção da demanda agregada – nesse sentido, distancia-se da abordagem mais radical advogada por Milton Friedman e adotada no Chile de Augusto Pinochet (*ver subseção 3.3.2*) (CONTADOR, 1977; NASCIMENTO *et al.*, 2017, p. 2, pp. 9-12).

O principal contraponto à leitura desenvolvida por Contador e por outros membros do polo “monetarista” veio de um conjunto de economistas que, assim como ele, haviam realizado estudos de pós-graduação nos EUA, porém em universidades menos associadas à ortodoxia econômica. Integram esse segundo grupo os economistas André Lara Resende e Pérsio Arida, formados pelo MIT, Francisco Lopes, formado por Harvard, e Edmar Bacha, treinado em Yale. Francisco Lopes, André Lara Resende e Edmar Bacha, todos ligados à PUC-Rio. Ainda em 1979, eles publicaram estudos contestando os diagnósticos de Contador e de Antônio Carlos Lemgruber (professor da EPGE e presidente do Banco Central entre março e agosto de 1985, intelectualmente afinado com o grupo egresso de Chicago) acerca da natureza do processo inflacionário brasileiro e apontando falhas nos modelos de curva de Phillips por eles construídos. Uma das principais falhas identificadas referia-se ao fato de os modelos não incorporarem dados relacionados ao impacto de choques externos e à política de reajuste salarial obrigatório implementada em 1964<sup>97</sup>. Tendo em vista as insuficiências dos modelos, os autores argumentam que o *trade-off* identificado por Lemgruber e Contador entre aceleração inflacionária e nível de desemprego não se sustenta e que as políticas recessivas propostas não surtiriam efeitos significativos sobre o nível de preços (NASCIMENTO *et al.*, 2017; LOPES; RESENDE, 1979; LOPES; BACHA, 1979). Eles apresentam, então, um diagnóstico alternativo, que enfatizava o caráter inercial da inflação brasileira, decorrente da política salarial adotada desde 1964 e da generalização de mecanismos de correção monetária na economia. Eles argumentaram ser possível conjugar combate à inflação e crescimento econômico e elaboraram propostas alternativas (ou heterodoxas) de combate inflacionário, como o

---

<sup>96</sup> Como conclui Contador, “os resultados empíricos mostraram que existe um *trade-off* (entre inflação não-antecipada e nível de ociosidade na economia) significativamente diferente de zero a curto prazo, tanto para a economia como um todo quanto para o setor industrial. Isso significa que a redução na taxa de inflação envolve perdas transitórias no crescimento do produto real” (CONTADOR, 1977, p. 163).

<sup>97</sup> Os autores também criticaram a substituição da variável taxa de desemprego por hiato de produção por Lemgruber (1973) e Contador (1977), argumentando que não haveria uma relação estável entre as duas e que isso teria contribuído para enviesar a análise (NASCIMENTO *et al.*, 2017).

congelamento geral de preços – proposto por Lopes (1984) – ou a criação de uma moeda indexada – advogada por Arida e Resende (1985).

Ao longo da primeira metade dos anos 1980, esse grupo ganhou crescente relevância no debate público e político nacional, o que culminou na incorporação de parte deles (como Edmar Bacha, André Lara Resende e Pêrsio Arida) à equipe econômica do governo Sarney (1985-1990), onde participaram da formulação do Plano Cruzado (1976), primeiro plano heterodoxo de combate à inflação implementado nos país (KLÜGER, 2017, pp. 508-509). Economistas que circularam por Chicago no período sob análise, vale notar, não participaram da elaboração ou implantação de nenhum dos planos heterodoxos de combate inflacionário que se seguiram ao Plano Cruzado (e que conduziram à adoção do Plano Real, em 1994). Do contrário, nas ocasiões em que egressos de Chicago estiveram diretamente envolvidos com a formulação da política nacional de combate à inflação – momentos representados pela alocação de Carlos Langoni na presidência do Banco Central, entre janeiro de 1980 e setembro de 1983, e a de Fernando de Holanda Barbosa na Secretaria de Política Econômica, entre novembro de 1992 e março de 1993 –, as medidas por eles advogadas foram tipicamente ortodoxas. Ambos compartilhavam do diagnóstico de que a inflação brasileira seria uma expressão direta do déficit público e que uma solução de longo prazo passaria pela adoção de políticas monetárias e fiscais restritivas, com corte de gastos públicos, manutenção de taxas de juros elevadas e restrições no acesso ao crédito (Entrevista de Fernando de Holanda Barbosa à autora, 2021; Carlos Geraldo Langoni in: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2019, pp. 89-99)<sup>98</sup>.

Essa breve análise acerca daquelas que podem ser consideradas as duas principais controvérsias econômicas do Brasil dos anos 1970 e 1980 leva-nos a concluir que, nos dois episódios, economistas formados por Chicago integraram o polo mais alinhado à Economia ortodoxa, caracterizada pela crença na universalidade da teoria neoclássica e na possibilidade de uma transplantação automática de modelos e teorias desenvolvidas nos países centrais para pensar o contexto brasileiro. Mais do que isso, a participação desses economistas nas controvérsias foi marcada pela adoção e promoção de instrumentos metodológicos e teóricos profundamente associados à Universidade de Chicago: a teoria do capital humano, encabeçada por Theodore Schultz e Gary Becker, no caso da controvérsia sobre a distribuição de renda; e a teoria da inflação acelerada, desenvolvida por Milton Friedman, no caso do debate sobre a inflação.

---

<sup>98</sup> Ver também: [http://memoria.bn.br/DocReader/030015\\_11/23591](http://memoria.bn.br/DocReader/030015_11/23591). Acesso em: 27/03/2021.

Analisados os traços centrais da forma de inserção dos brasileiros egressos de Chicago no espaço e no debate acadêmico nacional, resta refletir sobre suas modalidades de inserção nos órgãos governamentais voltados à formulação da política econômica. Um primeiro contraponto a ser feito em relação à experiência chilena é de que não houve, no caso do Brasil, uma transposição sistemática de economistas treinados em Chicago para os órgãos de gestão econômica de um mesmo governo, tal qual observado no Chile a partir de 1975, durante o regime de Augusto Pinochet. Mais do que isso, em contraste com a experiência chilena, o grupo não teria retornado ao Brasil com um projeto *conjunto* de influenciar as decisões governamentais em matéria de política econômica e subsidiar os posicionamentos de círculos empresariais locais (*ver subseção 3.3.2*). Ao contrário, conforme visto, a maioria voltou com a ambição de construir carreiras na academia e parte acabou se dedicando prioritariamente ao setor privado (*ver Tabela 4*).

O Quadro 4 evidencia que um número expressivo – quinze dos dezenove economistas sobre os quais dispomos de dados – ocupou, em algum momento da carreira, cargos comissionados no governo (seja nas entidades político-administrativas ou em autarquias e fundações de direito público). Apesar disso, nota-se que essas incursões para o setor público foram, via de regra, transitórias e motivadas por convites feitos por pessoas que os agentes conheciam da vida acadêmica ou profissional, não havendo, portanto, uma busca ativa por ocupar esses cargos. Cabe salientar, ademais, que, até a ascensão de Paulo Guedes ao poder, em 2019, e com uma única exceção – a de Cláudio Haddad, que foi convidado por Carlos Langoni para assumir uma diretoria do Banco Central –, não puderam ser identificados convites para ocupar cargos no governo que tenham partido de outros egressos de Chicago<sup>99</sup> (Entrevistas à autora, 2021).

Em muitos casos, as atividades que os agentes desenvolveram no governo voltaram-se especificamente para áreas às quais eles haviam se dedicado academicamente. Isso fica patente nas trajetórias de Guilherme Dias, interessado em Economia agrícola, que ocupou os cargos de Coordenador de Assuntos Econômicos e Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura; de Hélio Portocarrero, que se dedicou a pesquisas sobre previdência privada e atuou como Secretário de Previdência Complementar do Ministério da Previdência e superintendente da SUSEP; e de Helson Braga, estudioso das Zonas de Processamento de Exportação, que trabalhou como secretário-executivo do Conselho Nacional das ZPE do

---

<sup>99</sup> Aqui, referimo-nos aos egressos que circularam por Chicago entre 1967 e 1977, foco deste trabalho.

Ministério da Indústria. No caso de Paulo de Tarso Medeiros e Pedro Mello a direção parece ter sido a oposta: os dois receberam convites para integrar a diretoria da CVM no começo dos anos 1980 e, a partir daí (e também a partir do envolvimento que tiveram com o Ibmecc), desenvolveram uma aptidão para estudos sobre o mercado de capitais (*ver Quadro 4*) (Entrevistas à autora, 2021).

Apesar de as atuações em órgãos governamentais terem sido esparsas e esporádicas, ainda durante os anos 1980 e 1990 alguns dos agentes aqui enfocados passaram a atuar conjuntamente em projetos voltados a influenciar as decisões em matéria de política econômica no âmbito nacional. Referimo-nos, aqui, à criação e atuação em *think tanks* pró-mercado e ligados à causa de difusão do pensamento liberal no Brasil, especificamente o Instituto Liberal e o Instituto Atlântico.

O Instituto Liberal (IL) foi criado em 1983, no Rio de Janeiro, a partir da iniciativa do empresário e engenheiro civil Donald Stewart Jr., tendo como causa a difusão do ideário liberal no Brasil e a proposição de políticas públicas a ele alinhadas. Desde o início, a empreitada contou com o apoio de um grupo expressivo de empresários<sup>100</sup>, além de alguns intelectuais identificados com a causa liberal, e logo conseguiu se expandir para outros estados. Og Francisco Leme (*ver subseção 4.1.1*) foi o primeiro acadêmico a embarcar no projeto, a convite de Stewart, tendo sido, durante muitos anos, diretor acadêmico do Instituto e seu principal mentor intelectual. A convite de Og Leme, outros egressos de Chicago, como Antônio Carlos Porto Gonçalves e José Luiz Carvalho, passaram a participar ativamente do IL (Entrevistas de Antônio Carlos Gonçalves e José Luiz Carvalho à autora, 2021)<sup>101</sup>. Roberto Fendt Jr. foi também um membro ativo, além de diretor da sede do Rio de Janeiro do Instituto (nesse caso, porém, não foi possível verificar de quem partiu o convite) (GROS, 2002, pp. 166, 193)<sup>102</sup>. O IL teve seu auge nos anos 1990, quando se engajou em atividades diversas, como a publicação de livros, a organização de eventos e cursos e a editoração de múltiplas publicações – dentre as quais se destacam a série *Notas*, voltada à análise de projetos de leis em discussão no Congresso Nacional, e a revista *Think Tank*, de cunho mais acadêmico. O Instituto também se envolveu na

---

<sup>100</sup> Dentre os primeiros empresários que se juntaram ao Instituto estão: Gerdau Johannpeter (então presidente da Gerdau), Jorge Simeira Jacob (presidente do grupo Fenícia), Roberto Bornhausen (presidente do Unibanco), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (dono do grupo Ipiranga) e Winston Ling (fundador da Olvebra e da Petropar, que realizou o mestrado em Chicago entre 1978 e 1980) (ONOFRE, 2018, p. 295).

<sup>101</sup> Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/instituto-liberal> e <https://www.institutoliberal.org.br/personalidades-do-il/#1614116768087-8e9325f6-0374>. Acesso em: 28/03/2022.

<sup>102</sup> Além deles, Rubem Novaes é, atualmente, colaborador do Instituto. Ver: <https://www.institutoliberal.org.br/autor/rubem-novaes/>. Acesso em: 28/03/2022.

elaboração de propostas de políticas e reformas em diferentes áreas – como previdência, educação e o sistema tributário –, sempre alinhadas ao propósito de redução do aparato estatal e liberalização da economia (GROS, 2002). Os quatro egressos de Chicago integrantes do IL – Og Leme, Antônio Carlos Gonçalves, José Luiz Carvalho e Roberto Fendt – atuaram conjuntamente nos conselhos editoriais da série *Notas* e da revista *Think Tank*, além de terem publicado uma série de trabalhos e proferido conferências nos eventos promovidos pelo Instituto (CASIMIRO, 2011, pp. 57-58, 63-64, 79-81; GROS, 2002, p. 183).

O Instituto Atlântico (IA), por sua vez, foi criado em 1992, sob a liderança de Paulo Rabello de Castro (para mais informações sobre Castro, ver *Quadro 4*), com um objetivo similar de formular propostas de políticas e programas de governo para políticos e *policymakers*, com vistas a influenciar o processo de tomada de decisões na política institucional. As propostas elaboradas no âmbito do IA voltaram-se a temáticas diversas – como saúde, educação, previdência e energia<sup>103</sup> – e, assim como no caso do IL, pautaram-se na busca pelo enxugamento do Estado e pela privatização de serviços e empresas públicas (ROCHA, 2018, pp. 91-92). Segundo Rocha, em 1993, no ano seguinte à sua criação,

o IA apresentou mais de 400 emendas à Constituição por meio do então deputado federal Eduardo Mascarenhas do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), participou da criação de um comitê de acompanhamento de política monetária e fiscal presidido pelo ex-ministro Ernani Galvêas, realizou um workshop sobre privatização no Hotel Transamérica no qual estiveram presentes empresários, economistas de destaque e políticos [...], e publicou cinco cadernos contendo detalhadas propostas de políticas públicas (ROCHA, 2018, p. 92).

Cláudio Roberto Contador participou de atividades do Instituto Atlântico ao longo dos anos 1990, a convite de Rabello de Castro (Entrevista de Cláudio Contador à autora, 2021), atuou como membro do Conselho Consultivo do IA entre 1993 e 1998 e contribuiu para a principal publicação do Instituto nesse período, o *Cadernos Atlântico*<sup>104</sup>.

Apesar do envolvimento ativo de egressos de Chicago na proposição e defesa de políticas liberalizantes ao longo dos anos 1990, nenhum deles participou das equipes econômicas dos governos de Fernando Collor de Mello (1990-1992) e Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), que encabeçaram a implementação de uma agenda voltada à privatização de empresas estatais, à abertura econômica, à desregulamentação dos mercados e ao

<sup>103</sup> Ver: <https://pt.calameo.com/read/006395787e50eec19fdc5>; <https://pt.calameo.com/read/006395787c4f1abc40a01>; e <https://pt.calameo.com/read/00639578727a9594aedd8>. Acesso em: 29/03/2022.

<sup>104</sup> Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/4767525648915555> e <https://pt.calameo.com/read/0063957871948ba79f62c>. Acesso em: 29/03/2022.



enxugamento do aparelho estatal (*ver Quadro 4*). Tampouco predominaram, nas equipes econômicas que compuseram esses governos, economistas ligados à EPGE – a instituição de ensino que abarcava, à época, o maior número de egressos de Chicago e que mais teria sido influenciada pelo grupo. No governo de Fernando Collor imperaram economistas ligados à USP, à PUC-SP, à UFRJ, à PUC-Rio e à Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), além de um grupo de economistas ligado à empresa de importação e exportação *Cotia Trading* (KLÜGER, 2017, pp. 650-651). Nos governos de Fernando Henrique Cardoso, por sua vez, sobressaíram-se economistas ligados à PUC-Rio (LOUREIRO, 2004/2005, p. 175). Ao contrário do caso chileno, portanto, em que o experimento neoliberal dos anos 1970 resultou da atuação de um grupo de egressos de Chicago que mantinham uma forte identificação intelectual com o Departamento e laços com alguns de seus professores (*ver subseção 3.3.2*), a inflexão na política econômica brasileira dos anos 1990 “ocorreu predominantemente como expressão da tendência neoliberal que ganhava o mundo após a conversão dos EUA de Ronald Reagan e da Inglaterra de Margareth Thatcher à nova doutrina” (KLÜGER, 2017, p. 430).

O período de maior influência de um economista egresso de Chicago sobre a condução da política econômica brasileira instaurou-se anos mais tarde, em 2019, com a eleição do presidente Jair Bolsonaro (2019 - presente) e a nomeação de Paulo Roberto Nunes Guedes para o cargo de ministro da Economia (antigo ministro da Fazenda). Assim, pela primeira vez, um economista treinado em Chicago assumiu o posto mais elevado da gestão econômica do país.

A aliança entre Paulo Guedes e o capitão reformado do Exército, Jair Bolsonaro (à época associado ao PSL – Partido Social Liberal) soou, em um primeiro momento, contraditória. Guedes portava um longo histórico de inserção no debate público brasileiro defendendo a liberalização e abertura da economia e a redução do tamanho e gastos do Estado brasileiro<sup>105</sup>. Bolsonaro, por outro lado, durante seus trinta anos de atuação como deputado federal, adotara um discurso abertamente antiliberal, seja em relação aos costumes (opondo-se, por exemplo, às pautas em defesa de minorias sexuais e de gênero e defendendo ações repressivas pelo aparato de segurança do Estado) seja em relação a políticas econômicas (tendo apresentado um comportamento predominantemente estatista e intervencionista) (ALMEIDA, 2019; MARQUES, 2019). A aproximação entre Bolsonaro e Guedes logo passou a ser interpretada

---

<sup>105</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>. Acesso em: 30/03/2022.

como um movimento estratégico do então candidato para angariar o apoio das elites econômicas e desassociar-se da imagem de um político estatizante<sup>106</sup> (PINTO *et al.*, 2019, p.142).

Além de sua aberta adesão a políticas econômicas liberais, pesava a favor de Guedes a extensa e prestigiosa carreira que desenvolvera no mercado financeiro. O economista foi um dos fundadores do Banco Pactual, em 1983 (nomeado BTG Pactual a partir de 2009); foi diretor, por dezesseis anos, do Ibmecc – um instituto sem fins lucrativos criado para fomentar o mercado de capitais no Brasil e formar profissionais para atuar na área financeira; e ajudou a criar, em 2005, o Instituto Millenium, um *think tank* voltado ao fomento e divulgação do pensamento liberal no Brasil. Foi ainda um dos sócios-fundadores, em 2006, da BR Investimentos, empresa que investe em ações privadas (*private equity*). Em 2013, após a BR Investimentos ser incorporada pela gestora de capitais Bozano Investimentos<sup>107</sup>, Guedes se torna sócio e CEO da Bozano, saindo em novembro de 2018 para se preparar para o ministério. O economista também foi membro dos conselhos de administração de companhias como a PDG Realty, a Localiza e a Anima Educação<sup>108</sup>.

Uma vez acertada a indicação de Paulo Guedes ao Ministério da Economia, Bolsonaro concedeu ao economista ampla autonomia para definir sua equipe e montar uma agenda econômica. O grau de autoridade concedido ao economista refletiu-se na reestruturação ministerial que ampliou os poderes tipicamente atribuídos ao ministro da Fazenda. Em janeiro de 2019, foi criado o Ministério da Economia, abarcando as funções desempenhadas pelos antigos ministérios da Fazenda, do Planejamento e da Indústria e Comércio, assim como pela secretaria responsável por concessões e privatizações<sup>109</sup>. A agenda elaborada por Guedes e

<sup>106</sup> Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/bolsonaro-anuncia-paulo-guedes-como-ministro-da-fazenda/>. Acesso em: 30/03/2022.

<sup>107</sup> A Bozano Investimentos foi criada em 2013, após a fusão de três empresas: a BR Investimentos, de Guedes, a Mercato Asset e a Trapezus. A gestora leva o nome e marca de um de seus sócios-fundadores, Júlio Bozano (1936), banqueiro com mais de cinco décadas de atuação no mercado financeiro e fundador do Banco Bozano, Simonsen, em 1961, em conjunto com Mário Henrique Simonsen. Em 2019, pouco tempo após Guedes se desvincular da empresa, a Bozano Investimentos foi rebatizada como Crescera Investimentos. Disponível em: <https://exame.com/revista-exame/uma-nova-vida-aos-76/> e <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,apos-saida-de-guedes-bozano-muda-foco-e-nome,70002688968>. Acesso em: 30/03/2022.

<sup>108</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/>; <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2018/09/26/perfil-paulo-guedes-economista-bolsonaro.htm>; e <https://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,apos-saida-de-guedes-bozano-muda-foco-e-nome,70002688968>. Acesso em: 29/03/2022.

<sup>109</sup> Precisamente no dia em que assumiu a Presidência da República, em 01 de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro assinou uma medida provisória e um decreto que versavam sobre a criação do novo Ministério da Economia, composto por sete secretarias especiais: Fazenda; Receita do Brasil; Previdência e Trabalho; Comércio Exterior e Assuntos Internacionais; Desestatização e Desinvestimento; Produtividade, Emprego e Competitividade; e Desburocratização, Gestão e Governo Digital. Vale notar que o único momento, desde instauração da Ditadura Militar no Brasil, em 1964, que se observou tal nível de centralização de competências na área econômica sob um

incorporada ao Plano de Governo de Jair Bolsonaro (2018)<sup>110</sup> teve como eixo propostas de redução da carga de impostos; enxugamento da burocracia estatal; privatização ou extinção de empresas estatais; promoção da independência do Banco Central; aumento da flexibilidade cambial; redução de taxas de importação e barreiras não-tarifárias; introdução de um regime de capitalização no sistema previdenciário brasileiro; e criação de um novo tipo de contrato de trabalho, em que acordos individuais prevaleceriam em relação aos direitos garantidos na legislação trabalhista.

Ao ser empossado como ministro, em janeiro de 2019, Guedes indicou outros três egressos de Chicago para presidir órgãos centrais da gestão econômica: Roberto da Cunha Castello Branco (Presidente da Petrobras até abril de 2021), Rubem de Freitas Novaes (Presidente do Banco Brasil até julho de 2020) e Joaquim Levy (Presidente do BNDES até junho de 2019). Em maio de 2020, por fim, Roberto Fendt Júnior foi nomeado Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério da Economia, posto que ocupa até hoje. Além deles, Carlos Geraldo Langoni atuou como assessor informal de Guedes, aconselhando-o principalmente projeto de desregulamentação do setor do gás natural (CASTELLO BRANCO, 2021). Em seu discurso de posse, Guedes enunciou a identificação em relação ao grupo ao constatar que as diferentes medidas de liberalização da economia propostas pelo governo deveriam ser implementadas de maneira sincronizada e explicou que teria chamado os “Chicago Oldies” para compor a sua equipe exatamente porque “eles conhecem essa canção”<sup>111</sup>.

Vale mencionar que, conforme averiguado nas entrevistas, Guedes (ou representantes do ministro) teriam entrado em contato com pelo menos outros cinco economistas egressos de Chicago com o intuito de averiguar seus interesses em integrar a equipe do ministro. Os contatos foram facilitados pela interlocução que Guedes mantinha com outros egressos de Chicago no âmbito do Conselho de Economia da Sociedade Nacional da Agricultura (SNA). A SNA é uma organização da sociedade civil com sede no Rio de Janeiro que, segundo seu estatuto, “tem por

---

mesmo ministério foi durante o governo Fernando Collor de Mello, quando as atribuições dos ministérios do Planejamento e da Fazenda estiveram sob a direção dos então ministros da Economia Zélia Cardoso de Mello e Marcílio Marques Moreira (KLÜGER, 2017, p. 670). Ver também: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/> e <https://oglobo.globo.com/economia/bolsonaro-cria-superministerio-da-economia-com-sete-secretarias-especiais-23339993>. Acesso em: 29/03/2022.

<sup>110</sup> Disponível em:

<https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/candidato/2018/2022802018/BR/280000614517>. Acesso em: 30/03/2022.

<sup>111</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/economia/videos/v/integra-do-discurso-do-ministro-da-economia-paulo-guedes-durante-transmissao-de-cargo/7272071/>. Acesso em: 01/04/2022.

finalidade o exame, o estudo e a colaboração para a solução dos problemas de interesse dos agricultores, dos pecuaristas e dos industriais das indústrias extrativas e correlatas, à exceção dos outorgados por lei às entidades sindicais no que se refere à defesa e representação classistas”<sup>112</sup>. A Sociedade conta com um Conselho de Economia, que, conforme relatado em entrevistas, antes do início da pandemia de COVID-19, costumava se reunir mensalmente para discutir temas relacionados à economia brasileira e à conjuntura política nacional. Foram identificados outros oito egressos de Chicago, além de Paulo Guedes, que participam ou participavam dos encontros do Conselho de Economia: Antônio Carlos Porto Gonçalves, Claudio Contador, Helio Portocarrero, Helson Braga, José Luiz Carvalho, Paulo de Tarso Medeiros, Roberto Castello Branco e Rubem Novaes. Parte deles atua no Conselho há cerca de uma década, outros entraram em anos mais recentes. Os convites para integrar o órgão, em grande medida, partiram do presidente da SNA, Antônio Alvarenga, que ocupa o posto desde 2010. Alvarenga é casado com uma prima de Paulo Guedes e atuou como Diretor Executivo do Ibmecc no mesmo período em que Guedes fora Vice-Presidente do Instituto (durante as décadas de 1980 e 1990) (Entrevistas à autora, 2021). É plausível supor, portanto, que a congregação de egressos de Chicago na Sociedade tenha em sua origem as relações de ordem pessoal e profissional que Guedes mantém com Alvarenga.

Segundo relatado nas entrevistas, quando foi firmada a aliança entre Paulo Guedes e Jair Bolsonaro, no começo de 2018, Guedes convidou sete membros do Conselho de Economia da SNA, dentre os quais seis eram egressos de Chicago, para um almoço, no qual sondou o interesse dos agentes em assumirem determinados postos da gestão econômica caso Bolsonaro fosse eleito. Apenas em três casos, no entanto, os convites chegaram a ser formalizados. Outros dois egressos de Chicago que frequentavam as reuniões do Conselho de Economia relatam terem sido contatados pelo ministro ou por representantes seus acerca de seus interesses de integrarem a equipe econômica – ambos, no entanto, afirmam terem recusado o convite (Entrevistas à autora, 2021). É possível, assim, constatar que, apesar de ocupar uma posição marginal no espaço dos economistas nacional, o Conselho, nos anos recentes, fora responsável por fomentar interações entre os egressos de Chicago baseados no Rio de Janeiro e constituiu

---

<sup>112</sup> A SNA tem sede no Rio de Janeiro e mantém a Escola de Horticultura Venceslau Belo, uma biblioteca especializada, além de publicar a revista bimestral *A Lavoura*. Vale notar que ela não é a associação sindical patronal representante dos produtores agrícolas, papel cumprido pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). Ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/sociedade-nacional-de-agricultura>. Acesso em: 12/06/2022.

um importante canal por meio do qual Paulo Guedes buscou atrair alguns de seus “Chicago Oldies” para a equipe econômica.

Apesar da afinidade demonstrada por Guedes em relação aos membros do grupo, e ao contrário do observado na experiência chilena (*ver subseção 3.3.2*), alguns dos entrevistados fornecem indícios de que a ascensão de um “chicagoano” ao poder não levou à articulação do grupo e, em alguns casos, tampouco foi recebida com particular entusiasmo. Em primeiro lugar, muitos relatam terem desconfiado, desde o princípio, do real comprometimento de Jair Bolsonaro com a agenda liberal proposta por Guedes ou demonstraram portar profundas ressalvas em relação ao histórico de atuação do presidente na política nacional<sup>113</sup>. Tais desacordos ficam evidentes no seguinte relato:

Ele e o Moro, não estou dizendo nenhuma novidade, foram eles que, na verdade, deram uma certa legitimidade ao Bolsonaro, que era um personagem totalmente irrelevante, né, quase trinta anos no Congresso sem ter nada a apresentar, golpista, racista, homofóbico, o que você puder dizer. [...] O Paulo Guedes... Primeira coisa é que 90% da agenda neoliberal que ele tentou implementar nunca conseguiu, porque na verdade o Bolsonaro, que é o patrão dele, não é uma pessoa *free marketeer*, não é ideólogo de Chicago. [...] Aquilo foi uma coisa totalmente oportunista pra ele ganhar penetração nos mercados financeiros, na classe média, e tudo mais... Então o Paulo Guedes serviu esse papel deprimente de dar legitimidade ao Bolsonaro (Entrevista à autora, 2021).

As reservas em relação ao candidato com quem Paulo Guedes decidira se aliar também são perceptíveis pelo fato de que dois dos cinco entrevistados que alegam terem sido sondados para integrar a equipe do ministro afirmam terem recusado o convite devido a uma falta de identificação com a atuação política e discursos adotados por Jair Bolsonaro<sup>114</sup> (Entrevistas à autoria, 2021). Além das discordâncias em relação ao perfil de Jair Bolsonaro, alguns dos entrevistados indicaram ter uma baixa afinidade pessoal com Paulo Guedes ou uma desconfiança em relação à sua capacidade de pôr em prática as medidas propostas no programa, por falta de foco, praticidade e organização (Entrevistas à autora, 2021).

Em relação à agenda econômica proposta pelo ministro, por outro lado, as afinidades pareceram prevalecer. Todos os entrevistados (com exceção de dois, que não comentaram sobre o assunto) demonstraram concordar com a necessidade de implantação de pelo menos parte das

<sup>113</sup> Seis dos catorze agentes entrevistados afirmam terem votado em Jair Bolsonaro no segundo turno das eleições contra Fernando Haddad (candidato do PT – Partido dos Trabalhados) – todos eles, no entanto, demonstraram portar fortes críticas à sua conduta na presidência da República. De resto, dois mencionaram terem votado em Fernando Haddad no segundo turno contra Bolsonaro; um mencionou ter anulado o voto; e um afirmou não ter votado em Bolsonaro, mas sem deixar claro qual a opção adotada. Quatro entrevistados não revelaram seus posicionamentos nas eleições de 2018 (Entrevistas à autora, 2021).

<sup>114</sup> Os outros três afirmam que os convites não chegaram a ser formalizados (Entrevistas à autora, 2021).

reformas propostas por Guedes (como a reforma da previdência, a administrativa e a tributária) e com o diagnóstico de que o equilíbrio das contas públicas deveria ser uma das prioridades (ou mesmo a única prioridade) do governo brasileiro. Apenas um único entrevistado enfatizou a importância do investimento público para a retomada do crescimento econômico no Brasil. Ao discorrer sobre o tema, ele expôs a avaliação de que a maioria de seus ex-colegas egressos de Chicago discordariam de seu posicionamento, tendo em vista a priorização que concedem ao combate do déficit público e a crença que portam nas forças do mercado. Ao descrever o posicionamento de seus antigos colegas em matéria de política econômica, o agente revela a existência de uma notável afinidade entre suas visões e a abordagem à teoria neoclássica prevalecente no Departamento:

A maioria [dos egressos de Chicago] é liberal, com alguma variação de grau. Todos têm uma crença grande no mercado, aceitam o que a teoria econômica mostra. A gente estuda em Chicago as falhas de mercado, têm certas coisas que o mercado não [resolve]... Externalidades, bens comuns, têm algumas áreas da economia em que o mercado não consegue dar a solução, então tem que ter uma outra solução praquilo. Fora isso, o ponto de a concorrência de mercado não ser perfeita, isso cria problemas também, se você tem monopólios tem que haver uma regulamentação do monopólio. Isso o pessoal aceita, porque tá inclusive dentro do *framework* que eles aprenderam, né (Entrevista à autora, 2021).

Dentre os egressos de Chicago, Paulo Guedes é mencionado, pelo agente em questão, como um economista particularmente adepto à crença na superioridade do mercado na alocação de recursos e defensor do Estado mínimo (Entrevista à autora, 2021).

Essa postura é evidenciada pela atuação e discursos vocalizados por Guedes no passado e, mais recentemente, como ministro da Economia. O economista possui um longo histórico de participação no debate público nacional defendendo a redução do tamanho do Estado, o corte de gastos, a abertura do país para o comércio internacional e privatizações<sup>115</sup>. Nas eleições presidenciais de 1989, Guedes participou da elaboração do plano de governo do empresário Guilherme Afif Domingos, candidato pelo Partido Liberal (PL), propondo medidas como a privatização de todas as empresas estatais com vistas a liquidar a dívida interna, a adoção do regime de capitalização da Previdência Social e a implementação do chamado “orçamento de base zero”, segundo o qual as despesas devem ser aprovadas a cada ano, sem levar em consideração o orçamento do ano anterior<sup>116</sup>. Sua inserção no debate público e político nacional

<sup>115</sup> Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2017/12/03/se-eleito-bolsonaro-podera-ter-ministro-da-fazenda-liberal.htm>; <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/#> e [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720\\_526769.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720_526769.html). Acesso em: 15/06/2022.

<sup>116</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/guilherme-afif-deve-ser-assessor-especial-de-paulo-guedes-23269468> e <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/02/o-governo-e-muito-grande-bebe-muito-combustivel-diz-economista-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 15/06/2022.

também se caracterizou pela utilização do modelo econômico dos “Chicago Boys” chilenos como referência, ponto reconhecido pelo próprio ministro, que afirma que, nos anos 1980, teria participado de “todos os debates econômicos do Brasil a favor do tripé macroeconômico e da reforma da Previdência. E de fazer no Brasil as reformas que foram feitas no Chile: banco central independente, câmbio flutuante, equilíbrio fiscal e o regime de capitalização da previdência”<sup>117</sup>.

Durante a campanha para as eleições presidenciais de 2018, Guedes reiterou diversos desses pontos defendidos no passado. Em entrevista concedida ao canal de televisão *GloboNews*, no dia 23 de agosto de 2018, o ministro afirmou que não aceitaria “esse descontrole das contas públicas” e que teria como proposta zerar o déficit público em um ano. Em sua visão, o rombo nas contas públicas decorreria da combinação de três fatores, sendo o primeiro os elevados gastos com os juros da dívida pública, cuja solução seriam as privatizações (o economista deixa claro que, por ele, poderia privatizar “tudo”). O segundo fator seria o déficit no sistema de Previdência Social, cuja solução estaria na adoção de um sistema capitalização, tal qual implementado no Chile. O terceiro fator seriam as despesas elevadas com o funcionalismo público, cuja solução seria uma reforma administrativa que levasse à redução no contingente de funcionários com estabilidade no emprego. Na ocasião, Guedes também defendeu, como medida para redução do desemprego, a criação de uma nova modalidade de contratação, a “carteira de trabalho verde e amarela”, não submetida às normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e menos onerada por encargos trabalhistas<sup>118</sup>.

A primeira reforma proposta por Guedes após assumir o ministério foi a previdenciária, apresentada ao Congresso no formato da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 6/2019 ainda em fevereiro de 2019. Cabe tecer algumas considerações acerca de tal proposta, uma vez que ela foi apresentada como prioritária pelo ministro e é ilustrativa de sua simpatia pela política econômica neoliberal adotada pelos “Chicago Boys” no Chile. Um dos principais pontos da proposta de reforma da previdência apresentada ao Congresso dizia respeito à instalação de um novo regime, baseado no sistema de capitalização, em que cada trabalhador seria responsável por financiar sua própria aposentadoria futura a partir de depósitos feitos em contas individuais durante sua vida economicamente ativa. Segundo a PEC 6/2019, o novo sistema funcionaria em

---

<sup>117</sup> Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720\\_526769.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/02/politica/1538508720_526769.html). Acesso em: 15/06/2022.

<sup>118</sup> Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/jornal-globo-news/comentaristas/videos/t/joao-borges/v/central-das-eleicoes-entrevista-paulo-guedes-assessor-economico-do-psl/6968613/>. Acesso em: 15/06/2022.

paralelo ao regime de repartição existente (em que os trabalhadores economicamente ativos financiam os benefícios dos aposentados) e os novos trabalhadores poderiam escolher a qual dos sistemas iriam aderir, sendo a adesão ao sistema de capitalização irreversível. Aqueles que optassem pelo novo sistema, ademais, teriam direito a uma redução nos encargos trabalhistas, o que, na visão de Guedes, seria fundamental para aumentar a empregabilidade no país<sup>119</sup>.

O sistema de capitalização foi pioneiramente adotado no Chile, em 1981, e integrou a agenda de redução do tamanho do estado capitaneada pelos “Chicago Boys” (*ver subseção 3.3.2*). A reforma, que substituiu completamente o sistema de repartição então existente pela capitalização, representou um rompimento radical com a tradição previdenciária do século XX, centrada no Estado e baseada na solidariedade intergeracional, em favor de um modelo no qual riscos e responsabilidades são individualizados. Enquanto que no regime de repartição o Estado é responsável por assegurar níveis adequados de aposentadoria à população e assume os riscos relativos à sustentabilidade financeira do sistema, no de capitalização os trabalhadores são os principais responsáveis por garantir suas aposentadorias no futuro e arcam com todos os riscos relacionados ao financiamento e desempenho de suas contas individuais – incluindo riscos referentes a instabilidades no mercado financeiro e mercado de trabalho (como o desemprego e a informalidade) (HINRICHS, 2021; KAY, 1999, MESA-LAGO; MÜLLER, 2002). As sementes dessa proposta inovadora, vale notar, encontram-se em um estudo coordenado por Simon Rottenberg, um economista sênior de Chicago que havia passado uma temporada atuando no Centro de Estudos Econômicos da PUC chilena (MONTECINOS, 2009, p. 152; VALDÉS, 1995, pp. 143-144).

Em manifestações públicas em defesa da reforma, Guedes deixou transparecer a sua admiração pelo sistema chileno e seu desejo de que se adotasse, no Brasil, um modelo semelhante. Em fevereiro de 2019, por exemplo, o economista argumentou que, com a adoção do sistema de capitalização, “o Chile cresceu 5,5%, 6% ao ano 30 anos seguidos, virou a Suíça na América Latina”<sup>120</sup>. Durante a primeira audiência pública sobre a reforma da previdência da qual participou, em abril de 2019, Guedes elogiou a eliminação da contribuição dos empregadores implementada na reforma chilena, afirmando que ela teria gerado um “choque

---

<sup>119</sup> Disponível em:

[https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=node01bmp3jwmgvy6i38mc9x2k4dvi18727285.node0?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=node01bmp3jwmgvy6i38mc9x2k4dvi18727285.node0?codteor=1712459&filename=PEC+6/2019). Acesso em: 15/06/2022.

<sup>120</sup> Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/guedes-defende-capitalizacao-para-previdencia-diz-que-chile-virou-suica-da-america-latina-23457209?fbclid=IwAR12wGPRYFfK5A3UKr0kke1hLGH059Yo6-n8VjUU5hm2n2D2AGyUXRhSmU>. Acesso em: 15/06/2022.



de empregabilidade”, e defendeu a replicação da medida no Brasil<sup>121</sup>. A afinidade de Guedes em relação às políticas econômicas implementadas pelos “Chicago Boys” no Chile, vale notar, pode sido reforçada por outro episódio que marcara sua trajetória: o fato de ter vivido em Santiago no início dos anos 1980, lecionando no Departamento de Economia da Universidade do Chile, que, à época, estava sob intervenção militar e sob o controle de colegas seus do período em que viveu em Chicago. O convite foi feito por Jorge Selume, que comandava a Faculdade de Economia e Negócios da Universidade e era diretor de Orçamento do governo de Augusto Pinochet. Assim sendo, Guedes pôde acompanhar de perto a implementação de reforma da previdência, em 1981, assim como de outras medidas encabeçadas pelo grupo de egressos de Chicago que chegou ao poder no Chile a partir de 1975<sup>122</sup>.

A defesa de Guedes do modelo chileno de reforma previdenciária mostra-se ainda mais sintomática quando se observa o descrédito que tal modelo atualmente enfrenta a nível internacional. Um estudo da Organização Internacional do Trabalho demonstrou que, até 2018, dezoito dos trinta países que haviam adotado o regime de capitalização, substituindo totalmente ou parcialmente seus regimes de repartição, decidiram “re-reformar” seus sistemas previdenciários, eliminando ou reduzindo o tamanho do pilar de capitalização<sup>123</sup> (ORTIZ *et al.*, 2018, p. 35). Muitos desses países haviam adotado o sistema de capitalização entre a década de 1990 e início da década de 2000, incentivados por organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, que, inspirados na reforma chilena, argumentavam que os sistemas tradicionais de repartição eram financeiramente insustentáveis diante do envelhecimento das populações e que a adoção da capitalização resolveria tal problema, além de conduzir a um aumento nas poupanças nacionais e, conseqüentemente, ao crescimento econômico (HENEGHAN; ORENSTEIN, 2019; WEYLAND, 2006; WORLD BANK, 1994, pp. 13-14).

---

<sup>121</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54925>. Acesso em: 13/06/2022.

<sup>122</sup> Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-fiador/#> e [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012\\_110097.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/30/politica/1540925012_110097.html). Acesso em: 14/06/2022.

<sup>123</sup> Os trinta países que adotaram os sistemas da capitalização estão todos localizados na América Latina, na Europa Central e Oriental e na África. São eles, em ordem cronológica de adoção do sistema: Peru (1993), Argentina e Colômbia (1994), Uruguai (1996), Bolívia, México e Venezuela (1997), El Salvador, Hungria e Cazaquistão (1998), Croácia e Polônia (1999), Nicarágua (2000), Costa Rica, Equador e Letônia (2001), Bulgária, Estônia e Rússia (2002), República Dominicana (2003), Lituânia, Romênia e Nigéria (2004), Eslováquia (2005), Macedônia (2006), Panamá (2008), Gana (2010), República Checa (2013) e Armênia (2014). Os dezoito países que “re-reformaram” seus sistemas são, em ordem cronológica: Venezuela (2000), Equador (2002), Nicarágua (2005), Bulgária (2007), Argentina (2008), Eslováquia (2008), Estônia, Letônia e Lituânia (2009), Bolívia (2009), Hungria (2010), Croácia e Macedônia (2011), Polônia (2011), Rússia (2012), Cazaquistão (2013), República Checa (2016) e Romênia (2017) (ORTIZ *et al.*, 2018, p. 3).

As reformas, no entanto, não produziram os resultados prometidos. Em muitos países, as altas taxas de informalidade e desemprego impediram que os trabalhadores realizassem contribuições regulares, o que deteriorou a cobertura e os níveis das aposentadorias. Muitos países, ademais, tiveram as contas públicas sobrecarregadas pelos altos custos de transição para o novo sistema e não experimentaram o crescimento econômico prometido. A situação foi agravada pela crise global de 2008, que levou a uma deterioração dos valores reais das contas individuais de aposentadoria administradas pelos fundos de pensão privados (HENEGHAN; ORENSTEIN, 2019, pp. 78-79; ORTIZ *et al.*, 2018, p. 35). No caso do Chile, mesmo antes da crise de 2008, uma comissão consultiva nomeada em 2005 pela ex-presidente Michelle Bachelet estimou que, devido à insuficiência das contribuições feitas, 50% da população ficaria desassistida após a aposentadoria. Essa avaliação serviu de base para uma reforma do sistema previdenciário, iniciada em 2008, que instituiu uma aposentadoria mínima universal garantida pelo Estado – cujo valor, no entanto, era inferior ao salário mínimo (UTHOFF, 2017). Entre 2007 e 2014, apesar da introdução dos subsídios estatais, 79% dos aposentados recebiam benefícios inferiores ao salário mínimo (US\$ 350) e, 44%, inferiores à linha de pobreza (US\$ 127) (COMISIÓN PRESIDENCIAL PENSIONES, 2015, p. 92). Em outubro de 2019, a insatisfação popular com a sintomática desigualdade social, incluindo aquela provocada pelo sistema de aposentadoria por capitalização, desencadeou manifestações massivas no país (SEHNBRUCH; DONOSO, 2020).

Desde a crise de 2008, portanto, as organizações que antes haviam advogado pela adoção de regimes da capitalização nos países em desenvolvimento abandonaram essa agenda e os termos do debate internacional sobre previdência foram alterados. Foi trazida para o centro do debate a questão da cobertura universal da proteção social, a ser alcançada por meio da expansão dos regimes de assistência social e dos sistemas previdenciários por repartição. No lugar da capitalização, reformas paramétricas, como ajustes nos níveis dos benefícios e aumentos nas idades mínimas para aposentadoria, têm sido amplamente adotadas e recomendadas como modo de promover a sustentabilidade financeira dos sistemas de repartição (HENEGHAN; ORENSTEIN, 2019, HINRICHS, 2021; OCDE, 2021). O debate que se desenrolou no Brasil no primeiro semestre de 2019 em relação à proposta de introdução da capitalização no sistema previdenciário nacional refletiu o clima do debate internacional. Durante a tramitação da PEC 6/2019 na Câmara dos Deputados, a proposta foi duramente criticada por membros da oposição ao governo, assim como por alguns membros de partidos

aliados<sup>124</sup>. Como resultado, a proposta de capitalização foi retirada da PEC durante a deliberação na Comissão Especial da Câmara, não seguindo para discussão no Senado Federal<sup>125</sup>. Em novembro de 2019, a PEC 6/2019 foi aprovada, contendo uma série de reformas paramétricas, como o aumento das idades mínimas para aposentadoria e mudanças na fórmula de cálculo dos benefícios. A sua aprovação, no entanto, representou uma vitória apenas parcial para Paulo Guedes, tendo em vista que elementos considerados centrais, como a capitalização e a inclusão de estados e municípios, ficaram de fora da emenda.

Outras medidas defendidas pelo ministro durante a campanha eleitoral mostraram-se ainda menos exitosas. As propostas de reforma administrativa – que cria novas categorias de contratação no serviço público e restringe a estabilidade no emprego a apenas uma delas – e de reforma tributária – que simplifica o sistema e reduz a carga de impostos pago pelas empresas – têm enfrentado dificuldades em avançar no Congresso<sup>126</sup>. Também não teve prosseguimento a proposta de criação da nova modalidade de contratação não submetida às normas da CLT intitulada de “carteira de trabalho verde e amarela”<sup>127</sup>. A agenda de privatização de empresas estatais, retratada pelo economista como central para sua meta de redução do déficit público, também tem avançado vagarosamente. Até o momento, no último ano do governo Bolsonaro, apenas uma das privatizações consideradas prioritárias pelo ministro (a da Eletrobrás) foi aprovada, e o método por ele encontrado para avançar tal agenda tem sido a venda de subsidiárias e de ações detidas pela União e por suas empresas<sup>128</sup>.

O baixo êxito de Guedes na aprovação das propostas que defendera com tanto afincamento durante a campanha presidencial de 2018 e em suas participações anteriores no debate público nacional reflete o descolamento de sua agenda em relação ao contexto político nacional. Seu apego ao modelo econômico dos “Chicago Boys” do Chile, baseado em uma redução radical do aparelho estatal e extensivas privatizações, não parece dialogar com os ânimos da classe política ou com a existência de um regime democrático, em que medidas que incorrem em elevados custos sociais são passíveis de serem contestadas nas ruas, na esfera judicial ou na

---

<sup>124</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/54925> e <https://www.camara.leg.br/evento-legislativo/55094>. Acesso em: 14/06/2022.

<sup>125</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/07/04/comissao-especial-da-camara-dos-deputados-aprova-texto-base-da-reforma-da-previdencia.ghtml>. Acesso em: 14/06/2022.

<sup>126</sup> Disponível em: <https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/reforma-administrativa2021/> <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2021/12/27/reforma-da-previdencia-e-maior-legado-de-guedes-dizem-economistas.htm>. Acesso em: 02/04/2022.

<sup>127</sup> Disponível em: <https://www.politize.com.br/contrato-verde-e-amarelo/>. Acesso em: 02/04/2022.

<sup>128</sup> Disponível em: <https://www.poder360.com.br/economia/governo-arrecadou-r-227-bi-com-venda-de-estatais-e-acoas/> e <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/04/01/privatizacoes-de-bolsonaro-o-que-ficou-na-promessa-e-o-que-virou-privado.htm>. Acesso em: 02/04/2022.

legislativa. Ao contrário da experiência chilena, em que um grupo ideologicamente afinado pôde se aproveitar de um período ditatorial para implementar uma agenda dotada de baixa legitimidade perante a população, Paulo Guedes parece agir de maneira predominantemente isolada. Por mais que tenha procurado a ajuda de seus “Chicago Oldies”, as ações do economista, desde sua aliança com Jair Bolsonaro até o presente momento, parecem ter se pautado em um projeto individual, e não coletivo, de implementar no Brasil uma agenda, em grande medida inspirada na experiência chilena, pela qual o economista nutriu uma particular afeição. O desligamento de tal agenda em relação à realidade nacional contemporânea, combinado com a emergência da pandemia de COVID-19 no Brasil no começo de 2020, que transformou as prioridades da classe política, tem limitado a capacidade de Guedes de produzir as mudanças nos rumos da política econômica nacional por ele visadas. Apesar disso, sua chegada ao poder teve o efeito de transformar os termos do debate econômico nacional e de inserir na agenda política a discussão de propostas inusitadas, como a de capitalização da previdência. Os efeitos mais duradouros de sua gestão no ministério da Economia para o espaço nacional dos economistas permanecem incertos e devem ser alvo de análises mais aprofundadas em estudos futuros.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscou-se investigar os efeitos, para o espaço nacional dos economistas, da circulação de um elevado número de brasileiros pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago, entre 1967 e 1977. Para tanto, partimos da bem documentada história dos “Chicago boys” do Chile. A literatura aponta que a circulação de um número expressivo de economistas chilenos por Chicago, entre 1956 e 1964, deu origem a um grupo coeso, afinado política e intelectualmente e com projetos políticos em comum para seu país natal. Com vistas a averiguar se um resultado semelhante teria sido produzido no caso do Brasil e explorar as proximidades e distanciamentos entre ambas experiências, desenvolveu-se uma análise comparativa estruturada em torno de três eixos que, conforme supomos, teriam mediado os resultados produzidos por cada experiência de circulação internacional em termos da criação de grupos articulados e alinhados. O primeiro eixo diz respeito ao contexto histórico-institucional em que se deram as experiências. Analisou-se, portanto, os canais institucionais utilizados pelos agentes para acessar o Departamento, assim como as configurações então apresentadas pelos respectivos espaços nacionais dos economistas. O segundo eixo relaciona-se ao grau de homogeneidade social – afinidade de *habitus* e estilos de vida (BOURDIEU, 2017) – do grupo previamente à ida para o exterior. O terceiro eixo, por fim, refere-se às modalidades de inserção profissional dos agentes nos respectivos espaços nacionais dos economistas após retornarem do exterior.

O estudo estruturou-se, portanto, em torno das seguintes hipóteses:

- 1) De que, tanto no caso chileno quanto no brasileiro, a experiência de circulação por Chicago *não seria condição suficiente* para explicar a formação de grupos dotados de alinhamentos intelectuais e políticos homogêneos no campo da Economia e de projetos políticos em comum para seus respectivos países.
- 2) De que, nos dois casos, o grau de afinidade político-intelectual dos economistas que circularam pela instituição *teria sido mediado* por fatores relacionados: (1) às condições histórico-institucionais em que se deu a circulação internacional; (2) à partilha prévia de determinadas propriedades sociais; e (3) às modalidades de inserção dos agentes nos respectivos espaços nacionais dos economistas após o retorno do exterior.

Nessas considerações finais sintetizamos os principais resultados obtidos em relação a cada um dos eixos analíticos e apresentamos algumas reflexões complementares acerca dos limites e potenciais desdobramentos desta pesquisa.

Em relação ao primeiro eixo, dois fatores parecem ter sido centrais na diferenciação das duas experiências estudadas. O primeiro diz respeito à existência, no caso do Chile, de um convênio abrangente e estruturado, que envolveu não apenas o envio de estudantes chilenos para realizar a pós-graduação em Chicago, como a instalação de um centro de pesquisas junto à PUC chilena onde membros do Departamento foram alocados para treinar agentes locais em pesquisa econômica. O segundo diz respeito ao fato de a experiência chilena ter se desenvolvido em um momento em que era raro, para o Departamento de Economia de Chicago, o recebimento de estudantes latino-americanos. Ambos fatores concorreram para que certos professores do Departamento, particularmente o professor Arnold Harberger, oferecessem um tratamento especial aos estudantes chilenos e desenvolvessem laços de amizade duradouros com muitos deles. Tal tratamento especial e os laços ali estabelecidos, por sua vez, teriam sido centrais para que o grupo assumisse a missão de difundir a “boa Economia” (neoclássica) no Chile e na América Latina, por meio de suas atividades de pesquisa e docência e da participação no debate público e arenas de formulação de políticas (VALDÉS, 1995).

No caso do Brasil não pôde ser identificada a existência de um convênio abrangente entre Chicago e alguma escola nacional de Economia. Apesar de um número elevado de brasileiros (vinte e cinco) terem frequentado o Departamento de Economia de Chicago entre 1967 e 1977, não houve a alocação sistemática de membros do Departamento no Brasil para treinar agentes locais – iniciativa que, no Chile, teria tido um importante efeito multiplicador. Mais do que isso, a experiência brasileira analisada se deu em um momento em que já era comum a circulação de latino-americanos pelo Departamento, devido à disseminação de bolsas da USAID e de fundações filantrópicas estadunidenses. Como resultado, a convivência desses agentes com Arnold Harberger parece ter sido menos significativa, assim como o grau de influência do professor sobre o grupo.

As entrevistas realizadas iluminaram outros dois fatores que parecem ter marcado a experiência do grupo de brasileiros, mas não a dos chilenos. O primeiro diz respeito ao fato de a maioria dos brasileiros ter partido para Chicago com o intuito de realizar o doutorado, o que significa que eles tiveram de enfrentar o competitivo *core exam*, adotando, para tanto, rotinas de estudos particularmente rigorosas. O segundo refere-se ao fato de que muitos deles (pelo

menos dezesseis) partiram para o exterior casados, tendo que conjugar a severa rotina de estudos com a vida conjugal. Como resultado, as ocasiões para socialização e estabelecimento de laços entre si parecem ter sido menos recorrentes do que no caso dos chilenos – que, em seus relatos, enfatizam as festas e os momentos de confraternização vivenciados no exterior.

Em relação ao segundo eixo, notamos que o grupo de chilenos, quando comparado ao de brasileiros, era mais social e ideologicamente homogêneo e que os laços formados entre eles quando no exterior foram mais expressivos. Foi possível identificar algumas características do convênio celebrado entre a PUC e Chicago que teriam concorrido para essa tendência de envio de um grupo homogêneo. Primeiro, a alocação de uma equipe de Chicago em Santiago permitiu que muitos dos estudantes chilenos fossem previamente socializados no tipo de pesquisa praticado na universidade estrangeira e que se levasse em conta a adequação dos candidatos ao tipo de treinamento a ser recebido durante o processo de seleção. Além disso, tornou comum que novos candidatos fossem recomendados por ex-alunos da PUC que estivessem, no momento, realizando a pós-graduação no Departamento, e esses costumavam indicar alunos que portassem posicionamentos ideológicos afinados aos seus.

No caso do Brasil, os bolsistas não haviam sido previamente socializados na pesquisa econômica praticada em Chicago e, via de regra, ignoravam as orientações que predominavam no Departamento e a posição que esse ocupava no campo das escolas de Economia dos EUA. Ademais, ao contrário do grupo de chilenos, são poucos os casos daqueles que eram colegas desde a época da graduação e os agentes vinham de trajetórias sociais e escolares diversas. Esses fatores, conforme sugere o referencial teórico adotado, teriam diminuído a probabilidade de estabelecimento de laços entre eles e resultado em níveis diversos de adequação ao tipo de treinamento em Economia oferecido pelo Departamento. De fato, as entrevistas revelam que não foi formado um grupo unido de brasileiros que frequentaram Chicago, tal qual observado no caso chileno. Esse menor grau de união quando no exterior refletiu-se também em um menor grau de união quando os agentes regressam ao Brasil, o que nos leva ao terceiro e último eixo de comparação.

As modalidades de inserção dos economistas brasileiros no espaço nacional foram mais variadas quando comparado às dos chilenos, que, em grande medida, foram contratados como professores em tempo integral na PUC tal qual previa o convênio celebrado entre a Universidade e o Departamento de Economia de Chicago. Mais do que isso, a experiência desses últimos foi marcada pelo compartilhamento de uma missão em comum: de aproximar o

modelo de ensino e pesquisa econômica praticado no Chile daquele que conheceram no exterior e de influenciar o debate público e o processo de tomada de decisões local, fomentando posicionamentos e políticas pró-mercado. A partilha desse senso de missão foi fundamental para que o grupo agisse de forma coordenada em seus esforços por transformar a Economia lecionada na PUC e para ganhar espaço entre setores do empresariado que se mobilizavam contra os governos de Eduardo Frei e de Salvador Allende – o que, em última análise, resultou em sua incorporação nos principais órgãos de gestão econômica do país durante o regime de Augusto Pinochet.

No caso dos brasileiros, quando esses começam a retornar ao Brasil, já havia, no espaço nacional, uma série de instituições de ensino, institutos de pesquisa, órgãos governamentais e instituições da iniciativa privada que demandavam sua expertise e credenciais. Ademais, não havia, no caso brasileiro, um acordo que previsse a incorporação desses agentes por uma mesma instituição de ensino. Como resultado, as modalidades de inserção profissional dos economistas brasileiros no espaço nacional foram variadas, o que teria diminuído as oportunidades de interação e articulação entre eles. Uma exceção foi a congregação de parte do grupo na EPGE ao longo dos anos 1970 e 1980, como reflexo da atuação de Carlos Geraldo Langoni como diretor da instituição. Apesar dessa congregação, não foi identificada a existência de um objetivo comum a esses agentes de conquistar os principais órgãos decisórios da Escola e transformar o tipo de Economia lá praticado à semelhança do que conheceram em Chicago. O fato de a maioria deles ter permanecido na instituição por menos de dez anos reforça essa interpretação.

Também em contraste com a experiência chilena, não puderam ser identificados indícios de que o grupo teria retornado ao Brasil com um projeto conjunto de influenciar as decisões governamentais em matéria de política econômica e subsidiar os posicionamentos de círculos empresariais. A maioria reingressou no país com a ambição de construir carreiras na academia, realizando incursões rápidas e esporádicas por órgãos governamentais ao longo de suas trajetórias, não havendo uma transposição sistemática desses agentes para os órgãos de gestão econômica de um mesmo governo. Em relação a iniciativas políticas conjuntas, destaca-se a atuação de parte do grupo em *think tanks* pró-mercado, como o Instituto Liberal e o Instituto Atlântico. O número de egressos que participaram de tais iniciativas (quatro, no caso do IL, e dois, no caso do IA) representa, entretanto, uma minoria, não podendo essas serem consideradas iniciativas políticas abrangentes. A nomeação de Paulo Guedes para o ministério da Economia, em 2019, tampouco conduziu a uma articulação substantiva do grupo. Questões relacionadas à



desaprovação do candidato com quem Guedes decidira se aliar e à baixa afinidade portada em relação ao ministro parecem estar na base da baixa articulação que a designação de um “chicagoano” ao ministério da Economia suscitou.

Tais resultados apontam para uma confirmação das hipóteses que estruturaram o trabalho. Por um lado, nota-se que a experiência de circulação por Chicago por si só não pode ser vista como uma condição suficiente para explicar a formação de grupos dotados de alinhamentos intelectuais e políticos homogêneos no campo da Economia e de projetos políticos em comum para seus respectivos países – o fato de a experiência brasileira não ter resultado na formação de um grupo com tais características evidencia este ponto. Por outro, a análise baseada nos três eixos comparativos confirmou que o grau de afinidade político-intelectual dos economistas que circularam pela instituição teria sido mediado por fatores relacionados às condições histórico-institucionais em que se deu a circulação internacional, à partilha prévia de determinadas propriedades sociais e às modalidades de inserção dos agentes nos respectivos espaços nacionais dos economistas após o retorno do exterior.

Algumas considerações também devem ser feitas em relação ao objetivo do trabalho de contribuir para uma remontagem da história do primeiro grupo de economistas brasileiros que circulou por Chicago. Foi possível constatar que a circulação de brasileiros pelo Departamento iniciada em 1967 esteve assentada em três instituições que, entre o final dos anos 1960 e o início dos anos 1970, foram agraciadas com bolsas de estudos da Fundação Ford e da USAID, difundidas a partir do lançamento da Aliança para o Progresso. São elas, em ordem de relevância (em relação ao número de alunos que encaminharam para Chicago): o Cendec/Ipea, a EPGE/FGV-RJ e o IPE/USP. Foi possível, ademais, identificar dois atores do espaço nacional que foram chave no direcionamento de estudantes brasileiros para o Departamento: Og Francisco Leme, diretor do Cendec entre 1966 e 1970 e o primeiro brasileiro a obter um mestrado em Economia por Chicago, em 1956; e Carlos Geraldo Langoni, diretor da EPGE entre 1974 e 1979 e o primeiro brasileiro a concluir um doutorado pelo Departamento, em 1970. Ambos buscaram disseminar, no espaço nacional, conhecimentos e visões de mundo adquiridas no exterior e incentivaram estudantes dos cursos dirigidos por eles a realizarem a pós-graduação na escola estadunidense. Particular destaque deve ser concedido a Og Leme, que, a partir do contato que mantinha com Arnold Harberger e com membros da USAID e de Fundação Ford, intermediou a ida de pelo menos doze brasileiros para o Departamento entre os anos 1967 e 1973.

Quanto aos efeitos da experiência de circulação internacional analisada para o espaço nacional dos economistas, observou-se que a EPGE foi a escola de Economia que abrigou o maior número de agentes pertencentes a esse primeiro grupo de egressos de Chicago. Essa congregação parece ter contribuído para que a escola hoje ocupe uma posição, dentro do espaço nacional, próxima à ortodoxia neoclássica e ao *mainstream* da Economia estadunidense. Ela não é, entretanto, o único fator que explica o caráter hoje assumido pela Escola – afinal, a EPGE, desde sua origem, distinguiu-se por congregar um número elevado de agentes adeptos à Economia neoclássica e à abordagem monetarista para a análise do processo inflacionário. Ademais, ao longo dos anos 1980 e 1990, foram contratados professores egressos de outras universidades estadunidenses detentoras de orientações próximas às de Chicago, o que também deve ter concorrido para o posicionamento hoje ocupado pela EPGE no espaço nacional (KLÜGER, 2017, p. 497; LOUREIRO, 1998, p. 42).

Em relação à influência desses agentes no debate econômico nacional, por mais que não tenha sido possível chegar a conclusões definitivas, a análise da estrutura do espaço nacional dos economistas aponta para alguns pontos importantes. Em primeiro lugar nota-se que, ao contrário da experiência chilena, em que os agentes egressos de Chicago passaram a ocupar uma posição dissidente em um debate econômico dominado por agentes ligados à CEPAL, o espaço brasileiro dos anos 1970 já apresentava um importante polo associado à defesa da ortodoxia econômica e do pensamento liberal, que se contrapunha às ideias cepalinas. Em contraste com a experiência chilena, portanto, em que o retorno de economistas treinados em Chicago levou à introdução de perspectivas completamente novas e à conformação de uma nova polarização no espaço nacional, no caso do Brasil a experiência analisada parece ter contribuído para o fortalecimento de um polo já existente nacionalmente. Em conjunto com outros agentes que regressavam de escolas estadunidenses dotadas de orientações próximas às de Chicago, portanto, eles foram responsáveis por reforçar e atualizar o polo ligado à ortodoxia neoclássica, a partir da introdução de inovações teóricas e metodológicas alinhadas ao novo *mainstream* econômico que se consolidava nos EUA, como foi o caso da teoria do capital humano nos anos 1970.

Também é digno de nota o fato de, ao contrário do Chile, no Brasil os egressos de Chicago não terem sido os responsáveis por encabeçar reformas voltadas à abertura e liberalização da economia e diminuição do aparato estatal. No país, tais medidas, adotadas principalmente a partir dos anos 1990, vieram na esteira do novo paradigma neoliberal que começara a se difundir mundialmente no final dos anos 1970 (FOURCADE, 2006, p. 146). A

inédita ascensão de um egresso de Chicago ao posto do ministro da Economia, observada em 2019, tampouco se traduziu num redirecionamento significativo da política econômica nacional. Por mais que Paulo Guedes defenda uma agenda de radical abertura e liberalização da economia e redução do papel do Estado, inclusive em setores sociais chave, questões relacionadas às dinâmicas do jogo político, à falta de consenso dentro do governo e à emergência da pandemia de COVID-19 impediram que muitos de seus projetos fossem executados. Os demais egressos de Chicago, por mais que, em sua maioria, concordem com aspectos centrais da agenda proposta por Guedes, não parecem estar dispostos ou interessados em participar formalmente do governo e batalhar pela sua implementação no âmbito política institucional.

Para concluir essas considerações finais, indicamos algumas lacunas deixadas pelo trabalho, que poderão ser desenvolvidas e aprofundadas em atividades de pesquisa futuras. Em relação à reconstrução histórica, a principal lacuna deixada está relacionada à trajetória de Og Francisco Leme, um personagem central para a história da circulação de brasileiros pelo Departamento de Economia de Chicago. Particularmente, não foi possível identificar as circunstâncias que o conduziram ao Departamento ou detalhes sobre a sua experiência no exterior. Uma reconstrução dessa experiência ajudaria a dar sentido ao empenho apresentado por Leme no encaminhamento de outros brasileiros para a instituição. Ajudaria também a desvendar como era a sua relação com Arnold Harberger, professor que, a partir de meados dos anos 1960, facilitou a admissão de estudantes brasileiros no Departamento. Cabe indagar, por exemplo, se Harberger teria conversado com Leme sobre uma suposta expectativa de que mais brasileiros frequentassem o Departamento e como teriam sido as articulações por trás do acordo que facilitou o envio de alunos do curso do Cendec para a escola. Também não puderam ser localizadas informações consistentes sobre as trajetórias de seis agentes que integram o universo do estudo, nomeadamente: Cláudio Tocantins, Edy Luiz Kogut, Francisco José Villela Santos, Guilherme Luis Sedlacek, Roberto Fendt Júnior e Uriel de Magalhães. A realização de entrevistas com tais agentes e uma reconstrução mais completa de suas trajetórias permitiriam complementar os resultados obtidos nas seções 3.2 e 3.3 desta dissertação e poderão ser realizadas no futuro com o propósito de tornar a análise mais abrangente.

Sugerimos também algumas abordagens alternativas que poderiam complementar a análise aqui realizada. No presente trabalho, o foco esteve nas iniciativas conjuntas e nas afinidades de ordem pessoal e intelectual apresentadas pelo grupo. Em atividades futuras, o foco poderá ser colocado nos indivíduos e nos efeitos da circulação por Chicago em seus

alinhamentos teórico-metodológicos e produção acadêmica. É possível indagar, por exemplo, se há uma correlação entre as origens sociais dos agentes (que, conforme visto na subseção 4.2, são bastante diversificadas) e o grau de alinhamento por eles apresentado em relação à tradição intelectual de Chicago. Seria também relevante estender a análise para que ela abarcasse os agentes que circularam pelo Departamento nas décadas de 1980, 1990, 2000 e 2010. Durante essas décadas, o fluxo de economistas brasileiros rumo a Chicago se manteve, cabendo, portanto, indagar quais os conhecimentos e técnicas que esses agentes importaram para o Brasil e quais os efeitos dessas experiências para o espaço nacional dos economistas. Por fim, cabe notar que os três eixos comparativos aqui propostos, inspirados na sociologia de Pierre Bourdieu, representam algumas lentes a partir das quais experiências de circulação internacional de intelectuais podem ser comparadas, não sendo, de forma alguma, exaustivos. Assim, acreditamos que estudos voltados à análise dessa mesma experiência, mas que enfocassem em outros possíveis eixos de comparação, poderiam complementar e enriquecer a presente pesquisa.

A tendência de circulação de economistas brasileiros por escolas de Economia dos Estados Unidos apenas se acentuou nas últimas décadas, resultando em importantes transformações e na internacionalização do sistema nacional de ensino e de pesquisa, assim como de instituições de formulação de política econômica (FOURCADE, 2006, pp. 172-173; KLÜGER, 2017; MONTECINOS *et al.*, 2009). Esta pesquisa buscou identificar algumas dessas transformações ao se debruçar sobre o primeiro grupo de brasileiros que circulou pelo Departamento de Economia da Universidade de Chicago. Sugerimos que estudos como este, atentos às especificidades de cada experiência e às trajetórias dos agentes nelas envolvidos, podem ajudar a dar um sentido histórico e sociológico às modalidades de prática, ensino e formulação de políticas na área da Economia que predominam ou predominaram no país no passado.

## REFERÊNCIAS

- ALBERTI, Verena; SARMENTO, Carlos Eduardo; ROCHA, Dora (org.). **Mario Henrique Simonsen: um homem e seu tempo**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- ALBORNOZ, Mario. Centenario de la Pontificia Universidad Catolica de Chile y Breve Historia de la Escuela de Economia. **Cuadernos de Economía**, ano 25, n. 76, pp. 325-329, 1988.
- ALMEIDA, Ana Maria F. O assalto à educação pelos economistas. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, v. 20, n. 1, pp. 163-178, 2008.
- ALMEIDA, Ronaldo de. Bolsonaro Presidente: Conservadorismo, evangelismo e a crise brasileira. **Novos estud. - CEBRAP**, v. 38, n. 01, pp. 185-213, 2019.
- AMITRANO, Cláudio Roberto; GARCIA, Ronaldo Coutinho. O IPEA e a Capacitação em Planejamento para o Desenvolvimento. In: CARDOSO Jr., José Celso; NUNES, Bruner Titonelli (org.). **Ipea diante do espelho: contribuições da Afipea-Sindical para reflexão e desenvolvimento institucional**. Brasília: Afipea, 2020.
- ARIDA, Pérsio; RESENDE, André Pinheiro de Lara. **Inertial Inflation and Monetary Reform in Brazil**. Texto para discussão n. 85, Departamento de Economia da PUC-Rio, 1985.
- BABB, Sarah; FOURCADE, Marion. The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries. **American Journal of Sociology**, v. 108, n. 3, pp. 533-579, 2002.
- BACKHOUSE, Roger E.; BATEMAN, Bradley W.; MEDEMA, Steven G. The Reception of Marshall in the United States. In: RAFFAELLI, Tiziano; BECATTINI, Giacomo; CALDARI, Katia; DARDI, Marco. **The Impact of Alfred Marshall's Ideas: the global diffusion of his work**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2011.
- BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Entrevista com Carlos Geraldo Langoni**. Brasília: Banco Central do Brasil, 2019 (Coleção História Contada do Banco Central do Brasil, 9).
- BANZHAF, H. Spencer. The Chicago School of welfare economics. In: EMMETT, Ross B. (org.). **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.
- BARBER, William J. Reconfigurations in American Academic Economics: A General Practitioner's Perspective. **Daedalus**, v. 126, n. 1, pp. 87-103, 1997.
- BECKER, Gary. **Human capital: a theoretical and empirical analysis, with special reference to education**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- BIDDLE, Jeff E. H. Gregg Lewis. In: EMMETT, Ross B. (org.). **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.
- BIDERMAN, Ciro; COZAC, Luís Felipe; RÉGO, José Márcio. **Conversas com Economistas Brasileiros**. São Paulo: Editora 34, 1996.

BIGLAISER, Glen. The internationalization of Chicago's Economics in Latin America. **Economic Development and Cultural Change**, v. 50, n. 2, pp. 269-286, 2002.

BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, pp. 88-104, 1976.

BOURDIEU, Pierre. **The Logic of Practice**. Palo Alto: Stanford University Press, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **The State Nobility: elite schools in the field of power**. Cambridge: Polity Press, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: BOURDIEU, Pierre. **A Economia das Trocas Simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, pp. 203-267, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2017.

BOURDIEU, Pierre; SAINT-MARTIN, Monique de. Le Patronat. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 20-21, pp. 3-82, 1978.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loïc J. D. **An invitation to reflexive sociology**. Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

BRAGA, Helson Cavalcante. **Estrutura de Mercado e Desempenho da Indústria Brasileira: 1973/75**. 1979. Tese (Doutorado em Economia) – Escola Brasileira de Economia e Finanças, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

BROOKE, Nigel; WITOSHYNSKY, Mary (org.). **Os 40 Anos da Fundação Ford no Brasil: uma parceria para a mudança social**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002.

BURGIN, Angus. **The great persuasion: reinventing free markets since the Depression**. Cambridge: Harvard University Press, 2012.

BURNETT, Paul. The price is not right: Theodore W. Schultz, policy planning, and agricultural economics in the Cold-War United States. In: MIROWSKI, Philip; STAPLEFORD, Thomas A.; VAN HORN, Robert (org.). **Building Chicago economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

BURNETT, Paul. **Sense and Economics: An Oral History with Arnold Harberger**, entrevista conduzida por Paul Burnett em 2015 e 2016. Oral History Center, The Bancroft Library, University of California: Berkeley, 2016.

CALLON, Michel. Introduction: The embeddedness of economic markets in economics. In: CALLON, Michel (org.). **The Laws of the Markets**. Oxford: Blackwell Publishers, 1998.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Lanterna na Popa: memórias**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.

CARLOTTO, Maria. **Ciência como instituição e como prática: a mudança do regime disciplinar/estatal de produção e difusão do conhecimento científico no Brasil vista a partir do Laboratório Nacional de Luz Síncrotron**. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) –

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

CARNEIRO NETTO, Dionísio Dias. **Dionísio Dias Carneiro (depoimento, 2000)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2003.

CARRIGAN, Christopher; COGLIANESE, Cary. George J. Stigler, “The Theory of Economic Regulation.”. In: LODGE, Martin; PAGE, Edward C.; BALLA, Steven J. (org.). **The Oxford Handbook of Classics in Public Policy and Administration**. Oxford: Oxford University Press, 2015.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A Construção Simbólica do Neoliberalismo no Brasil (1983-1998)**: a ação pedagógica do Instituto Liberal. 2011. Dissertação (Pós-Graduação em História) – Universidade Federal de São João Del Rei, São João del Rei, 2011.

CASTELLO BRANCO, Roberto da Cunha. **Crescimento acelerado e o mercado de trabalho: a experiência brasileira**. 1979. Tese (Doutorado em Economia) – Escola Brasileira de Economia e Finanças, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.

CASTELLO BRANCO, Roberto da Cunha. Guerreiro da liberdade. **Conjuntura econômica**, v. 75, n. 7, pp. 28-30, 2021.

CHERRIER, Béatrice. The Lucky Consistency of Milton Friedman’s Science and Politics, 1933–1963. In: MIROWSKI, Philip, STAPLEFORD, Thomas A. e VAN HORN, Robert (org.). **Building Chicago economics: new perspectives on the history of America’s most powerful economics program**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

CHICAGO Boys. Direção: Carola Fuentes e Rafael Valdeavellano. Produção de Herta Mladinic. Chile: La Ventana Cine, 2015.

CHRYSTAL, K. Alec. **Monetarism**. Aldershot: Edward Elgar, 1990. 1 v.

COLANDER, David; FREEDMAN, Craig. **Where Economics Went Wrong: Chicago’s abandonment of Classical Liberalism**. Princeton: Princeton University Press, 2019.

COLANDER, David; KLAMER, Arjo. The Making of an Economist. **Economic Perspectives**, v. 1, n. 2, pp. 95–111, 1987.

COMISIÓN PRESIDENCIAL PENSIONES. **Informe Final, Comisión Asesora Presidencial sobre el Sistema de Pensiones**, 2015. Disponível em: <http://www.comision-pensiones.cl/Documentos/Informe>. Acesso em: 15/06/2022.

CONTADOR, Cláudio Roberto. Crescimento Econômico e o Combate à Inflação. **Revista Brasileira de Economia**, v. 31, n. 1, pp. 132-167, 1977.

CUNHA, Luiz Antônio. **A Universidade Reformada: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora, 1988.

D’ARAÚJO, Maria Celina (org.). **Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999.

D'ARAÚJO, Maria Celina; FARIAS, Ignez Cordeiro de; HIPPOLITO, Lucia (org.) **IPEA – 40 anos apontando caminhos**: depoimentos ao CPDOC. Brasília: IPEA, 2005.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. A DOLARIZAÇÃO DO CONHECIMENTO TÉCNICO PROFISSIONAL E DO ESTADO: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 43, pp. 163-176, 2000.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant. **La Internacionalización de las Luchas por el Poder**: la competencia entre abogados y economistas por transformar los Estados latino-americanos. México, D.F.: Universidad Nacional Autónoma de México, 2005.

DINIZ, Arthur Chagas (org.). **Og Leme, um Liberal**: crônicas. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 2011.

EKERMAN, Raul. A comunidade de economistas do Brasil: dos anos 50 aos dias de hoje. **Revista Brasileira de Economia**, v. 43, n. 2, pp. 113-138, 1989.

EMMETT, Ross B. Introduction. In: EMMETT, Ross B. (org.). **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

EMMETT, Ross B. Sharpening tools in the workshop: the workshop system and the Chicago School's success. In: MIROWSKI, Philip; STAPLEFORD, Thomas A.; VAN HORN, Robert (org.). **Building Chicago economics**: new perspectives on the history of America's most powerful economics program. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

FARIA, Lina; COSTA, Maria Conceição. Cooperação Científica Internacional: estilos de atuação da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 49, n. 1, pp. 159-191, 2006.

FERNANDEZ, Ramon Garcia; SUPRINYAK, Carlos Eduardo. Creating academic economics in Brazil: The Ford Foundation and the beginnings of ANPEC. **Economia**, v. 19, pp. 314-329, 2018.

FISHLOW, Albert. Brazilian Size Distribution of Income. **The American Economic Review**, v. 62, n. 1/2, pp. 391-402, 1972.

FOURCADE, Marion. The Construction of a Global Profession: the transnationalization of economics. **American Journal of Sociology**, v. 112, n. 1, pp. 145-94, 2006.

FOURCADE, Marion. **Economists and Societies**: discipline and profession in the United States, Britain, and France, 1890s to 1990s. Princeton: Princeton University Press, 2009.

FRIEDMAN, Milton. **Essays in Positive Economics**. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

FRIEDMAN, Milton. **Capitalism and freedom**. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

GALLARDO, Osvaldo. La institucionalización de las ciencias económicas en Chile: el caso del convenio Universidad Católica-Universidad de Chicago. **Revista de Historia de América**, n. 145, pp. 77-101, 2011.



GROS, Denise Barbosa. **Institutos Liberais e Neoliberalismo no Brasil da Nova República**. 2002. Tese (Pós-Graduação em Ciências Sociais) – Departamento de Ciência Política, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

HAMMOND, J. Daniel. The development of post-war Chicago price theory. In: EMMETT, Ross B. (org.). **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

HARBERGER, Arnold; EDWARDS, Sebastian. **The Department of Economics at the University of Chicago, 1947–1982**. New Working Paper Series n. 307, Stigler Center for the Study of the Economy and the State, University of Chicago Booth School of Business: Chicago, 2021.

HENEGHAN, Martin; ORENSTEIN, Mitchell A. Organizing for impact: International organizations and global pension policy. **Global Social Policy**, v. 19, n. 1-2, pp. 65-86, 2019.

HINRICHS, Karl. Recent pension reforms in Europe: More challenges, new directions. An overview. **Soc Policy Adm**, v. 55, pp. 409-422, 2021.

KAY, Stephen J. Unexpected Privatizations: Politics and Social Security Reform in the Southern Cone. **Comparative Politics**, v. 31, n. 4, pp. 403-422, 1999.

KLAMER, Arjo. **Conversations with Economists**: New Classical economists and opponents speak out on the current controversy in macroeconomics. Totowa: Rowman & Allanheld, Publishers, 1984.

KLÜGER, Elisa. **Meritocracia de Laços**: Gênese e reconfigurações do espaço dos economistas no Brasil. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

KLÜGER, Elisa. Mario Henrique Simonsen e Antonio Delfim Netto: Socializações Desiguais, Carreiras Análogas, Modalidades Dísparas de Exercício do Poder. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, v. 61, n. 4, pp. 301-339, 2018.

KLÜGER, Elisa; WANDERLEY, Sergio; BARBOSA, Alexandre de Freitas. El Centro de Desarrollo Económico CEPAL/BNDE y la formación de una generación de planificadores del desarrollo en el Brasil. **Revista de la CEPAL**, n. 136, pp. 133-154, 2022.

KLÜGER, Elisa; GAUTIER, Johanna; ROSSIER, Thierry. The First Graduate School of Latin American Economic Studies (ESCOLATINA) between “Autochthonous” and International Logics (1956-1964). **Revue d'histoire des sciences humaines**, 2023, *no prelo*.

LANGONI, Carlos Geraldo. **Distribuição da Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LANGONI, Carlos Geraldo. **As Causas do Crescimento Econômico do Brasil**. Rio de Janeiro: APEC, 1974a.

LANGONI, Carlos Geraldo. Distribuição de Renda: uma versão para a minoria. **Revista Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.4, n.1, pp. 167-180, 1974b.

LEBARON, Frédéric. “Nobel” economists as public intellectuals: the circulation of symbolic capital. **International Journal of Contemporary Sociology**, v. 43, n. 1, pp. 87-101, 2006.

LEMGRUBER, Antônio Carlos. A inflação brasileira e a controvérsia sobre a aceleração inflacionária. **Revista Brasileira de Economia**, v. 27, pp. 31-50, 1973.

LOPES, Francisco Lafaiete de Pádua; BACHA, Edmar Lisboa. **Inflation, growth and wage policy: a Brazilian perspective**. Texto para discussão n. 10, Departamento de Economia da PUC-Rio, 1979.

LOPES, Francisco Lafaiete de Pádua; RESENDE, André Pinheiro de Lara. **Sobre as causas da recente aceleração inflacionária**. Texto para discussão n. 06, Departamento de economia da PUC-Rio, 1979.

LOPES, Francisco Lafaiete de Pádua. Só um Choque Heterodoxo pode Derrubar a Inflação. **Economia em Perspectiva**, Corecon-SP, 1984.

LOUREIRO, Maria Rita. Economistas e Elites Dirigentes no Brasil: o papel das instituições de ensino e pesquisa econômica aplicada. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, relatório de pesquisa v. 18, 1992.

LOUREIRO, Maria Rita. **Os Economistas no Governo: gestão econômica e democracia**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LOUREIRO, Maria Rita. L'internationalisation des milieux dirigeants au Brésil. **Actes de la recherche en sciences sociales**, v. 121-122, pp. 42-51, 1998.

LOUREIRO, Maria Rita. Circulation Internationale des Économistes Brésiliens. **Cahiers du Brésil Contemporain**, n. 57/58 - 59/60, pp. 151-175, 2004/2005.

LOUREIRO, Maria Rita. A Participação dos Economistas no Governo. **Análise**, v. 17, n. 2, pp. 345-359, 2006.

LUCAS, Robert. Econometric Policy Evaluation: a critique. **Journal of Monetary Economics**, Supplementary Series, v. 1, n. 2, pp. 19-46, 1976.

MACEKURA, Stephen. The Point Four Program and U.S. International Development Policy. **Political Science Quarterly**, v. 128, n. 1, pp. 127-160, 2013.

MACESICH, George. **Political economy of Money: emerging fiat monetary regime**. Westport: Greenwood Publishing Group, 1999.

MAGALHÃES, Uriel de. **Demanda por Saúde no Brasil: dois estudos de caso**. 1977. Tese (Doutorado em Economia) – Escola Brasileira de Economia e Finanças, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1977.

MALAN, Pedro. Ainda sobre a Distribuição de Renda. **Revista de Administração de Empresas**, v. 14, n. 2, 1974, pp. 116-123, 1974.

MALAN, Pedro; WELLS, John. Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil. In: TOLIPAN, Ricardo; TINELLI, Carlos (org.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1995.

MANSELL-CARSTENS, Catherine. Interview with Arnold C. Harberger by Catherine Mansell-Carstens. **Economía Mexicana: Nueva Época**, v. 12, n. 2, pp. 337-366, 2003.

MARQUES, Rosa Maria. Brasil: direita, volver! **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 52, pp. 10-38, 2019.

MEDEMA, Steven G. Chicago law and economics. In: EMMETT, Ross B. (org.). **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

MEDEMA, Steven G. Chicago price theory and Chicago law and economics. In: MIROWSKI, Philip, STAPLEFORD, Thomas A.; VAN HORN, Robert (org.). **Building Chicago economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MESA-LAGO, Carmelo; MÜLLER, Katharina. The Politics of Pension Reform in Latin America. **Journal of Latin American Studies**, v. 34, n. 3, pp. 687-715, 2002.

MIROWSKI, Philip; HANDS, D. Wade. A Paradox of Budgets: the postwar stabilization of American neoclassical demand theory. In: MORGAN, Mary; RUTHERFORD, Malcolm (org.). **From Interwar Pluralism to Postwar Neoclassicism**. Durham: N.C. Duke University Press, 1998.

MIROWSKI, Philip; VAN HORN, Robert. Neoliberalism and Chicago. In: EMMETT, Ross B. (org.). **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

MIROWSKI, Philip; STAPLEFORD, Thomas A.; VAN HORN, Robert (org.). **Building Chicago economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

MONTECINOS, Veronica. **Economists, Politics and the State: Chile 1958-1994**. Amsterdã: CEDLA, 1998.

MONTECINOS, Verónica; MARKOFF, John; ÁLVAREZ-RIVADULLA, María José. Economists in the Americas: convergence, divergence and connection. In: MONTECINOS, Verónica; MARKOFF, John (org.). **Economists in the Americas**. Massachusetts: Edward Elgar, 2009.

MONTES, Leonidas. **Friedman's two visits to Chile in context**. Mimeo, 2015, pp. 1-34. Disponível em: <https://jepson.richmond.edu/conferences/summer-institute/papers2015/LMontesSIPaper.pdf>. Acesso em: 22/05/2020.

NASCIMENTO, Jéssica Gesiene; DA SILVA, Danilo Freitas Ramalho; FERNÁNDEZ, Ramón García. **The Dispute Between the Phillips Curve and the Inertialist Analisis in the Formulation of Brazilian Inflation Theories during the 1970s-1980s**. In: 45º Encontro Nacional da ANPEC, 2017.

NETTO, Antônio Delfim. As Oportunidades, os Problemas e a Estratégia para Melhorar no Brasil o Treinamento Universitário em Economia. **Revista Brasileira de Economia**, v. 20, n. 4, pp. 9-18, 1966.

NIK-KHAH, Edward. George Stigler, the Graduate School of Business, and the pillars of the Chicago School. In: MIROWSKI, Philip; STAPLEFORD, Thomas A.; VAN HORN, Robert (org.). **Building Chicago economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

OCDE. **Pensions at a Glance 2021: OECD and G20 Indicators**. Paris: OECD Publishing, 2021.

ONOFRE, Gabriel da Fonseca. **O papel de intelectuais e think tanks na propagação do liberalismo econômico na segunda metade do século XX**. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2018.

ORTIZ, Isabel; DURÁN-VALVERDE, Fabio; URBAN, Stefan; WODSAK, Veronika (Eds.). **Reversing Pension Privatizations: Rebuilding public pension systems in Eastern Europe and Latin America**. Genebra: International Labour Office (ILO), 2018.

PAPI, Luciana Pazini; DEMARCO, Diogo Joel; KOHLRAUSCH, Luana; SANCHEZ, Paxuca Barcellos. O Planejamento Governamental e Modelos de Estado no Brasil: uma análise bibliométrica de três décadas de publicações do Ipea. In: CARDOSO Jr., José Celso; NUNES, Bruner Titonelli (org.). **Ipea diante do espelho: contribuições da Afipea-Sindical para reflexão e desenvolvimento institucional**. Brasília: Afipea, 2020.

PARMAR, Inderjeet. **Foundations of the American Century: the Ford, Carnegie & Rockefeller foundations in the rise of American power**. Nova York: Columbia University Press, 2012.

PECK, Jamie. Orientation: In Search of the Chicago School. In: MIROWSKI, Philip; STAPLEFORD, Thomas A.; VAN HORN, Robert (org.). **Building Chicago economics: new perspectives on the history of America's most powerful economics program**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

PINTO, Eduardo Costa; PINTO, José Paulo Guedes; SALUDJIAN, Alexis; NOGUEIRA, Isabela; BALANCO, Paulo, SCHONERWALD, Carlos; BARUCO, Grasiela. A Guerra de Todos contra Todos e a Lava-Jato: a crise brasileira e a vitória do capitão Jair Bolsonaro. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 54, pp. 107-147, 2019.

POLLACK, Marcelo. **The new right in Chile: 1973-97**. Londres: Macmillan Publishers, 1999.

PREBISCH, Raúl. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na Cepal**. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Record, 2000.

REDER, Melvin. Chicago Economics: permanence and change. **Journal of Economic Literature**, v. 20, n. 1, pp. 1-38, 1982.

RÊGO, José Márcio Rebolho. **Autonomia dos Centros de Pós-graduação em Economia: uma abordagem institucional e de história oral**. Núcleo de pesquisas e publicações da EAESP/FGV, Relatório de Pesquisa n. 22, 1997.

RÊGO, José Márcio Rebolho. **Dois teorias econômicas: 'consumo' e 'retórica': subsídios para o estudo do campo científico da economia no Brasil**. 1998. Tese (Doutorado em Economia

de Empresas) – Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1998.

RIBEIRO, Ricardo Alaggio. A Teoria da Modernização, a Aliança para o Progresso e as Relações Brasil-Estados Unidos. **Perspectivas**, v. 30, pp. 151-175, 2006.

ROCCA, Carlos Antônio; CEOTTO, Eny Elza; RIZZI, Juarez Alexandre Baldini. O Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE) e a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE). In: CANABRAVA, Alice Piffer (org.). **História da Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (1946-1981)**. São Paulo: FEA/USP, 1984.

ROCHA, Camila. “Menos Marx, Mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018). Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

RUTHERFORD, Malcolm. Chicago economics and institutionalism. In: EMMETT, Ross B. (org.). **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

SCHULTZ, Theodore W. Investment in man: an economist’s view. **The Social Service Review**, v. 32, n. 2, pp. 109-117, 1959.

SEHNBRUCH, Kirsten; DONOSO, Sofia. Social Protests in Chile: Inequalities and Other Inconvenient Truths about Latin America’s Poster Child. **Global Labour Journal**, v. 11, n. 1, pp. 52-58, 2020.

SENNA, José Júlio. Um formador de doutores em economia. **Conjuntura econômica**, v. 75, n. 7, p. 32, 2021.

SILVA, Patrício. **En el nombre de la razón: tecnócratas y política em Chile**. Santiago: Ediciones Universidad Diego Portales, 2010.

SIMONSEN, Mário Henrique. O Ensino de Economia em Nível de Pós-Graduação no Brasil. **Revista Brasileira de Economia**, v. 20, n. 4, pp. 19-30, 1966.

SMITH, Tony. **America’s Mission: The United States and the Worldwide Struggle for Democracy in the Twentieth Century**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

SOUZA, Nali de Jesus. Resenha do livro “O Economista: A história da profissão no Brasil” de Nivalde José de Castro (2001). **Análise – Revista de Administração da PUCRS**, v. 17 n. 2, pp. 377-383, 2006.

STAPLEFORD, Thomas A. Positive Economics for Democratic Policy: Milton Friedman, Institutionalism, and the Science of History. In: MIROWSKI, Philip, STAPLEFORD, Thomas A. e VAN HORN, Robert (org.). **Building Chicago economics: new perspectives on the history of America’s most powerful economics program**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

SUPRINYAK, Carlos Eduardo; FERNÁNDEZ, Ramón García. The “Vanderbilt Boys” and the Modernization of Brazilian Economics. **History of Political Economy**, v. 53, n. 5, pp. 893-924, 2021.

SWEETLAND, Scott R. Human Capital Theory: foundations of a field of inquiry. **Review of Educational Research**, v. 66, n. 3, pp. 341-359, 1996.

TEIXEIRA, Pedro Nuno. Theodore William Schultz. In: EMMETT, Ross B. (org.). **The Elgar Companion to the Chicago School of Economics**. Cheltenham: Edward Elgar, 2010.

UTHOFF, Andras. El debate sobre la reforma previsional necesaria en Chile. **El Cotidiano**, n. 204, pp. 77-85, 2017.

VALDÉS, Juan Gabriel. **Pinochet's economists: the Chicago School in Chile**. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

VINER, Jacob. Lucros Provenientes do Comércio Exterior. **Revista Brasileira de Economia**, v. 5, n. 2, pp. 73-108, 1951.

WEYLAND, Kurt. **Bounded Rationality and Policy Diffusion: social sector reform in Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 2006.

WORLD BANK. **Averting the Old Age Crisis: Policies to Protect the Old and Promote Growth**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1994.